

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
ESCOLA DE DIREITO**

NICOLAS ADDOR

**A REGULAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL E O MODELO DE AVALIAÇÃO
QUALIS PERIÓDICOS - CAPES**

CURITIBA

2018

NICOLAS ADDOR

**A REGULAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL E O MODELO DE AVALIAÇÃO
QUALIS PERIÓDICOS - CAPES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Direito Econômico e Desenvolvimento. Linha de Pesquisa: Estado, Economia e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Gabardo
Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta

CURITIBA

2018

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9/1636

Addor, Nicolas

A227r A regulação da pesquisa no Brasil e o modelo de avaliação Qualis
2018 Periódicos – CAPES / Nicolas Addor ; orientador, Emerson Gabardo;
coorientador, Alexandre Godoy Dotta. -- 2018
265 f. : 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2018.

Bibliografia: f. 217-233

1. Propriedade intelectual. 2. Publicações de periódicos. 3. Pesquisa -
Avaliação. 4. Brasil. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior. 5. Segurança jurídica. 6. Política pública. I. Gabardo, Emerson. II.
Dotta, Alexandre Godoy. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Direito. IV. Título.

Doris 3. ed. – 342.28

TERMO DE APROVAÇÃO

NICOLAS ADDOR

A REGULAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL E O MODELO DE AVALIAÇÃO QUALIS PERIÓDICOS - CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Emerson Gabardo
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Godoy Dotta
Coorientador

Prof^a Dr^a Irene Patrícia Nohara
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Luiz Alberto Blanchet
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Curitiba, 19 de março de 2019.

Aos meus pais, Márcia e Moacyr, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Márcia Eleonora Addor e Moacyr Addor, por todo apoio prestado, carinho, ensinamento, dedicação e por serem sempre, incondicionalmente, meu porto seguro. Muito obrigado por apoiarem minha decisão de percorrer a vida acadêmica e por sempre serem minhas referências.

À Maiara Lima, companheira de vida e grande apoiadora de minha trajetória na universidade, por seu amor puro, amizade sincera e companheirismo de longa data. Agradeço, sempre, por acreditar em nós.

Ao Prof. Emerson Gabardo, pela grandiosa contribuição acadêmica para a execução deste trabalho e pelo incansável esforço para minha transformação acadêmica, profissional e pessoal.

Ao Prof. Alexandre Godoy Dotta, por sua valiosa dedicação para a consecução deste trabalho, pelas críticas construtivas e esforço para meu desenvolvimento como pesquisador.

À Prof.^a Arlinda Cantero Dorsa, por confiar na minha capacidade nos primeiros anos do bacharelado em Direito, pela generosidade acadêmica nos estágios de iniciação científica no âmbito da Universidade Católica Dom Bosco e pela grande amizade formada dentro e fora da vida da academia.

Aos grandes amigos e profissionais do Mestrado e Doutorado da PUCPR, em especial Miriam Olivia Knopik Ferraz, Camila Salgueiro da Purificação Marques e Sérgio Fernando Ferreira de Lima, os quais guardo profunda admiração.

À Glair Braun e Eva Curelo, amigas que o mestrado me oportunizou conhecer. Por sua dedicação e todo atendimento prestado nos diversos problemas que eu trouxe nos encontros na Secretaria.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por que o eterno ar de suspeita, como se estivesse sempre com medo de ser feridos? Ele jamais desejara feri-los, mas sempre sentia sua atitude defensiva, a expectativa mesclada de censura – tudo o que ele dizia parecia magoá-los, independentemente de suas palavras ou atos, quase como se estivessem agredidos pelo simples fato de ele existir. Não comece a pensar em loucuras, dizia a si mesmo com severidade, lutando para encarar o quebra-cabeça com o melhor do seu senso de justiça. Não podia condená-los sem compreender. Mas não podia compreender.

- Ayn Rand, A Revolta de Atlas.

A REGULAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL E O MODELO DE AVALIAÇÃO QUALIS PERIÓDICOS - CAPES

RESUMO

Busca-se analisar a regulação estatal da produção intelectual por meio de periódicos científicos realizado pelo modelo avaliativo Qualis periódicos da CAPES. Para tanto, o estudo se divide em três partes. Na primeira parte busca descrever a avaliação de periódicos científicos no Brasil, apresentando, de início, um breve histórico da avaliação no país para após adentrar no contexto que fundou o modelo Qualis periódicos. Além disso, descreve a evolução do modelo avaliativo para a plataforma digital e analisa a estrutura administrativa que coordena a avaliação. Ademais, procura descrever o processo avaliativo, analisando os critérios para classificação, o processo de coleta das revistas científicas, sua apreciação pela comissão de consultores e a posterior divulgação para a comunidade científica. A segunda parte investiga criticamente a regulação de periódicos realizada pelo Qualis. Nesse momento, são feitas ponderações acerca do papel regulador do Qualis periódicos, assim como é criticada a desobediência em face dos princípios da moralidade, publicidade, eficiência, legalidade, segurança jurídica e democracia, sendo abordadas, também, ponderações estruturais sobre a avaliação, como a disparidade do procedimento de avaliação entre as áreas de conhecimento e são expostas críticas acerca da divisão das áreas de conhecimento da CAPES. Na terceira parte, explora-se os resultados dos periódicos científicos estratificados pelo Qualis no Quadriênio de 2013-2016. Apresenta um levantamento de dados nas listagens de classificação das quarenta e nove áreas temáticas. Em razão da imprecisão das listas, foi preciso realizar extensas retificações nos dados informados. Após o tratamento dos dados, foram analisados os periódicos mapeados em âmbito global, por Colégios e grandes áreas, assim como foram examinados pormenorizadamente o Colégio de Humanidades. Por fim, critica-se a ausência de fidedignidade nas informações da base de dados e o atraso no desenvolvimento digital do Qualis Periódicos. Finalmente, conclui que é premente a efetivação de adequações na avaliação às normas do Direito Administrativo, bem como é proposta uma divulgação de dados mais transparente, seguindo os preceitos de políticas de governo aberto.

Palavras-chave: Periódico Científico; Qualis periódicos; Avaliação da Pesquisa; CAPES; Políticas Públicas.

THE REGULATION OF RESEARCH IN BRAZIL AND THE MODEL OF EVALUATION QUALIS PERIÓDICOS - CAPES

ABSTRACT

The research attempts to analyze the state regulation of intellectual production by means of scientific journals conducted by the Qualis periódicos model of CAPES. Therefore, the study is divided into three parts. In the first part, the paper describes the evaluation of scientific journals in Brazil, presenting, at the outset, a brief history of the evaluation in the country to after entering the context that founded the model Qualis periódicos. In addition, it describes the evolution of the evaluative model for the digital platform and analyzes the administrative structure that coordinates the evaluation. In addition, it seeks to describe the evaluation process, analyzing the criteria for classification, the process of collecting the scientific journals, its appreciation by the commission of consultants and the subsequent dissemination to the scientific community. The second part critically investigates the periodic regulation conducted by Qualis. At this point, considerations are made about the regulatory role of Qualis periódicos, as well as criticizing disobedience in the face of the principles of morality, publicity, efficiency, legality, legal security and democracy. The disparity of the evaluation procedure between the areas of knowledge are also discussed and are exposed as critical about the division of knowledge areas of CAPES. The third part explores the results of the scientific journals stratified by Qualis in the quadrennium of 2013-2016. It presents a survey of data in the classification lists of the forty-nine thematic areas. Because of the inaccuracy of the lists, extensive corrections were required to the reported data. After the data treatment, it is analyzed the journals mapped in a global scope, by Colleges and large areas, as well as the College of Humanities were examined in detail. Finally, it criticizes the lack of trustworthiness in the database information and the delay in the digital development of Qualis periódicos. In the end, it concludes that it is imperative to adjust in the evaluation of the rules of Administrative Law, as well as proposing a more transparent disclosure of data, following the precepts of open government policies.

Keywords: Scientific Journal; Qualis periódicos; Research Evaluation; CAPES; Public policy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BASE – *Bielefeld Academic Search Engine*
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COPE – *Committee on Publication Ethics*
- CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
- CTC – Conselho Técnico-Científico
- CTC-EB – Conselho Técnico-Científico da Educação Básica
- CTC-ES – Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
- CSV – *Comma-separated Values Format*
- DAV – Diretoria de Avaliação
- DOAJ – *Directory of Open Access Journals*
- DOI - *Digital object identifier*
- DRJI – *Directory of Research Journals Indexing*
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
- FISJR – Fator de Impacto da *Scientific Journal Rankings*
- GSM - *Google Scholar Metrics*
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IES – Instituição de Ensino Superior
- ISI – *Institute for Scientific Information*
- ISSN – *Internacional Standard Serial Number*
- JCR – *Journal Citation Reports*
- JSTOR – *Journal Storage*
- LATINDEX – *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*
- MEC – Ministério da Educação
- NPC – Não Periódico Científico
- ODF – *OpenDocument Format*
- PAAP - Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos Eletrônicos
- PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPG – Programa de Pós-Graduação

PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SJR – *Scientific Journal Rankings*

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UNAM – *Universidad Nacional Autónoma de México*

URL - *Uniform Resource Locator*

XLS – *Excel Binary File Format*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estratificação Qualis para a Revista de Direito Econômico e Socioambiental.....	68
Tabela 2 – Classificação da Revista de Direito Econômico e Sócio Ambiental e critérios dos estratos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Direito e Educação	115
Tabela 3 – Critérios dos estratos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e Educação	116
Tabela 4 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Biologia	137
Tabela 5 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Medicina	138
Tabela 6 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Engenharia	139
Tabela 7 - Avaliação global de periódicos. (Qualis em número total e proporcional)	149
Tabela 8 - Avaliação global de periódicos. (Qualis em número total e proporcional divididos em colégios)	150
Tabela 9 - Quantidade global de periódicos nacionais e internacionais. (Número total e proporcional)	151
Tabela 10 - Avaliação geral de periódicos por colégios (Qualis em número total e proporcional)	152
Tabela 11 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Ciências da vida (Qualis em número total e proporcional)	153
Tabela 12 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Qualis em número total e proporcional)	154
Tabela 13 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Humanidades (Qualis em número total e proporcional)	155
Tabela 14 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por colégios. (Número total e proporcional)	156
Tabela 15 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Ciências da Vida. (Número total e proporcional)	157
Tabela 16 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. (Número total e proporcional)	157

Tabela 17 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Humanidades. (Número total e proporcional)	158
Tabela 18 - Quantidade de periódicos com Qualis C de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	160
Tabela 19 - Quantidade de periódicos com Qualis B5 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	162
Tabela 20 - Quantidade de periódicos com Qualis B4 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	164
Tabela 21 - Quantidade de periódicos com Qualis B3 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	166
Tabela 22 - Quantidade de periódicos com Qualis B2 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	168
Tabela 23 - Quantidade de periódicos com Qualis B1 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	170
Tabela 24 - Quantidade de periódicos com Qualis A2 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	172
Tabela 25 - Quantidade de periódicos com Qualis A1 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)	174

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Metodologia das áreas Qualis	72
Gráfico 2 – Indicação da composição e processo de escolha dos consultores nos documentos de área de 2017	81
Gráfico 3 – Publicidade dos processos de avaliação Qualis periódicos	82
Gráfico 4 - Quantidade de periódicos com qualis C de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	159
Gráfico 5 - Quantidade de periódicos com Qualis B5 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	161
Gráfico 6 - Quantidade de periódicos com Qualis B4 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	163
Gráfico 7 - Quantidade de periódicos com Qualis B3 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	165
Gráfico 8 - Quantidade de periódicos com Qualis B2 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	167
Gráfico 9 - Quantidade de periódicos com Qualis B1 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	169
Gráfico 10 - Quantidade de periódicos com Qualis A2 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	171
Gráfico 11 - Quantidade de periódicos com Qualis A1 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)	173
Gráfico 12 – Percentual representativo das grandes áreas por estrato	175

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	17
INTRODUÇÃO	22
PARTE 1. A AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL.....	31
Capítulo 1. Organização da metodologia estatal de avaliação de periódicos.....	31
1.1. <i>O início da avaliação de revistas científicas no Brasil.....</i>	31
1.2. <i>O surgimento do Qualis periódicos.....</i>	39
1.3. <i>A estrutura administrativa do Qualis-CAPES.....</i>	46
1.4. <i>O aperfeiçoamento do Qualis periódicos com a implementação da Plataforma Sucupira.....</i>	51
Capítulo 2. A regulação do Qualis periódicos.....	57
2.1. <i>Os critérios adotados na avaliação de revistas científicas.....</i>	57
2.2. <i>O processo de coleta de periódicos.....</i>	73
2.3. <i>A avaliação das revistas pela comissão de consultores.....</i>	77
2.4. <i>A divulgação e atualização dos resultados para a comunidade científica</i>	83
PARTE 2 ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE PERIÓDICOS REALIZADA PELO QUALIS.....	89
Capítulo 3. Ponderações sobre a regulação da CAPES sobre os periódicos	89
3.1. <i>O papel regulador do Qualis-Periódicos</i>	89
3.2. <i>O princípio da moralidade e a função do Qualis para além da avaliação da produção científica.....</i>	99
3.3. <i>Considerações sobre a publicidade e eficiência do Qualis-periódicos</i>	102
3.4. <i>Críticas à legalidade, segurança jurídica e democracia no processo de avaliação</i>	113

Capítulo 4. Ponderações estruturais sobre o processo avaliativo	121
4.1. <i>A disparidade do procedimento avaliativo entre as áreas de conhecimento..</i>	<i>121</i>
4.2. <i>A indispensável mudança na divisão das áreas de conhecimento</i>	<i>134</i>
PARTE 3 ANÁLISE DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS AVALIADOS PELO	
QUALIS.....	146
Capítulo 5. Levantamento do Qualis periódicos: análise dos resultados obtidos..	146
5.1. <i>A metodologia adotada para coleta e seleção</i>	<i>146</i>
5.2. <i>A análise global dos periódicos mapeados</i>	<i>148</i>
5.3. <i>A análise por Colégios e grandes áreas dos periódicos mapeados</i>	<i>156</i>
5.4. <i>Colégio de Humanidades: uma atenção especial necessária</i>	<i>177</i>
Capítulo 6. Parecer crítico quanto às revistas científicas mapeadas	183
6.1. <i>Críticas à fidedignidade nas informações fornecidas pela base de dados</i>	<i>183</i>
6.2. <i>Críticas ao atraso no desenvolvimento digital do Qualis</i>	<i>194</i>
CONCLUSÕES.....	209
REFERÊNCIAS	217
ANEXO I: Tabela do levantamento de dados dos resultados do Qualis Periódicos na	
avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016).....	234
ANEXO II: Tabela dos critérios utilizados para a definição do Qualis Periódicos na	
avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016).....	255

PRÓLOGO

Entendo que não poderia deixar de exteriorizar, nesta sessão introdutória, a dificuldade para a escolha do título ideal para este trabalho. A escolha do título foi, sem dúvida alguma, objeto de intensa cautela, pois pretendeu-se dar o rótulo que mais abarcasse os anseios na exposição das deficiências do modelo avaliativo de periódicos. Seria possível, em algumas partes, o título ser perfeitamente trocado por “carta aberta à CAPES quanto ao Qualis periódicos”. Afinal, após mais de 250 páginas expondo sobre a avaliação de revistas científicas e levantando críticas e sugestões sobre o que eu considero como melhor para a regulação de periódicos, causar-me-ia estranhamento não fazer algumas sugestões à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para a melhoria de sua política de avaliação.

No entanto, o título também não seria adequado, sendo que há outras considerações as quais foram levantadas. A principal delas é sobre a pós-graduação *stricto sensu*: aproveitou-se do espaço deste trabalho para também expor as preocupações com a situação da pós-graduação brasileira, mas entendo que cometeria a mesma imprecisão se eu nomeasse como “carta aberta à pós-graduação brasileira” em vez do título em questão.

Demonstradas as minhas reflexões superadas quanto à escolha de um título adequado, é basilar algumas considerações, iniciais e pessoais, sobre as condições de pesquisa sobre o tema e uma posterior apresentação do trabalho.

Pessoalmente, admito que ingressei no Programa de Pós-graduação em Direito da PUCPR em condições que grande parte dos outros ingressantes não tinham. Aprovado em primeiro lugar no processo seletivo de 2016, estando ainda no décimo semestre do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, fui aprovado e aceito para ser orientado pelo distinto Prof. Emerson Gabardo, que não havia tido a oportunidade de conhecer até o momento do processo seletivo e tampouco conhecia sobre a Instituição, o programa ou mesmo a cidade de Curitiba.

Durante quatro dos cinco anos necessários para a obtenção do bacharelado em Direito, dediquei-me no âmbito da UCDB à iniciação científica, onde tive o prazer de ter a orientação da Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, Professora Arlinda Cantero Dorsa. No âmbito dos quatro ciclos de estágio de

pesquisa realizados, aprofundei em temas ligados à análise da produção acadêmica, tendo, conseqüentemente, apresentando no trabalho de conclusão de curso, uma pesquisa sobre a qualidade dos periódicos científicos do Direito. Considero que neste momento se fundou a pedra basilar para a pesquisa desenvolvida no mestrado.

Na discussão sobre o tema de pesquisa a ser produzido no âmbito do mestrado, o orientador Prof. Emerson Gabardo me sugeriu pesquisar sobre a regulação do Qualis sobre as revistas científicas. Foi com surpresa e bastante alegria que aceitei pesquisar sobre o tema, mesmo com os desafios de pouca literatura na área. Em um momento posterior, fui apresentado ao Prof. Alexandre Godoy Dotta, que assumiria o cargo de coorientador, com seu inquestionável currículo na área da ciência da educação.

Mesmo com alguma experiência sobre o tema em estudos realizados na graduação, o meu primeiro contato com minhas pesquisas para a escrita desta dissertação me causou espanto: não foi difícil encontrar graves falhas no processo de avaliação e divulgação de resultados, e tampouco foi custoso notar a política institucionalizada do Qualis periódicos de fomentar uma produção altamente quantificada para fins de pontuação curricular e institucional.

Em outras palavras, como será melhor desenvolvido no ensaio, o questionamento vital que pessoalmente tomei como norte sobre o Qualis periódicos é: como uma avaliação desenvolvida por uma entidade da Administração indireta pode atentar de forma tão direta contra os princípios e regras da Administração Pública?

É estarrecedor notar também a ausência de visão sobre os efeitos provocados pelos critérios adotados para a estratificação dos periódicos. É fato que o modelo em vigor tornou a produção intelectual da academia como mero objeto quantitativo e necessário para a manutenção do PPG nos mais altos níveis na avaliação institucional da CAPES.

Tal política de produtividade da CAPES, voltadas a uma pontuação a ser cumprida pelos programas de pós-graduação, fatalmente influenciou no dia-a-dia dos discentes e docentes. Conseqüentemente, os pesquisadores estão agora voltados à obrigação de cumprir uma tabela de atividades complementares que os obrigam a buscar a publicação qualificada e de alto impacto. Seria esse o estágio ideal das instituições de nível superior?

Como é notório, sabe-se que uma pesquisa científica não possui prazo certo e tampouco resultados previsíveis. Quando um novo problema surge e se faz necessário

diferentes perspectivas que necessitam ser testadas, não se sabe ao certo qual paradigma será melhor sucedido ou em quanto tempo se obterá a solução considerada satisfatória. O que ocorre, portanto, quando se muda a práxis da pesquisa acadêmica para acrescentar-lhe eficiência e produtividade?

Assim, a realidade hoje demonstra que a produtividade científica é considerada um fator na academia ligado a própria sobrevivência do pesquisador entre seus colegas e a instituição. O conhecido lema “publique ou pereça” está, cada vez mais, infiltrado nos diversos ramos do conhecimento científico da pós-graduação brasileira.

Para a compreensão do modelo regulatório de periódicos científicos da CAPES, estabeleceu-se uma divisão em três partes demonstrando apresentar dois grandes questionamentos: como funciona a avaliação e qual é o estágio da avaliação.

Para isso, a primeira parte tratou-se de apresentar o contexto da avaliação de periódicos científicos no Brasil.

No capítulo primeiro, faz-se uma breve contextualização histórica do surgimento da avaliação de revistas pela CAPES, adentrando-se, posteriormente, na criação do modelo Qualis periódicos, em vigor desde a década de 1990, bem como suas alterações que o moldaram no estágio em vigência na avaliação Quadrienal de 2017. Em um tópico indispensável, faz-se a apresentação da Plataforma Sucupira, importante programa computacional do Qualis para a divulgação e coleta de informações dos programas de pós-graduação quanto à produtividade intelectual, corpo docente e discente e eventos realizados. Nesse ponto, advoga-se brevemente no sentido da necessidade de promoção do desenvolvimento digital do modelo, demonstrando que a Sucupira foi um elemento essencial para a unificação de serviços. Posteriormente, adentra-se na exposição da regulação do Qualis Periódicos, enfocando o corpo administrativo da CAPES voltado à estruturação do modelo avaliativo de revistas científicas.

O segundo capítulo aprofunda o estudo sobre a regulação do Qualis periódicos, que analisa mais especificamente os critérios adotados na avaliação das revistas científicas, expondo as similitudes e diferenças no que cada área de concentração pondera como mais relevante. Em um momento posterior, os tópicos seguintes descrevem o processo de coleta dos veículos utilizados para publicação pela CAPES, expondo, na sequência, a nomeação das comissões de consultores que irão atribuir os estratos aos periódicos. Finalmente, adentra-se os estudos no modo de divulgação e atualização dos

resultados para a comunidade científica, expondo largas críticas sobre as incongruências e omissões na exposição dos resultados.

A segunda parte deste ensaio tratou da regulação de periódicos realizada pelo Qualis.

Propõe-se, na primeira parte do terceiro capítulo, que a CAPES é, na realidade, uma agência reguladora, por exercer amplos poderes sobre os programas de pós-graduação e sua produção intelectual. Compreende-se que há diferenças formais entre uma agência reguladora e a fundação pública, mas que são superáveis ao se expor as similaridades entre a entidade e as características reguladoras da agência. Mais especificamente ao Qualis Periódicos, a regulação sobre os títulos é um fator condicionante ao desenvolvimento da comunicação científica nacional, sendo a estratificação um importante meio normatizador e de fomento à produção intelectual.

Mais à frente no mesmo capítulo, seguindo a lógica dos princípios da Administração Pública, adentra-se à exposição crítica de elementos do Qualis periódicos que atentam contra o Direito Administrativo. Analisa-se, numa primeira exposição, o descumprimento à moralidade administrativa pela desconsideração do papel do Qualis além da simples avaliação da produção científica. Parte-se do pressuposto que a avaliação é uma importante política pública capaz de moldar o modo da produtividade científica dos pesquisadores brasileiros, tanto de forma quantitativa como qualitativa, bem como influencia na tomada de decisões por parte dos editores.

Após, o trabalho analisa a publicidade dos atos das oriundos do Qualis periódicos e a eficiência do modelo avaliativo em comparação com os objetivos de desenvolvimento da pós-graduação brasileira. Finalmente, discute-se a (i)legalidade dos atos administrativos publicados no âmbito da CAPES, a (in)segurança jurídica do modelo avaliativo em vigor, com constantes alterações de estratos anualmente e a ausência de democracia no processo de escolha dos consultores e de participação da avaliação.

No quarto capítulo do trabalho, a investigação se volta para a exposição crítica sobre a estrutura do processo avaliativo, tendo o olhar, num primeiro momento, sobre a disparidade do procedimento avaliativo entre as 49 áreas do conhecimento. Num momento posterior, abre-se espaço para a rediscussão sobre a divisão em vigor das áreas de concentração do Qualis periódicos.

Por sua vez, a última parte desta pesquisa tratou em analisar os periódicos científicos avaliados pelo Qualis na Avaliação Quadrienal de 2017. Aqui se fez necessário um levantamento de todas as revistas acadêmicas avaliadas pelas áreas de concentração, ultrapassando a cifra de 140.000 estratificações feitas.

Assim, no quinto capítulo, são apresentados os resultados obtidos, relatando-se por início a metodologia adotada para coleta e seleção para, após, ser realizada uma análise global dos periódicos mapeados. Mais à frente, o diagnóstico se volta para os Colégios e grandes áreas, agrupamentos que unem áreas de concentração mais alinhadas. Por fim, dá-se um parecer especial para o Colégio de Humanidades, em razão dos piores resultados em comparação com os outros dois Colégios.

O último capítulo traz o parecer crítico quanto as revistas científicas que foram levantadas. No primeiro subcapítulo, foram elencadas críticas quanto à fidedignidade nas informações fornecidas pela base de dados da Plataforma Sucupira. Justifica-se porque as listas dos periódicos acadêmicos avaliados eram dotadas de omissões e incorreções consideráveis em todas as áreas.

Posteriormente, o último subcapítulo agrupa as críticas quanto ao atraso no desenvolvimento digital do Qualis. Nesse item, discute-se a ideia de transparência e governança aberta como elemento necessário para melhor publicidade do processo avaliativo público de periódicos científicos. Em razão de grande parte da avaliação ser amparada no âmbito da rede global de computadores, com a existência da Plataforma Sucupira e inúmeros periódicos com publicações restritamente eletrônicas, a busca por ajustes no processo digital do Qualis periódicos é premente.

Por fim, apresenta-se como Anexo I os resultados quantitativos do levantamento feito nas avaliações dos periódicos em todas as áreas de concentração. Como Anexo II, expõe-se a tabela elaborada com os critérios utilizados por todas as áreas na avaliação quadrienal de 2017.

Espera-se, deste modo, que esta pesquisa possa ser um importante pilar esclarecedor do processo de avaliação da CAPES, bem como demonstrar algumas falhas do Qualis periódicos, desejando sempre que sejam solucionadas de forma eficiente e legítima.

INTRODUÇÃO

A produção científica é entendida como a forma mais eficaz de transmissão de conhecimentos e teorias, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de uma região, quebrar paradigmas e melhorar a qualidade de vida. É somente pela divulgação e popularização desse novo conhecimento que ocorre a contribuição para o desenvolvimento humano e social.¹

No entanto, a comunicação científica é considerada um termo genérico, onde a difusão científica, a divulgação científica, a popularização da ciência e a disseminação científica são termos subordinados e específicos da comunicação científica. Tais termos estão relacionados às atividades desenvolvidas com o objetivo de levar a informação científica a determinado grupo social.²

Com extrema fluidez e capacidade de rápida leitura, os periódicos científicos são um dos principais alicerces da comunicação científica. Possuem o escopo de divulgar as mais recentes pesquisas científicas realizadas de forma expressa, com artigos que apresentam os principais resultados obtidos em algumas dezenas de páginas.

No fim do século XX, o conhecimento da literatura científica passou a ser disponibilizado também nas redes eletrônicas. Esse novo modo de divulgação proporcionou o aumento da visibilidade da ciência e audiência. O mundo acadêmico legitimado pelo conhecimento formal passou a conviver com uma forma de informação que ampliou o alcance de outros públicos, fazendo interseção com leitores não especializados.³

Usualmente, atribui-se quatro funções ao periódico científico: o estabelecimento de uma ciência “certificada”, por receber o aval da comunidade científica; como canal de comunicação entre pesquisadores e de divulgação mais ampla da ciência; arquivo ou memória científica e, por fim, registro da autoria da descoberta científica.⁴

¹ DORSA, Arlinda Cantero. A produção científica: esforços docentes e discentes vividos e sentidos. **Interações**. Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 697-698, out./dez. 2018. p. 697.

² CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015. p. 90.

³ VALERIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**. Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago., 2008. p. 160.

⁴ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Data GramZero**. João Pessoa, n.1, p. 1-8, 1999. p. 2.

O aval da comunidade se faz um importante requisito do periódico científico, considerando que uma característica inerente à ciência é a confiabilidade, que a distingue do conhecimento popular e não científico. É necessário, para obtenção desse status, além da utilização de uma metodologia científica consistente, que os resultados obtidos pelas pesquisas do cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento de seus pares.⁵

Nessa lógica, a qualidade do pesquisador passa a ser avaliada por sua produção. A produtividade é mensurada a partir do momento que é padronizada e esse processo de padronização é instituído pela própria ciência como requisito para a publicação de suas descobertas.⁶

Todavia, as publicações em revistas são apenas um dos canais de comunicação científica disponíveis. A chamada comunicação informal também possui um importante e complexo papel, mas para efeitos de estabelecimento de reconhecimento acadêmico, somente a publicação de periódicos, com um corpo de avaliadores qualificados, é universalmente aceita.⁷ Tal possibilidade de obtenção de informações certificadas pelos pares significa para o cientista uma espécie de selo de garantia.⁸

Concorda-se com a opinião expressa por Suzana Pinheiro Machado Mueller: a pressão por uma publicação constante de cientistas e pesquisadores, com preocupações externalizadas já na década de 1960, aliou-se com o desenvolvimento da tecnologia da informação, que facilitou a disseminação do conhecimento. “Embora haja inúmeros exemplos de autores muito fecundos cuja produção é considerada medíocre ou trivial, geralmente se acredita, nos meios científicos, que quantidade e qualidade estão ligados. Promoções, acesso a financiamentos para pesquisa, concessão de prêmios e prestígio acadêmico levam em consideração o volume de trabalhos publicados”.⁹

De fato, grande parte dos periódicos científicos brasileiros são publicados por universidades e outras instituições acadêmicas e de pesquisa, que não almejam lucro, mas

⁵ *Idem.* A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 21-34. p. 21.

⁶ MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira:** impacto nacional *versus* internacional. São Paulo, 2006. 254f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. p. 50.

⁷ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG.** Belo Horizonte, v. 24, n.1, p. 63-84, jan./jun. 1995. p. 80.

⁸ MUGNAINI, Rogério. *Op. cit.*, p.57.

⁹ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O crescimento da ciência... *Op. cit.*, p. 69.

prestígio. Uma boa reputação se mantém com o rigor da seleção dos artigos por parte dos pareceristas e editores. Por sua vez, o rigor da seleção apenas pode ser aplicado onde há boa afluência de artigos. Um veículo é apenas considerado bom se há a publicação de bons artigos, mantenha periodicidade regular e seja de fácil obtenção.¹⁰

Ainda sob a lógica de produtividade como meio de sobrevivência do pesquisador, a ideia de prestígio é inerente ao cientista e à instituição. No caso das universidades, quanto maior a notoriedade, melhor a atração para doações, financiamentos e a entrada de melhores pesquisadores e alunos. Quanto às revistas científicas, os periódicos mais prestigiosos conseqüentemente atraem os melhores trabalhos, editores e avaliadores, um maior número de assinaturas, bem como são os mais lidos e os mais citados.¹¹

O alcance do prestígio na carreira acadêmica não é medido por critérios conhecidos e objetivamente traçados: sua medida é naturalmente subjetiva. Toma-se como aspectos a originalidade e prioridade do pesquisador. A prioridade, no caso, significa o desejo de publicar tão logo quanto possível, acompanhado pelo esforço de publicar. Em outras palavras, pode-se afirmar que o volume de publicações de um cientista é universalmente usado como medida de seu valor.¹² Na visão de Arlinda Cantero Dorsa, vive-se uma situação paradoxal: “de um lado, a visão de que indivíduos isolados não podem fazer ciência, e de outro, as condições para fazer parte de uma comunidade científica que exigem dos docentes e alunos um esforço permanente para a construção do conhecimento com a certeza de poder pertencer a uma comunidade científica”.¹³

Aparentemente, a ideia de prestígio científico dos pesquisadores e das instituições parecer estar ligada, ao menos em parte, com a concepção de desenvolvimento científico e tecnológico. Em outras palavras, sem o desenvolvimento da infraestrutura, auxílio financeiro para desenvolvimento de projetos e de recursos humanos com alta formação, o prestígio científico nacional, alcançada com a ampla divulgação científica, torna-se um caminho dificultoso para ser almejado.

¹⁰ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso... *Op. cit.*, p. 3-4.

¹¹ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O crescimento da ciência... *Op. cit.*, p. 80.

¹² *Ibidem*, p. 80.

¹³ DORSA, Arlinda Cantero. *Op. cit.*, p. 697.

Por isso, a Constituição da República entendeu que “o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”.¹⁴ Desse mandamento constitucional decorre o dever da Administração Pública promover políticas públicas de fomento ao desenvolvimento científico e, principalmente, à melhoria da situação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira e da qualidade da comunicação científica.

Na visão de Vanice Regina Lírio do Valle, a constitucionalização de uma pauta de prioridades na formulação de políticas públicas pode significar o que a autora considera como uma opção fundante do Estado, que almeja a justiça distributiva, amparando-se pela solidariedade como estratégia de ação nos temas públicos considerados não estatais. Ademais, orienta-se o agir do poder à diferenciação comprometida com a igualdade material e fomenta-se as atuações que confirmam um especial peso, num processo de valorização empreendido pela própria Constituição.¹⁵

Mas a autora supracitada faz a ressalva que no mais das vezes, a previsão constitucional de políticas públicas consiste apenas em um apontamento de que esta ou aquela área de atuação estatal reclamam um agir programado e finalisticamente orientado sem que se tenha o desenho desse mesmo percurso.¹⁶ Situação similar ocorreu, como observado na disposição do artigo 218 da Constituição da República, quanto ao desenvolvimento científico nacional. Outrossim, entende-se como positiva a eficácia limitada dada à norma, visto que uma política pública detém um caráter dinâmico e temporalmente referenciado. Em resumo, “o conteúdo das prestações estatais dificilmente pode ser estabelecido e definido de forma geral e abstrata no texto constitucional. Por essa razão, os direitos sociais tendem a ser positivados de forma vaga e aberta no texto constitucional, necessitando, muitas vezes, de interposição legislativa”.¹⁷

A previsão constitucional de desenvolvimento da ciência é reflexo do advento do Estado Social, onde a prevalência e o aumento das normas de organização de aliou ao aumento do crescimento contínuo das sanções positivas. Ao lado da imagem tradicional

¹⁴ Artigo 218 da Constituição da República.

¹⁵ VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 52.

¹⁶ *Ibidem*, p. 53.

¹⁷ RANGEL, Susana Salum. **Educação superior: o papel da união e a garantia e qualidade do ensino**. São Paulo, 2013. 414f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p. 23.

do Direito, como ordenamento protetor-repressivo, exsurge também a imagem do ordenamento jurídico como ordenamento com função promocional.¹⁸

Considerando o dever constitucional do Poder Público, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, incorporou o dever de promoção ao desenvolvimento dos docentes, discentes e dos programas de pós-graduação. Para tanto, o seu principal instrumento de fomento é a avaliação periódica dos pesquisadores, da infraestrutura disponível às instituições e da produção intelectual acadêmica. “A produção científica é caracterizada como um dos itens mais importantes no sistema de avaliação de um programa e, devido a tal importância, foi necessária a criação de um instrumento que sistematizasse o processo, fornecendo indicadores que subsidiassem o sistema de avaliação de programas”.¹⁹

É sob esse escopo que a CAPES desenvolveu a metodologia avaliativa do Qualis Periódicos, voltada a avaliar as revistas científicas, classificando em estratos, para auxiliar a avaliação institucional periódica que a fundação realiza sobre os programas de pós-graduação. A ideia preconizada pela avaliação comporta uma gama de significados dentro da educação, mas, usualmente, relaciona-se a uma busca por uma mensuração. Como no exemplo da CAPES, a medida pode significar o rendimento de um determinado aluno e ser utilizada para subsidiar uma ação.²⁰

A avaliação da produção científica da pós-graduação já é um fato reconhecido, pois não se questionam a produção intelectual acadêmica e a formação de pesquisadores como missões legítimas do sistema de pós-graduação. Além disso, “considerando que a quase totalidade das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação é viabilizada por fundos públicos, para além da necessidade de disseminar o conhecimento e validar a sua qualidade por meio da apreciação pelos pares, pesquisar e publicar seus resultados faz parte do compromisso social do pesquisador”.²¹

¹⁸ *Ibidem*, p. 18.

¹⁹ JACON, Maria do Carmo Moreira. Base qualis e a indução do uso de periódicos da área de Psicologia. **TransInformação**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 189 - 197, maio/ago. 2007. p. 190.

²⁰ DOTTA, Alexandre Godoy. A implantação de políticas públicas de avaliação da qualidade como meio de realização como bem público. In: MEZZARROBA, Ordes; GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro. (Orgs.). **Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos**. XXI Congresso Nacional do CONPEDI - O Novo Constitucionalismo Latino Americano: desafios da sustentabilidade. Florianópolis. FUNJAB, 2012. p. 17.

²¹ YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel? **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 727-750, dez; 2012. p. 730-731.

No entanto, como denota Guilherme Henrique Hamada, apesar de a regulação estatal sobre a pós-graduação *stricto sensu* ser frequentemente alvo de críticas de pesquisadores e instituições, “poucos são os estudos sobre a legislação que ampara a atuação dos órgãos reguladores e a legitimidade dos seus atos”.²² Faz-se necessário assim compreender o sistema regulatório para levantar questionamentos que visem a sua reformulação.

Nesse sentido, exsurge a primeira grande questão: Qual é o objetivo de se regular os periódicos científicos utilizados para a publicação de artigos pelos pesquisadores brasileiros? A indagação é facilmente respondida. Sustenta-se que o Qualis periódicos é uma importante política pública voltada à melhoria do desenvolvimento científico brasileiro, buscando fomentar a comunicação científica no meio acadêmico e impulsionar o intercâmbio de conhecimentos entre as diversas instituições de pesquisa do país. Mais especificamente, a política estimula a evolução qualitativa dos veículos de comunicação científica utilizados por meio do estabelecimento de estratos e padrões de qualidade.

Entende-se, assim, que política pública é o campo do conhecimento que busca colocar ou analisar o governo em ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações postas e prática. A formulação de uma política pública se constitui assim no estágio em que governos democráticos transparecem seus propósitos expressos em campanhas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados no mundo real.²³

Considera-se então que a política pública é um campo holístico, o que se traduz numa perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos, instituições, interações, interesses e a ideologia contam. Ademais, é um campo que abarca a multidisciplinariedade, visto que qualquer teoria da política pública necessita explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade.²⁴

Como se denota, as políticas públicas preconizadas socialmente e positivadas na Constituição deixam evidente o direito à educação e a necessidade da melhoria da

²² HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil**. Curitiba, 2017. 284f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. p. 20.

²³ SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. p. 26.

²⁴ *Ibidem*, p. 25.

qualidade de ensino como um objetivo a ser alcançado.²⁵ O grande desafio, como compreende Alexandre Godoy Dotta, é “encontrar mecanismos de sua efetividade material e não somente formal, mediante critérios que ultrapassem os requisitos de mercado, opondo-se a uma concepção restrita dos serviços de educação”.²⁶

O que se percebe é que a articulação entre avaliação, regulação e supervisão estabelecida pela legislação brasileira atinente à educação é capaz de promover e garantir a qualidade de ensino. Isso porque é por meio dessa política que se obtém conceitos insatisfatórios por parte das instituições de ensino superior, que geram para elas medidas restritivas, que as obrigam a apresentar um plano de melhorias. Assim, ajusta-se às exigências de qualidade ou se sujeitam às penalidades previstas.²⁷

Na considerada função promocional do Direito, a legislação educacional brasileira, quando articula os resultados avaliativos com as funções de regulação e supervisão, tem a relevância de estimular comportamentos socialmente desejados por meio de incentivos e promover a melhoria da qualidade do ensino, amparando-se em ações restritivas, que se traduz em penalidades legais para resultados insatisfatórios.²⁸

Ademais, o uso da avaliação é sempre aplicado e formulado em um contexto social e político que exige a reflexão dos atores, objetos, organização e destinatários dessa política pública. Qualificada como política pública, a avaliação deve considerar as diferentes racionalidades, como a administrativa, política, legal e a de resultados, além das influências da mídia e questões econômicas que podem afetar o processo. Em outras palavras, a avaliação é construída sob o embate dessas perspectivas e pode ser utilizada de forma adversa de sua concepção original.²⁹

Pode-se considerar que a avaliação é uma espécie de técnica de encorajamento, típica do ordenamento com função promocional. Por sua vez, essas visam à transformação, sendo induzida por premiação, favorecimento ou facilitação. Neste

²⁵ DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. **Revista de Investigações Constitucionais**. Curitiba, v. 3, n. 3, p. 53-69, set./dez. 2016, p. 61.

²⁶ DOTTA, Alexandre Godoy. A implantação de políticas públicas... *Op. cit.*, p. 14.

²⁷ RANGEL, Susana Salum. **Educação superior...** *Op. cit.*, p. 299.

²⁸ *Ibidem*, p. 300.

²⁹ Posicionamento de Alexandre Godoy Dotta, concordando-se com o entendimento de José Dias Sobrinho. In: DOTTA, Alexandre Godoy. A implantação de políticas públicas... *Op. cit.*, p. 19.

ponto o Direito adota sua concepção promocional ao dedicar sua atenção à regulação de comportamentos desejados como indutores da mudança social.³⁰

Qual outro modo de fomentar uma determinada ação considerada positiva senão por meio de uma avaliação periódica? Como concluiu Ronir Raggio Luiz, a necessidade por avaliações chegou definitivamente às academias, mesmo que a dificuldade intrínseca à avaliação de qualidade da produção científica favoreça estratégias quantitativistas que tem gerado insatisfações pelas suas fragilidades e pela pouca percepção da competição como um de seus propulsores.³¹

Uma das possíveis falhas que podem ser levantadas como hipótese é que a produção científica priorizada pelo sistema de avaliação do Qualis periódicos influencia nas ações dos sujeitos para o direcionamento de suas práticas para investigações que permitem o acúmulo de capital científico, buscando reconhecimento e prestígio sem se preocupar com a aplicação ou desdobramento de sua produção.³²

Assim, como advertiu Anna Maria Prat, é perigosa a utilização de indicadores bibliométricos para avaliação de pessoas. Estudo de impacto, número de citações, número de artigos publicados nas principais revistas são meios utilizados que servem para a carreira acadêmica. Se por um lado os índices alcançados são verdadeiros, eles não expõem toda a realidade.³³ Mas a “escalada produtivista” não é um fenômeno isolado da CAPES ou mesmo do contexto brasileiro, mas trata-se de um fenômeno de âmbito internacional.³⁴

Outra consequência direta na definição de um padrão de qualidade é a determinação natural de um conjunto-alvo de revistas que concentrarão grande parte da produção científica nacional.³⁵ A classificação dos títulos em estratos conseqüentemente tornou as revistas classificadas como A1 e A2 em padrões a serem almejados pelos demais editores e programas de pós-graduação.

³⁰ RANGEL, Susana Salum. **Educação superior...** *Op. cit.*, p. 19.

³¹ LUIZ, Ronir Raggio. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 3, n. 6, p. 300-312, dez. 2006. p. 300.

³² MASCHLEWSKI, Camila; SILVA, Priscilla Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A influência do sistema de avaliação QUALIS na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.1, p.104-116, jan./mar. 2011. p. 106.

³³ PRAT, Anna Maria. Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. **Ciência da Informação**. Brasília, v.27, n.2, p. 206-209, maio/ago. 1998, p. 208.

³⁴ YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Produção científica... *Op. cit.*, p. 731-732.

³⁵ MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação...** *Op. cit.*, p. 196.

Como será apresentado neste trabalho, o padrão de Qualidade do Qualis periódicos estimula a publicação em revistas indexadas em bases de dados e com altos fatores de impacto, como meio de estímulo da comunidade científica brasileira a deter uma maior inserção internacional. Como efeito, mais um novo obstáculo se torna evidente: o conhecimento da língua inglesa para o acesso ao melhor da pesquisa brasileira, visto que os periódicos científicos de alto impacto estão situados em países de inglês nativo, forçando considerar o idioma anglófono como uma língua universal.³⁶

A indução de uma produção evidentemente quantitativa promoveu também distorções, como o fracionamento de trabalhos, a redundância dos produtos e a multiplicação de itens publicados sem que representem efetivas contribuições à relevância científica ou social.³⁷

Portanto, a avaliação dos periódicos científicos, pilar do procedimento avaliativo da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, necessita ser analisada sob a lente dos princípios da moralidade, publicidade, eficiência, legalidade, segurança jurídica e democracia. Bem como é indispensável dispor considerações sobre o papel regulador do Qualis-periódicos na ciência brasileira.

Outrossim, é premente examinar os resultados da última avaliação da CAPES, feita em 2017, e ponderar sobre a disparidade no procedimento de apreciação dos periódicos científicos, sua fidedignidade de dados e a sua (falta de) transparência na divulgação de resultados. O primeiro passo, entretanto, será a apresentação pormenorizada do modelo regulatório e sua estrutura administrativa.

³⁶ *Ibidem*, p. 196.

³⁷ YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. *Produção científica...Op. cit.*, p. 733.

PARTE 1. A AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NO BRASIL

Capítulo 1. Organização da metodologia estatal de avaliação de periódicos

1.1. O início da avaliação de revistas científicas no Brasil

A avaliação pode ser compreendida como um meio para o alcance de qualidade, o aperfeiçoamento de processos e um instrumento de tomada de decisão. A sua utilização na educação, mensurando quali-quantitativamente todo o sistema de ensino brasileiro, acrescentou, dentre seus atributos, características pedagógicas nas atividades de exame e medição.³⁸

Ademais, a avaliação consiste em um instrumento indispensável para a alocação racional de recursos internamente e a transformação das instituições de ensino superior de acordo com as demandas da sociedade. Sem essa análise, seja institucional ou externa, não haveria nenhum mecanismo que estabelecesse o interesse mais geral do desenvolvimento das universidades como um parâmetro na distribuição de recursos.³⁹

Nacionalmente, a avaliação de periódicos científicos consiste em uma atividade estatal, exercida pela CAPES, e possui uma ampla influência sobre as estruturas e formação dos programas de pós-graduação brasileiros. Como é notório, a fundação CAPES exerce o poder regulador, com a implementação do modelo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* sobre os docentes, discentes, infraestrutura e produtividade intelectual do programa. Esta última, particularmente, ante a amplitude e a especificidade do processo de avaliação, forçou a CAPES a criar um modelo avaliativo próprio, cujo nome é “Qualis”, que se divide em Qualis Artístico, Qualis Livros e Qualis Periódicos.

³⁸ GABARDO, Emerson; DOTTA, Alexandre Godoy. A Qualidade da Educação Superior no Brasil: aspectos históricos e regulatórios da política pública de avaliação. In: **XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur - Rendimientos Académicos y Eficacia Social de la Universidad, Universidad Tecnológica Nacional - UTN, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária - INPEAU**, 2013, Buenos Aires. XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur - Rendimientos Académicos y Eficacia Social de la Universidad. Buenos Aires: Edutecne, 2013. v. 1. p. 1-18. p. 15.

³⁹ DURHAM, Eunice Ribeiro. A institucionalização da avaliação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 197-207, 1992. p. 204-205.

Outrossim, atribuir a uma entidade estatal a responsabilidade pelo processo avaliativo de instituições e revistas científicas é algo raro quando feita uma comparação: poucos Estados utilizam sistemas de classificação oficiais, estabelecidos pela Administração Pública. Geralmente, os Estados deixam a incumbência para a livre atuação do mercado, tendo a possibilidade de ser implementada por diversos atores, desde a imprensa até institutos especializados.⁴⁰ Em um exemplo contrário, na França, a concepção e desenvolvimento da ideia de “Estado Avaliador” é interpretada como uma forma de descentralização administrativa por substituir a responsabilidade das universidades dos controles formais e burocráticos do governo central, sem que elas se abstenham da obrigação de atingimento de padrões de desempenho pela sociedade.⁴¹

No Brasil, é sabido que predominou a concepção de um papel intervencionista do Estado, com o fim de garantir o bem-estar social. Assim, o estabelecimento jurídico de seus fins a partir da ideia política de que precisa oferecer o máximo aos indivíduos demandou o abandono da ideia de subsidiariedade, fato que a Constituição fez esta opção de forma bastante clara.⁴² Inclusive, em relação à regulação e fomento do setor da ciência, tecnologia e inovação, depara-se com a exigência expressa de que incumbe ao Estado promover o desenvolvimento científico e a pesquisa.⁴³

Como resultado de um modelo oficial estatal de avaliação, o significado de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é praticamente definido pela visão decorrente dessa metodologia de classificação governamental.⁴⁴ Consequentemente, as constantes políticas de planejamento de médio e longo prazo, a grande colaboração da comunidade acadêmica, o financiamento por parte do Estado e a centralidade na regulação da pós-

⁴⁰ VERHINE, Robert E. Avaliação da CAPES: subsídios para a reformulação do modelo. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). **Reformas e Políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, p. 165-188, 2008. p. 184.

⁴¹ SCHWARTZMAN, Simon. O contexto institucional e político da avaliação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). *Op. cit.*, p. 14.

⁴² GABARDO, Emerson. **Interesse público e subsidiariedade:** o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 331.

⁴³ Segundo o que foi disposto no artigo 218 da Constituição da República.

⁴⁴ SGUISSARDI, Valdemar. Pós-graduação (em Educação) no Brasil: conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). **Reformas e Políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil. Campinas: Alínea, p. 137-164, 2008. p. 138.

graduação *stricto sensu* brasileira fez com que esse setor educacional tivesse o melhor desempenho da educação geral.⁴⁵

Apesar da influência estatal na pesquisa científica brasileira, existe uma costumeira queixa do setor científico pela sua atuação quase inexpressiva e pela pouca consideração por parte do governo para a pesquisa, devido à limitação e instabilidade de oferta de recursos destinados às pesquisas, bem como pela baixa utilização das contribuições elaboradas pelos pesquisadores.⁴⁶

Num primeiro momento, é necessário realizar uma breve apresentação do contexto da CAPES com a avaliação de periódicos científicos. A fundação é ligada ao Ministério da Educação, com sede na capital federal, onde desempenha o papel regulatório da pós-graduação *stricto sensu* no âmbito federal. Sua função é, essencialmente, subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério da educação básica e superior e também para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.⁴⁷

O principal meio de exercício de sua função institucional é a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, mas também cabe à CAPES garantir a acessibilidade e divulgação da produção científica, os investimentos na formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e internacionalmente e atuar no fomento à cooperação científica nacional e na promoção da formação de professores para lecionar na educação básica.⁴⁸

É no exercício de seu poder regulador que a CAPES garante a autonomia universitária e seu vínculo com o desenvolvimento nacional, pois o exercício da autonomia científica, embora aparentemente pleno, possui restrições a esferas específicas

⁴⁵ BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 157-176, 2006. p. 157.

⁴⁶ SCHWATZMAN, Simon. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**. v.1, n.2, p.361-395, jul./dez. 2002. p. 364.

⁴⁷ Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

⁴⁸ CAPES. **Competências**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

previamente delimitadas pelo Estado.⁴⁹ Nesse sentido, é possível dizer que a ideia de autonomia científica encontra dois impedimentos de cunho material: dignidade humana, esfera que proíbe que a pesquisa científica, invada a privacidade, a moralidade e a integridade física e a finalidade social, pois as pesquisas científicas desenvolvidas deverão sempre alcançar fins sociais, com características de desenvolvimento social.⁵⁰

Nessa toada, a atuação da Administração Pública opera sobre as universidades atribuindo uma legislação uniforme, enquanto o corpo social exerce sua influência por meio de fatores que se originam do campo profissional e mercadológico.⁵¹

Sob essa lógica, o ensino na pós-graduação possui duas funções: a) uma técnica, obrigando a instituição de ensino superior a formar professores e profissionais competentes para a expansão e democratização do ensino superior, o desenvolvimento da pesquisa científica e o desenvolvimento nacional e; c) uma social, buscando restaurar o valor simbólico e econômico do ensino superior.⁵²

Com o progresso científico-tecnológico, incorporam-se em suas preocupações sobre questões de ordem socioeconômica da ciência que supõem, por sua vez, a aceitação pela sociedade civil do caráter benéfico da atividade científica. Consequentemente, tornou-se premente a maneira pela qual a comunidade conhece os resultados obtidos, bem como os tipos e canais que a divulgação científica utiliza.⁵³ Isso

⁴⁹ “A linha divisória entre autonomia e regulação não é estanque e deverá ser fixada no caso concreto. Todavia, alguns aspectos estão bem consolidados de ambos os lados. Para que seja de qualidade, a educação depende de estruturas adequadas, professores qualificados e recursos para o aprendizado. Para formar seus alunos em consonância com sua identidade, as instituições precisam de autonomia para definir seus princípios e valores, sua metodologia de ensino e sua relação com outras instituições e com a sociedade. [...] O princípio da autonomia universitária garante liberdade de atuação às instituições de ensino superior, mas não é ilimitado. Contrapõem-se à autonomia o dever do Poder Público de garantir qualidade de ensino. In: HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 190-191.

⁵⁰ ADDOR, Nicolas. A liberdade científica como requisito para um Estado democrático. In: BETTES, Janaína Maria; NASCIMENTO NETO, José Osório do; FURIATTI, Luiza de Araújo; SOUZA, Maria Augusta Oliveira de. (Orgs.). **Justiça e democracia**. p.243-254, Curitiba: Íthala, 2018.

⁵¹ RANIERI, Nina. **Autonomia universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013, p. 73. Ademais, “A organização do ensino pós-graduado, em particular, e a diferenciação do ensino superior, em geral (incluindo-se os cursos de curta duração) constituem mais uma etapa na transição dos padrões de discriminação desse grau de ensino. Antes a discriminação era feita pela divisão entre os concluintes do ensino médio que entram no ensino superior e os que não entram; agora se faz pelo modo como se sai do ensino superior, com diploma de que valor: curso de graduação de curta ou longa duração, curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado”. In: CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 66-70, out. 1974. p. 69.

⁵² *Ibidem*, p. 67-69.

⁵³ ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**. Brasília, v.25, n.3, p.393-404, set./dez., 1996. p. 396.

porque a sociedade não requer simplesmente que as instituições de ensino superior aumentem a produção de conhecimento, mas demanda também que a pesquisa seja capaz de transformar qualitativamente os que dele participam. Para isso, devem os docentes e discentes submeter à crítica os conhecimentos e os processos de aprendizagem.⁵⁴

Desde 1960 a CAPES planeja o processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e, desde 1998, os programas são classificados por notação, sendo a avaliação obrigatória e necessária para o subsidiar a alocação de investimentos, bolsas e auxílios financeiros para a execução dos projetos dos programas.⁵⁵

Delegada a responsabilidade de desenvolver a pós-graduação no Brasil, a CAPES gerencia a política nacional para a pós-graduação, que é documentada e executada a partir dos Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG, em que o Ministério da Educação atua como instância decisória.⁵⁶ Os PNPG's constituem um elemento crucial na construção do Sistema Nacional de Pós-Graduação, por nortear a sua consolidação e institucionalização, formulando um conjunto de metas e ações de acordo com os diagnósticos feitos.⁵⁷

Historicamente, houve cinco PNPG's. O primeiro (1975-1979), com o entendimento de que o processo de expansão da pós-graduação deveria ser encabeçado pelo Poder Público,⁵⁸ teve o escopo de iniciar o planejamento estatal nas atividades da pós-graduação, objetivando em formar recursos humanos para a academia, setor público e mercado. O segundo plano (1982-1985) também se preocupou com a formação de especialistas, valorizando, no entanto, a avaliação e a autonomia.⁵⁹ Dessa maneira, os objetivos do II PNPG, voltada à qualidade dos profissionais formados e das pesquisas realizadas, exigiu eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação do desempenho dos PPG's. Em face de tais exigências, aperfeiçoou-se o modelo de avaliação dos programas.⁶⁰

⁵⁴ DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 63.

⁵⁵ DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação no Brasil no contexto do desenvolvimento do serviço público de educação. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 14, n. 56, p. 229-245, abr./jun. 2014. p. 233.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 233.

⁵⁷ MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV**. Rio de Janeiro: CAPES, 2003, p. 294-309. p. 302.

⁵⁸ BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. *Op. cit.*, p. 158.

⁵⁹ DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação... *Op. cit.*, p. 234.

⁶⁰ BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. *Op. cit.*, p. 159.

O terceiro (1986-1989) obrigou a subordinação das atividades de ciência e tecnologia ao desenvolvimento econômico nacional⁶¹ e acompanhou as propostas da autonomia nacional, a exemplo da aprovação da reserva de mercado para a informática e a definição de empresas nacionais.⁶² O quarto plano, apesar de sua não adoção, teve suas diretrizes adotadas pela CAPES, dando ênfase na expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação, na diversificação do modelo de pós-graduação, nas mudanças nas metodologias de avaliação e no fomento à internacionalização dos programas.⁶³

O PNPG V (2005-2010) introduziu o princípio da indução científica. O plano foi altamente relevante, por ter havido sob sua vigência a revisão do Qualis para a sua transformação no modelo em utilização no momento, a introdução do Programa de Excelência Acadêmica, o desenvolvimento da cooperação internacional e aprimoramento da avaliação qualitativa dos programas.⁶⁴

Desde 2011 impera o Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor (2011-2020), considerado o quinto posto em prática. Editado pela CAPES, o documento é de suma relevância para a educação superior pois por ele são definidas as diretrizes, estratégias, e metas para o avanço da política de pós-graduação e pesquisa nacional.⁶⁵

No documento, a fundação deixou expressa que a avaliação dos PPG'S deveria ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas e no impacto acadêmico, empresarial e na comunidade. Compreendeu-se que “os índices propostos até então davam ênfase à produtividade dos orientadores e à produção científica e tecnológica dos laboratórios ou grupos de pesquisa que compõem a pós-graduação”.⁶⁶

A primeira estratificação dos periódicos científicos feita pelo Qualis foi implementada em 1998 e utilizada até o V PNPG no ano de 2007. No modelo anterior, adotava-se a avaliação considerando duas dimensões: uma divisão com três grupos que compunham três estratos em cada um deles. Os grupos separavam as revistas científicas de acordo com a sua área de circulação (local, nacional e internacional), e em cada grupo as revistas eram qualificadas em estratos A, B e C de acordo com o impacto e relevância

⁶¹ DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação... *Op. cit.*, p. 234.

⁶² BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. *Op. cit.*, p. 159.

⁶³ DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação... *Op. cit.*, p. 234.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 235.

⁶⁵ CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação: Volume I**. Brasília: CAPES, 2010. p. 2

⁶⁶ *Ibidem*, p. 36.

para uma área do conhecimento.⁶⁷ Seguindo essa lógica, os veículos de publicação poderiam ser classificados como: internacional A (IA), internacional B (IB), internacional C (IC), nacional A (NA), nacional B (NB), nacional C (NC), local A (LA), local B (LB) e local C (LC).⁶⁸

Esse primeiro modelo de avaliação e estratificação de periódicos foi utilizado em 1998 para auxiliar na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do biênio 1996-1997. Já no ano de 2004, a CAPES divulgou pela primeira vez para a comunidade a classificação das revistas por meio da internet.⁶⁹

No antigo sistema, um periódico de abrangência nacional, sem fator de impacto, mas classificado no estrado A (NA), estava no auge da pontuação. Nessa metodologia avaliativa, as três classes da dimensão territorial não eram colocadas em uma mesma escala de valores, mas isso não evitava a percepção implícita de prestígio, que era considerada relevante nos critérios de avaliação da produção intelectual.⁷⁰

Do mesmo modo que o modelo regulatório do Qualis em prática atualmente afeta substancialmente todo o ambiente da pós-graduação brasileira, orientando a produtividade intelectual dos pesquisadores e sendo utilizado como um critério definidor da qualidade da revista científica, o antigo modelo também fazia repercutir os mesmos efeitos. Para Antônio Ozaí Silva, o Qualis, adjetivado pelo autor como uma política classificatória, hierarquizante e potencialmente indutiva, “influencia o fluxo das publicações e, conseqüentemente, o cotidiano dos docentes e suas expectativas, bem como as dos programas de pós-graduação”.⁷¹

Como também assentam Eloísa da Conceição Príncipe de Oliveira e Nanci Oddone, no antigo modelo Qualis, o objetivo já não se limitava mais à classificação dos veículos informados pelos programas no processo de coleta de dados da CAPES, englobando outras finalidades como o estímulo a publicação em periódicos nas categorias mais valorizadas do Qualis e a indicação das revistas científicas de maior relevância,

⁶⁷ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. p. 15.

⁶⁸ CAMPOS, José Nilson B. Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 7, n. 14, p. 477-503, dez. 2010, p. 479.

⁶⁹ LACERDA, Maria Goretti de; ROCHA NETO, Ivan. O Qualis periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 639-659, dez. 2010. p. 650.

⁷⁰ CAMPOS, José Nilson B. Qualis periódicos... *Op. cit.*, p. 479.

⁷¹ SILVA, Antônio Ozaí da. A sua revista tem Qualis? **Mediações**. Londrina, v. 14, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2009. p. 119.

mesmo que não tenham ainda sido citados no Coleta Capes, servindo como incentivo do uso de revistas valorizados pela comissão da área.⁷²

Na avaliação trienal dos programas de pós-graduação de 2007 (referente aos anos 2004-2006), a CAPES detectou uma concentração excessiva de periódicos na categoria internacional A (IA). O problema encontrado foi que as revistas científicas outrora consideradas nacionais foram classificadas erroneamente como internacionais, fazendo, por consequência, que a avaliação perdesse a capacidade de distinguir a qualidade dos veículos.⁷³ Outra razão para a mudança do método avaliativo se deu devido à diversidade de classificação dada a um mesmo periódico nas diferentes áreas.⁷⁴

Outros motivos foram relevantes para a mudança dos critérios pelo CTC-ES: percebeu-se que o duplo critério avaliativo de revistas estava sendo tratado de modo muito diferente pelas áreas. O critério de abrangência (área de circulação), referia-se para algumas áreas como o lugar de publicação das revistas, enquanto, para outras, dizia respeito ao público alvo e ainda, em relação a algumas áreas, havia um critério híbrido das duas alternativas anteriores. No critério restante, percebeu-se problemas na distribuição não homogênea dos periódicos entre os estratos.⁷⁵

Para a CAPES, a necessidade de mudança deveria se assentar em dois pontos: a retirada das divisões por territorialidade e o estabelecimento de regras de classificação para evitar a concentração de revistas em estratos superiores.⁷⁶

A preocupação da fundação com a mudança dos critérios e do processo de avaliação adveio na 100ª reunião do CTC-ES, onde se estabeleceu a Comissão do Qualis, com vistas a sistematizar novos estratos de classificação. Na 111ª reunião, a comissão propôs 15 considerações para o futuro modelo de avaliação: a) a incumbência do CTC-ES em aprovar os Qualis das áreas para que eles sejam legitimados; b) a definição de níveis em série, que vai de 1 a 7 ou 0 a 7; c) a definição pelas áreas do que entendem por

⁷² OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de; ODDONE, Nanci. **A classificação da produção científica brasileira através do Qualis**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 14, 2006, Salvador. Anais do XIV SNBU. Salvador UFBA, 2006. p. 3.

⁷³ CAMPOS, José Nilson B. Qualis periódicos... *Op. cit.*, p. 479.

⁷⁴ ERDMANN, Alacoque Lorenzini; *et al.* A avaliação de periódicos científicos Qualis e a produção brasileira de artigos da área de enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, p. 1-9, maio/jun. 2009. p. 4.

⁷⁵ SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o qualis periódicos. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009. p. 263.

⁷⁶ CAPES. **CAPES - 60 anos**. Brasília: CAPES, 2011. p. 33.

periódicos; d) a estratificação com maior poder discriminante; e) a previsão de critérios com padrões internacionais de qualidade; f) pesos diferenciados em cada estrato; g) o papel indutor claramente definido; h) definição de um número máximo nos estratos superiores (6 e 7) e um mínimo os outros estratos; i) adoção do cálculo de população de artigos feito com base no triênio 2004-2006; j) definição no 1º ano de mandato e possibilidade de alterações posteriores; k) padronização da classificação a partir de diálogo entre as áreas; l) não incorporação de periódicos locais, podendo incluí-los no quesito inserção social; m) não discriminação negativa dos periódicos online; e n) a partir de 2010 deixar de considerar periódicos sem versão online.

Nessa mesma reunião, o Conselho definiu, dentre as propostas apresentadas, o modelo em vigência da avaliação de periódicos científicos. Posteriormente, no triênio de avaliação da CAPES de 2007-2009, a ênfase na produção bibliográfica dos programas e na importância do processo de formação do discente foi intensificada. Houve um movimento de valorização da produção bibliográfica como um indicador da qualidade dos programas e da pesquisa desenvolvida.⁷⁷

1.2. O surgimento do *Qualis periódicos*

A importância na avaliação dos veículos de publicação de artigos científicos foi tomada como importante fator pela CAPES. Como denota Carlos Henrique de Brito Cruz, o crescimento da produção científica do Brasil progrediu rapidamente entre as décadas de 1981 e 2000, estando na casa de milhares de artigos por ano e ultrapassando, principalmente na década de 1990, países como a China e a Coreia do Sul.⁷⁸

Ademais, o empenho em produzir cientificamente no Brasil nunca foi tão forte como se encontra nesta segunda década do século XXI. O ato de publicar, na academia, tornou-se uma prática habitual, dado a um número crescente de pesquisadores, programas de pós-graduação e periódicos científicos. De acordo com os elementos fornecidos pela *Scimago Journal & Country Rank*, de 2017, o Brasil se encontra na décima quinta colocação quanto à quantidade de artigos, totalizando o número de 834.536

⁷⁷ SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa... *Op. cit.*, p. 257.

⁷⁸ CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Pesquisa e universidade. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 41-64, 2006. p. 46.

⁷⁸ BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. *Op. cit.*, p. 157.

produzidos entre 1996 e 2017. Mas, ao examinar o grau de impacto, utilizando o índice h, o país se encontra na vigésima quarta colocação, com um índice h em 489.⁷⁹

Com extensas preocupações sobre o impacto da produção científica brasileira, foi definido na 101ª reunião do CTC em 2008, com a função de fiscalizar e fomentar o aprimoramento dos periódicos científicos, a atual estrutura do Qualis Periódicos. O modelo Qualis é um marco regulatório nacional de avaliação, em que as revistas científicas são divididas em oito estratos após cumprirem determinados requisitos que demonstram o seu grau de excelência e qualidade de publicação.

O modelo Qualis em vigência é usado para classificação da produção científica em artigos publicados em periódicos científicos pelos programas de pós-graduação, com o fim de atender necessidades do sistema de avaliação da CAPES. Sua importância para a avaliação dos programas é tão grande que na área do Direito, por exemplo, a exigência de valorização de publicação em estratos mais altos do Qualis periódicos encontra-se inclusive nas considerações sobre a avaliação quadrienal (2013-2016) em relação a produção intelectual dos PPG's, com o valor de 40% sobre a avaliação do programa.⁸⁰

O Qualis, assim como outros instrumentos de avaliação da CAPES, mesmo após constantes aprimoramentos no seu modelo, não possui neutralidade, pois reflete a direção que se busca à pós-graduação e atua diretamente no planejamento institucional das universidades e dos programas de pós-graduação. Isso porque, “a legitimidade da atuação da CAPES para fixar os limites entre regulação e autonomia passa necessariamente pela justificativa de suas decisões, que ora estarão direcionadas a um ou outro interesse”.⁸¹ Ademais, o modelo de avaliação, além de indicar a qualidade da ciência publicada, acabou por se materializar numa política científica específica, sendo incorporada nas práticas rotineiras dos periódicos, orientando a forma de como esse conhecimento chega a ser publicado.⁸²

O que na realidade se sedimentou com o Qualis, em 2008, foi parte de uma política de diversificação e diferenciação do sistema de educação superior em função da

⁷⁹ SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK – SJR. **SCImago Journal & Country Rank**. 2018. Disponível em: <scimagojr.com>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁸⁰ CAPES. **Documento de área - Direito 2016**. Brasília: CAPES, 2016. p. 9-11.

⁸¹ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 194.

⁸² FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synério A. Qualis periódicos: indicador da política científica no Brasil? **Estudos de Sociologia**. Araquara, n. 37, v. 19, p. 299-315, jul./dez. 2014. p. 312.

demanda crescente das instituições universitárias. A expansão do sistema e a integração de vários modelos de avaliação visaram produzir um sistema de educação superior que pudesse ser baseado em flexibilidade, competitividade, diferenciação e avaliação. Essa conduta fez realçar a competição nas instituições de ensino superior, por contribuírem para a uma classificação institucional simplória em contraste à necessidade de efetivar um padrão de qualidade social.⁸³

No sentido técnico, o modelo de avaliação se constitui como um eficiente modelo de avaliação quantitativa, mas que pouco afeta critérios qualitativos de crescimento e impacto positivo das produções científicas brasileiras.

A forma de publicação de seus resultados se dá pelo programa online WebQualis, sítio que permite a classificação e consulta ao Qualis das 49 áreas e a divulgação dos critérios utilizados para a classificação dos periódicos.⁸⁴

De acordo com a Plataforma Sucupira, programa que abarca inúmeros instrumentos de coleta, informação e transparência relacionado ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, o Qualis consiste em um sistema para classificar a produção científica referente aos artigos publicados em periódicos científicos. Divulga-se como resultado uma lista com as revistas científicas que serviram de veículo para a publicação, bem como sua classificação.⁸⁵

Essa classificação, por sua vez, é realizada por comitês de consultores de cada uma das 49 áreas de conhecimento, divisão essa estabelecida pela CAPES, onde seguem critérios definidos pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior. Da avaliação passa-se para a estratificação da revista científica, enquadrando-a em um dos oito estratos indicativos de qualidade. Inicia-se pelo conceito C, com peso zero, passando pelos conceitos B5, B4, B3, B2, B1 e A2, para chegar ao indicativo A1, considerado o mais elevado pela Coordenação.⁸⁶

⁸³ DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, p. 17-30, 2003. p. 22.

⁸⁴ CAPES. **Classificação da produção intelectual**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

⁸⁵ CAPES. **Qualis-periódicos**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>>. Acesso em 30 jul. 2018.

⁸⁶ *Idem*.

Os estratos A1, A2 e B1 são considerados as classificações elevadas, chamados na prática de estratos superiores. Os estratos B4, B5 e C são considerados estratos menos qualificados. Os critérios utilizados nesses estratos são variáveis de acordo com a área analisada e não é possível definir sob um critério geral o que se constituiria um periódico “Qualis A1” ou “Qualis B3” por exemplo.

O Estrato B5 se destinaria para as revistas que cumpririam os requisitos mínimos para a definição de um periódico científico, bem como os requisitos básicos de cada área, como a obrigatoriedade de estar disponível online, deter afiliação institucional dos autores, resumo em inglês e garantia de acesso e preservação⁸⁷ ou possuir dez artigos e dois volumes por ano, além de regularidade e conselho editorial multi-institucional.⁸⁸

O Estrato C engloba as revistas que são consideradas científicas pelas áreas de avaliação, mas que não atendem aos requisitos básicos de políticas editoriais do *Committee on Publication Ethics – COPE* e dos outros estratos. Normalmente, são periódicos que não possuem uma política editorial transparente, políticas de combate ao plágio ou revisão por pares.⁸⁹

Há também o estrato NPC, sigla para Não Periódico Científico. Tal classificação não enseja qualquer avaliação por parte da CAPES, servindo tão apenas para classificar os não-periódicos, tais como anais de eventos, folhetos ou magazines. Por isso, não recebem nenhuma pontuação e são desconsiderados.

Mesmo no atual modelo de avaliação do Qualis, se um periódico tem uma classificação melhor do que outro, não significa necessariamente que aquele periódico possui melhor qualidade técnica/científica que a outra revista. Ou tampouco significa que se dois artigos estão em periódicos diferentes, mas com o mesmo estrato, eles possuam as mesmas qualidades. Isso decorre da ideia central de que a estratificação dos periódicos somente é feita para realizar a avaliação comparativa dos programas de pós-graduação, segundo as regras estabelecidas pela CAPES.⁹⁰

⁸⁷ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Antropologia/Arqueologia**. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

⁸⁸ CAPES. **Relatório Qualis periódicos 2017**: Artes. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

⁸⁹ A definição de um periódico estrato Qualis C é a mesma nas 49 áreas.

⁹⁰ SOMA, Nei Yoshihiro; ALVES, Alexandre Donizeti; YANESSE, Horacio Hideki. O qualis periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 13, n. 30, p. 45-61, jan/abr. 2016. p. 51.

De acordo com o que foi assentido na 101ª reunião do CTC-ES, a nova proposta do Qualis foi julgada positivamente pois as siglas dos estratos não faziam confundir com as notas de avaliação dos programas de pós-graduação, que utiliza as notas de 1 a 7 para a classificação do mestrado e do doutorado.

Outro fator importante no novo modelo de estratificação foi que possibilitava compreender que um revista com o estrato mais alto no Qualis não implicaria necessariamente o “escalão” mais alto da avaliação possível, pois para um Qualis discriminante pode ocorrer, o que se considera desejável, que um periódico de “escalão” 4 de uma área tradicional seja equivalente ao escalão 7 de uma área que está iniciando.⁹¹

Portanto, a ideia de utilização de indicadores foi, em 2008, estabelecida nos moldes atuais. Sobre a concepção de “indicador”, expressão atinente ao mais diversos critérios de mensurabilidade de recepção da revista pela comunidade científica, o que se compreende é a ideia de resultados obtidos em comparação com os objetivos traçados, onde há uma função de descrição e não possuem necessariamente a pretensão de relacionar fatores de produção a quantidades produzidas.⁹²

Na 129ª e 131ª Reunião do CTC-ES, ocorridas em 2011, estabeleceu-se que a definição dos periódicos nos estratos mais elevados, ou seja, aqueles classificados nos estratos B1, A2 e A1 deveriam obedecer a algumas regras para limitar o acesso a tais classificações. Para isso, acordaram que a quantidade de artigos no estrato A1 deveria ser menor que o estrato A2, que a soma dos estratos A não pode passar de 25% da quantidade total de revistas da área e que a soma dos estratos A1, A2 e B1 não ultrapassaria 50% do total, excluídas do cálculo as publicações estrato C.

Sobre as 49 áreas do conhecimento, a portaria n.º 141 de 2016 da CAPES em seu artigo 4º discorreu que a criação ou extinção são definidas pelo Conselho Superior. Além disso, a fundação definiu que elas possuem agrupamentos em dois níveis por critério de afinidade. No primeiro nível, agrupam-se as áreas em três colégios e no segundo nível em nove grandes áreas, onde se segmenta para dar lugar às áreas, que são agrupadas em função do objeto de estudo.

⁹¹ Ata da 101ª Reunião do CTC-ES.

⁹² PAUL, Jean-Jacques; RIBEIRO, Zoya; PILATTI, Orlando. As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 141-164, 1992. p. 154.

O aumento do número de áreas é constante: em 2008, havia 44 áreas;⁹³ até outubro de 2016, havia 48 áreas de avaliação. Com a decisão do Conselho superior daquela mesma data, criou-se as áreas de Filosofia e Teologia, originárias da divisão da antiga área de Filosofia.⁹⁴

O primeiro Colégio é o de Ciências da Vida, que reúne as grandes áreas de Ciências Agrárias (Ciências dos Alimentos, Ciências Agrárias I, Medicina Veterinária e Zootecnia/Recursos Pesqueiros), Ciências Biológicas (Biodiversidade, Ciências Biológicas I, II e III) e Ciências da Saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina I, II e III, Nutrição, Odontologia e Saúde Coletiva).⁹⁵

O segundo Colégio intitula-se Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, incorporando as grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra (Astronomia/Física, Ciência da Computação, Matemática/Probabilidade e Estatística, Geociências e Química), Engenharias (Engenharias I, II, III e IV) e Multidisciplinar (Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplinar e Materiais).⁹⁶

O Colégio de Humanidades é a última divisão do primeiro nível e abarca as grandes áreas de Ciências Humanas (Antropologia/Arqueologia, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências da Religião e Teologia, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia), Ciências Sociais Aplicadas (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Arquitetura, Urbanismo e Design, Comunicação e Informação, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Serviço Social) e Linguística, Letras e Artes (Artes, Linguística e Literatura).⁹⁷

Algumas áreas também podem se dividir em subáreas, sem que, com isso, crie-se alguma “autonomia” como o restante das áreas possuem. Essa subdivisão consiste tão somente em uma melhor organização que fica a critério da decisão da coordenadoria da área. Como exemplo, a área de Matemática, Probabilidade e Estatística se subdivide em

⁹³ MACCARI, Emerson Antonio; RODRIGUES, Leonel Cezar; ALESSIO, Eloisa Martins; QUONIAM, Luc Marie. Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 171-205, dez. 2008. p. 185.

⁹⁴ Portaria n.º 174, de 11 de outubro de 2016.

⁹⁵ CAPES. **Sobre as áreas de avaliação**. Disponível em: <www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 06 ago. 2018.

⁹⁶ *Idem.*

⁹⁷ *Idem.*

4 subáreas, a saber: Matemática, Probabilidade/Estatística, Matemática aplicada e outras áreas. Em outro exemplo, a área de Artes possui três subáreas: Artes Cênicas, Artes Visuais e Música.⁹⁸

Referente à divisão estabelecida, apesar de ter tornado viável para as avaliações da CAPES a classificação dos pesquisadores por setores do conhecimento, ele também levou a simplificações excessivas, trazendo à tona o inconveniente de ter colocado na mesma área pesquisadores cujos os interesses científicos e métodos de pesquisa sejam diferentes a ponto de afetar a comunicação entre eles.⁹⁹

Outro problema levado com a simplificação excessiva das áreas é que, em cada área de conhecimento que a CAPES criou, englobam-se várias categorias que a base de dados *Web of Science* e seu índice de impacto *Journal Citation Reports* consideram como “*subject categories*”. Cada uma dessas categorias possui diferenças de impacto entre elas.¹⁰⁰ De acordo com a Scimago, os periódicos científicos são divididos em 27 principais categorias temáticas e 313 categorias específicas.¹⁰¹

As soluções possíveis para a divergência nas divisões temáticas entre a CAPES e a JCR seriam três: 1) cria-se uma avaliação unificada e/ou que tome por critérios apenas os editoriais, considerados àqueles ligados à composição do corpo editorial, internacionalização, autoria e indexação; 2) fundam-se mais áreas, para dar-lhes autonomia na avaliação específica de cada matéria; 3) estabelece a criação de subáreas, ligados às áreas temáticas, com critérios diferenciados. A melhor solução, à primeira vista, seria considerar a maior ou menor adoção de critérios de boas práticas editoriais para a avaliação do Qualis, a exemplo do que ocorre nas áreas de Antropologia/Arqueologia e Arquitetura, Urbanismo e Design.

Outrossim, apesar de considerar que no geral a evolução do Qualis foi positiva, o modelo regulatório igualmente desconsidera algumas dificuldades e fatores que, conforme Andy Pretoianu adverte, a avaliação para qualificação de uma revista científica possui e que deveriam ser apreciados: 1) existência de artigos de alta qualidade

⁹⁸ CAPES. **Relatório Qualis periódicos 2017**: Artes. Brasília: CAPES, 2017. p. 1.

⁹⁹ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGamaZero**: Revista de Ciência da Informação. Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-12. p. 3.

¹⁰⁰ ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O Novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil: carta aberta ao presidente da CAPES. **Clinics**, São Paulo, v. 64, n. 8, p. 721-724, 2009. p. 722.

¹⁰¹ SCIMAGO. **Journal indicators**. Disponível em: <<https://www.scimagojr.com/help.php>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

em periódicos de menor impacto ou que não estão incluídas em bases de dados reconhecidas internacionalmente; 2) baixa qualidade em grande parte dos artigos publicados em revistas de impacto maior, tendo sido aceitas por valores diferentes do que seu valor científico; 3) preconceito de periódicos com alto impacto em relação a artigos provenientes de locais menos desenvolvidos cientificamente; 4) dificuldade de inclusão de novas revistas em bases de dados reconhecidas.¹⁰²

Se tais aspectos são ignorados pela atual regulação Qualis, a CAPES se olvida da utilidade de um sistema de avaliação, que “é permitir o estabelecimento de políticas que venham corrigir os problemas detectados”.¹⁰³ Os problemas trazidos por Andy Petroianu são facilmente encontrados e são fruto da realidade que o modelo Qualis de avaliação implementou: um verdadeiro sistema concorrencial de publicação de artigos que reverencia índices, métricas e títulos acadêmicos e rebaixa fatores como qualidade e inovação das produções científicas.

Em resumo, o modo de divulgação dos processos de resultados e a importância do conceito Qualis para os programas de pós-graduação transformaram o modelo nacional de avaliação de periódicos em um processo motivador de produção de artigos em massa, o que afastou a finalidade que ele originalmente teria.

1.3. A estrutura administrativa do Qualis-CAPES

No Brasil, em razão de os programas de pós-graduação *stricto sensu* serem os responsáveis pela produção científica e na formação de pesquisadores, o campo científico se desenvolve inteiramente na pós-graduação.

A CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq são as duas principais instituições governamentais que garantem a conservação da lógica dominante no campo científico brasileiro, por onde o PPG's estão sujeitos a essa racionalidade de dominância institucional.¹⁰⁴ A existência de instâncias

¹⁰² PETROIANU, Andy. Critérios para autoria e avaliação de uma publicação científica. **Revista Psiquiatria Clínica**. São Paulo, n. 37, v. 1, p. 1-5, 2010. p. 4-5.

¹⁰³ HELENE, Otaviano. O que as avaliações permitem avaliar. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 309-320, 2006. p. 320.

¹⁰⁴ SILVA, Priscilla da; SORIANO, Jeane. Qualis periódicos e a produção de capital científico nos programas de pós-graduação em educação física. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 281-304, jan./mar. 2014. p. 284.

governamentais é positiva: a educação, em qualquer nível, responde a uma função social por atender objetivos públicos que buscam a elevação de todas as pessoas por meio do conhecimento, formação e ação pedagógica.¹⁰⁵ Dessa maneira, a regulação e fomento estatal possibilitaria evitar a dominância da universidade como instrumento científico e técnico de uma doutrina que se submete a valores econômicos que gera exclusão da maioria da população.¹⁰⁶

Por fazer parte da análise de admissibilidade dos cursos novos e da avaliação periódica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* já pertencentes ao SNPG, a estrutura administrativa que coordena o Qualis confunde-se quase que inteiramente com o quadro que coordena a avaliação quadrienal dos PPG's. Isso posto, a estrutura do Qualis pode ser compreendida com a divisão em quatro agrupamentos: os órgãos principais de direção, a Diretoria de Avaliação (DAV), as coordenadorias de área e as comissões de avaliação Qualis.

A CAPES, mesmo no regime militar que imperou no Estado brasileiro, com uma estrutura estratégica no desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, nunca foi dirigida por militares, mas sempre por acadêmicos, com relativa autonomia.¹⁰⁷ As posições de liderança da fundação sempre se mantiveram entre os professores e pesquisadores.

De acordo com a lei instituidora da fundação, a CAPES possui quatro órgãos principais de direção: o Conselho Superior, a Diretoria, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e o Conselho Técnico Científico da Educação Básica.¹⁰⁸

A Diretoria-Executiva é composta por um Presidente e pelos Diretores, que são nomeados por indicação do Ministro da Educação. Juntamente com o Conselho Superior, a Diretoria-Executiva exerce a administração superior da CAPES.¹⁰⁹

O Conselho Superior é constituído por vinte membros, sendo os membros natos: o Presidente da CAPES, o secretário de Educação Básica e o Secretário de Educação Superior, ambos do MEC, o Presidente do CNPq, o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Diretor-Geral do Departamento de Temas Científicos e

¹⁰⁵ DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. *Op. cit.*, p. 31.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 30.

¹⁰⁷ BARBOSA, Caio Fernandes. Olhares sobre a CAPES: ciência e política na ditadura militar (1964-1985). **Revista de História**. Salvador, v. 1, n. 2, p. 99-109, 2009. p. 101.

¹⁰⁸ Lei n.º 8.405, de 9 de janeiro de 1992.

¹⁰⁹ Artigo 16 do Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores e o Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; e os membros designados: sete membros escolhidos entre profissionais de reconhecida competência, atuantes no ensino e na pesquisa, dois membros escolhidos entre lideranças de reconhecida competência do setor empresarial, um membro escolhido entre os componentes do colegiado do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo dirigente de uma instituição que ministre cursos de doutorados reconhecidos pela CAPES; um aluno de doutorado representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, um membro do Conselho Técnico Científico da Educação Superior e um membro do Conselho Técnico Científico da Educação Básica.¹¹⁰

Quanto ao Conselho Superior, compete-lhe apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, aprovar a proposta orçamentária, programa e relatório anuais das atividades da CAPES e apreciar os procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios.¹¹¹

O Conselho Técnico-científico da educação superior é composto pelo Diretor de Avaliação da Capes, o Diretor de Programas e Bolsas no País, o Diretor de Relações Internacionais, pelos representantes das grandes áreas do conhecimento, por um representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo dirigente de uma instituição que ministre cursos de doutorados reconhecidos pela CAPES e um aluno de doutorado representante da Associação Nacional dos Pós-Graduandos ¹¹² Ademais, é este conselho que elabora os critérios que são utilizados na avaliação dos programas de pós-graduação, concedendo liberdade às comissões de área para adaptá-los aos respectivos ramos de conhecimento.¹¹³

Por último, o Conselho Técnico-científico da Educação Básica, apesar de pouquíssima relevância para o Qualis, é um dos principais órgãos da fundação pública. É composto pelo Diretor de Formação de Professores da Educação Básica, por secretários

¹¹⁰ Artigo 20 Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

¹¹¹ Artigo 22 do Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

¹¹² As grandes áreas são, segundo o sítio da CAPES: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. IN: CAPES. **Sobre as áreas de avaliação.** *Op. cit.*

¹¹³ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p.135.

do Ministério da Educação¹¹⁴, pelo Diretor de Educação a Distância, Diretor de Avaliação, Diretor de Relações Internacionais da CAPES e até vinte representantes da sociedade civil escolhidos entre profissionais da educação básica, por representatividade regional e área de formação.¹¹⁵

Ao Conselho da Educação Básica cabe auxiliar na formação dos professores que irão atuar educação básica, acompanhar a avaliação dos cursos de professores conduzidos pelo INEP e definir diretrizes para a formação de professores da rede básica.¹¹⁶ Tanto no CTC-ES quanto no CTC-EB, a Presidência da CAPES atua como instância recursal de suas decisões.¹¹⁷

Além dos órgãos principais, cada área de avaliação possui sua coordenadoria própria, composta de três membros: O Coordenador, o Coordenador Adjunto e o Coordenador de Mestrado Profissional. Os cargos são regulamentados pela portaria n.º 141 de 2016 da CAPES que, em seu artigo 5º, assevera que a função do Coordenador de área é a coordenação técnica das atividades dos consultores na recomendação, no acompanhamento e na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como das outras ações destinadas ao desenvolvimento da pós-graduação nacional, ressalvado os casos das linhas de ação e programas que tenham comitês próprios.

Requer-se do Coordenador de área elevada competência e autonomia intelectual, além de dedicação especial permanente e disponibilidade para reuniões presenciais da CAPES.¹¹⁸ Ele é escolhido por meio de consultas realizadas pela fundação aos programas, associações, sociedades científicas e pós-graduação de âmbito nacional. Os PPG'S, associações e sociedades científicas devem apresentar cinco nomes indicados para a função, obedecendo os requisitos dispostos no artigo 10 da portaria n.º 141. Após o período de consulta, a Diretoria de Avaliação analisa as indicações e elabora a lista contendo todos os nomes dos candidatos, enviando-as ao Conselho Superior.¹¹⁹

O Conselho superior, assim, elabora listas tríplices dos candidatos. Há uma previsão anormal no processo de elaboração das listas: o Conselho pode, a despeito das

¹¹⁴ Secretário de Educação Básica, Secretário de Educação Superior, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino e o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

¹¹⁵ Artigo 23 do Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

¹¹⁶ Artigo 24 do Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

¹¹⁷ Art. 26, X do Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2017.

¹¹⁸ Artigo 7º da Portaria n.º 141 de 11 de setembro de 2016 da CAPES.

¹¹⁹ Artigo 10 da Portaria n.º 141 de 11 de setembro de 2016 da CAPES.

indicações feitas pela comunidade científica, incluir outros nomes para compor a nominata e partir dela serão elaboradas as listas tríplexes. O órgão tem a possibilidade de fundar “Comitês de Busca”, sem composição fixa e estruturados por pesquisadores das respectivas áreas, para auxiliar na análise dos currículos.

Após as listas serem elaboradas, submete-se à Presidência da CAPES para a escolha e designação dos Coordenadores.¹²⁰ Estes sugerem os nomes dos Coordenadores Adjuntos e dos Adjuntos Profissionais, também nomeados pelo Presidente. O período de mandato da coordenação é de quatro anos, admitida uma recondução em período sucessivo.¹²¹

Para a realização da avaliação tanto dos programas de pós-graduação quanto da produção intelectual, cada área nomeia professores com representatividade e reconhecimento na área para realizar a análise. Especificamente para a avaliação do Qualis, cada área nomeia anualmente, de acordo com as suas necessidades, a chamada “Comissão de Avaliação Qualis”, com a participação da comunidade científica por meio da utilização de consultores *ad hoc*.¹²²

Mesmo que seja um setor importantíssimo para a avaliação institucional dos programas, os critérios para a eleição dos consultores Qualis são pouco transparentes e variam de acordo com a área de concentração.

Finalmente, há a Diretoria de Avaliação da CAPES, que orienta a Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação.¹²³ A ela compete promover e coordenar os processos de avaliação e acompanhamento da CAPES, providenciar a avaliação para a admissão dos programas de pós-graduação novos e avaliação periódica dos cursos existentes, apoiar as atividades de indução para o aprimoramento do SNPG e presidir o CTC-ES.¹²⁴

¹²⁰ Artigo 12 da Portaria n.º 141 de 11 de setembro de 2016 da CAPES.

¹²¹ Artigo 13 da Portaria n.º 141 de 11 de setembro de 2016 da CAPES.

¹²² CAPES. **Sobre a avaliação.** *Op. cit.*

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ Artigo 12 do Estatuto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, aprovado pelo Decreto n.º 8.977, de 30 de janeiro de 2018.

1.4.O aperfeiçoamento do Qualis periódicos com a implementação da Plataforma

Sucupira

De fato, a grande mudança das revistas científicas ocorreu no decorrer da década de 1990 mediante a introdução às redes digitais das revistas científicas publicadas, fornecidas e acessíveis pela internet. As etapas de elaboração da revista, com o recebimento e avaliação dos artigos pelos pareceristas, editoração e revisão se mantêm com a estrutura digital, tendo, como vantagem, a rapidez e o baixo custo do meio eletrônico.

Entretanto, como advertiu Ida Regina Chitto Stumpf, a preservação da produção científica era o assunto mais preocupante à época, levantando questões que, pelo menos hoje, parecem ter sido superadas: quem organizará o arquivo das revistas eletrônicas? Onde estarão os artigos das revistas digitais no futuro? A quem incumbe o dever de preservação, apenas as bibliotecas nacionais?¹²⁵

Os anos de 1990 ficaram marcados pelo o que se considerou ser a “crise dos periódicos”, devido a incapacidade de as bibliotecas manterem as assinaturas das principais revistas científicas, devido a escalada de preços. Diante dessa instabilidade e da precificação do saber, o surgimento de modelos alternativos de publicação científica já era iminente e as instituições foram se adaptando a eles.¹²⁶

Alterou-se, com o advento da internet, o comportamento da comunidade científica no que se refere às regras editoriais, ao acesso do conhecimento online, provocando o início de movimentos por parte da academia em favor do acesso livre à informação científica por meio do periódico eletrônico.¹²⁷ Foi por meio da rede virtual de computadores que se permitiu pela primeira vez a comunicação de muitos em escala global.¹²⁸

¹²⁵ STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-6, set./dez. 1996. p. 5.

¹²⁶ CORREA, Cynthia Harumi Watanabe; *et al.* Portal de Periódicos da CAPES: um misto de solução financeira e inovação. **Revista Brasileira de Inovação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 127-145, jan./jun. 2008. p. 129.

¹²⁷ Almeida, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do portal de periódicos da CAPES: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 7, n. 13, p. 218-246, nov. 2010. p. 223.

¹²⁸ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 8.

Sabe-se que a sociedade está passando por um processo de revolução da tecnologia de informação, onde se expandiu a ideia de redes que cooperam ou competem umas com as outras. A cooperação se baseia na capacidade de comunicação entre diferentes redes, dependendo da existência de códigos de tradução, interoperabilidade e do acesso à pontos de conexão.¹²⁹

Com o acondicionamento de todos os tipos de comunicação, sejam eles sons, imagens ou dados, criou-se uma rede de comunicação que era capaz transmitir informações sem usar centros de controle. Assim, a universalidade da linguagem digital e a lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para a comunicação global horizontal. Portanto, com a criação da internet, essa rede se ofereceu aos usuários como um sistema fácil de pesquisa para procurar informações que desejassem.¹³⁰

De fato, com a disseminação da internet e a criação da *world wide web*, ocorreu a descentralização de conhecimentos e informação bem como a sua aplicação em um ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e uso.¹³¹ A sua rápida difusão internacionalmente nos anos 1990 teve como combinação três fatores essenciais: a descoberta da grande rede de computadores, a mudança institucional no gerenciamento da internet e a mudança social com o fortalecimento de traços individualistas e a interligação.¹³² No Brasil, a difusão da internet ainda é um processo em andamento, sendo que em 2016, em pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2018, 64,7% dos domicílios possuem acesso à rede.¹³³

A solução digital que emergiu nas instituições de ensino superior e pesquisa também teve efeitos na comunidade científica brasileira. A ascensão de um meio editorial mais barato, mais acessível e mais seguro oportunizou no Brasil duas principais políticas: O Portal de Periódicos e a Plataforma Sucupira.

O Portal de Periódicos representou a evolução de um modelo que se baseava em documentos estritamente impressos, que atendia um número limitado de pesquisadores e universidades. O seu advento, no ano 2000, ampliou e democratizou

¹²⁹ CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017. p. 67.

¹³⁰ CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 18. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017. p. 101 - 105.

¹³¹ *Ibidem*, p. 88.

¹³² CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Paz&Terra, 2017. p. 36-37.

¹³³ IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. p. 1.

significativamente o acesso à comunicação e informação científica. A iniciativa proporcionou a criação de um vasto acervo online de revistas científicas, livros e outros trabalhos que poderiam ser utilizados por qualquer universidade brasileira.¹³⁴ O Portal foi “um empreendimento que deu certo”.¹³⁵

Anteriormente, a CAPES centralizava as aquisições e custeava a distribuição física dos periódicos. No entanto, o processo era dotado de problemas: havia demora na definição por parte das instituições do conteúdo a ser adquirido, além da morosidade no processo de compra e entrega das revistas. Se não bastasse, houve uma redução orçamentária da fundação em 1999 e uma valorização do câmbio do dólar que dificultou a aquisição de periódicos estrangeiros.¹³⁶

Observado o sucesso da utilização do ambiente digital, ofertando de maneira mais ampla e menos custosa à fundação um vasto acervo documental e bibliográfico, a CAPES percebeu que o meio digital poderia ser utilizado em outras áreas para a otimização e redução de custos.

Até 2012, a avaliação dos programas de pós-graduação e o preenchimento dos relatórios por parte dos coordenadores era realizado por meio de um programa de computador com recursos limitados para o preenchimento. Conseqüentemente, a análise de toda a documentação demorava até um ano para que pudessem ser divulgados para a comunidade científica.¹³⁷

A Plataforma Sucupira assim surgiu da necessidade da fundação CAPES de utilizar meios mais modernos para a prestação de contas realizados pelos programas de pós-graduação. Ela consiste em uma plataforma mantida pela própria CAPES, homenageando, em seu nome, o Professor Newton Sucupira que, como autor do Parecer n.º 977 de 1965, institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes atuais.¹³⁸ A ferramenta online foi oficialmente lançada em março de 2014 e é fruto de uma parceria

¹³⁴ CORREA, Cynthia Harumi Watanabe; *et al.* Portal de Periódicos da CAPES... *Op. cit.*, p. 129-130.

¹³⁵ MATTOS, Ana Maria; FRAGA, Tânia. O portal periódico capes e os cursos de Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 10, n. 19, p. 117-133, mar. 2013. p. 119.

¹³⁶ PEÑA, Zuley Jhohaja Duran; MORAIS, Oziel; GAMBOA, Silvio Sánchez. Portal de Periódicos CAPES e webqualis: contribuição em pesquisas sobre Educação e Educação Física. **Filosofia e Educação**. Campinas, v. 8, n. 3, p. 123-141, out./jan. 2017. p. 126.

¹³⁷ QUEIROZ, Rosa Maria Diekn de. A plataforma sucupira e os programas de pós-graduação: desafios para centros universitários. **Projeção e Docência**. Brasília, v. 7, n. 2, p. 61-69, 2016. p. 63.

¹³⁸ NIGRO, Carolina Alenca; *et al.* Prestação de contas anual... *Op. cit.*, p. 4-5.

da CAPES com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, assinada em maio de 2012.¹³⁹

A Sucupira integrou vários sistemas internos e externos da CAPES e tornou um sistema único de acesso à informação sobre a pós-graduação *stricto sensu* para toda a comunidade, seja acadêmica, governamental ou leiga.¹⁴⁰

O novo sítio reúne oito ferramentas que são relacionadas com a avaliação dos PPG's pela CAPES: o informativo “conheça a avaliação”, com vários recursos para acesso a documentos e portarias que explicitam a regulação que a fundação exerce; a aplicação “cursos avaliados e reconhecidos” que deixa acessível ao público todos os cursos pertencentes ao SNPG; a aplicação “Coleta CAPES”, que assiste aos programas para a prestação de contas, bem como fornece informações ao público sobre dados cadastrais dos programas, docentes, discentes, disciplinas, financiadores, linhas de pesquisa, participantes externos, produções intelectuais, projetos de pesquisas, proposta dos programas, repositório dos trabalhos de conclusão, turmas e fluxo de discentes; um link que direciona ao hotsite da última avaliação quadrienal realizada; a aplicação “Minter e Dinter”, específico para os Mestrados (Minter) e doutorados (Dinter) interinstitucionais;¹⁴¹ a plataforma do Qualis-periódicos, que torna pública os estratos das revistas científicas; e finalmente a aplicação GEOCAPES¹⁴² e o Dados Abertos, localizada na aba “dados estatísticos”.¹⁴³

¹³⁹ CAPES. **CAPES lança plataforma sucupira para gestão da pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

¹⁴⁰ PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. **A Plataforma Sucupira...** *Op. cit.*, p. 111.

¹⁴¹ Segundo a Plataforma Sucupira, “Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) são turmas de mestrado e de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora, localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior, afastadas de centros consolidados em ensino e pesquisa. As turmas estão vinculadas a programas de pós-graduação nacionais recomendados e reconhecidos com nota igual ou superior a 4.” In: CAPES. **Minter e Dinter – Plataforma Sucupira**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf#>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

¹⁴² O Sistema de Informações Georreferenciadas – GEOCAPES é um importante programa que reúne indicadores nacionais do SNPG com informações desde 1995. Os dados tornados públicos pela CAPES ofertam a oportunidade de se analisar a concessão de bolsas da CAPES, a distribuição de bolsistas CAPES no exterior, a distribuição de discentes de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, a distribuição dos PPG's no país, a distribuição de docentes, o número de acessos ao portal de periódicos e o investimento da fundação em bolsas e fomento. Ver: CAPES. **GEOCAPES – Sistema de informações georreferenciadas**. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

¹⁴³ CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf#>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

De acordo com a fundação, a Sucupira disponibiliza em tempo real e de maneira mais transparente as informações e processos que a CAPES realiza no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Além disso, reduz o tempo, trabalho e imprecisão na execução da avaliação dos programas, havendo maior facilidade no acompanhamento da avaliação, maior confiabilidade, precisão e segurança dos dados e um “controle gerencial” mais eficiente.¹⁴⁴

No entendimento de Eunice Ribeiro Durham, o acesso generalizado e facilitado aos resultados e informações do processo permite a incidência do caráter democrático da avaliação. A necessidade de publicização dos dados permite sua utilização como instrumento de controle e como argumento para reivindicações, sendo também uma forma de prestação de contas à sociedade do uso de recursos públicos.¹⁴⁵ Ademais, como uma entidade pertencente à Administração Pública, a CAPES necessita prover a mais ampla divulgação, pois é com a transparência das condutas que os indivíduos poderão fiscalizar a legalidade e o grau de eficiência que revestem os atos.¹⁴⁶

Tal busca por uma solução ótima pretende atender também ao princípio da segurança jurídica, que consiste na própria essência do Direito num Estado Democrático. Em outras palavras, a publicidade pretende vislumbrar com alguma previsibilidade o futuro, por ensejar projetar e iniciar, distante da forma aleatória, os comportamentos que são esperáveis a médio e longo prazo.¹⁴⁷ O princípio possui dois vetores que deverão ser atendidos: a perspectiva de certeza, com o conhecimento seguro dos procedimentos jurídicos e a perspectiva de estabilidade, que concebe a ideia de consolidação dos atos administrativos¹⁴⁸

Para as instituições de ensino o processo torna-se mais fácil no processo de envio das informações que deverão ser prestadas, proporcionando a imediata visibilidade das informações da universidade e deixando transparente as informações sobre todo o SNPG, que é de grande utilidade para a elaboração de políticas institucionais para o

¹⁴⁴ CAPES. **Coleta de dados:** conceitos e informações – manual de preenchimento da Plataforma Sucupira. Brasília: CAPES, 2016. p. 7.

¹⁴⁵ DURHAM, Eunice Ribeiro. A institucionalização da avaliação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior.** São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 197-207, 1992. p. 205.

¹⁴⁶ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 26.

¹⁴⁷ MELLO, Celso Antônio de. **Curso de Direito Administrativo.** 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 126-128.

¹⁴⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual...** *Op. cit.*, p. 26.

desenvolvimento do programa. Desse modo, com a plataforma, ocorre maior agilidade no processo de solicitações e simplificação de comunicação com a fundação, garantindo-se a possibilidade de enviar os dados requeridos de forma contínua ao longo do ano e a oportunidade de integração com sistemas de registro acadêmico-corporativos.¹⁴⁹

A Plataforma Sucupira é, juntamente com a Plataforma Lattes, o principal portal estatal do pesquisador de pós-graduação no Brasil e auxilia o Qualis não somente no sentido de divulgar a classificação dos veículos de produção científica dos PPG's, mas proporciona, como assenta Gabryel Lopes Sola e Carlos Alberto Grespan Bonacim, a indicação dos periódicos de maior relevância para a área, o que estimula a utilização dessas revistas científicas para a divulgação da produção acadêmica.¹⁵⁰

Apesar da perspectiva otimista sobre a Plataforma Sucupira e o andamento positivo dos meios de governo eletrônico, a grande problemática sobre a plataforma da CAPES atinge o desenvolvimento político dos meios eletrônicos. A comunicação digital para fortalecer a interação com os cidadãos ainda é insuficiente, mesmo que, na nova ideia de administração pública, a transparência e avaliação vêm sendo os pilares mais valorizados.¹⁵¹

O que se conclui é que o atual cenário da Plataforma Sucupira ainda não atende totalmente a transparência e interatividade, por não deixar disponível todas as informações, omitindo decisões colegiadas e critérios de avaliação que deveriam ser de fácil acesso ao cidadão.

¹⁴⁹ CAPES. **Coleta de dados...** *Op. cit.*, p.7.

¹⁵⁰ SOLA, Gabryel Lopes; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. Avaliação bibliométrica de periódicos brasileiros: contrastando a metodologia qualis-capes com o modelo Krzyzanoski e Ferreira (1998). **Revista ADM UFSM**. Santa Maria, v. 6, n. 1, jan./mar. 2013. p. 61.

¹⁵¹ PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun. 2008. p. 490-492.

Capítulo 2. A regulação do Qualis periódicos

2.1. Os critérios adotados na avaliação de revistas científicas

A avaliações do Qualis possuem quatro regras comuns a todas as áreas. A primeira regra é a obrigatoriedade de classificação de todas as revistas científicas inseridos no Coleta Capes da Plataforma Sucupira pelos programas de pós-graduação; a segunda regra se refere ao respeito ao limite máximo de 50% dos periódicos classificados nos estratos mais elevados, considerados os estratos A1, A2 e B1. Em outras palavras, “qualquer que seja a área de conhecimento, apenas metade dos periódicos utilizados pelos docentes e discentes para veicular suas publicações pode ser classificada entre os de excelência (estratos A) ou de maior qualidade (B1)”; a terceira regra impõe que apenas 25% das revistas de cada lista podem estar classificados nos estratos A. A última regra geral estabelece que os títulos inseridos no estrato A1 tem que estar em menor proporção do que os qualificados no estrato A2.¹⁵²

Relativamente à primeira regra, Rita de Cássia Barata entende que se nenhum professor ou aluno dos programas de pós-graduação credenciados tiver publicado numa revista, não existe sentido algum em incluí-la na lista de avaliação do Qualis, pois sua única função é classificar os artigos produzidos pelos programas.¹⁵³ Emerson Gabardo, Daniel Wunder Hachem e Guilherme Hamada, contrariamente, defendem que é equivocada a ideia de não incluir no Qualis um periódico sem que os programas tenham requerido a classificação. Os autores entendem que seria mais benéfico e interessante para a comunidade científica a possibilidade de avaliação de revistas ainda não inseridas na plataforma, pois isso fomentaria a inclusão de mais revistas e conferia maior segurança jurídica aos programas, pois os pesquisadores dificilmente apostarão em revistas novas fora do catálogo.¹⁵⁴

Ademais, “a inclusão de todos os periódicos constantes das bases bibliométricas na base Qualis (uma vez que os maiores estratos só são concedidos aos ali

¹⁵² BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 22.

¹⁵³ *Ibidem.* p. 18.

¹⁵⁴ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 54, p. 144-185, jan./abr. 2018. p. 150.

indexados) por suas respectivas áreas madrinha iria contribuir para reduzir essa reordenação causada pela constante inclusão de novos periódicos”.¹⁵⁵

Além das regras padronizadas, cada comitê divulga em sua página no sítio da CAPES um documento com explanações sobre os critérios específicos elegidos para o processo de estratificação. Como denota Marcelo Dias Varella e Claudia Rosane Roesler, a avaliação de publicações pode se dar de várias maneiras, como a quantidade de citações de um artigo, acesso ao texto, impacto e sua dimensão, a independência no julgamento de artigos ou mesmo a qualidade da linha editorial.¹⁵⁶ Rita de Cássia Barata também aduz que algumas áreas utilizam para a sua avaliação um conjunto de critérios formais, como a periodicidade, regularidade, corpo editorial diversificado, revisão por pares, diversificação do corpo editorial e distribuição.¹⁵⁷

Os critérios específicos estabelecidos pelas áreas possuem como característica a mutabilidade: a definição das regras e dos processos avaliativos dependem da definição por parte do coordenador de área e da comissão de análise. Em consequência disso, sofrem constantes alterações.¹⁵⁸

No geral, as áreas se baseiam nos seguintes requisitos específicos para realizar a avaliação:: 1) sua estrutura formal, ou seja, ser uma publicação seriada que se apresente em forma de revista, boletim, anuário ou outro meio; editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica; com periodicidade; tempo indeterminado; colaboração de diversas pessoas; assuntos diversos mas harmônicas a uma política editorial definida; existência de Número Internacional Normalizado (ISSN);¹⁵⁹ 2) A existência de “boas práticas editoriais” segundo orientações do *Committee on Publication Ethics – COPE*; 3) indexação em base de dados pois, como sabido, seu principal propósito é assegurar de maneira eficiente e econômica que qualquer documento seja fornecido de maneira precisa e célere¹⁶⁰; 4) fator de impacto, intimamente ligado à indexação em base

¹⁵⁵ LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo qualis da área Engenharias III. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 7, n. 12, p. 14-33, jul. 2010. p. 32.

¹⁵⁶ VARELLA, Marcelo Dias; ROESLER, Claudia Rosane. Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito. **Revista brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 663-701, dez. 2012. p. 666-669.

¹⁵⁷ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 26.

¹⁵⁸ PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. **A Plataforma Sucupira...***Op. cit.*, p.100.

¹⁵⁹ NBR 6021 da ABNT.

¹⁶⁰ CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

de dados, por ser um método de análise de acesso ao artigo e à revista que foi criado pela própria mantenedora da base de dados e; 5) índice H, que mede a quantidade que um pesquisador e sua a instituição são citados.

Quanto ao item dois, as boas práticas editoriais, formalmente chamadas de “*Core practices*”, segundo o COPE, são divididas em dez diferentes regras que deverão ser adotadas pelos periódicos e seus editores para alcançar um padrão alto de ética de publicação.¹⁶¹

As boas práticas são: 1) previsão clara do procedimento que utilizarão em caso má-conduta dos autores; 2) políticas claras que permitam transparência em torno de quem contribuiu para o trabalho, bem como procedimentos claros para gerenciar possíveis disputas; 3) possuir um procedimento descrito para lidar com reclamações contra a revista, a equipe, o editor e o conselho editorial; 4) definições transparentes sobre como o periódico lidará com conflitos de interesse dos autores, pareceristas, editores e outras revistas; 5) inclusão de políticas sobre a disponibilidade de dados e o encorajamento no uso de diretrizes para a publicação de relatórios, ensaios clínicos ou outros desenhos de estudo; 6) a inclusão, no mínimo, para o exercício da supervisão ética, de políticas de consentimento para publicação e conduta ética quando utilizar animais, seres humanos e manipulação de dados confidenciais; 7) a descrição acessível e transparente das políticas sobre propriedade intelectual, como direitos autorais e licenças de publicação, os custos associados à publicação, o que constitui plágio, publicação redundante e o que se considera como “pré-publicação”; 8) a existência de uma infraestrutura de periódico eficiente; 9) a previsão clara dos processos de revisão, bem como seu acompanhamento constante pela coordenação da revista, oferecendo treinamento, modelos apropriados para a realização dos pareceres e previsão dos procedimentos para revisão das decisões dos avaliadores; 10) permissão de comentários e debates pós-publicação, seja por meio de cartas ao editor ou em sítios externos, sempre possuindo mecanismos para revisão de artigos após a publicação.¹⁶²

Relativamente ao fator de impacto e à indexação, o fato de ser indexado em uma base de dados significa que o periódico foi inserido num banco de dados, que contém

¹⁶¹ Do original: “Core practices are the policies and practices journals and publishers need to reach the highest standards in publication ethics.” In: COPE. **Our core practices**. Disponível em: <https://publicationethics.org/files/editable-bean/COPE_Core_Practices_0.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

¹⁶² *Idem*.

milhares de outras revistas, onde será acessível a outros pesquisadores. Quanto melhor o acesso à essa base, melhor será o resultado da indexação promovida. As áreas que consideram a presença em bases de dados e índices de impacto valorizam a disponibilidade e ao potencial de impacto dos artigos publicados na revista científica, bem como a consistência e a relevância da indexação.¹⁶³

Mas conforme salientam Clariza Prado de Sousa e Elizabeth Macedo, no Colégio de Humanidades os indicadores não têm uma tradição, tal como ocorre em outros Colégios, pois a consulta de periódicos ainda consiste em uma prática com pouca ocorrência se comparada a realizada em livros.¹⁶⁴

O desenvolvimento dos indexadores e dos fatores de impacto se deram a partir da década de 1960, com o surgimento da então nova área de estudo conhecida como Cienciometria. Esse campo volta o seu objeto de estudo para aspectos quantitativos da produção científica, utilizando os índices bibliométricos, usualmente obtidos a partir de bancos de dados de livros e produções catalogadas.¹⁶⁵

O primeiro instrumento de avaliação foi o *Journal Impact Factor*, que objetivava desenvolver um método de seleção de periódicos a serem indexados no *Science Citation Index*, do *Institute for Scientific Information*.¹⁶⁶ A ideia por trás da indexação seria a mensurabilidade da reação dos leitores ao conteúdo lido e da satisfação com a informação contida no documento.

Foi, no entanto, a partir da década de 1980, com a venda da base de dados do *Institute for Scientific Information* para diversas instituições, como uma ferramenta de apoio na elaboração de políticas científicas, que a quantificação da ciência começa a obter interesse acadêmico.¹⁶⁷

¹⁶³ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 147-148.

¹⁶⁴ SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o qualis periódicos. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009. p. 257.

¹⁶⁵ PINTO, Angelo C.; ANDRADE, Jailson B. de. Fator de impacto de revistas científicas: qual o seu significado deste parâmetro? **Química Nova**. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 448-453, 1999. p. 448.

¹⁶⁶ STREHL, Leticia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 19-27, jan./abr. 2005. p. 20.

¹⁶⁷ VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 13, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. p. 153.

Para as ciências da bibliometria e cienciometria, o modelo de avaliação da qualidade dos periódicos feito a partir dos fatores de impacto das publicações é conhecido como análise de citações.¹⁶⁸

É perceptível que o fator de impacto orientou a conduta da CAPES e da avaliação da produtividade dos programas de pós-graduação, tornando-se um instrumento de qualificação de periódicos, norteador de medidas educacionais, acadêmicas e de base e parâmetro para a tomada de decisões de agências de fomento científico no direcionamento de verbas de pesquisa. Houve uma verdadeira extrapolação de sua função, que foi idealizada, inicialmente, para agir como um sistema bibliográfico para eliminar citações que fossem fraudulentas, com informações obsoletas, incompletas ou não criteriosas.¹⁶⁹

Segundo o entendimento de André Luiz Felix Rodacki, no CTC-ES há aparentemente um consenso que os estratos superiores devem ser, pelo menos em parte, caracterizados por indicadores, principalmente os internacionais, observando que há um esforço pelas áreas que não empregavam tais indicadores para adotá-los de forma gradual.¹⁷⁰ Inclusive, de acordo com pesquisa realizada por Rita de Cássia Barradas Barata em 2016, 31 áreas do conhecimento utilizam indicadores de circulação, avaliados por meio das bases de dados e fatores de impacto, como critérios para avaliação da qualidade da revista.¹⁷¹

Efetivamente, a utilização de bases de dados bibliométricas é hoje uma realidade da seara acadêmica. Malgrado o seu largo uso, é necessário considerar que os diferentes bancos de dados divergem em diversos fatores, desde dos conteúdos que indexam e o nível de tipologia documental como o nível de coberturas temática, geográfica, idiomática e geográfica. Não se pode olvidar que apesar de as bases complementarem-se, elas também são concorrentes.¹⁷²

¹⁶⁸ MACIEL, Maria Goretti de Lacerda; ROCHA NETO, Ivan. O Qualis periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n.18, p. 639-659, dez. 2010. p. 650.

¹⁶⁹ RUIZ, Milton Artur; GRECO, Oswaldo Tadeu; BRAILE, Domingo Marcolino. Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**. São José do Rio Preto, v. 24, n. 3, p. 273-278, jul./set. 2009. p. 276.

¹⁷⁰ RODACKI, André Luiz Felix. Qualis: implicações para a avaliação de programas de pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento – uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 13, n. 30, p. 65-76, jan./abr. 2016. p. 75-76.

¹⁷¹ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p.25.

¹⁷² LOPES, Sílvia; COSTA, Maria Teresa; *et al.* A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. **ACTAS**. Lisboa, n. 11, p. 1-7, 2012. p. 6.

Dessa maneira, os diferentes bancos de dados desenvolvem indicadores próprios, com metodologias próprias para a aferição de questões como o número de acessos a determinado periódico e a quantidade de citações de uma revista em outra revista. Assim, a condição de pertencer a uma base de dados significa que o periódico apenas cumpriu determinados requisitos para se encontrar nela. Além disso, possuir um indicador ou índice de impacto, além de significar que o periódico possui indexação, denota que foi possível verificar sua relevância para a comunidade acadêmica.¹⁷³

De modo simplificado, o fator de impacto em si nada mais é que divisão do número de citações recebidas por um autor dividido pelo número de trabalhos que receberam alguma citação. A utilização desse índice possibilita identificar autores que, mesmo que tenham uma produção mínima, tiveram alguma relevância no campo científico. A análise de citações possibilita descobrir quais os autores mais citados, os mais produtivos, os mais influentes, a procedência geográfica e institucional, o tipo de documento mais utilizado, a idade média da literatura utilizada, os periódicos mais citados e as revistas que compõem o campo científico.¹⁷⁴

Os indicadores científicos desempenham um papel crucial na política científica, servindo para duas funções: o levantamento de subsídios para a tomada de decisão e o apontamento para a comunidade científica e leiga sobre o que é considerado mais significativo na atividade científica. Contudo, o uso de indicadores apresenta um perigo alarmante, por tomarem para si o poder de decisão sobre o estado do Qualis periódicos, mesmo que eles não sejam órgãos pertencentes à CAPES e não participem da metodologia avaliativa.¹⁷⁵

Para o público, o fator de impacto pode ter múltiplos significados. Para os autores, o valor do indicador auxilia na identificação de periódicos que podem acarretar maior prestígio ao seu trabalho. Para os bibliotecários, o fator de impacto é um parâmetro para a escolha de títulos de maior interesse para a academia quando necessitam alocar da melhor maneira seus recursos. Para os editores de periódicos, o impacto das publicações

¹⁷³ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.* p. 157-158.

¹⁷⁴ ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. p. 18-19.

¹⁷⁵ Crítica apontada por: CARVALHO, Yara M.; MANOEL, Edison de Jesus. Para além dos indicadores de avaliação da produção. **Movimento**. Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 193-225, set./dez. 2006. p. 197.

é constantemente acompanhado, pois desejam publicar artigos relevantes e atrativos para a captação de recursos das bibliotecas.¹⁷⁶

Quando utilizado de boa-fé e de forma benéfica, os fatores de impacto podem auxiliar o mapeamento do panorama geral da pesquisa e produção científica e indicar o nível de desenvolvimento das diferentes regiões, fornecendo uma estimativa do avanço da pesquisa de cada área do conhecimento.¹⁷⁷ É necessário ressaltar, no entanto, que o maior desafio na construção e uso de indicadores reside justamente em garantir que a simplificação não implique em visões estreitas de produção.¹⁷⁸

O uso de bases de dados e fatores de impacto foram os meios alcançados para garantir a presença de critérios qualitativos na avaliação da produção. Marília Costa Morosini considera que tais critérios são: a relevância, que é a contribuição para o desenvolvimento científico e a resolução de problemas nacionais relevantes; a inovação, marcada pela originalidade na formulação do problema de pesquisa e métodos adotados e; potencialidade de impacto, englobando circulação, idioma, reedição, reimpressão e usos no meio acadêmico e fora dele.¹⁷⁹

As bases de dados mais relevantes consideradas pelas Coordenações de área na avaliação são: Scopus, Web of Science, SciELO, LATINDEX, Diadorim, Pubmed, Redalyc, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES.

A Plataforma Scopus é uma base de dados privada da Empresa Elsevier, sendo essa uma sociedade global de informações analíticas que presta serviços para instituições e profissionais da ciência.¹⁸⁰ Por outro lado, a base de dados *Web of Science* é um serviço de indexação privado que foi originalmente concebido pelo *Institute for Scientific Information* e que atualmente é mantida pela *Clarivate Analytics*.¹⁸¹

¹⁷⁶ STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI... *Op. cit.*, p. 20.

¹⁷⁷ VITOR-COSTA, Marcelo; SILVA, Priscila Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A avaliação da produtividade em pesquisa na Educação Física: reflexões sobre algumas limitações dos indicadores bibliométricos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 26, n. 4, p. 581-597, out./dez. 2012. p. 591.

¹⁷⁸ CARVALHO, Yara M.; MANOEL, Edison de Jesus. Para além dos indicadores de avaliação da produção. **Movimento**. Porto Alegre, v. 12, n. 03, p. 193-225, set./dez. 2006. p. 197.

¹⁷⁹ MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. p. 105.

¹⁸⁰ ELSEVIER. **Sobre a Elsevier**. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/about>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹⁸¹ CLARIVATE ANALYTICS. **Web of Science**. Disponível em: <<http://wokinfo.com/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

A Biblioteca Científica Eletrônica On-line, comumente conhecida pela sua sigla em inglês, SciELO, é um programa desenvolvido na década de 1990 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações sobre Ciências da Saúde – BIREME e por editores de revistas científicas.¹⁸² Surgiu diante da demanda de aumentar a visibilidade da produção científica brasileira, criar mecanismos complementares aos do ISI e de uma metodologia para publicação eletrônica.¹⁸³ Várias áreas do conhecimento utilizam como critério de qualidade a indexação do periódico nessa base, apesar de não contar com metodologia de mensurabilidade de impacto, o que faz considerar o critério de qualidade a inclusão do periódico na base, por ser altamente dificultosa para revistas que não sejam vinculadas às ciências exatas e de saúde.¹⁸⁴

A LATINDEX, acrograma para *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* é uma indexadora de origem ibero-latinoamericana fruto da cooperação de uma rede de instituições para divulgar mundialmente periódicos vindo de tais regiões. Surgiu em 1995 por parte da *Universidad Nacional Autónoma de México* e virou uma rede de cooperação regional em 1997.¹⁸⁵

Com objetivos similares ao LATINDEX, há também a *Rede de Revistas Científicas de America Latina y Caribe, España y Portugal – Redalyc*. Originária da UNAM, consiste em um projeto que pretende dar visibilidade à produção científica das regiões, que, segundo a entidade administradora, é subestimado pela comunidade científica internacional em razão de sua pouca visibilidade. Comporta periódicos de ciências sociais, humanas, naturais e exatas.¹⁸⁶

¹⁸² “A criação do sistema Scielo na virada do milênio revolucionou o periodismo científico do Terceiro Mundo. Pela primeira vez, periódicos periféricos se tornaram visíveis, em pede igualdade com os gigantes do primeiro mundo. Em 10 anos, esses periódicos floresceram e adquiriram um grau de respeitabilidade internacional nunca antes imaginável”. In: MACIEL, Maria Goretti de Lacerda; ROCHA NETO, Ivan. O Qualis periódicos... *Op. cit.*, p. 648-649.

¹⁸³ PACKER, Abel Laerte. Scielo: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998, p. 109.

¹⁸⁴ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 160.

¹⁸⁵ LATINDEX. **¿Qué es latindex?** Disponível em: <<http://www.latindex.org/latindex/descripcion>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁸⁶ REDALYC. **Redalyc**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/home.oa>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

O Diadorim consiste em uma base de dados de acesso aberto e sem custos é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, com apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. A base abarca todas as áreas e tem como objetivo “identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais”.¹⁸⁷

Normalmente, as áreas voltadas às ciências da vida, como Medicina, Nutrição e Enfermagem, utilizam uma base de dados própria chamada Pubmed. A base, de acesso aberto, é mantida pelo *National Center for Biotechnology Information* nos Estados Unidos e reúne periódicos dos campos da biomedicina e saúde, ciências da vida, ciências comportamentais, ciências químicas e bioengenharia.¹⁸⁸

Algumas áreas optam por considerar o Google Acadêmico junto com outras bases de dados. A decisão, no entanto, é equivocada:¹⁸⁹ esta base consiste, na realidade, em uma ferramenta de busca bibliográfica com meios mais sofisticados, conhecidos como *search engines*, porém que não existe análise editorial e critérios para seus indicadores, sendo apenas a inclusão da revista no ambiente digital onde permite possibilidade de busca a partir de inúmeros itens indexados, assegurando a identificação de artigos, autores, conteúdos, patentes e outros dados.¹⁹⁰

O Portal de Periódicos da CAPES é um instrumento oriundo de política pública da fundação para subsidiar o acesso ao conhecimento científico. Foi criado em 2000 pelo Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos Eletrônicos – PAAP.¹⁹¹ Algumas áreas previram em suas considerações sobre o Qualis que as revistas científicas necessitam ser obrigatoriamente indexadas no Portal de Periódicos. A aplicação da CAPES é considerada uma base de dados, disponibilizando aos pesquisadores brasileiros amplo acesso a revistas, livros, outras bases de dados, enciclopédias, dicionários,

¹⁸⁷ IBICT. **Diadorim:** sistema de classificação das revistas. Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br/teste.jsp>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

¹⁸⁸ NCBI. **Pubmed.** Disponível em: <<https://tinyurl.com/ya8k6z4p>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

¹⁸⁹ Como também considera Guilherme Henrique Hamada In: HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 156.

¹⁹⁰ CAMPANARIO, Milton de Abreu; SANTOS, Tatiane do Céu Silveira. Escopo de projeto para indexação de revistas científicas. **EccoS Revista Científica.** São Paulo, n. 25, p. 251-272, jan./jun. 2011. p. 268.

¹⁹¹ ALMEIDA, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do portal de periódicos da CAPES: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira da Pós-Graduação.** Brasília, v. 7, n. 13, p. 218-246, nov. 2010. p. 220.

relatórios e dados estatísticos e banco de teses e dissertações da CAPES.¹⁹² No entanto, o Portal não possui um fator de impacto próprio que possibilite mensurar o número de citações por exemplo, somente deixando exposto outros fatores de impacto de bases de dados alheias, como o JCR do ISI.

Ademais, o escopo do portal é somente ofertar à comunidade acadêmica brasileira o maior acesso possível a periódicos e trabalhos que ofereçam alguma dificuldade, seja pelo alto valor, pela raridade do documento, ou qualquer outro empecilho que impeça a aquisição do trabalho. Desse modo, a inserção dos periódicos utilizados pelos pesquisadores brasileiros em seu banco de dados é quase um processo instantâneo e natural.

É premente também expor os índices de impacto mais utilizados, como o Fator de Impacto da JCR, o Fator de Impacto da SJR, *cites per doc (2 years)* e o *Google Scholar Metrics*.

O fator de impacto da JCR, sigla para *Journal Citation Reports* é o método de análise da empresa privada Clarivate Analytics, que utiliza as informações da base de dados da *Web of Science* para realizar a mensurabilidade de mais de 2 milhões de artigos.¹⁹³

O comumente conhecido Fator de Impacto da SJR pertence ao grupo que se intitula *SCImago Journal & Country Rank* sendo esse um portal que utiliza as informações contidas na base de dados Scopus para criar indicadores. O fator de impacto SJR foi criado pelo grupo de pesquisa SCImago, que reúne universidades da Espanha e do Canadá.¹⁹⁴ As avaliações do Qualis utilizam três indicadores do SCImago: o próprio FI SJR, o H index, que utiliza para cálculo o número de artigos que recebeu ao menos “h” citações e o *cities per document (2 years)* que calcula a média de citações por documento no período de 2 anos.¹⁹⁵

¹⁹² ALMEIDA, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do portal de periódicos da CAPES: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 7, n. 13, p. 218-246, nov. 2010. p. 230.

¹⁹³ CLARIVATE ANALYTICS. **Journal citation reports**. Disponível em: <<https://clarivate.com/products/journal-citation-reports>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

¹⁹⁴ SCIMAGO. **About us**. Disponível em: <www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 14 ago. 2018.

¹⁹⁵ SCIMAGO. **Understading indicators, tables and charts**. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/help.php#understand_journals>. Acesso em: 14 ago. 2018.

O *Google Scholar Metrics* é um índice de impacto gratuito ligado ao Google Acadêmico. Apesar do uso largamente fácil em comparação com outros índices, ele possui uma característica híbrida: é bibliográfico por um lado e bibliométrico, com políticas e infraestruturas para indexação, por outro. No entanto, o GSM é um índice que possui pouca transparência e não incorpora em sua estrutura nenhum controle científico sobre a seleção do processamento de dados nem realiza ações contra manipulação de dados, indo em sentido contrário dos requisitos mínimos necessários a qualquer ferramenta científica.¹⁹⁶ Não obstante, a área de Psicologia, por exemplo, que considera critérios estritamente voltados à análise do fator de impacto, utilizou somente o fator de impacto do Google Acadêmico para a estratificação.¹⁹⁷

Finalmente, é necessário deixar nítidas algumas diferenças: a primeira, sobre o veículo de disponibilização das informações de cada base de dados e a segunda, diferença entre veículos de disponibilização das informações e os mecanismos de busca.

Referente ao primeiro ponto, algumas bases de dados divulgam a bibliometria feita nos artigos e periódicos cadastrados utilizando publicações específicas, como o JCR, que utiliza as informações da *Web of Science*. Outros deixam público uma classificação geral dos periódicos de acordo com o seu impacto, como o SJR, que toma como base os dados da Scopus.¹⁹⁸

No segundo ponto, mesmo que outrora assentado sobre a não caracterização do Google Acadêmico como uma adequada base de dados, ela, assim como outros mecanismos de busca pode ser restrita ou não à própria base de dados. Em outras palavras, além de oferecer os dados que a própria base armazena, ela pode buscar em outras bases de dados. Outro exemplo é a aplicação *Heinonline*, que é um buscador especializado em Direito, que possibilita a busca em várias bases de dados, entre revistas científicas, jurisprudência, legislação e tratados.¹⁹⁹

Mesmo com a consideração pela CAPES quanto todas estas bases e índices, fato é que não há uma padronização avaliativa dos periódicos quando confrontadas as

¹⁹⁶ DELGADO-LÓPEZ-CÓZAR, Emilio; CLAVIJO-CABEZAS, Álvaro. Ranking journals: could google scholar metrics be an alternative to journal citation reports and scimago journal rank? **Learned publishing**. Shoreham-By-Sea (Reino Unido), v. 26, n. 2, p. 101-114, mar. 2013. p. 111-112.

¹⁹⁷ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Psicologia**. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

¹⁹⁸ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 158.

¹⁹⁹ *Idem*.

classificações das diferentes áreas, o que se revela como uma característica discutível da metodologia de avaliação: a sua divisão em 49 áreas, cada uma estabelecendo uma lista Qualis-periódicos e critérios de avaliação autônomos, acarreta a particularidade notável no sistema avaliativo brasileiro em que a revista científica pode estar localizada em diferentes estratos quando observada as diferentes áreas e normalmente cada classificação dada à revista é diferente do que outra área qualifica. Isso gera uma enorme disparidade quando se analisa a classificação da revista por inteiro. Um exemplo desse fato é a Revista de Direito Econômico e Socioambiental, do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR.

De acordo com Qualis, em pesquisa realizada no mês de agosto de 2018, o periódico jurídico consta em oito diferentes áreas do conhecimento e cinco distintas classificações:

Tabela 1 – Estratificação Qualis para a Revista de Direito Econômico e Socioambiental

Área de Avaliação	Classificação
Administração Pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	B3
Ciências Ambientais	B2
Direito	A2
Economia	B4
Educação	B3
Filosofia	C
Interdisciplinar	B4
Planejamento urbano e regional/demografia	B4

Elaboração própria. Fonte: <<https://sucupira.capes.gov.br>>.

Dessa forma, viu-se que cada uma das 49 áreas de concentração da CAPES estipula suas regras para a avaliação de periódicos, utilizando referenciais próprios, como bases de indexação específicas de cada área, e os requisitos mínimos de avaliação orientados pelo COPE, denominados “boas práticas editoriais”. Segundo Barradas Barata, tal discrepância tem relação com os diferentes pontos de corte adotados para a classificação de acordo com os índices de impacto, pois a definição de tais valores varia em cada área do conhecimento. Outra razão incide no resultado de julgamentos da comissão avaliadora da relevância do periódico para determinada área do conhecimento aliados a concepções fortemente disciplinares.²⁰⁰

Apesar da liberdade para a definição dos pontos a serem analisados em um periódico pelas áreas de conhecimento, observa-se que em alguns documentos de área os

²⁰⁰ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 28.

critérios de avaliação são exaustivamente explanados, enquanto que em outros se encontra forte escassez de informações, fato que não somente ocasiona dúvidas sobre os parâmetros utilizados, mas também suscita a falta de transparência e a tendência de a avaliação ser dotada de um caráter subjetivo.

Respalda-se nas informações fornecidas pela última avaliação quadrienal da CAPES (2013-2016), é perceptível a pequena preocupação com os princípios do Direito administrativo. Enquanto áreas como Nutrição e Psicologia possuem delimitação clara do processo de avaliação que será executado, utilizando fatores como o grau de impacto para delimitar o estrato, outras áreas não deixaram claros os critérios para cada estrato, mencionando meramente que se utiliza *rankings* para a classificação das revistas, mas não delimitando de forma objetiva a nota de corte.

Por exemplo, na área de Medicina Veterinária, os critérios para a classificação de suas revistas científicas são objetivos: Estrato C, que não atende os critérios do COPE; Estrato B5, que atende os critérios do COPE mas não possui indexação; Estrato B4, que apresenta entre 1 a 3 indexações; Estrato B3, com quatro indexações ou fator de impacto do *Journal Citation Reports – JCR* menor que 0,197; Nos outros estratos se utiliza os valores do fator de impacto do JCR para traçar os pontos de corte nos estratos sucessivos.²⁰¹

As áreas Antropologia/Arqueologia²⁰² e Arquitetura, Urbanismo e Design²⁰³ retratam de maneira pormenorizada os critérios elegidos para cada estrato. Ambas consideram como fatores de avaliação a exogenia dos autores e do conselho editorial e a indexação em bases de dados nacionais e internacionais.

Em relação a área de Economia, entretanto, os seus critérios para classificação não são objetivos, mencionando somente a utilização de metodologias dispostas em avaliações anteriores para a execução da avaliação quadrienal, delegando indiretamente para as equipes editoriais o dever de realizar uma pesquisa minuciosa e longa de documentos antigos para compreender o atual estágio de avaliação.²⁰⁴ Além disso, na

²⁰¹ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Medicina Veterinária.** Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

²⁰² CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Antropologia/Arqueologia.** Brasília: CAPES, 2017. p. 2-4.

²⁰³ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Arquitetura, Urbanismo e Design.** Brasília: CAPES, 2017. p. 3-5.

²⁰⁴ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Economia.** Brasília: CAPES, 2017. p. 1.

página da Coordenadoria no sítio da CAPES, os documentos dos triênios anteriores sobre o Qualis delegam novamente para documentos mais antigos a compreensão dos critérios elegidos. Infelizmente, tais documentos não se encontram digitalizados e acessíveis para download.

Áreas de ciências exatas como Astronomia e Física se baseiam somente no Fator de impacto da JCR para fazer a estratificação das revistas científicas. Por outro lado, os periódicos de outras áreas que não tenham afinidade com às áreas de concentração são avaliados com valores do fator de impacto maiores para a obtenção das classificações mais elevadas.²⁰⁵

A área do Direito também apresenta informações incongruentes e algumas vezes superficiais sobre os procedimentos adotados para a avaliação. O documento de área discorre sobre os requisitos básicos para os periódicos jurídicos, exigindo o mínimo de 14 artigos por volume e a presença da revista em pelo menos duas bases de indexação elencadas pela área. A avaliação leva em conta o grau de exogenia da revista, calculada por cada grupo de referência: autores/coautores, membros do Conselho Editorial e do Corpo de Pareceristas. Complementarmente, exige-se a publicação mínima de 18 artigos por volume para integrar os estratos A1, A2 e B1. Nos estratos A é obrigatória a publicação por volume de pelo menos 15% de artigos de autores filiados a instituições estrangeiras e nos estratos B2, B1, A2 e A1 há a obrigatoriedade de a exogenia dos autores ser proveniente de cinco IES diferentes.²⁰⁶

Entretanto, o documento não deixou claro como é o cálculo da exogenia dos periódicos jurídicos, explicitando somente os fatores que são considerados. Outro ponto que chama atenção é a consideração do Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico como critérios para indexação.

Ambos os portais não representam, em si, nenhum acréscimo relevante para uma revista científica como outras bases de dados objetivam. As razões já foram expostas em momento anterior, mas é necessário insistir: em primeiro lugar, o objetivo do Portal de Periódicos, além de não possuir fator de impacto, seu objetivo não é formar uma base de dados que sigam critérios previamente estabelecidos por pares e pelo operador da base de dados, mas, ao contrário, é prover a acessibilidade ao público do conteúdo acadêmico

²⁰⁵ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Astronomia e Física**. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3.

²⁰⁶ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Direito**. Brasília: CAPES, 2017. p. 3-4.

existente. Quanto ao Google Acadêmico, apesar de existir o fator de impacto conhecido como índice H, não é possível conhecer de modo pormenorizado como é efetuado o cálculo.²⁰⁷ Em segundo lugar, não existe uma análise editorial clara para o procedimento de inclusão.

Em um último exemplo, o método de estratificação dos periódicos das áreas de Ciências Biológicas I²⁰⁸ e II²⁰⁹ é curioso e pouco criterioso: foi definido em ambos que a classificação das revistas tomará por base a mediana do fator de impacto que é calculada a partir da lista de periódicos da base utilizados pela área e disponibilizada na Plataforma Sucupira. Para a formação desta lista, utiliza-se as bases do ISI e o fator de impacto da base ISI ou, na sua ausência, o valor da *cites per doc*. Quando os periódicos forem muito novos e sem valores de fator de impacto, são considerados valores como: reputação editorial, indexação nas bases de ampla divulgação, circulação internacional, consistência na periodicidade de publicação e a reputação de outros periódicos disponíveis na mesma base editorial.

Definido o valor mediano, ele servirá de base para o cálculo do valor inferior do fator de impacto dos periódicos que compõem o estrato B1. Para os estratos A1, A2 e B1 a estratificação é feita de acordo com as regras gerais definidas pelo CTC-ES do valor máximo de cada estrato.

Como foi percebido com os exemplos trazidos, as avaliações não variam somente pelos critérios elegidos, mas também pelos métodos e procedimentos a serem utilizados por cada uma das áreas. Devido à ampla variedade, viu-se a necessidade de analisar os documentos referentes à avaliação quadrienal (2013-2016) do Qualis das 49 áreas, disponíveis na Plataforma Sucupira. Pretendeu-se, assim, investigar quais são os critérios de avaliação e apresentar um gráfico comparativo para demonstrar os critérios mais comuns adotados.

Para isso, foram estabelecidas quatro padrões para categorizar os critérios Qualis das áreas de acordo com os documentos ofertados na plataforma *Web Qualis*: 1)

²⁰⁷ As explicações disponíveis são parcas para a compreensão do índice H. Ver: GOOGLE. **Google Scholar Metrics**. Disponível em: <<https://scholar.google.com/intl/en/scholar/metrics.html#metrics>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

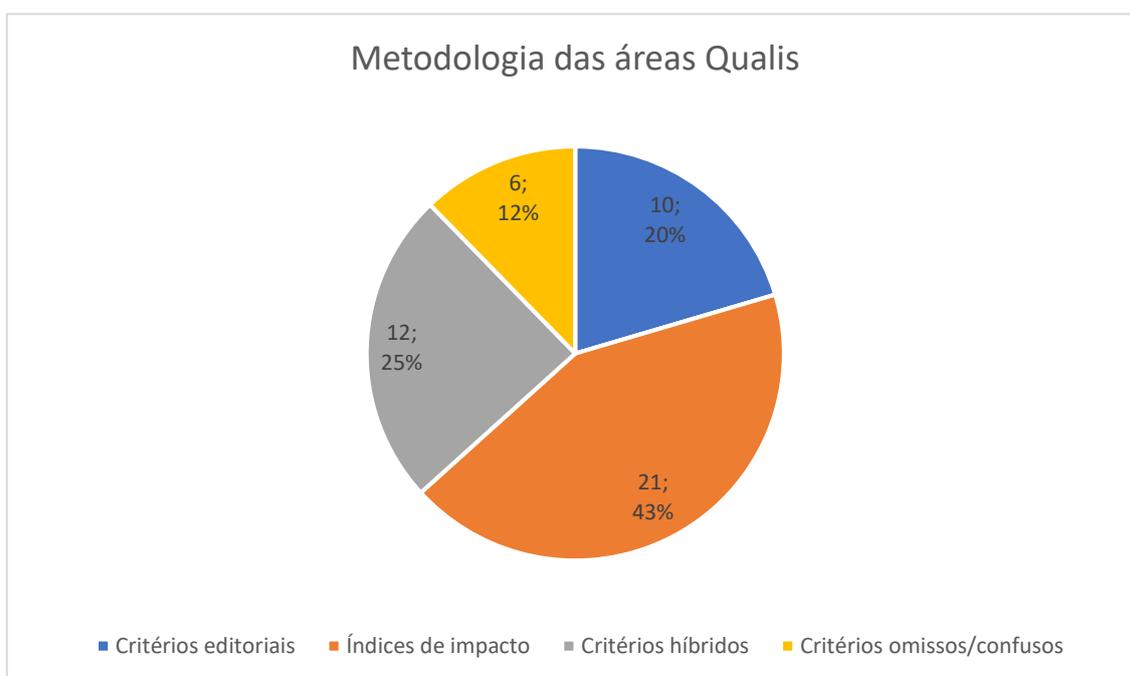
²⁰⁸ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Ciências Biológicas I**. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3.

²⁰⁹ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Ciências Biológicas II**. Brasília: CAPES, 2017, p. 3-4.

critérios editoriais, definidos como aqueles que envolvem avaliações estritamente voltadas ao número de indexações, exogenia dos autores e do conselho editorial, periodicidade, etc. 2) índices de impacto, que aglutinam as áreas que utilizaram majoritariamente o valor do grau de impacto das revistas para a estratificação; 3) critérios híbridos, destinado às áreas que utilizaram valores dos dois padrões anteriores; 4) critérios omissos/confusos, para as áreas que não especificaram ou não foram claros na metodologia.

A coleta e avaliação dos documentos foi realizada no mês de agosto de 2018 e contou com o seguinte resultado:²¹⁰

Gráfico 1 – Metodologia das áreas Qualis.



Elaboração própria. Fonte: CAPES.

Conforme as observações realizadas, 10 áreas (20%) estabelecem critérios estritamente editoriais para a estratificação, 21 áreas (43%) utilizam metodologias que classificam as revistas científicas de acordo com seu fator de impacto, 12 áreas (25%) detêm critérios que mesclam valores dos fatores de impacto com critérios editoriais e 6 áreas (12%) foram confusos ou omissos na exposição dos valores de ponderação.

²¹⁰ Sugere-se ao leitor consultar o apêndice do trabalho. Fez-se um levantamento e exposição dos critérios das 49 áreas.

Das seis áreas que foram omissas/confusas (Economia; Filosofia; Interdisciplinar; Matemática, Probabilidade e Estatística; Materiais e Saúde Coletiva), fez-se necessário efetuar questionamentos para as Coordenarias das áreas. Tentou-se estabelecer contato com tais Coordenadorias que, infelizmente, não enviaram quaisquer respostas.

2.2. O processo de coleta de periódicos

As revistas científicas usadas pelos pesquisadores brasileiros para publicação de seus trabalhos são informadas pelos programas de pós-graduação no processo de coleta anual de informações sobre a produtividade acadêmica, realizado com o auxílio do Coleta Capes. Posteriormente, após a avaliação pelas comissões das quarenta e nove áreas do conhecimento, as informações relativas aos veículos de divulgação científica utilizados são disponibilizadas em forma de lista na Plataforma Sucupira, a ferramenta online que reúne informações sobre a pós-graduação no Brasil, servindo de base para o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG.²¹¹ A CAPES salienta, entretanto, que a lista fornecida não é exaustiva: trata-se de uma lista de periódicos que foram utilizados pelos programas de pós-graduação como meio de publicação no período de análise.²¹²

O Coleta Capes é um programa formulado pela CAPES que objetiva facilitar o processo de coleta de informações dos programas de pós-graduação *strictu sensu* brasileiros e integra a Plataforma Sucupira. Os dados recolhidos pela aplicação se prestam para a avaliação dos programas de pós-graduação, para prover à fundação informações necessárias para o planejamento de suas políticas de fomento e definição de suas políticas institucionais e para a constituição do acervo de informações consolidadas sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação.²¹³

Nessa plataforma colhem-se informações sobre a estrutura do PPG, seus financiadores, suas linhas e projetos de pesquisa, as disciplinas ofertadas, o quadro discente e docente, bem como os participantes externos, os trabalhos de conclusão (teses e dissertações) defendidos e as produções intelectuais dos membros do programa. O

²¹¹ CAPES. **O que é a plataforma sucupira?** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

²¹² CAPES. **Qualis-Periódicos**. *Op. cit.*

²¹³ CAPES. **Coleta de dados...** *Op. cit.*, p. 5.

preenchimento de tais informações e a elaboração do relatório incumbe ao coordenador de cada PPG, devendo a coleta ser realizada anualmente.

É necessário enfatizar que, para a CAPES, o termo “produção intelectual” é uma denominação genérica, contendo, como espécies, a produção bibliográfica, a produção técnica/tecnológica e a produção artística. O Coleta CAPES, considera como produção bibliográfica trabalho em anais, traduções, livros, artigos em periódicos, partitura musical, artigos em jornais ou revistas e semelhantes. Como produção técnica, compreende-se os serviços técnicos, as cartas, mapas ou similares, os cursos de curta duração, o desenvolvimento de aplicativos, materiais didáticos e instrucionais, manutenção de obra artística, maquete, organização de evento, desenvolvimento de técnica, editoria, participação em programas de rádio ou TV, apresentações de trabalho, relatório de pesquisa ou similares. Finalmente, a produção artística compreende a música, artes cênicas e visuais e outras produções culturais.²¹⁴

Especificamente ao objeto de estudo do trabalho, é importante atentar-se somente ao processo de preenchimento das produções bibliográficas, categoria que os artigos científicos pertencem.

O preenchimento, no Coleta CAPES, necessita de algumas informações básicas para o seu registro, feito na área de “detalhamento da produção”. Qualquer que seja a produção o seu preenchimento deverá passar por quatro pontos (ou abas): dados gerais, detalhamento, contexto e vínculo.²¹⁵

Em dados gerais, preenchem-se informações básicas, como a denominação da produção, nome dos autores, seu título, categoria, ano da publicação. Em detalhamento, de acordo com a natureza da produção intelectual elegida na aba anterior, as informações que deverão obrigatoriamente ser preenchidas não serão os mesmos.

Para o preenchimento de artigos publicados em periódicos, é obrigatória a informação do campo *International Standard Serial Number* – ISSN da revista em que foi publicada. Colhida essa informação, o sistema irá buscar de maneira automática o cadastro correspondente na base de dados. Entretanto, caso não encontre alguma referência do periódico, conclui-se que o registro da revista no Qualis nunca foi feito. Assim, para cadastrar uma nova revista, é necessário realizar uma solicitação, no próprio

²¹⁴ *Ibidem*, p. 18/77.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 78.

aplicativo, à Diretoria de Avaliação da CAPES para registro e homologação. Além do ISSN, é necessário informar, o nome da editora, o volume, o fascículo, a série, o número da página da página inicial e final, o idioma, o meio de divulgação, a URL, as observações pertinentes e o DOI. Na terceira aba, em contexto, a produção intelectual registrada deverá ser preenchida informando o seu liame com as áreas de concentração, as linhas e projetos de pesquisa do programa. Assim, preenche-se, utilizando opções previamente cadastradas do PPG. Em vínculo, a última aba, o sistema requisita o registro da relação da produção com trabalhos de conclusão.²¹⁶

O processo de preenchimento das informações das produções intelectuais pode se dar de dois modos: manual ou importada. No processo manual, a coleta de informações é realizada com o coordenador do programa se ocupando de cadastrar todos os dados necessários. Na importação, diferentemente, cruzam-se informações contidas na categoria de Cadastro de Docentes com as bases de dados do Lattes, pertencente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Para buscar o currículo Lattes de cada docente, utiliza-se o CPF. Importando-se as produções na plataforma, é necessário associar, caso haja mais autores que aparecerem no cadastro do Lattes às pessoas na base de dados do Sucupira, independentemente se os coautores forem ligados ou não ao PPG. Após a associação, as informações importadas deverão ser complementadas com os dados obrigatórios que não estiverem preenchidos.²¹⁷

Além do preenchimento de cada artigo publicado pelo corpo discente e docente, o coordenador do PPG deverá escrever relatórios para o Coleta CAPES, há cinco opções de relatórios: fluxo discente, consolidação de programa, produção dos participantes externos, consolidação de docente e conferência de programa. Dentre eles, dois merecem ser melhor explanados por terem importância ao Qualis: a) a consolidação docente, por reunir dados quantitativos das orientações concluídas, trabalhos completos, anais completos, projetos e livros feitos por docentes ; b) a consolidação de programa, que apresenta dados quantitativos referentes à produção do PPG (trabalhos completos, publicações, pesquisa, etc.).²¹⁸

A fundação determina, após um período aberto para os coordenadores dos programas enviarem as informações requisitadas pela CAPES, uma data limite de envio

²¹⁶ *Ibidem*, p. 80-114.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 86-92.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 87-101.

dos dados, sendo que após o termo final, há um congelamento das informações de todos os programas, e as listas são geradas contendo os títulos dos periódicos que tiverem publicações no período de um ano.²¹⁹

Entretanto, o sistema do Coleta CAPES é, apesar de totalmente digital, uma aplicação que exige um grande dispêndio de força manual dos membros PPG's para o seu correto preenchimento.

Explique-se: como observado, há duas opções de preenchimento da plataforma, a manual e por importação. Enquanto as produções dos discentes só conseguirão ser acrescentadas no relatório do programa através do trabalho manual, salvo se o trabalho publicado for em coautoria com um docente, as produções dos docentes têm a possibilidade ser importadas do sistema da Plataforma Lattes. Por que há essa diferença entre os docentes e discentes? Não há uma razão lógica para tal discrepância. Afinal, se o sistema da Plataforma Sucupira e o Coleta CAPES consegue extrair informações dos currículos lattes dos professores, os alunos, que também possuem obrigatoriamente currículo na plataforma, podem facilmente ter seus dados importados.

Mesmo as produções importadas dos docentes exigem ainda a complementação de dados, principalmente àqueles requeridos para fazer o liame do trabalho com o projeto e linha de pesquisa do programa. Se não bastasse, mesmo executados todos os procedimentos de importação a Plataforma Sucupira e o Coleta CAPES apresentam ainda erros nas informações de produção cadastradas.

Ademais, não há no momento nenhum programa de computador que extraia, agrupe e disponibilize de maneira eficaz as informações dos desempenhos dos professores, alunos e linhas de pesquisas pertencentes ao programa de pós-graduação, o que facilitaria o preenchimento da Plataforma Sucupira.²²⁰

Dessa maneira, em qualquer uma das categorias de preenchimento dos dados que seja elegida pelo coordenador, ela irá consistir em uma atividade com um volumoso trabalho manual, detalhista, exaustivo e confuso, com constantes falhas aparecendo nos sistemas. Além das falhas computacionais, o preenchimento pelo meio convencional

²¹⁹ SOMA, Nei Yoshihiro; ALVES, Alexandre Donizeti; YANESSE, Horacio Hideki. O qualis periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 13, n. 30, p. 45-61, jan./abr. 2016. p. 50.

²²⁰ NIGRO, Carolina Alenca; *et al.* Prestação de contas anual e quadrienal à Capes por um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Engenharia de Produção: utilização da ferramenta computacional scriptlattes-scriptsucupira. **Revista Prisma.com**. Porto, n. 29, p. 3-26, 2015. p. 5.

enseja a inevitável ocorrência de falhas humanas. Em razão de tais problemas, o mercado tecnológico apresenta soluções com a utilização de programas de computador que auxiliam na prestação de contas a CAPES.²²¹

Apesar dos esforços da fundação CAPES em simplificar o aplicativo de coleta, as tentativas acabam por esbarrar em outros fatores que os órgãos e coordenadorias de área da fundação criam. O montante de informações requeridas aos programas de pós-graduação tem aumentado em vez de diminuir, pois as reuniões de discussão sobre a necessidades de dados focalizam em argumentos favoráveis ao acréscimo de informações à lista, tudo em nome da produtividade quantitativa. Outro fator é que, em nome da preservação da série histórica, compilando dados da pós-graduação brasileira, há uma forte resistência quanto da retirada de dados a serem informados na prestação de contas.²²²

2.3. A avaliação das revistas pela comissão de consultores

No entendimento de Sônia Maria Duarte Grego, as modalidades de avaliação do ensino superior mais utilizadas atualmente são os *rankings* ou estudos reputacionais, os indicadores de desempenho e as metodologias qualitativas de avaliação, classificadas como subjetivas-interpretativas e críticas. Dentre os modelos, os estudos reputacionais e os indicadores de desempenho podem ser classificados dentro da categoria de avaliação de orientação técnica. Esse paradigma de avaliação adota valores como a produtividade, eficiência, a certeza e predição, tomando para si como referência indicadores quantitativos e com enfoque em resultados quantificáveis.²²³

Os estudos reputacionais avaliam as IES de acordo com o prestígio de uma instituição, utilizando critérios de excelência acadêmica, relevância social, pelos recursos educacionais, físicos, financeiros e pedagógicos. De outra parte, os indicadores quantitativos utilizam informações que permitem a comparação e diagnóstico e tem uma função predeterminada de controle, buscando garantir a eficiência do sistema.²²⁴

²²¹ PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. **A Plataforma...** *Op. cit.*, p. 167.

²²² VERHINE, Robert E. Avaliação da CAPES: subsídios para... *Op. cit.*, p. 181.

²²³ GREGO, Sônia Maria Duarte. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas: Autores associados, p. 91-122, 1997. p. 102.

²²⁴ *Ibidem*, p. 102-106.

Se por um lado, foi observado que o Qualis adota o modelo de avaliação com enfoque “análise de citações”, onde o fator de impacto é um dos elementos, senão o mais relevante; na estratificação dos periódicos, por outro, a avaliação das revistas científicas se baseia na adoção de indicadores quantitativos. Propor a mensuração de resultados como objeto central da avaliação levanta valores como: a crença na suposta neutralidade e independência dos produtos em relação aos processos que os produziram ou mesmo a presunção de que o domínio do saber possa substituir a complexidade das situações humanas. A simplificação, de orientação positivista e tecnicista tem como anseio o atendimento de demandas imediatas pela ordem global.²²⁵

Reconhece-se que tanto o modelo CAPES de avaliação da pós-graduação no Brasil quanto o modelo de avaliação Qualis dos periódicos científicos, ligado ao primeiro, apresentam um elemento relevante para a autonomia institucional da fundação e dos pesquisadores o que produz credibilidade nacional e internacional: os responsáveis pela avaliação são os membros da própria área do conhecimento e, “ao contrário do que ocorre com os modelos de avaliação dos outros níveis de ensino, que não estão envolvidos nos processos avaliados, no caso da pós-graduação, os avaliadores são simultaneamente avaliados”.²²⁶

Para a realização da avaliação Qualis, cada área recebe da Diretoria de Avaliação da CAPES uma planilha com as informações das revistas científicas que são oriundas do preenchimento pelos coordenadores dos programas dos veículos utilizados para publicação.²²⁷

A avaliação é feita por uma comissão de consultores que é convocada sem quaisquer critérios estabelecidos. Cada uma das áreas institui a sua comissão destacando os elementos que consideraram pertinentes para a escolha dos avaliadores. Não existe um processo seletivo claro, critérios explanados, motivação das indicações e tampouco democracia na escolha dos consultores.

Ademais, não há nenhum “registro legal”, como portarias ou decretos, que indiquem a nomeação dos membros da comissão de avaliação Qualis de cada área. O que se percebe é que a nomeação possui uma informalidade excessiva: os coordenadores

²²⁵ DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação...** *Op. cit.*, p. 92.

²²⁶ SEVERINO, Antônio Joaquim. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, p. 51-74, 2006. p. 68.

²²⁷ CAPES. **Relatório Qualis Periódicos: 2013-2016 – Nutrição**. Brasília: CAPES, 2017. p. 2.

possuem o poder convocar livremente os avaliadores que decidirão o rumo das revistas científicas brasileiras.

Assim, o que se deduz é que a avaliação é realizada por uma comissão que foi elegida de forma subjetiva e pessoal pelos representantes das áreas, não considerando elementos como mérito pessoal ou participação democrática dos pesquisadores da área afetada. Malgrado o exposto, a própria CAPES ainda assegura que a avaliação, feita por meio de consultores *ad hoc*, garantiria a participação da comunidade acadêmico-científica.²²⁸ Mesmo que seja elogiável a garantia da participação democrática no processo avaliativo, garantindo que iguais avaliem iguais, a desaprovação aqui se funda na excessiva liberdade concedida no processo de escolha: há realmente participação democrática na avaliação dos pares?

Crítérios como representatividade regional, de programas com diferentes avaliações ou mesmo de gênero, são requisitos meramente opcionais para cada Coordenador de área. Além disso, mesmo as reuniões do CTC-ES, órgão que coordena as 49 coordenadorias de área, não são arquivadas, registradas e publicizadas de maneira correta. Consequentemente, muitas atas até mesmo desaparecem devido à falta de cuidado no arquivamento.²²⁹

Ainda, a publicação da composição da comissão é quase desconhecida se o interessado não realizar uma pesquisa pormenorizada: o sítio da CAPES, as páginas das áreas e a aplicação do WebQualis não deixam transparente quem são os responsáveis pela avaliação. Várias áreas não deixam explícitas as composições das comissões de avaliação do Qualis e, mesmo as que deixam transparente os responsáveis pela avaliação, na quase totalidade delas inexistente o procedimento de escolha dos membros.

Na área do Direito, as considerações do Qualis periódicos, documento onde os critérios eleitos deveriam ser objetivamente relatados, o processo de avaliação, a comissão de consultores Qualis e o procedimento de escolha que avaliaria os periódicos deixou omissa a composição e forma de escolha da Comissão-Qualis. Somente no relatório de avaliação dos programas de pós-graduação houve menção a alguma comissão

²²⁸ CAPES. **Sobre a avaliação.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-avaliacao>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

²²⁹ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 162.

formada, que, no entanto, foi a que possuía o objetivo de realizar a avaliação quadrienal.²³⁰

Em sentido contrário, a área de Ciência de Alimentos deixou cristalinas as informações sobre a comissão que analisou e elaborou o Qualis 2016 da área, tendo os três coordenadores (coordenador, coordenador adjunto e coordenador profissional) e mais dois membros se responsabilizando pela avaliação.²³¹ Da mesma maneira a área de Nutrição indicou a sua comissão, composta por quatro membros.²³² Mesmo assim, em ambas as áreas, não se sabe quais foram os métodos de escolha da comissão.

Em outra área, História, a Coordenação decidiu estabelecer duas comissões: uma, com 10 membros, destinada debater e aprimorar os critérios de classificação dos periódicos e a outra, composta por 33 pesquisadores convidados, teve a incumbência de realizar a análise das revistas.²³³

A disparidade no comprometimento de fornecer informações é preocupante pois, como bem denota Bruno de Macêdo Pimentel, os documentos de área são instrumentos norteadores para os programas de pós-graduação *stricto sensu*, pois eles apontam os critérios que serão utilizados pelas áreas na avaliação quadrienal e nas avaliações anuais do Qualis.²³⁴

Devido à disparidade informacional, viu-se necessária a análise dos documentos de área do Qualis 2017 para investigar e tentar responder dois questionamentos: 1) Como as áreas explicitam o processo de escolha e a composição da comissão de consultores do Qualis; 2) Quais são as áreas do conhecimento que deixam claros os procedimentos para a análise dos periódicos científicos. O recolhimento de tais documentos foi feito através da pesquisa no *WebQualis* em agosto de 2018.

²³⁰ CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Direito**. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

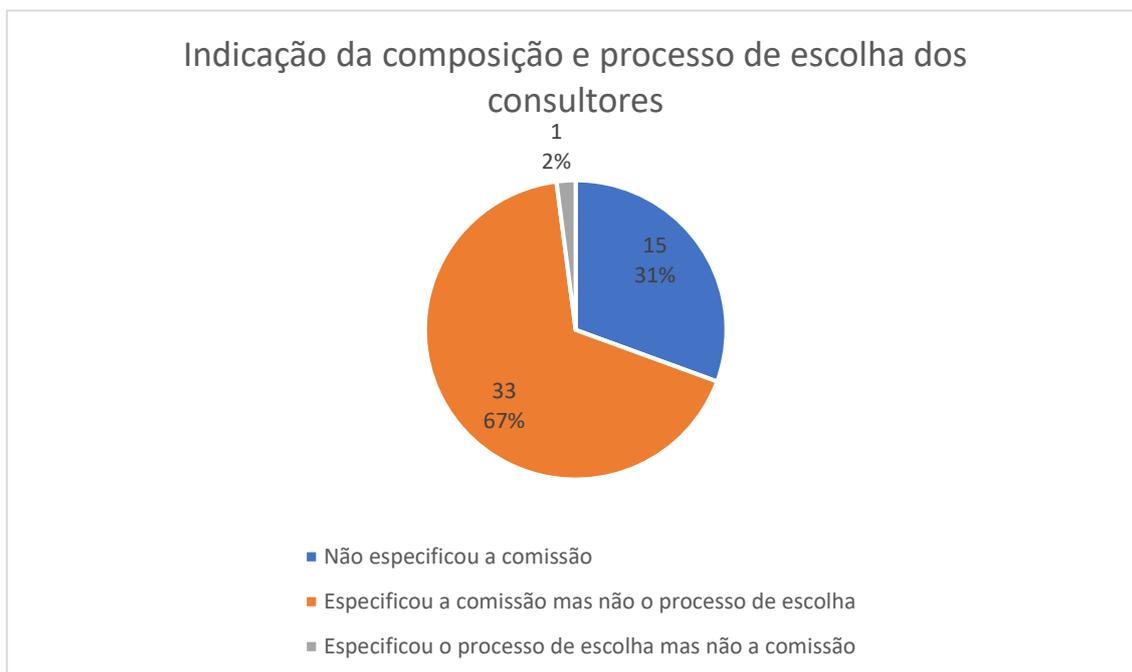
²³¹ CAPES. **Relatório do Qualis Periódicos – 2016 – Ciência de Alimentos**. Brasília: CAPES, 2016. p. 7.

²³² CAPES. **Considerações sobre Qualis Periódicos - Nutrição**. Brasília: CAPES, 2016. p. 4.

²³³ CAPES. **Considerações sobre Qualis Periódicos - História**. Brasília: CAPES, 2016. p. 7-8.

²³⁴ PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. A Plataforma Sucupira... *Op. cit.*, p. 100.

Gráfico 2 – Indicação da composição e processo de escolha dos consultores nos documentos de área de 2017.



Elaboração própria. Fonte: CAPES.

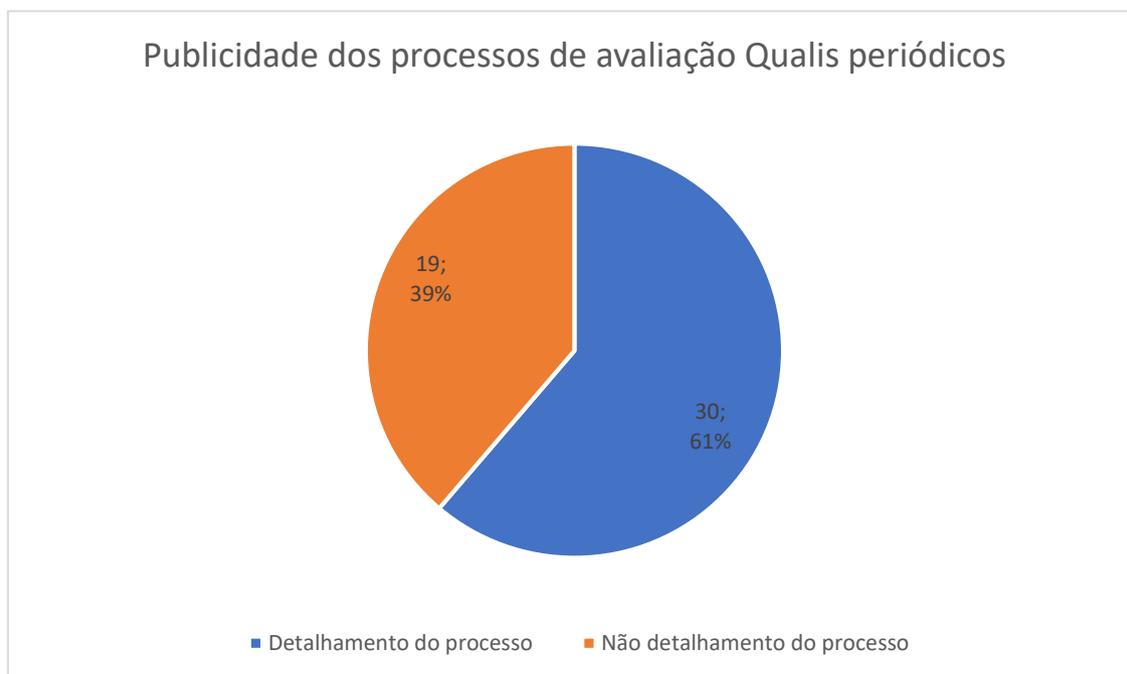
De acordo com as informações recolhidas nos documentos sobre as considerações do Qualis 2017 das 49 áreas, 33 áreas (67%) indicaram os pesquisadores que compuseram a comissão que avaliaria os periódicos científicos, mas não especificaram qual foi o processo de escolha. 15 áreas (31%) não deixaram explícitos nos documentos nem o processo seletivo nem a comissão. Apenas uma área, História, (2%) especificou o processo de escolha, mas não deixou claro quem foram os membros.

Notoriamente, como observado, nenhuma área foi totalmente transparente relativamente ao primeiro questionamento quanto à comissão Qualis. De alguma maneira, seja não relatando como os avaliadores foram escolhidos, seja não trazendo a composição ou não expondo qualquer informação, as áreas não deixaram claras quem foram os responsáveis, representando a fundação CAPES, na avaliação dos periódicos.

O segundo questionamento trazido para reflexão se refere ao detalhamento do procedimento da avaliação. Apesar de as áreas não terem um processo padronizado, o detalhamento das ações das comissões Qualis para a análise dos periódicos foi cumprida por grande parte das áreas. Para isso, considerou-se que a área cumpriu com a expectativa ao relatar não somente os critérios para a estratificação, mas também as possíveis divisões metodológicas feitas, os passos seguidos, os possíveis pedidos de reconsideração

analisados ou mesmo a apresentação da equação matemática criada para a classificação. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 3 – Publicidade dos processos de avaliação Qualis periódicos.



Elaboração própria. Fonte: CAPES.

Das áreas que especificaram os procedimentos adotados, alguns passos foram comuns: em primeiro lugar, recebe-se da DAV a lista dos veículos utilizados pelos PPG's para a publicação do ano ou do quadriênio, em segundo lugar, identifica-se os periódicos quanto ao assunto e escopo. Após as identificações, elimina-se da lista as duplicidades de dados bem como os veículos considerados não periódicos científicos. Posteriormente, com uma nova lista revisada, procede-se com a avaliação com base nos critérios elencados por cada área.²³⁵

Algumas áreas classificam um pequeno número de periódicos de maneira diferente do padrão adotado. Nessas áreas, algumas revistas científicas são classificadas

²³⁵ Como exemplo, ver: CAPES. **Critérios de classificação Qualis periódicos:** área Medicina III. Brasília: CAPES, 2017. p. 1-2.; CAPES. **Critérios de classificação Qualis:** área Medicina Veterinária. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3; CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Zootecnia e Recursos Pesqueiros. Brasília: CAPES, 2017. p. 2.

um ou dois estratos acima do que a avaliação geral estabeleceu.²³⁶ As áreas que consideram alguns periódicos em um estrato superior entendem que tais revistas são de ampla relevância para o cenário acadêmico da área,²³⁷ ou considerados estratégicos,²³⁸ ou em outros casos, é uma forma de incentivo e fomento para a valorização das publicações de interesse nacional²³⁹ ou indução de subáreas emergentes/de baixo impacto.²⁴⁰

2.4. A divulgação e atualização dos resultados para a comunidade científica

A divulgação dos resultados das estratificações do Qualis Periódicos é feita por meio da disponibilização das informações na Plataforma Sucupira, mais especificamente na aplicação WebQualis. No sítio, há um buscador próprio, onde se oferta diretamente a visualização do resultado ou, caso seja requerido, obtenha-se a classificação de vários periódicos, em que o sistema expõe um *hiperlink* para descarregar o arquivo.

Até 2017, o programa somente ofertava os resultados das avaliações. Com uma atualização feita em 2018, quando é pesquisado o resultado geral de alguma área, o WebQualis dispõe de dois documentos para download: os resultados da avaliação e os critérios de avaliação.

Ao se deparar com o WebQualis, o interessado vai visualizar, antes de poder acessá-lo, um breve texto contendo considerações sobre o Qualis Periódicos com o objetivo de responder três perguntas gerais: O que é? Quem faz e como é feita a classificação? Para que serve?²⁴¹ O Acesso somente será autorizado após a leitura e concordância das definições ali explanadas.

O Qualis Periódicos é atualizado anualmente, usualmente após um ou dois meses da chancela dos dados dos programas de pós-graduação. Tal atualização ocorre

²³⁶ Tal método foi identificado expressamente nos documentos nas seguintes áreas: Administração Contabilidade e Turismo; Astronomia e Física; Biotecnologia; Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências ambientais; Ciências Biológicas II; Ciências Biológicas III; Farmácia; Medicina Veterinária; Nutrição; Química e Saúde Coletiva.

²³⁷ CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Administração Pública... *Op. cit.*, p. 6.

²³⁸ Ver: CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Farmácia. Brasília: CAPES, 2017, p. 5; CAPES. **Crítérios de classificação Qualis:** Química. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3.

²³⁹ CAPES. **Relatório Qualis periódicos 2013 – 2016:** Nutrição. *Op. cit.*, p. 5.

²⁴⁰ Ver: CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Ciência Política e Relações Internacionais. Brasília: CAPES, 2017, p. 2; CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Ciências ambientais. Brasília: CAPES, 2017, p. 2.

²⁴¹ Qualis. **Qualis periódicos.** *Op. cit.*

quase sempre no mês de julho. A exceção assenta na área Interdisciplinar, que realiza a atualização do Qualis em data diferenciada pois as características dos programas de sua área força a utilização de uma combinação de classificações realizadas pelas outras áreas disciplinares.²⁴²

Entretanto, de acordo com investigação feita nas listas ofertadas em todas as áreas,²⁴³ o meio de divulgação dos periódicos científicos e de suas respectivas classificações apresentam incongruências nas informações divulgadas. Em primeiro lugar, a lista de revistas científicas é publicada por meio de um editor de texto simples, sendo somente possível a leitura dos dados no computador por intermédio de um programa de editor de planilhas. Outrossim, a lista apresenta três informações por periódico registrado: nome da revista, ISSN e classificação Qualis.

Percebe-se que são escassos os elementos apresentados na base de dados, faltando, por exemplo, aspectos como a origem do periódico e a instituição o qual é ligado. Igualmente, as referências não apresentam uma informação basilar para qualquer bibliometria básica: a soma total de periódicos.

Ademais, as listas divulgadas possuem alguns contrassensos. A principal delas é a repetição de um mesmo periódico numerosas vezes. Essa recorrência possui duas explicações. A primeira, em que a repetição é justificada em razão de que o periódico possui dois ISSNs, por ter uma publicação por meio digital e outra por meio físico e, a segunda, onde a repetição na base de dados não possui qualquer justificativa visível. Outras imprecisões são encontradas, tais como incorreções nos títulos dos periódicos e até a inexistência do nome da revista e seu Qualis.

Como exemplo, cite-se a Revista Interações, que possui o caráter interdisciplinar e é ligada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, também pertencente à área Interdisciplinar. Ao fazer a busca no WebQualis do periódico, foram encontrados 37 resultados. Em outras palavras, foram encontradas 37 estratificações, sendo algumas delas com repetição, em razão do ISSN físico e o ISSN digital e outras, curiosamente, sem dupla incidência de resultados. A área de Engenharias I, que apareceu duas vezes por exemplo, classificou

²⁴² BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op.cit.*, p. 27.

²⁴³ Sugere-se ao leitor direcionar-se ao capítulo 5, onde é explanado e analisado o mapeamento realizado pelo autor das listas disponibilizadas pelo Qualis das 49 áreas em 2017.

em ambas a revista no estrato B3. As áreas de Ensino, Direito e Engenharias III, somente estiveram presentes uma vez nos resultados mostrados.²⁴⁴

Fato é que as comissões de áreas recebem o mesmo documento para a realização da avaliação e, durante o processo, faz-se a eliminação das informações repetidas e com erros de preenchimento. Em vários documentos de áreas sobre o Qualis tais problemas foram relatados, informando ainda o número de dados repetidos.²⁴⁵ Todavia, na divulgação de resultados, os erros se mantêm.

Mesmo com a divulgação de informações repetidas e dotadas de erros gramaticais e de preenchimento, uma vez realizada a atualização da estratificação dos periódicos, as correções somente poderão ser feitas no ano seguinte, em um novo processo de preenchimento do Coleta Capes e avaliação pela comissão Qualis das áreas. Sobre esse ponto, a ex-diretora de avaliação da CAPES, Rita Barradas, defendeu: “quem não conhece de perto o funcionamento da agência não consegue entender por que não é possível fazer uma correção em um banco de dados eletrônico assim que o erro é detectado. No entanto, devido à sobrecarga que os sistemas informatizados apresentam e à própria escassez de funcionários da área técnica, operacionalmente se torna inviável realizar modificações fora do período de atualização”.²⁴⁶

A justificativa dada pela ex-Diretora é no mínimo absurda. A adoção de um sistema informatizado para o modelo avaliativo é uma solução que diminui consideravelmente os custos necessários para manutenção, já que grande parte do processo não necessita de funcionários, mas apenas a conservação dos servidores e atualização dos programas que rodam o sistema WebQualis. Ademais, a modificação no sistema não é algo exigente, pois somente seria necessário o upload da planilha atualizada e corrigida. Sem considerar que pelo princípio da segurança jurídica, independentemente do custo atrelado à publicação eletrônica, a correção do banco de dados é o mínimo exigido para a garantia da informação correta por parte do público.

²⁴⁴ Para alcançar o resultado mostrado, o autor selecionou no aplicativo Qualis as classificações de periódicos do Quadriênio 2013-2016 e inserindo o título da revista como “Interações (Campo Grande)”. Pesquisa realizada em: CAPES. **Qualis periódicos**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

²⁴⁵ Como é possível verificar, a título exemplificativo, In: Administração, Contabilidade e Turismo; Medicina III e Medicina Veterinária.

²⁴⁶ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 27.

Outro fator deve ser analisado: a possibilidade de pesquisa temporal do Qualis apresenta uma tormentosa limitação. Apesar de o sistema de pesquisa WebQualis ser, no geral, intuitivo e de fácil utilização, o programa somente possibilita fazer pesquisas com base nas classificações dos periódicos no quadriênio de 2013-2016 e no triênio de 2010-2012. Os triênios e biênios anteriores são simplesmente ignorados.

Finalmente, apesar de ter uma atualização anual dos estratos, o sistema utilizado também não possibilita visualizar os estratos de acordo com cada ano. Não é possível vislumbrar os resultados da estratificação de uma revista científica do ano de 2015, pois os resultados apresentados contemplam a avaliação Qualis referente à avaliação trienal ou quadrienal.

Se há uma política de compilação histórica de informações da pós-graduação brasileira, como anteriormente asseverado por Robert Verhine,²⁴⁷ o atual sistema de acesso à base de dados é aquém da proposta da CAPES. Em comparação, aplicações como o GeoCapes, também pertencente à fundação, possui uma base de dados com informações provenientes da década de 1990, tais como o número de concessão de bolsas de pós-graduação da CAPES, por estado, instituição e área do conhecimento.²⁴⁸

Dada essa realidade, é forçoso concluir que a ausência de tais dados não possui justificativas válidas, pois a inserção das informações no sistema não geraria um sobrecarregamento do sistema de informática da fundação e tampouco seria um processo que exigisse uma grande quantidade de funcionários. A simples disponibilização dos arquivos, em qualquer formato, já contribuiria para cumprir minimamente com as necessidades de acesso à informação amparada pela Lei 12.527 de 2011.

Por fim, um último aspecto necessita de maiores reflexões. A recente ação de divulgação das considerações sobre os critérios avaliativos do Qualis em conjunto com os resultados trouxe à tona a falta de padronização no modo de divulgação desses documentos: há uma ausência de informações básicas uniformes, existem omissões e informações contraditórias e o formato do arquivo é diversificado.

Os dois primeiros itens já foram amplamente apresentados e criticados nos tópicos anteriores. Logo, resta expor sobre a problemática dos formatos de arquivo heterogêneos.

²⁴⁷ Ver: VERHINE, Robert E. Avaliação da CAPES: subsídios para... *Op. cit.*, p. 181.

²⁴⁸ Ver: CAPES. **GEOCAPES – Sistema de informações georreferenciadas**. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

Os documentos referentes aos critérios e considerações sobre o modelo de avaliação de revistas possuem diferentes origens. Em algumas áreas o documento consiste em considerações do Qualis periódicos do ano de 2017, como em Geociências, Odontologia e Saúde Coletiva. Em outros, são considerações do Qualis de 2016, como ocorre na área de Serviço Social. Ou ainda, em algumas áreas, como Nutrição e Psicologia, são relatórios acerca da avaliação realizada no ano de 2017.

Se não bastasse a diferença temporal e qualitativa entre os documentos apresentados, o formato de arquivo disponível para download varia de área para área. O problema, mesmo que facilmente contornável pelo setor responsável pela informática da CAPES, pode ter como consequência a impossibilidade de acesso e leitura dependendo do computador ou dispositivo utilizado para realizar o download.

Dessa maneira, a metodologia avaliativa se encontra aquém da estrutura necessária para uma ampla divulgação digital, principalmente ante as inexistências de suas informações e a falta de consciência quanto à padronização e universalidade da linguagem digital utilizada. Isso posto, entende-se que em qualquer área em que a Administração Pública desempenhe alguma função possui o dever de planejar a sua atuação de forma a alcançar a eficiência no uso de recursos finitos.²⁴⁹

É possível afirmar que a Plataforma Sucupira e os outros veículos digitais da CAPES, apesar dos progressos consideráveis, é de parca interatividade. A mudança desse quadro exigirá uma nova cultura política e de serviço público, dando a possibilidade de os cidadãos de interagirem com a plataforma e consequentemente avaliarem o próprio portal.²⁵⁰

Mesmo que consideradas positivas as mudanças e, também, a aparência da plataforma apresente uma interface mais amigável ao seu operador, a problemática da interatividade ainda é transparente em alguns processos. O que se observa é que a adaptação do sistema acaba se resumindo à máquina, modelando determinados estilos cognitivos que pretendem possibilitar que mais pessoas de maneiras diferentes possam se adaptar à interface. Como consequência, o operador acaba por se adequar aos modelos

²⁴⁹ MARRARA, Thiago. A atividade de planejamento da administração pública: o papel e o conteúdo das normas previstas no anteprojeto da nova lei de organização administrativa. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, n. 27, p. 1-30, jul./ago. 2011. p. 2/14.

²⁵⁰ PINHO, José Antônio Gomes. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun. 2008. p. 489.

disponíveis e não ao contrário.²⁵¹ Como bem assevera Alex Primo, “reduzir a interação a aspectos meramente tecnológicos, em qualquer situação interativa, é desprezar a complexidade do processo de interações mediada. É fechar os olhos para o que há além do computador”.²⁵²

Portanto, defende-se a ideia de que a CAPES necessita com urgência estabelecer políticas públicas de desenvolvimento digital, com vistas a universalizar o acesso à sua plataforma digital e desenvolver maior transparência de suas avaliações. Inclusive, a utilização da tecnologia busca obedecer a Política de Governança Digital decretada pelo Governo Federal em 2016, como meio de aprimoramento de responsabilidade, transparência e efetividade da Administração Pública.²⁵³ Caso contrário, a chance de surgirem questionamentos sobre a probidade das avaliações e informações divulgadas é expressiva ante a alta incidência de omissões e erros encontrados.

²⁵¹ TEIXEIRA PRIMO, Alex Fernando; CASSOL, Márcio Borges Fortes. Explorando o conceito de interatividade: definições e taxonomias. **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 65-80, out. 1999. p. 79.

²⁵² PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva. **Fronteiras: Estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003. p. 126.

²⁵³ Decreto n.º 8.638 de 15 de janeiro de 2016.

PARTE 2 ANÁLISE DA REGULAÇÃO DE PERIÓDICOS REALIZADA PELO QUALIS

Capítulo 3. Ponderações sobre a regulação da CAPES sobre os periódicos

3.1. O papel regulador do Qualis-Periódicos

Crê-se que a regulação é uma forma de atividade da Administração Pública em que o Estado, por intervenção direta ou indireta, condiciona, restringe, normatiza ou incentiva a atividade econômica de modo a preservar a sua existência, assegurar o seu equilíbrio interno ou atingir determinados objetivos públicos como a proteção de hipossuficiências ou consagração de políticas públicas.²⁵⁴

Dessa maneira, considera-se que a fundação CAPES, mesmo que originada de uma lei que a instituiu como fundação pública pelo Poder Executivo, possui características que a fazem aproximar das definições institucionais de outras entidades da Administração Pública indireta: as autarquias e, mais especificamente, as agências reguladoras.²⁵⁵

A independência administrativa, autonomia administrativa, financeira, funcional, patrimonial e gestão de recursos humanos são elementos que, notadamente existem em qualquer autarquia. O diferencial entre as agências reguladoras e as autarquias é em relação à investidura e o exercício fixo do mandato dos dirigentes das agências.²⁵⁶ Ou seja, os dirigentes não são livremente exoneráveis pelo Chefe do Executivo. Ademais, em relação a uma autarquia e uma fundação pública, tampouco há alguma diferença quando o objeto-escopo de atuação desse último for uma atividade típica da administração direta.

A fundação CAPES possui, comparando-se com outras agências reguladoras, autorização legal para atuação em áreas específicas. Mais detalhadamente, a CAPES é

²⁵⁴ MARQUES NETO, Floriano Azevedo. A nova regulação dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 228, p. 13-29, abr./jun. 2002. p. 14.

²⁵⁵ Esse posicionamento já foi defendido em outro trabalho do autor, a saber: ADDOR, Nicolas. A coordenação de aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior e sua realidade como agência reguladora da pesquisa científica brasileira. Curitiba, 2017. 70 f. Monografia (Especialização em Direito Constitucional) – Academia Brasileira de Direito Constitucional.

²⁵⁶ MELLO, Celso Antônio de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 178.

responsável pelas políticas de pós-graduação e de educação superior que cada gestão do governo federal estipula como objetivos para o alcance do desenvolvimento.²⁵⁷

Primeiramente, entende-se que uma agência reguladora possui algumas atividades que são de sua responsabilidade disciplinar: a) os serviços públicos propriamente ditos; b) as atividades de fomento e fiscalização de atividade privada; e c) as atividades que o Estado também protagoniza, mas que, paralelamente, são facultadas aos particulares exercerem.²⁵⁸ Outrossim, as agências reguladoras buscam mediar os interesses específicos de um setor, estabelecem ações para implementar políticas públicas de para atender o planejamento da Administração direta, bem como tutela os interesses dos segmentos considerados hipossuficientes.²⁵⁹

Fato é que a CAPES disciplina as atividades anteriormente citadas. Primeiro, ela fiscaliza uma atividade administrativa notadamente considerada como serviço público exercível pela Administração Pública e por particulares, que é a educação superior em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Segundo, estabelece diversas políticas para fomento e fiscalização da atividade privada por meio da avaliação dos programas de pós-graduação e da concessão de bolsas e auxílios financeiros para projetos de pesquisa nas instituições de ensino superior.

Nesse sentido, também é possível considerar que há uma intensa influência da CAPES nos programas de pós-graduação a partir de quatro pontos: a) é um direcionador estratégico dos programas, na medida em que as suas metodologias avaliativas intervêm na contratação e constituição do corpo docente e na sua atuação (produção intelectual e formação dos discentes); b) na qualidade da pós-graduação, porquanto, os critérios estipulados vem controlando o direcionamento dos esforços e investimentos da pós-graduação para a melhoria da produção intelectual docente e discente e na infraestrutura; c) na produtividade, pois a natureza quantitativa do processo avaliativo, principalmente do Qualis periódicos, induz ao alto desempenho quantitativo de produção intelectual; d) na inserção social, a partir da demanda de uma formação

²⁵⁷ SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006. p. 78.

²⁵⁸ MELLO, Celso Antônio de. *Curso... Op. cit.*, p. 174-175.

²⁵⁹ MARQUES NETO, Floriano Azevedo. A nova regulação... *Op. cit.*, p. 92.

docente altamente qualificada e da participação dos programas no desenvolvimento da pós-graduação em regiões mais carentes cientificamente.²⁶⁰

Identificou-se nesse sentido que o direcionamento dos programas de pós-graduação e das políticas editoriais das revistas científicas aos níveis de qualidade desejados por meio da avaliação é, justamente, um mecanismo de regulação estatal, o que torna a CAPES um órgão estatal regulador da pós-graduação *stricto sensu* brasileira.²⁶¹ Ademais, a avaliação,²⁶² quando analisada sob o aspecto de regulação e controle, é um instrumento central na reforma da máquina pública e da educação superior.²⁶³

Para José Dias Sobrinho, o processo de avaliação da educação superior brasileira é utilizado como um instrumento privilegiado de regulação, que ultrapassa as barreiras burocráticas de controle, modelação e fiscalização.²⁶⁴ Da mesma forma, Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia ponderou que, quando analisou a influência da CAPES sobre os programas de pós-graduação em Física, a referida entidade influencia quantitativa e qualitativamente nos PPG's da área, em razão de que as universidades e docentes são avaliados por todas as atividades exercidas. Normalmente, como observado, o método mais comum de avaliação é por meio da produção científica. Dessa maneira, no caso em análise, a autoria verificou que nos programas com conceito CAPES 7, nota mais alta na avaliação dos programas, a maioria dos docentes são altamente produtivos em se tratando de publicação de artigos científicos.²⁶⁵ Em outro exemplo, na área de

²⁶⁰ MACARRI, Emerson Antonio; LIMA, Manolita Correia; RICCIO, Edson Luiz. O uso do sistema de avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, set./dez. 2009. p. 92-93.

²⁶¹ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p.125.

²⁶² “Dada a tradição da universidade brasileira de falta de autonomia em relação ao Estado e, portanto, também de ausência de cultura de avaliação e autoavaliação institucional e porque sempre se ateu a responder a demandas externas, estatais, de avaliação, a relação da comunidade acadêmica da pós-graduação com o “Modelo CAPES de Avaliação” é de profunda ambiguidade. Ao mesmo tempo em que o reconhece como legítimo, o teme. Ao mesmo tempo em que o teme, e talvez por não identificar adequadamente sua natureza e especificidade de regulação e controle em nome do Estado, atribui-lhe todo o poder de definir a efetiva qualidade que devem ter os programas de pós-graduação. E a qualidade da pós-graduação brasileira passa a ser a que for definida pelo ‘Modelo CAPES de Avaliação’. In: SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006. p. 79.

²⁶³ *Ibidem*, p. 52.

²⁶⁴ DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, p. 35-52, 2003. p. 35.

²⁶⁵ CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia. **A influência exercida pelo sistema de avaliação da CAPES na produção científica dos programas de pós-graduação em física**. 215f. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. p. 191-192.

educação física, também se identificou que a fundação influencia diretamente na produtividade, isso porque a produção intelectual nessa área do conhecimento vem sendo fomentada no sentido de se produzir mais a despeito da qualidade.^{266 267}

Em relação ao Qualis periódicos, como foi outrora observado, a análise da produção de artigos é feita por critérios pré-estabelecidos que norteiam tanto os avaliadores quanto os avaliados. Dessa maneira, quando uma entidade pública define critérios para a classificação de periódicos científicos é, comparativamente, o estabelecimento de uma política pública que determinará os rumos da própria forma de se produzir e se comunicar cientificamente no país. Supondo, por exemplo, que a maior parte das revistas dos escopos mais altos de determinada área do conhecimento for composta por periódicos científicos brasileiros, a tendência dos pesquisadores, em busca de pontuação para o currículo pessoal e para o programa o qual estão ligados, será a concentração das publicações nesses estratos.²⁶⁸ Isso porque é uma tendência natural, em razão da busca de melhores pontuações, de se interessar em veículos para publicação melhores classificados.

Rita de Cássia Barradas Barata, ex-diretora de Avaliação da CAPES, defendeu que o Qualis periódicos não se constituiria em uma base de indexação de periódicos e tampouco numa base bibliométrica. Portanto, não permitiria o cálculo de nenhuma medida de impacto, o que a descredenciaria como uma fonte adequada de classificação da qualidade dos periódicos científicos para outros fins que não a avaliação dos programas de pós-graduação. Ademais, ela não constituiria numa classificação absoluta e nem numa ferramenta que possa ser utilizada em avaliações do desempenho científico dos pesquisadores.²⁶⁹

²⁶⁶ “O sistema de avaliação da produção científica pode influenciar nas ações dos sujeitos envolvidos com a pesquisa na Educação Física, direcionando suas práticas para investigações que possibilitem um acúmulo de capital científico, representado pela somatória de artigos publicados, procurando, principalmente o reconhecimento e o prestígio no meio acadêmico-científico, ignorando questões que emergem da sociedade e que precisam de uma atenção especial de toda a comunidade científica e daqueles envolvidos com a produção de conhecimento na Educação Física”. In: MASCHLEWSKI, Camila; SILVA, Priscilla Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A influência do sistema de avaliação QUALIS na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 104-116, jan./mar. 2011. p. 113.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 112.

²⁶⁸ HACHEM, Daniel Wunder. **A avaliação de revistas estrangeiras pelo Qualis no Direito**. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/daniel-wunder-hachem/a-avaliacao-de-revistas-estrangeiras-pelo-qualis-no-direito>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

²⁶⁹ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 16-17.

Entretanto, discorda-se da autora supracitada. O modelo de avaliação das revistas científicas não pode ser considerado apenas como mero instrumento a ser utilizado no processo de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Sua função ultrapassa essa concepção inicial. Restringir materialmente sua atuação é ignorar os impactos reais que ele causa sobre a comunidade científica, pois segrega a pesquisa científica que ocorre dentro e fora dos institutos de ensino superior e entre as diversas áreas do conhecimento.²⁷⁰

A avaliação é caracterizada por três vertentes principais: a) é realizada por pares oriundos de diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; b) sua essência é meritocrática, levando à classificação dos campos disciplinares; c) a associação entre reconhecimento e fomento determina as políticas e estabelece critérios para o financiamento de programas.²⁷¹

Insta também enfatizar que a fundação CAPES possui a competência de autorizar, punir ou encerrar um programa de pós-graduação caso obtenha uma avaliação negativa. O controle de todos os PPG's é feito com a vigilância na entrada e saída do SNPG. Assim, uma proposta de um novo programa de mestrado ou doutorado ou um existente que não alcance a nota mínima 3, fica ameaçado de não integrar o SNPG. Caso o programa não pertença ao sistema, os diplomas emitidos pela instituição não serão reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação do MEC com base na avaliação realizada pela CAPES.

Como resultado do não reconhecimento, o programa de pós-graduação não poderá, além de emitir diplomas, aceitar novos discentes, receber algumas espécies de auxílios financeiros, bolsas e outros tipos de fomento. O poder da avaliação, o controle sobre o fomento e o controle normativo sobre pós-graduação deixa claro o amplo poder de polícia que a fundação exerce. Essa espécie de atividade da administração consiste, desse modo, em imposição de limitações administrativas previstas em lei, na fiscalização, e nos casos de repressão de atividades não harmônicas com o bem-estar geral.²⁷²

O processo de controle do SNPG está baseado na Portaria n.º 161 de 2017 da CAPES. De acordo com a norma, as solicitações para avaliação de propostas de cursos

²⁷⁰ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme Henrique. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 181.

²⁷¹ BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**: Volume I. Brasília: CAPES. p. 125.

²⁷² NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

novos serão enviadas à fundação para a avaliação e posterior parecer final do CTC-ES. Após o resultado definitivo, encaminha-se os pareceres à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação para deliberar para, após, obter a homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Quanto ao incentivo, é sabido que a fundação fomenta os programas pertencentes ao SNPG. Além da tradicional concessão de bolsas nos níveis de mestrado, doutorado, doutorado sanduíche e pós-doutorado, a entidade também é responsável por apoiar os programas com repasses de recursos financeiros. Se não bastasse, também realiza ações indutivas, como desenvolvimento de projetos com formação de pessoal em áreas consideradas estratégias pelo governo em termos de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e segurança nacional.²⁷³

Segundo o PNPGE de 2011-2020, “a expansão e consolidação do SNPG são uma decorrência do importante papel desempenhado pela CAPES que sempre traçou as suas orientações estabelecendo as metas e objetivos a serem alcançados, em colaboração com a comunidade científica”.²⁷⁴ Afinal, o sistema de pós-graduação constitui um conjunto de universidades, com perfis e propostas diversos, tendo as instituições autonomia para criar ou fechar cursos, mas depende do financiamento da CAPES e de seu *ranking*, que lhes atribui o selo de qualidade necessário para o seu funcionamento.²⁷⁵ Portanto, a avaliação se caracteriza como um conjunto de procedimentos e atos de regulação e controle para “acreditação ou garantia pública de qualidade” no interesse do Poder Público e da sociedade do que um modelo típico de avaliação (avaliação educativa ou diagnóstico-formativa).²⁷⁶

De fato, a CAPES, como uma agência financiadora, é uma entidade que premia, pune e exclui de acordo com a avaliação e classificação obtida pelo programa com base nas metodologias que adotou, com mensurações, quantificações e qualificações próprios. Mesmo se reconhecendo que há alguma representatividade da comunidade científica nesse processo, existe por detrás da avaliação a chamada “corrida competitiva por credenciais acadêmico-científicas”.²⁷⁷

²⁷³ BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior., **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020...** *Op. cit.*, p. 260.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 155.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 127.

²⁷⁶ SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva... *Op. cit.*, p. 76.

²⁷⁷ *Idem*.

Percebeu-se também que devido ao sistema de pós-graduação nacional deter pouca autonomia, os modelos de avaliação têm substituído o processo de autoavaliação das universidades, necessárias para a comunidade acadêmica.²⁷⁸

Sob esse aspecto, após explicitadas as características gerais das agências reguladoras e comparadas com as ações que a CAPES atualmente realiza, é necessário, sob a tese que se advoga, comparar as atividades exercidas pela fundação CAPES utilizando-se de ilustrações de outras agências reguladoras. Para isso, são levantadas as atividades reguladas de duas agências: a Agência Nacional do Petróleo - ANP e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A ANP, segundo a Lei n.º 9478 de 1997, que a instituiu, tem como atividade autorizar a atividade de comercialização de gás natural; regular e autorizar as atividades de comercialização de biocombustíveis; fomentar a pesquisa e adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento; implementar a política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis; e promover a licitações para a concessão de exploração e produção.

No caso da ANEEL, a Lei n.º 9427 de 1996 previu que possui o dever de implementar as políticas da Administração Pública Federal para a exploração da energia elétrica; estabelecer as metas a serem alcançadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição elétrica; e estabelecer mecanismos e regular o serviço concedido, com fiscalização permanente da prestação do serviço de energia elétrica.

Nos exemplos citados, desconsiderando as diferenças dos objetos regulados, agências reguladoras e a CAPES exercem funções idênticas sobre o serviço público e a atividade econômica, quais sejam: regulação, fiscalização e fomento.

Comparando a fundação com outras agências, dessa vez a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, é visível outra característica comum entre a CAPES e as agências reguladoras: o controle concorrencial, como ocorre de maneira mais explícita na ANAC, com certa pluralidade de empresas de transporte aéreo privado, na ANS, com os variados planos de saúde privados e na ANATEL, regulando as inúmeras empresas de telecomunicações atuantes no Brasil. Como é sabido, no entendimento de Alexandre Santos de Aragão, todas as agências reguladoras têm, na realidade, entre os

²⁷⁸

Idem.

interesses primários, a proteção e ampliação da concorrência.²⁷⁹ Em relação à CAPES o seu modelo de avaliação e a regulação exercida tende a criar certo domínio estatal na competição entre os programas de uma mesma área.²⁸⁰

Em relação à estrutura das agências reguladoras no Brasil, sabe-se que as diretorias possuem a prerrogativa de impossibilidade de exoneração *ad nutum* de seus dirigentes e há uma periodicidade determinada, variável de acordo com a agência, que lhe dão a característica de serem “autônomas”. Apesar de tais características serem, no momento, os principais fatores de diferenciação de outras entidades da administração indireta, não parece que a ausência desses atributos seja um elemento essencial para deslegitimar o status de agência reguladora de outras entidades tal como a CAPES.

É certo que a fundação possui um “quase-irrestrito-poder” e impacta economicamente e socialmente sobre a pesquisa científica brasileira. Ademais, mesmo com maior autonomia delegada às agências, dada pelo mandato fixo de seus dirigentes e previsão de quarentena dos diretores desvinculados, ela não impossibilita o Poder Público de exercer controle da mesma maneira sobre elas.

Qualquer entidade pertencente à Administração Pública, seja direta ou indireta, submete-se a uma espécie de “controle hierárquico” e ao controle político. O controle hierárquico se constituiria numa provável relação de autoridade que se estabelece entre o nomeador e o nomeado. Tradicionalmente, esse controle é exercido pelo Presidente da República amparando-se na livre nomeação e exoneração. Em tal controle, a autonomia das agências e o controle do Poder Executivo são usualmente considerados antinômicos em razão de o controle residir basicamente no poder de nomeação/demissão dos dirigentes pelo Presidente.²⁸¹

Relativamente ao controle político exercido, há obrigatoriamente a supervisão permanente exercida por diferentes atores além do Poder Executivo, sob a ideia de uma atuação simultânea, complementar e coerente dos Poderes. Entretanto, ele não se dá por meio da demissão ou contratação de agentes, mas por outros mecanismos. Inexistindo um controle com essas características e sem, principalmente, a simultaneidade

²⁷⁹ ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense: 2013. p. 308.

²⁸⁰ SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal *versus* cultura de avaliação institucional? **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008. p. 861.

²⁸¹ PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 523-543, jul./ago. 2006. p. 539-540.

que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário exercem, a situação de comando estaria sob o óbice do controle hierárquico.²⁸²

A nomeação da diretoria da CAPES é feita sem periodicidade e com livre exoneração. O que necessitaria, nesse aspecto formal, para ser caracterizada como agência reguladora, seria somente uma alteração pelo poder legiferante que acrescentasse um novo dispositivo na Lei 8.405 de 1992 para prever a garantia a proibição da exoneração *ad nutum* e a periodicidade nos cargos de diretoria. Tal alteração não implicaria numa mudança estrutural da CAPES, mas somente afetaria questões secundárias em sua diretoria. Em outras palavras, “nada impede que a lei estabeleça normas especiais para determinada autarquia ou categoria de autarquias.”²⁸³

Segundo a lei n.º 9986 de 2000, que trata sobre a gestão de recursos humanos das Agências reguladoras, a agência deve ser dirigida em regime de colegiado, onde a Diretoria é composta por Conselheiros ou Diretores. A lei determina, ainda, que os membros dessa Diretoria deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos que serão nomeados, sendo cumpridos esses requisitos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal.

Alexandre de Aragão compreende que a formação técnico-especializada exigida aos dirigentes das agências reguladoras pode ser de conteúdo certo, quando previsto o termo “formação universitária” ou conceitos jurídicos indeterminados, quando expressa “elevado conceito no campo de especialidade dos cargos”. O autor defende também a previsão do controle judicial caso ocorra o descumprimento tanto do requisito “formação universitária” quando “elevado conceito de especialidade do cargo”.²⁸⁴

Na estrutura administrativa da CAPES existe uma Diretoria-Executiva encabeçada pelo seu Presidente. Por sua vez, essa Diretoria é composta por professores com formação universitária elevada. Porquanto, em razão da titulação de doutor dos dirigentes e a abrangência todas as áreas do conhecimento, a escolha de uma reputação em qualquer campo científico também atende a exigência de elevado conceito no campo de especialidade do cargo. Entretanto, entende-se que não se trata em uma regra positivada, mas um costume gerado em razão da dominância da comunidade científica

²⁸² *Ibidem*, p. 540.

²⁸³ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 601.

²⁸⁴ ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras...** *Op. cit.*, p. 365.

ligada à pós-graduação e no objeto de regulação da CAPES. Na prática, todos os dirigentes da instituição detêm elevada formação e conhecimento técnico.

Sobre o a condição jurídica da educação, ciência e tecnologia, Valdemar Sguissardi levantou alguns questionamentos: qual seria a concepção da educação superior? De direito e bem público ou um serviço e bem privado/mercantil? Qual seria o modelo de expansão da educação superior, estatal ou privado? Qual seria a natureza da regulação e controle, se privilegia a competição, a eficiência e eficácia típica de mercado?²⁸⁵ Devido a obrigatoriedade constitucional, o Estado deve prover, diretamente, a educação, ciência e tecnologia. Contudo, existe também autorização constitucional que garante o livre exercício da atividade econômica de educação em todos os níveis de ensino. Em razão disso, o papel regulatório do Estado sobre a educação se caracteriza em um regime híbrido. Em outras palavras, ela regulamenta, sob o mesmo espectro, um serviço público propriamente dito e uma atividade econômica.

Floriano Marques Neto assevera que o surgimento das agências reguladoras para a atuação sobre serviços públicos criou um grande impacto em razão da separação entre o operador e regulador ensejado pela delegação da exploração de serviço público aos particulares, implicando em profunda transformação no panorama regulatório e tornando mais complexa a regulação sobre atividades econômicas. Outro impacto é na introdução da competição na exploração dessas atividades.²⁸⁶ Entende-se que o serviço público é uma atividade que, em razão de sua importância social, enseja o dever da Administração em assegurar a sua atividade, não implicando, necessariamente, numa prerrogativa de exploração exclusiva.²⁸⁷

Finalmente, com relação à CAPES, qual seria o seu objeto híbrido? De acordo com a aplicação GEOCAPES, dos 4295 PPG's existentes, 81,6% dos programas de pós-graduação são públicos (federais, estaduais e municipais), enquanto 18,4% (792) são privados. Da oferta pública, 57,7% (2478) são federais, 23% (993) são estaduais e 0,7% (32) são municipais.²⁸⁸ Nesse sentido, a peculiaridade na oferta de pós-graduação no Brasil é que, enquanto parte do mestrado e doutorado é ofertado como um serviço público, caracteristicamente realizado por meio de autarquias universitárias, a outra parte oferta o

²⁸⁵ SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal *versus* cultura... *Op. cit.*, p. 862.

²⁸⁶ MARQUES NETO, Florianio Azevedo. A nova regulação dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 228, p. 13-29, abr./jun. 2002. p. 20.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 22.

²⁸⁸ CAPES. **Sistema de informações georreferenciadas – GEOCAPES**. *Op. cit.*

mesmo serviço (não público) seguindo o mesmo regramento, as mesmas condições e sofrendo a mesma regulação e fomento.

Os programas de pós-graduação e as revistas científicas submetidos à avaliação da CAPES se centralizam na ponderação e classificação do corpo docente, produção intelectual, linhas de pesquisa, estrutura curricular do curso, estrutura física e corpo discente.²⁸⁹ Assim, não é possível afirmar que se trata de uma livre atividade genuína quando comparada com outras atividades econômicas com livre iniciativa e concorrência como garantida pela Constituição da República. A educação em nível de pós-graduação no Brasil, apesar de autorizada constitucionalmente o seu exercício pela sociedade civil, é caracterizada pela ampla regulação sobre a entrada dos agentes no mercado, constante fiscalização, pouca autonomia na gestão de docentes, exigências de produtividade e infraestrutura, obrigatoriedade de colaboração com outros atores do serviço e fomento de seus agentes.

3.2. O princípio da moralidade e a função do Qualis para além da avaliação da produção científica

Para Bernadete Gatti, a universidade é uma instituição de ensino que forma gerações humanas em uma determinada direção civilizatória. Nesse contexto, a avaliação só surte efeitos para a coletividade e comunidade acadêmica quando questões interpretadas sobre a perspectiva sociocultural e ética, além de seu papel científico, são consideradas na escolha da metodologia avaliativa. Busca-se assim permitir a construção de visões mais integradas sobre o percurso institucional-histórico.²⁹⁰

A moralidade administrativa é um princípio que possibilita exigir da Administração Pública uma atuação que seja guiada pela ética pública.²⁹¹ Ela limita a atividade do Estado, obrigando que a atuação dos agentes públicos atenda a necessidade

²⁸⁹ Depoimento de Rosana Arcoverde Bezerra Batista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **Capex, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV**. Brasília: CAPES, 2001. p. 238.

²⁹⁰ GATTI, Bernadete A. Avaliação institucional de universidade. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 321-325, 2006. p. 321.

²⁹¹ BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, a. 10, n. 40, p. 291-313, abr./jun. 2010. p. 297.

de justiça dos cidadãos e a eficiência da Administração, o que, para isso, exige-se do Poder Público uma postura que exteriorize a ideia de ter atuado buscando a boa administração e os padrões normais de conduta que são considerado relevantes para a sociedade.²⁹² Ademais, a moralidade pressupõe examinar os motivos do ato administrativo com o vínculo legal à finalidade legítima da competência.²⁹³

Em outras palavras, o princípio impede que as autoridades públicas se desviem das finalidades do Estado de Direito por meio do emprego dos poderes afastando das vontades estatais que foram democraticamente legitimadas.²⁹⁴

A realidade da regulação do Qualis exacerbou as pretensões que inicialmente teria. Ao influenciar os resultados da avaliação feita nos programas de pós-graduação, a busca por publicações em periódicos enquadrados nos estratos superiores é uma reação quase que automática. Por isso, a função avaliativa, de fomento e sancionadora, pilares que são característicos da atividade de regulação pelo Poder Público, é indissociável.²⁹⁵ É necessário reconhecer, portanto, que o Qualis não objetiva exclusivamente à avaliação e à atribuição de uma nota para um programa.

Como demonstrou Guilherme Hamada, a reação das universidades, objetivando melhor classificação de seus programas de pós-graduação, criam incentivos para que os pesquisadores publiquem suas pesquisas nos periódicos de alta classificação. Da mesma maneira, para que uma revista científica possa atrair artigos de maior impacto e os autores mais relevantes para área, elas necessitam estar contidas na base de dados da Qualis e possuir uma estratificação positiva. A quantificação da produção transformou, assim, a produção intelectual brasileira em um mercado restrito e cíclico de publicações científicas, impedindo a utilização de outros instrumentos de divulgação da ciência.²⁹⁶

²⁹² DELGADO, José Augusto. O princípio da moralidade administrativa e a Constituição Federal de 1998. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados**. São Paulo, n. 100, p. 19-40, maio 1992. p. 22-23.

²⁹³ TÁCITO, Caio. Moralidade administrativa. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 218, p. 1-10, out./dez. 1999. p. 9.

²⁹⁴ MARRARA, Thiago. O conteúdo do princípio da moralidade: probidade, razoabilidade e cooperação. **Revista digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 104-120, 2016. p. 107.

²⁹⁵ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 148.

²⁹⁶ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil**. 284 f. Curitiba, 2017. 284f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. p. 140-141.

No mesmo sentido, quanto ao uso de indexadores para determinar a estratificação, “a fetichização desses produtos leva a uma corrida desenfreada pelo maior número de artigos publicados, transladando para o processo de produção científica a lógica do trabalho industrial”.²⁹⁷ Outrossim, “o modelo de avaliação implementado pela CAPES apoia um conceito de avaliação que delinea, organiza e estrutura os diferentes cursos e programas das diversas áreas do conhecimento, da mesma forma que organiza e estrutura diferentes maneiras de divulgação científica que sustentam e também são sustentadas pelo processo de avaliação estabelecido”.²⁹⁸

Dentre as funcionalidades extrínsecas que o Qualis Periódicos é utilizado, vale destacar: 1) critério para concessão de bolsas nos programas de financiamento e auxílio de pesquisa do CAPES e do CNPq; 2) critério de distribuição de bolsas de iniciação científica aos professores que possuem maior produção qualificada; 3) critério para avaliação de candidatos em concursos públicos para a contratação de docentes de ensino superior; 4) critério de credenciamento de docentes nos programas de pós-graduação; 5) critério para ingresso nos processos seletivos dos discentes no mestrado e doutorado; 6) critério para a concessão de bolsas para o corpo discente; 7) critério de seleção para concursos públicos em setores diferentes de magistério.²⁹⁹

Rita Barradas entende que dentre o que ela considera uso indevido do Qualis fora do âmbito de avaliação seria a utilização do modelo avaliativo pelos editores para a obtenção de fomento, ou no caso do CNPq, pelos comitês de assessoramento e pelas universidades para avaliação dos professores e alunos pesquisadores.³⁰⁰ No entanto, a própria CAPES utiliza oficialmente para seus procedimentos de seleção o modelo Qualis para a concessão de bolsas, financiamentos e auxílios de pesquisa.³⁰¹

²⁹⁷ KERR-PONTES, Ligia Regina Sangigolo *et al.* Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ênfase na área de saúde coletiva. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 83-94, 2005. p. 89.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de Pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 8, n. 15, p. 37-57, mar. 2011. p. 40.

²⁹⁹ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 54, p. 114-185, jan./abr. 2018. p. 148.

³⁰⁰ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. p. 36.

³⁰¹ GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 148.

Ao que parece, a fundação parece desconsiderar as consequências naturais que uma regulação pode causar. Se o modelo avaliativo é considerado para a classificação dos programas de pós-graduação, é uma externalidade inexorável a alocação de recursos financeiros e humanos para cumprir com a sua manutenção no SNPG. A importância do Qualis periódicos na avaliação dos programas é tão significativa que na ficha de avaliação da área do Direito, por exemplo, a produção qualificada dos docentes permanentes corresponde a 40% da nota atribuída à produção intelectual.³⁰²

Por fim, uma questão curiosa: o artigo da professora Rita de Cássia Barata³⁰³ consta em todas as páginas das coordenações de área como uma espécie de texto oficial³⁰⁴ para esclarecimento de dúvidas em relação a avaliação do Qualis Periódicos. A fundação pública não foi prudente ao utilizar um artigo científico como meio oficial para esclarecer dúvidas acerca da avaliação. Apesar de a autora ter ocupado, à época da publicação, o comando da Diretoria de Avaliação da CAPES, no artigo ela atua como uma acadêmica, fora do exercício legal de suas funções. A decisão mais correta seria a emissão de uma nota oficial da entidade para garantir maior segurança.

3.3. Considerações sobre a publicidade e eficiência do Qualis-periódicos

O princípio da publicidade orienta que todos os atos da Administração deverão manter a mais ampla divulgação possível, permitindo aos administrados a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos.³⁰⁵ É evidente que tornar um ato público não é somente expô-lo nos meios de comunicação existentes. É também fazê-lo da maneira mais eficiente possível, utilizando soluções que garantam a plena acessibilidade.

Por meio da publicidade, “os cidadãos têm conhecimento das ações dos administradores no trato da coisa pública. Ela também garante a defesa de direitos quando estes são violados pelo Poder público, viabilizando a proteção da moralidade e a estabilidade das relações jurídico-administrativas”.³⁰⁶ Nesta senda, a ampla publicidade

³⁰² CAPES. **Relatório da Avaliação quadrienal 2017: Direito**. Brasília: CAPES. p. 27.

³⁰³ Ver: BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*

³⁰⁴ Gabardo, Hachem e Hamada também manifestaram tal observação. In: GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica... *Op. cit.*, p. 147.

³⁰⁵ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito...** *Op. cit.*, p. 57.

³⁰⁶ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 85.

na Administração Pública é um princípio qualificado como básico e essencial ao Estado de Direito, que favorece o controle seja em favor de um direito individual seja para a tutela impessoal dos interesses públicos.³⁰⁷

Para Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da publicidade não possibilita a existência de um Estado Democrático de Direito em consonância com o ocultamento aos administrados dos assuntos que interessam a todos e muito menos quanto aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida.³⁰⁸

Sob o princípio da publicidade, exsurge a transparência, que se caracterizaria com a divulgação dos atos de gestão aos interessados de forma clara, objetiva e evidente.³⁰⁹ Em resumo, a transparência pressupõe a publicidade e compreensibilidade das informações.³¹⁰ A transparência deve ser considerada pelo Poder Público sob dois enfoques: em um, o Estado deve prover a publicidade de seus atos, por outro, o cidadão tem o direito de ser informado.³¹¹

Para Maren Guimarães Taborda, o dever de transparência comporta outras modalidades, como o direito de participar no procedimento de decisão em certos domínios, a obrigação para o Poder Público de publicar informações pertinentes, a obrigação de motivação dos atos administrativos individuais e o direito de acesso aos bancos de dados.³¹²

A ideia de transparência é considerada mais larga e mais exigente que a de publicidade. Os cidadãos modernos não obedecem sem o conhecimento e apenas obedecem quando consentirem. Juntamente com o consentimento, o pleno conhecimento também é vital, “não se aceitando um governo sem conhecê-lo e, por isso mesmo, o conhecimento pressupõe a transparência”.³¹³

³⁰⁷ SUNDFELD, Carlos Ari. Princípio da publicidade administrativa (direito de certidão, vista e intimação). **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 199, n. 97-110, jan./mar. 1995. p. 99.

³⁰⁸ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito...** *Op. cit.*, p. 117.

³⁰⁹ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 91.

³¹⁰ PLATT NETO, Orion Augusto. *et al.* Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade vista & revista**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75 - 94, jan./mar. 2007. p. 80.

³¹¹ LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 244, p. 248-263, 2007. p. 263.

³¹² TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 230, p. 251 - 279, out./dez. 2002. p. 253.

³¹³ *Ibidem*, p. 257-258.

Na transparência, há dois tipos de exigências distintas: uma, a transparência ativa em que a entidade ou o órgão público obrigatoriamente disponibiliza informações independentemente de requerimento; outra, a transparência passiva em que os dados são providenciados com a provocação do interessado.³¹⁴

Nesse sentido, não seria justificável adotar o argumento de que em razão dos critérios de avaliação sejam feitos por uma comissão de consultores *ad hoc*, ou seja, de pessoas não ligadas à CAPES, não necessitaria prestar informações. A Lei de acesso à informação garante o conhecimento dos indicadores e metas das ações e programas da Administração Pública, bem como o acesso a dados produzidos por qualquer pessoa quando ligados à entidade. Como advoga Carlos Ari Sundfeld, a existência do princípio da publicidade no Direito Administrativo impõe o dever de “permitir a eficiente defesa dos direitos individuais, seja para que o povo, titular do poder e beneficiário dele, possa controlar passo a passo o seu exercício”.³¹⁵

Para atender o princípio da publicidade, o Qualis periódicos necessitaria adotar as seguintes práticas em seu modelo: a) especificar nominalmente as comissões Qualis das 49 áreas, bem como o processo seletivo de escolha (se houver); b) padronizar quais, como, e o formato dos documentos que deverão ser disponibilizados por cada coordenação; c) unificar e obrigar as áreas a prestar um valor mínimo aceitável de informações ao público; d) possibilitar amplo acesso às atas das reuniões do CTC-ES; e) assegurar a consulta das avaliações anuais, bienais, trienais e quadrienais desde o início do Qualis em 1998.

As comissões de avaliação Qualis são os principais elementos no modelo de avaliação. Como visto, as decisões desses colegiados é que definem o estrato de um periódico científico, o que afeta a pontuação dos programas de pós-graduação quanto à produtividade intelectual. Contudo, como visto no item 2.3, nenhuma área divulga de maneira completa o processo seletivo e a composição dos avaliadores.

Diante dessa omissão, em setembro de 2018, enviou-se uma solicitação nos endereços de e-mail das 49 coordenadorias de área disponibilizadas no sítio da CAPES, pedindo esclarecimentos acerca Avaliação Quadrienal, realizada em 2017. Mais especificamente dois pedidos foram feitos: esclarecimento sobre o processo de escolha

³¹⁴ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 92.

³¹⁵ SUNDFELD, Carlos Ari. Princípio da... *Op. cit.*, p. 109.

da comissão avaliadora e a sua composição à época. Apenas 14 coordenações atenderam ao pedido.

A análise das réplicas é indispensável. A área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo e a área de Artes encaminharam a solicitação aos antigos coordenadores. Os coordenadores atuais das áreas de Sociologia, Geografia, Biologia I, Medicina II, Saúde Coletiva e Medicina Veterinária afirmaram que não possuem conhecimento sobre como ocorreu a escolha dos avaliadores. A coordenação da área de Ciências da Religião e Teologia, em resposta, afirma que a escolha dos consultores se deu a partir de nomes que compunham, na ocasião, o Fórum de Editores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião – ANPTECRE. Ainda, a Coordenação asseverou que a escolha dos consultores não é definida no documento de área, mas se trata de uma comissão *ad hoc* formada de acordo com a experiência e qualificação dos docentes.

Entretanto, discorda-se com a coordenação. É certo que a CAPES, como fundação pública, necessita dar transparência ao seu processo avaliativo. A iniciativa da entidade foi dispor de um documento por área que contivesse considerações sobre o Qualis periódicos. No entanto, se não é neste documento que se define como ocorreu o processo de escolha e a composição dos avaliadores, a destinação inicial do documento acaba por ficar incompleta.

Por fim, as áreas de Antropologia/Arqueologia, Artes, Química, Planejamento Urbano e Regional/Demografia e Zootecnia foram outras que atenderam a solicitação. A primeira, com o pedido direcionado ao Coordenador da gestão anterior, que afirmou ter baseado nos seguintes critérios: a) equilíbrio entre as subáreas; b) avaliadores provenientes de diferentes instituições com nota 4; c) mistura entre avaliadores experientes e novatos; d) avaliação realizada por pares e decisões tomadas pela comissão como um todo. A área de artes afirmou que o processo de escolha obedeceu a dois critérios: representação de todas as subáreas e pesquisadores (preferencialmente bolsistas) com experiência na editoração de periódicos.

Já o Coordenador da área de Química afirmou que a Coordenação indica uma lista de membros para posterior escolha da DAV. A Coordenação de Planejamento Urbano e Regional/Demografia asseverou que a diversidade regional, tipo de IES, de subáreas e programas são parâmetros utilizados, variando conforme o tamanho da

comissão e o perfil desejado. Por fim, a área de concentração de Zootecnia segue as orientações da Diretoria de Avaliação quando ao número de membros disponíveis para a comissão e assim a Coordenação apresenta uma lista de docentes permanentes de programas que apresentam perfil para realizar o trabalho para, finalmente, a DAV realizar a nomeação.

Como a maioria das coordenadorias de áreas não atendeu à solicitação feita por este autor, requereu-se em setembro de 2018 para a Diretoria de Avaliação informações sobre o processo seletivo dos consultores Qualis Periódicos. Em resposta, a DAV informou que a solicitação deveria ser requerida via sistema de acesso à informação da Controladoria-Geral da União. Tal requerimento foi feito pelo sistema no mesmo mês, tendo a resposta sido recebida no dia 05 de novembro de 2018.

Na resposta, a CAPES informou que as escolhas dos integrantes das comissões de avaliação devem considerar os seguintes critérios e exigências: a) qualificação e competência técnico-científica do consultor; b) não ocupação dos cargos de reitor, dirigente máximo, vice-reitor, pró-reitor de IES ou mesmo presidente ou diretor de associação científica, entidades de classes de instituições de ensino superior ou de pesquisa; c) desempenho acadêmico do programa a que se vincula o consultor; d) adequada cobertura das áreas e subáreas de conhecimento; e) equilíbrio na distribuição da representação regional nas comissões, considerada a participação da região na área e, no âmbito de cada região, distribuição da representação entre instituições; f) renovação dos participantes em relação à avaliação anterior, respeitando a natural necessidade de preservar a memória da mesma; g) a decisão sobre a composição final de cada comissão é prerrogativa da DAV e atenderá o procedimento de: 1) envio à DAV da proposta de área para a composição da comissão, até data fixada do calendário, com as justificativas requeridas, quando couber; 2) apreciação, pela DAV da proposta apresentada, no que diz respeito ao número de integrantes e à adequação de sua composição.

Em outro ponto, é premente a necessidade de as áreas padronizarem o material fornecido ao público para consulta. Muitas das informações são restringidas ao público que possui acesso à Plataforma Sucupira (coordenadores de pós-graduação). A CAPES desconsidera que, apesar dos coordenadores serem os responsáveis pela coleta de dados, o que lhes exige acesso a informações, grande parte dos interessados em conhecer melhor o processo de avaliação é desprezada de seu direito de acesso.

O ponto referente ao acesso às atas do CTC-ES, parece ter sido em parte resolvido. Em agosto de 2018, o autor requereu diretamente à CAPES, via e-mail, acesso às atas das reuniões do CTC-ES. Em resposta, a Diretoria de Avaliação afirmou que tal pedido necessitaria ser registrado no sistema de acesso à informação da Controladoria-Geral da União. Seguindo-se as orientações do órgão, a solicitação foi feita. No entanto, não houve resposta por parte da CAPES, tendo o autor que realizar reclamação. No dia 11 de setembro de 2018, após reclamação pela ausência de resposta, foram recebidas as atas das reuniões realizadas até o ano de 2016. Novamente, foi necessário requerer as atas faltantes. Em contato com a Diretoria de Avaliação da CAPES, esta orientou a utilizar o sistema de acesso à informação e assim foi feito: protocolou-se outro pedido no final de outubro e obteve-se o restante das atas na data de 05 de novembro de 2018.

A importância quanto a premência no acesso às atas do órgão se justifica em razão da posição dominante do CTC-ES: as decisões proferidas pelo colegiado afetam todo o Sistema Nacional de Pós-Graduação. No Qualis periódicos, em especial, as diretrizes gerais de avaliação são decididas nessas reuniões. Apesar de elogiável o recebimento de grande parte dos documentos requeridos,³¹⁶ a melhor solução para a garantia da publicidade seria deixar as atas ofertadas para download diretamente no sítio da CAPES. Hoje, o interessado que acessar a página do CTC-ES observará que a agenda e as atas (que não são acessíveis) das reuniões não é atualizada desde 2013.³¹⁷

Quanto à eficiência do Qualis periódicos, mais observações deverão ser feitas. Como é sabido, a noção de eficiência não se confunde com os conceitos de eficácia ou efetividade. O primeiro se relaciona a conduta dos agentes no desempenho de uma atividade administrativa. A eficácia se relaciona com os instrumentos que os agentes adotaram para a execução da ação e a efetividade se volta para os resultados obtidos.³¹⁸

Na ciência da Administração, a ideia de eficiência se ampara na busca de produtos com melhores resultados, produtividade e desempenho em relação aos insumos disponíveis. No caso de eficácia, trata-se da capacidade de tomar as decisões corretas e

³¹⁶ Ao contrário da dificuldade no recebimento e a ausência de algumas atas como relatado por Guilherme Hamada In: HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*

³¹⁷ CAPES. **Conselho técnico-científico da educação superior.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11 set. 2018.

³¹⁸ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito...** *Op. cit.*, p. 33.

escolher os objetivos e os meios mais adequados, com o foco direcionado para os resultados.³¹⁹

Há, no entanto, uma larga diferença entre a concepção de eficiência na administração privada e a eficiência administrativa. Enquanto na primeira objetiva o lucro e a adaptação das empresas nas exigências e demandas do mercado, a eficiência administrativa busca a satisfação do interesse público e a permanente prestação de serviços públicos. Ademais, a eficiência administrativa não deve buscar apenas o melhor aproveitamento dos meios e recursos disponíveis, mas considerar as necessidades públicas existentes quando alocar os recursos públicos disponíveis.³²⁰

A eficiência, quando considerada um valor pelo Estado, origina uma ampliação da discricionariedade do administrador público por legitimá-lo a decidir sobre os fins que deverão ser alcançados. Esse poder discricionário acaba por aumentar a possibilidade de ações políticas e governamentais que sejam incompatíveis com o interesse público.³²¹

Quando se incentiva a eficiência, avaliam-se as alternativas disponíveis tendo o escopo de determinar o grau de produtividade de resultados que uma agência de serviços públicos possui em comparação com investimento feito para que a agência pública exista. Procura-se determinar também quanto os resultados concorrem para que se alcancem as metas do programa”.³²² O grande dilema é sobre o que se deve mensurar: os resultados ou a produção? Para Donald F. Kettl, deve-se avaliar a produção, pois as variáveis que são relevantes para a Administração Pública são aquelas que podem ser controladas pelas agências, incumbindo aos cientistas sociais as avaliações de resultados.³²³

Entretanto, a ideia de eficiência buscada com o modelo de avaliação estatal de periódicos é interpretada seguindo uma lógica de produtividade com a difusão de políticas que fomentam a produtividade quantitativa de artigos e trabalhos acadêmicos. Tal política

³¹⁹ NOHARA, Irene Patrícia. **Reforma administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 191-192.

³²⁰ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 94.

³²¹ GABARDO, Emerson. **Eficiência e legitimidade do Estado: uma análise das estruturas simbólicas do Direito Político**. Barueri: Manole, 2003. p. 67.

³²² KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, p. 75-121, 1998. p. 89.

³²³ *Ibidem*, p. 89.

tem com vista em melhorar o grau de impacto da comunidade científica brasileira em base de dados através de uma maior publicação em revistas de alto impacto.

A noção de eficiência hoje empregada no Qualis periódicos já foi prevista, há algum tempo, por José Dias Sobrinho, quando defendeu a tendência de crescente controle do Estado sobre o produto. O autor compreende que a tendência do Estado renunciar o controle dos processos, liberalizar as condições de criação e expansão das instituições de ensino superior, dando maior autonomia, é, ao mesmo tempo, largamente limitada em relação aos resultados. Em outras palavras, a avaliação declarou a liberdade dos meios para controlar, em nome da eficiência, os resultados.³²⁴

Dessa maneira, o princípio da eficiência influenciou a CAPES fazendo-a adotar o espectro de quantificação e classificação dos produtos finais quando avalia a qualidade da educação superior. Ou seja, a qualidade é mensurada de acordo com a quantidade de trabalhos publicados, titulação, pesquisas concluídas, proporção de discentes/docentes e relação ingresso/saída. Assim, em vez de indicar a produtividade, os indicadores considerados são interpretados para quantificar a qualidade.³²⁵

Ademais, em virtude da pressão crescente de produção científica por parte do Estado e instituições de fomento, uma parte considerável do material apresentado pelos programas de pós-graduação foi desconsiderada para fins de avaliação da CAPES, devido à ausência de um critério objetivo para mensurar a qualidade do conhecimento reproduzido. As avaliações de periódicos científicos, em especial o Qualis, contudo, tornaram-se uma possibilidade de prover tal diferenciação, classificando os títulos segundo sua padronização, circulação e outros critérios. Mesmo assim, ela não aprecia a qualidade concreta desses produtos, questão que é considerada, mas não como prioritária.³²⁶

Com uma maior tendência na utilização de indexadores e índice de impacto para a mensuração da produtividade da Academia, a 165ª Reunião do CTC-ES recomendou às Coordenações de área a adoção de bases indexadoras para balizar as

³²⁴ DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã, p. 97-116, 2003. p. 105.

³²⁵ *Ibidem*, p. 107.

³²⁶ YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 13-24, jan./mar. 2008. p. 22.

avaliações de seus periódicos científicos. Tal adoção também teve como defensora a ex-Diretora de Avaliação, Rita Barradas.³²⁷

De fato, a utilização de indicadores para a avaliação de desempenho dos programas de pós-graduação *stricto sensu* adveio da visão da universidade como uma simples unidade de produção. Para o alcance de uma produção de resultados satisfatória, a instituição deveria maximizar os fatores de produção para potencializar a produtividade. Sem embargo, as universidades não são capazes de acompanhar a tal realidade eficientista que lhes é imposta, onde a maior preocupação (senão a única) seria maximizar uma pressuposta função produtiva.³²⁸

A divulgação científica é cada vez mais uma atividade empresarial de grandes conglomerados editoriais que recebem os artigos e utilizam a avaliação por pares sem custo e comercializam a informação a preços bastante elevados. Utilizar, portanto, fatores de impacto de maneira supervalorizada seria um meio de valorizar esses conglomerados.³²⁹ Tal modelo de avaliação com foco na eficiência, que pontua os programas e os periódicos científicos de acordo com as avaliações dos critérios editoriais quantitativos e indicadores de impacto pertence à filosofia da produção acadêmica “publique ou pereça”.

Hugo Rodolfo Lovisolo considera que, como consequência dessa política, a academia acabou por adotar hábitos de cooperação e reciprocidade para o atendimento de publicações. Apesar de serem caminhos naturais de qualquer ciência, as atitudes tomadas consistem apenas na mera troca de assinatura de artigos. Outra prática usual, evidentemente negativa, é a replicação. Nesse ponto, o autor, em uma dura crítica, aduz: “cite e recite um autor famoso e seus colaboradores – quanto puder sem cair no ridículo -, realize a mesma pesquisa com pequenas mudanças e chegue a resultados compatíveis com os seus que meio caminho de publicação em periódico indexado e de alto impacto estará percorrido”.³³⁰

³²⁷ Ver: BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria... *Op. cit.*, p. 32.

³²⁸ PAUL, Jean-Jacques; RIBEIRO, Zoya; PILATTI, Orlando. As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 141-164, 1992. p. 153.

³²⁹ ANDRADE, Jailson B. de; GALEMBECK, Fernando. QUALIS: Quo vadis? **Química Nova**. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 5. 2009.

³³⁰ LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé: critérios de avaliação qualis das pós-graduações em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Curitiba, v. 29, n. 1, p. 23-33, set./2007. p. 31.

Consequentemente, as revistas científicas tendem a replicar artigos, que são publicados por atender os critérios editoriais (exogenia nacional e internacional e grau acadêmico), sem que tenham alguma contribuição relevante além de uma releitura de outras produções intelectuais. Como resultado, os editores acabam por relegar para segundo plano os trabalhos que discutam novos paradigmas científicos por ser da mesma localidade da revista ou não ter uma titulação acadêmica necessária.

Outra consequência da reciprocidade, cooperação e replicação, como resultado das políticas de qualidade dos periódicos científicos, é a tendência de utilizar citações próprias ou de artigos da revista em que se deseja publicar para, assim, contribuir com os padrões de índice de impacto necessários para se manter nas estratificações mais altas do Qualis.

Conhecida como “auto-citação” (*self-citation*), a prática em si não é considerada fraude pelo ambiente acadêmico. O que se caracterizaria como má-conduta nessa prática é a intenção na utilização de um determinado número de citações de uma revista/autor com o objetivo de manipular o índice de impacto. A má-conduta já obrigou a suspensão de revistas científicas tradicionais da área da saúde do índice JCR em 2013.³³¹ Outra fraude que se relaciona com a primeira é o “empilhamento de citações” (*citation stacking*), prática de citação cruzada onde há um acordo entre vários periódicos que trabalham em conjunto para buscar o crescimento do índice de impacto utilizando citações umas das outras.³³²

Christoph Bartneck e Servass Kokkelmans demonstraram matematicamente em qual proporção a autocitação pode manipular um fator de impacto. Em um exemplo, um pesquisador que publique a média de 3 artigos por ano, realizando 3 autocitações por artigo, num total de 20 anos, obteria como resultado o índice H 19. Caso realizasse a autocitação randomicamente, o índice H seria 14. Houve, assim, o aumento em 5 pontos com a prática intencionada de autocitação.³³³

³³¹ À época, seis revistas científicas brasileiras foram suspensas por um ano da JCR por apresentarem uma quantidade anômala e excessiva de citações recebidas. In: Índice internacional suspende revistas científicas brasileiras. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/08/indice-internacional-suspende-revistas-cientificas-brasileiras.html>>. Acesso em: 05 set. 2018.

³³² HENEBERG, Petr. From excessive journal self-cites to citation stacking: analysis of journal self-citation kinetics in search for journals, which boost their scientometric indicators. **PLoS One**. São Francisco, v. 11, n. 4, p. 1-20, abr. 2016. p. 5

³³³ BARTNECK, Christoph; KOKKELMANS, Servaas. Detecting h-index manipulation through self-citation analysis. **Scientometrics**. Berlim, v. 87, p. 85-98, 2011. p. 89.

Outros fatores devem envolver a avaliação da publicação científica além dos aspectos de forma e conteúdo: os problemas na conduta dos pesquisadores na submissão de seus trabalhos. Porquanto, deve-se avaliar condutas antiéticas que podem ser provenientes tanto por parte dos autores quando dos pareceristas, editores e equipe editorial. Condutas como a falsificação de autoria, emissão de pareceres mentirosos, retardamento da avaliação, fabricação fraudulenta de parecer pelo editor são alguns dos exemplos.³³⁴

Guy Debord considera que a ideia de produtividade e eficiência advém de uma dominação da economia sobre a vida social, com o reflexo na transformação da definição de realização humana do “ser” para “ter”. Nas sociedades onde imperam as modernas condições de produção, há, na realidade, uma acumulação de espetáculos, onde tudo se tornou apenas uma representação.³³⁵ Quando, portanto, predominam-se nas universidades a lei do mercado, o princípio da autonomia universitária se restringe a liberdades de caráter funcional e organizacional, com forte regulação sobre os produtos por parte das entidades governamentais orientados pelo mercado.³³⁶

Em entrevista concedida no segundo semestre de 2018, a ex-diretora da CAPES, Rita Barradas, admitiu que o modelo de avaliação Qualis periódicos está numa fase de produtividade, e que deve ser encerrado, pois há uma enorme distorção nos objetivos iniciais do modelo. A última reforma do Qualis em 2009, com a indução do uso de indexadores, segundo a entrevistada, decorreu da tentativa de motivar a publicação em periódicos em estratos menos qualificados, afirmando que haveria alguma pontuação, mesmo que menor. A distorção ocorreu nesse ponto, pois fomentou os pesquisadores a publicarem uma enorme quantidade de artigos em revistas de pouco impacto para conseguir pontuar o necessário para o programa de pós-graduação que estão vinculados.³³⁷

³³⁴ PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 1, p. 226-229, maio/ago. 1998, p. 227-228.

³³⁵ Teses 1 e 17 de Guy Debord. In: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017, p. 37-42.

³³⁶ DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

³³⁷ CARDOSO, Camille. **Modelo da produtividade na pesquisa está esgotado, diz ex-diretora da CAPES**: entrevista com Rita de Cássia Barradas Barata. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2018/08/31/modelo-da-productividade-na-pesquisa-esta-esgotado-diz-ex-diretora-da-capes/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

É vista com bons olhos a mudança desse modelo avaliativo que induz a produtividade. Nas palavras de Jailson B. de Andrade e Fernando Galembek, “avaliar não é, nem nunca foi uma atividade simples. Especialmente, porque a avaliação pertence ao avaliado e não ao avaliador. Contabilizar indicadores é um processo simples, mas qualifica-los é um processo complexo e que exige equilíbrio, parâmetros e regras bem (e previamente) definidas”.³³⁸

3.4. Críticas à legalidade, segurança jurídica e democracia no processo de avaliação

Conforme ponderação de Guilherme Henrique Hamada, é possível compreender que os critérios escolhidos por cada coordenação de área podem ter sido adequados para as características de cada ciência. Isso dá a possibilidade de considerar que, na realidade, o problema da avaliação do Qualis periódicos se inclina para a sua adequação com o regime do processo administrativo e não necessariamente com as decisões tomadas por cada coordenador.³³⁹

Apesar de concordar parcialmente com o referido autor, as irregularidades da metodologia de avaliação são mais profundas do que aparentam. Se há carência nas orientações para estabelecer um processo de avaliação objetivo pela comissão avaliadora, o que se supõe é que, neste cenário, os pareceres dados são baseados em critérios subjetivos, criados de acordo com cada avaliador ao seu bem entender. Num contexto em que a CAPES se insere como agência reguladora, é de se espantar a manutenção de critérios tão frágeis quanto aos estabelecidos pelas autoridades da CAPES e pelas coordenações de área.

O uso do Qualis “sem a devida ciência de como foram montadas e suas limitações, pode ser inadequado, principalmente quando o foco da avaliação está na qualidade de uma produção. [...] a qualificação dos periódicos nos diversos estratos Qualis da Capes não tem uma associação direta com a qualidade técnica ou científica dos periódicos, haja vista as diferentes metodologias utilizadas para a elaboração das listas Qualis”.³⁴⁰ Ademais, os Coordenadores de área não justificam os critérios escolhidos para

³³⁸ ANDRADE, Jailson B. de; GALEMBECK, Fernando. QUALIS: Quo vadis? **Química Nova**. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 5, 2009.

³³⁹ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 147-148.

³⁴⁰ SOMA, Nei Yoshihiro; ALVES, Alexandre Donizeti; YANESSE, Horacio Hideki. O qualis periódicos... *Op. cit.*, p. 59-60.

avaliação, preponderando a informalidade do procedimento, pois as regras existentes são flexíveis e não há nenhuma ação unificadora por parte do CTC-ES. Há, pois, contrariedade ao princípio da segurança jurídica.³⁴¹

Em um editorial crítico do Boletim Goiano de Geografia, o coordenador editorial defendeu: “qualquer processo de avaliação, para almejar justiça, deve ter regras suficientemente claras, ao ponto de serem reconhecidas como legítimas não apenas pelos avaliadores, mas também pelos avaliados. O que, portanto, não deveriam existir enigmas nesse processo”.³⁴²

Para Maurício da Rocha e Silva, a CAPES não deveria apoiar os periódicos brasileiros por meio de financiamento por um lado e os prejudicar com o Qualis por outro. Segundo o autor, os níveis propostos pelo Qualis periódicos são considerados alto demais, devendo tais premissas serem repensadas. Deve-se, em sua visão, dar aos periódicos brasileiros metas atingíveis de ambição de progresso.³⁴³

Tais exigências podem, de certo modo, ser explicadas em razão da tradição da universidade brasileira de falta de autonomia em relação ao Estado, pela ausência de cultura de avaliação e autoavaliação institucional e porque sempre se atreve a responder demandas externas. O que se percebe é que o modelo CAPES de avaliação (e aqui se inclui a avaliação do Qualis periódicos) é de profunda ambiguidade: ao mesmo tempo que as universidades o temem, atribuem-lhe todo o poder de definir a efetiva qualidade dos programas de pós-graduação.³⁴⁴

Mesmo as coordenações estabelecendo regras para a avaliação dos periódicos científicos, as comissões Qualis parecem ignorá-las. Dessa maneira, é premente trazer um exemplo prático: como sabido, a Revista de Direito Econômico e Socioambiental é presente nos estratos de oito diferentes áreas. Dentre elas, é necessário expor a classificação e os critérios das áreas de Planejamento urbano e Regional/demografia, Direito e Educação:

³⁴¹ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 153-154.

³⁴² ARRAIS, Tadeu, Alencar. Editorial crítico ou o enigma do Qualis. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 28, n. 2, p. 1-4, 2008. p. 4.

³⁴³ SILVA, Maurício da Rocha e. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009, p. 4

³⁴⁴ SGUISSARDI, Valdemar. *Op. cit.*, p. 79.

Tabela 2 – Classificação da Revista de Direito Econômico e Sócio Ambiental e critérios dos estratos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Direito e Educação

Qualis	Área de Concentração	Crítérios do estrato obtido
B4	Planejamento urbano e Regional/demografia	Deve estar em pelo menos uma base entre: RedAlyc, Latindex, DOAJ, Muse e JSTOR.
A2	Direito	Exogenia de 75% de 5 IES diferentes, exogenia do conselho editorial e do corpo de pareceristas de 50% e 5 IES de estados diferentes, mínimo 18 artigos por volume, pelo menos 15% dos artigos por volume de autores e coautores filiados em IES estrangeiras, indexação no SciELO, 60% dos artigos originais de pesquisa devem ter 1 doutor como autor, composta majoritariamente por artigos originais.
B3	Educação	Publicação de, no mínimo, dois (2) números e doze (12) artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelo menos 50% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, três (3) bases de dados.

Elaboração própria. Fonte: CAPES.

A revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR está indexada nas seguintes bases de dados: LATINDEX, Crossref, Google Acadêmico, Dialnet, DOAJ, DRJI, Eirhplus, EZ3, BASE, Sherpa/RoMEO, Blook e Diadorim. Além disso, possui periodicidade quadrimestral, com um novo número a cada quatro meses e publicação de 15 artigos por número. Ademais, o conselho editorial e o conselho de pareceristas é de alta exogenia, com pesquisadores oriundos de diferentes estados brasileiros e internacionais.³⁴⁵

No entanto, apesar de a classificação na área de concentração do Direito estar correta, nas outras duas áreas apresentadas a Revista foi classificada em estratos inferiores. Em Educação, segundo os critérios publicados, o estrato correto seria o B2 e, em Planejamento urbano e Regional/demografia, a classificação necessitaria ser B3.

³⁴⁵ Ver: Revista de Direito Econômico e Socioambiental. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/about/editorialTeam>>. Acesso em: 12 set. 2018.

Tabela 3 – Critérios dos estratos da área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e Educação

Qualis correto	Área de concentração	Critérios do estrato
B3	Planejamento urbano e Regional/demografia	Deve estar em pelo menos duas bases entre: RedAlyc, Latindex, DOAJ, Muse e JSTOR.
B2	Educação	Publicação de, no mínimo, dois (2) números e doze (12) artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores: pelos menos 60% dos artigos devem estar vinculados a, no mínimo, três (3) instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, três (3) bases de dados e pelo menos uma (1) das seguintes, Educ@, Scielo BR, Scopus, Redalyc, DOAJ, IRESIE, BBE, LATINDEX e Clase.

Elaboração própria. Fonte: CAPES.

Em Planejamento urbano e Regional/demografia, a avaliação para periódicos que não são diretamente vinculados à área segue as seguintes etapas: 1) buscar o estrato atribuído ao periódico pela área considerada responsável pela sua classificação; 2) comparação dos estratos atribuídos a essa revista pelas áreas com os resultados de uma classificação baseada em indexadores e bases que a área de Planejamento entende como responsável da qualidade de periódicos de outras áreas, onde “em termos operacionais, repete-se a classificação geral realizada pela Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia”; 3) se as etapas anteriores obterem resultados diferentes, decidirá a partir dos critérios para periódicos da área, qual será mais adequada.³⁴⁶

De acordo com o procedimento, a Revista do PPGD da PUCPR, com a área dominante em Direito, possuiria o qualis A2. No segundo passo, a área de Planejamento considera como “*proxy*”³⁴⁷ da qualidade de periódicos de outras áreas. Mas afinal, qual seria esse “*proxy*” da qualidade? Aparentemente, analisando os critérios considerados pela área, consistiria na indexação nas bases Redalyc, LATINDEX, DOAJ, Muse ou JSTOR ou a existência de JCR ou SJR. Como observado em rápida análise, o Periódico da PUCPR pertence tanto ao DOAJ quanto ao LATINDEX. Por último, o resultado das etapas anteriores foi diferente: em um, chegou-se ao estrato A2, no outro chegou-se ao estrato B3. Mesmo com a previsão da comissão optar por qual seria a mais adequada, o estrato não seria o mesmo que o informado, visto que os critérios explicitados pela área,

³⁴⁶ CAPES. **Relatório Qualis 2017**: área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

³⁴⁷ Expressão usada pela área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

em uma singela apreciação, ensejariam a classificação do periódico em um estrato diferente do divulgado.

Outro ponto que deve ser considerado é que “a opção adotada foi principalmente na valorização da Etapa 1. Ou seja, seguir da melhor maneira possível a classificação das áreas específicas do periódico”.³⁴⁸ De acordo com as informações ofertadas pela própria Coordenadoria, há mais um motivo para se estranhar a classificação.

Na área de concentração em Educação, a situação não se altera: a Revista atende todos os requisitos para ser classificada no estrato B2. De todo modo, a área não especificou em suas considerações sobre o Qualis periódicos se haveria critérios diferentes para áreas não afins com Educação.³⁴⁹ Em ambas às áreas, o abuso à legalidade é flagrante, na medida que os critérios, estabelecidos pelas próprias áreas, não são tampouco seguidas pelos comitês avaliadores.

Outro fator que o Qualis periódicos desconsidera em seu modelo de avaliação é a segurança jurídica, que necessariamente deveria imperar no estabelecimento dos critérios e do processo de análise das revistas científicas. O princípio assegura que o ordenamento jurídico e o Estado devam oferecer o seguro conhecimento das normas jurídicas, salvaguardando a certeza sobre a vigência, a eficácia e o seu conteúdo. Ademais, protege-se, sob a perspectiva da estabilidade, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, a proteção à confiança legítima e os institutos da prescrição e decadência.³⁵⁰

Valendo-se das palavras de Ingo Wolfgang Sarlet, a segurança jurídica vem sendo considerada pelo pensamento constitucional contemporâneo como um princípio concretizador do Estado de Direito, pois em um autêntico Estado de Direito há um Estado da segurança jurídica. O princípio assume, além da condição de direito fundamental da pessoa humana, a condição de princípio fundamental da ordem jurídica estatal.³⁵¹

³⁴⁸ CAPES. **Relatório Qualis 2017**: área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Brasília: CAPES, 2017. p. 3.

³⁴⁹ CAPES. **Considerações sobre o Qualis periódicos**: Educação. Brasília: CAPES.

³⁵⁰ Ver: VALIM, Rafael Ramires Araujo. **O princípio da segurança jurídica no Direito Administrativo brasileiro**. 145f. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 83-125.

³⁵¹ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Público**. Belo Horizonte, a. 3, n. 11, p. 111-156, out./dez. 2005. p. 114.

No modelo regulatório dos periódicos, a segurança jurídica deveria imperar de modo a modificar três atividades: o seguro conhecimento dos critérios e o procedimento avaliativo; previsão clara sobre a possibilidade de recurso da estratificação feita; o estabelecimento de limites formais de modificação de critérios pela área.

Outro ponto, como outrora salientado como sendo prática comum e que foi explicitado em parte das áreas, é a classificação em um estrato superior ao que a revista formalmente teria sob a justificativa da ampla relevância para o cenário acadêmico,³⁵² ou por serem estratégicos,³⁵³ ou para valorar as publicações de interesse nacional³⁵⁴ ou fomentar as subáreas emergentes/de baixo impacto.³⁵⁵

Analisando sob a óptica da segurança jurídica, o questionamento que imediatamente exsurge, ao observar a elevação de alguns periódicos, é de qual maneira as áreas vão mensurar o que seria uma revista de amplo impacto nacional ou que seja estratégica. As razões reveladas servem novamente para induzir que essa elevação de estrato utiliza uma análise subjetiva dos avaliadores. Ou, mais além, sem critérios formais claros que possibilitem mensurar qual seria o “amplo impacto” ou o que seria “importante para o cenário da área”, a valorização pode servir como um recurso para troca de influências no cenário acadêmico.

Por fim, é imprescindível analisar a ausência do princípio democrático na escolha dos avaliadores e nas decisões tomadas quanto aos critérios e procedimento do Qualis periódicos. Gustavo Justino de Oliveira apresenta de maneira acurada que a Administração Pública deve deter uma postura proativa, atendendo prontamente às demandas sociais, recebendo os influxos, decodificá-los e oferecendo as respostas para a satisfação da comunidade.³⁵⁶

A participação popular na Administração Pública é um fator crucial na distinção entre o Estado de Direito Democrático do Estado de Direito Social.³⁵⁷ Mas para

³⁵² CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Brasília: CAPES, 2017. p. 6.

³⁵³ Ver: CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Farmácia. Brasília: CAPES, 2017, p. 5; CAPES. **Critérios de classificação Qualis:** Química. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3.

³⁵⁴ CAPES. **Relatório Qualis periódicos 2013 - 2016:** Nutrição. Brasília: CAPES, 2017, p. 5.

³⁵⁵ Ver: CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Ciência Política e Relações Internacionais. Brasília: CAPES, 2017, p. 2; CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos:** Ciências ambientais. Brasília: CAPES, 2017, p. 2.

³⁵⁶ OLIVEIRA, Gustavo Justino. Administração Pública democrática e efetivação dos direitos fundamentais. **Primas**. Brasília, v. 5, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 2008. p. 83-84.

³⁵⁷ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Participação popular na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 191, p. 26-39, jan./mar. 1993. p. 38.

que a participação democrática seja considerada um instrumento útil e eficiente, “tudo o que for discutido ou configurar resultado do seu emprego deve ser devidamente avaliado pelo órgão ou autoridade decididora, previamente à emissão do provimento administrativo”.³⁵⁸

Em referência à CAPES, a entidade, que detém o papel regulador não só sobre os periódicos científicos mas sobre o sistema nacional de pós-graduação, deve considerar que, em qualquer procedimento de avaliação, a decisão mais acertada é aquela que possui um debate e consenso preexistentes.³⁵⁹ A ideia de democracia deliberativa dentro da Administração Pública pode contribuir na redescoberta do papel do público na definição de assuntos sociais, ensejando a diminuição nas tensões entre a seara democrática e a burocrática,³⁶⁰ à medida que o cidadão participa ativamente nas tomadas de decisões institucionais.

Ademais, como salientou Michael P. Smith, apesar de haver votação para a escolha dos agentes públicos (dos Poderes Executivo e Legislativo), que tomarão decisões representando a comunidade, o crescimento da complexidade tanto da sociedade quanto da execução de políticas públicas faz escapar do controle exercido pelas autoridades. A chamada “democracia organizacional interna”, onde há participação democrática do corpo de funcionários nas decisões, pode proporcionar o aumento na responsabilidade e responsabilização das ações administrativas, alcançando lacunas de controle que não seriam atingidas pelos controles estatais comuns.³⁶¹

No caso da CAPES, a “democracia organizacional interna” ensejaria a participação das coordenadorias no estabelecimento de critérios avaliativos, algo que de alguma maneira já ocorre nas reuniões do CTC-ES, e na sua autonomia na definição critérios de estratificação, apesar da dominância central do CTC-ES. No entanto a participação das coordenadorias se resume a representatividade por grandes áreas, que

³⁵⁸ OLIVEIRA, Gustavo Justino. Administração Pública... *Op. cit.*, p. 100.

³⁵⁹ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 213.

³⁶⁰ NABATCHI, Tina. Addressing the citizenship and democratic deficits: the potential of deliberative democracy for public administration. **The American Review of Public Administration**. New York, v. 40, n. 4, p. 376-399, 2010. p. 392.

³⁶¹ SMITH, Michael P. Barriers to organizational democracy in public administration. **Administration & Society**. v. 8, n. 3, p. 275-317, 1976. p. 281.

alcança o número de vinte membros³⁶² mas que desconsidera a existência de 49 áreas e a especificidade de cada uma delas.

Assim, com vistas em garantir maior legitimidade ao processo avaliativo do Qualis Periódicos, a CAPES necessitaria alterar a maneira sob a qual são estabelecidos os critérios e escolha da comissão avaliadora, permitindo maior participação dos programas de pós-graduação pertencentes ao SNPG e das coordenadorias de áreas.

O primeiro ponto reclama não somente maior participação dos programas de pós-graduação envolvidos como também a exigência de maior autonomia em face do CTC-ES para a criação de critérios. Os motivos podem ser considerados claros: as áreas de conhecimento não diferem entre si apenas em razão do objeto ou metodologia, mas a maturidade do corpo científico (o que inclui os programas de pós-graduação existentes, tradição, número de pesquisadores e quantidade e qualidade das revistas científicas) é um fator significativo. Algumas áreas não conseguem cumprir exigências impostas pelo CTC-ES pois se desconsiderou a visão do corpo de pesquisadores sobre a produção intelectual e prestígio da área.

O segundo ponto é quanto à escolha dos pares para estratificação. Restou notório que a comissão é formada por indicação pela Coordenadoria de área, que possui plena autonomia para tal escolha. A ausência de formalidade demonstra que a escolha dos pares não é democrática e tampouco oferece segurança jurídica, visto que o fator da subjetividade e indicação meramente política transparece na composição dos consultores. Além do mais, toda vez que a coordenação de área é alterada, perde-se o conhecimento de como a escolha dos avaliadores se deu na gestão anterior por não haver qualquer registro.³⁶³ Como visto, tal informalidade é contrária aos princípios da legalidade e da segurança jurídica, visto que qualquer divulgação deve ser feita utilizando o meio oficial. Da mesma maneira ocorre quando a competência para dar parecer sobre as revistas científicas é delegada para terceiros, devendo a nomeação ocorrer pela divulgação oficial.³⁶⁴

³⁶² CAPES. **Conselho técnico-científico da educação superior**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 set. 2018.

³⁶³ Em e-mail enviado em setembro de 2018 para as coordenadorias das áreas da CAPES, os Coordenadores que atenderam a solicitação direcionaram o e-mail para os antigos coordenadores, afirmando que os critérios de escolha é uma prerrogativa destes, declarando ainda que não teriam conhecimento de como se deu tal processo.

³⁶⁴ Artigo 2º, parágrafo único, inciso V e Artigo 14 da Lei 9.784, de 20 de janeiro de 1999.

Capítulo 4. Ponderações estruturais sobre o processo avaliativo

4.1. A disparidade do procedimento avaliativo entre as áreas de conhecimento

A proliferação de periódicos científicos é uma preocupação que atinge aqueles que se interessam pela qualidade da informação científica, isso porque no âmbito internacional, sérias críticas são apresentadas, como: a irregularidade da publicação e distribuição da revista; falta de normalização dos artigos científicos e da revista como um todo; falta de um corpo editorial, pouca penetração da língua portuguesa no exterior e o baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos publicados.³⁶⁵

Buscando melhorar a visibilidade e a qualidade dos títulos, agências, como a CAPES, “vêm definindo políticas de apoio às revistas científicas, com a finalidade principal de contribuir para que as publicações de boa qualidade não venham perecer e, junto com elas, a divulgação de pesquisas realizadas, muitas vezes, com o auxílio das próprias agências”.³⁶⁶

Nesse sentido, a avaliação do Qualis periódicos é uma política voltada a garantir o não perecimento das revistas científicas e da divulgação das pesquisas em língua portuguesa, que seria gravemente afetada pela diminuição na quantidade de títulos disponíveis. Para isso, a avaliação deve apreciar a qualidade dos periódicos.

De acordo com Piotr Trzesniak, há quatro dimensões básicas de qualidade dos periódicos científicos: a dimensão de adequação técnico-normativa do produto, a dimensão de finalidade do produto, a dimensão de processo de produção e a dimensão de mercado. A forma de avaliar varia de acordo com a dimensão: nas duas primeiras é necessário examinar o sítio e edições do periódico, para a terceira analisa-se a retaguarda de produção e a de mercado consulta-se pessoas, usuários e clientes.³⁶⁷

Para Krzyzanoski e Ferreira, as dimensões de qualidade que os editores científicos, ao se responsabilizarem pela qualidade das publicações de suas revistas

³⁶⁵ KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 165 – 175, maio/ago. 1998, p. 165.

³⁶⁶ *Idem*.

³⁶⁷ TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área de Educação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 346-261, maio/ago. 2006. p. 348.

científicas, são: os aspectos referentes à sua forma (normalização) e mérito (conteúdo) para que atinjam o que as autoras entendem como “qualidade global”.³⁶⁸

Voltando-se nas dimensões propostas por Tzreniak, a dimensão técnico-normativa acolhe um conjunto de normas específicas como as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que estabelecem padrões para publicação.³⁶⁹ Relacionando-a com o Qualis periódicos, é nessa dimensão que se encontram os critérios mínimos para a caracterização de um periódico e os atendimentos aos preceitos estabelecidos pelo COPE.

Na dimensão de finalidade de produto, avalia-se a finalidade do periódico enunciada na política editorial e em sua missão. Neste ponto, ocorre a prática de revisão por pares (*peer review*) e o uso de os indicadores indiretos como um corpo editorial científico qualificado e diversificado, consultores *ad hoc* qualificados e diversificados, respaldo científico institucional, o favorecimento da perenidade da publicação e mecanismos de sucessão de editores onde os aspectos técnico-científicos predominem. No modelo avaliativo da CAPES, é habitual o uso dos três primeiros indicadores indiretos para a mensuração qualitativa.³⁷⁰

A dimensão da qualidade do processo produtivo está associada com a ideia de qualidade total empresarial, o que implica, para o cumprimento dessa dimensão, de um manual de procedimentos da qualidade “que documente todos os passos associados à produção da revista e que seja escrupulosamente obedecido pela equipe de trabalho”.³⁷¹

Finalmente, a dimensão de qualidade de mercado é o valor que o consumidor ou usuário atribui ao produto. Aqui se caracterizaria a busca das indexações em bases de dados de ampla visibilidade e outros esforços para divulgação do periódico. Para avaliar a qualidade de mercado, utiliza-se o cálculo do fator de impacto.³⁷²

Como analisado, uma proporção considerável das áreas de avaliação utiliza estritamente a dimensão de qualidade de mercado para a estratificação, visto que a

³⁶⁸ KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**. São Paulo, v. 17, n 1, p. 43- 48, 2003, p. 47.

³⁶⁹ TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade... *Op. cit.*, p. 349.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 349-351.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 351-352.

³⁷² *Ibidem*, p. 352-353.

utilização de um critério quantitativo de avaliação dos cientistas é um meio de impulsionar o aumento do número de artigos científicos e de novos periódicos.³⁷³

Apesar de concordar com as dimensões expostas por Tzesniak, a identificação da metodologia de avaliação dos periódicos científicos considerou três modelos, como observado no item 2.2, no levantamento feito nos documentos das áreas de avaliação da avaliação quadrienal: os critérios editoriais, com 10 áreas, os critérios de índice de impacto, com 21 áreas e os critérios híbridos, com 12 áreas de concentração. Além disso, notou-se que 30 áreas especificam o procedimento, enquanto 19 não especificam nos documentos ofertados ao público.

A proposição de uma divisão diferente da proposta de Tzesniak é justificada em razão de que a dimensão técnico-normativa, que avalia os padrões para publicação, ser considerada como critério mínimo para a classificação como um periódico científico. Ademais, a dimensão de finalidade de produto, que aprecia a avaliação cega e as bases de dados indexadas e a dimensão da qualidade do processo, que prevê a adoção de um manual de procedimento de qualidade, aparentam atuar em conjunto nos “critérios editoriais”. A única dimensão similar com a de Tzesniak é a dimensão de qualidade de mercado, com a ampla incidência de áreas utilizando estritamente critérios de indexação e fator de impacto.

Para exemplificar a disparidade procedimental de avaliação das áreas, será utilizada a Revista de Direito Econômico e Socioambiental e as áreas as quais comparece na estratificação: Administração Pública e de Empresas, ciências contábeis e turismo; Ciências Ambientais; Direito; Economia; Educação; Filosofia; Interdisciplinar e Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Em Administração Pública, Ciências Contábeis e Turismo, a lista recebida passou inicialmente por uma checagem de correspondência do Título da revista científica com o ISSN informado, ajustes de grafia, acrônimos, nomes similares e outros casos que necessitavam ajustes ou retirada da lista. Após isso, verificou-se quais os veículos que não representavam periódicos para serem classificados como NPC. Num terceiro momento, excluiu-se da lista as revistas com práticas editoriais questionáveis (obtendo a classificação NPC), bem como as revistas que a base Scopus indicou que seriam

³⁷³ OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**. São Paulo, n. 29, p. 68 - 86, maio/ago. 2002. p. 69.

descontinuadas. Finalmente, os consultores realizaram o levantamento de alguns dados relativos às revistas, prosseguindo com a avaliação.³⁷⁴

Em Direito, a classificação dos periódicos realizou-se em três etapas: 1) periódicos jurídicos nacionais; 2) periódicos estrangeiros; 3) periódicos de outras áreas. Na primeira etapa, foram disponibilizados pelos programas e editores, após solicitação, informações básicas dos três últimos números. Após isso, realizou-se a avaliação com base nos números. Na segunda etapa, com os periódicos estrangeiros, seguiu-se com a avaliação com outros critérios. Na última etapa, as revistas das grandes áreas das ciências sociais aplicadas e humanas foram classificadas respeitando o estrato da área de origem, enquanto os de áreas menos próximas foram classificados seguindo o mesmo critério, mas atribuindo o estrato B1 como máximo.³⁷⁵

O procedimento se deu em duas fases. Na primeira, que foi realizada à distância, a comissão avaliou os periódicos jurídicos nacionais que solicitaram a classificação e reclassificação, onde se garantiu o direito de solicitar a reconsideração. Na segunda, que foi realizada presencialmente na sede da CAPES, apreciaram-se os pedidos de reclassificação dos resultados da primeira fase e os periódicos estrangeiros e de outras áreas foram estratificados.³⁷⁶

Em Economia, para os periódicos fora da área, adotou-se a moda estatística das classificações mais recentes feitas pelas demais áreas, com as informações mais recentes no momento de avaliação. Quando era impossível o cálculo da moda, a comissão utilizou os fatores de impacto como critérios. O teto para estratificar periódicos fora de área era de A2 para revistas internacionais e B2 para revistas nacionais. Quanto às revistas científicas da área, utilizou-se várias fontes de informações para realizar a estratificação.³⁷⁷

Em Filosofia, a área de concentração especificou os passos para a classificação: tomou-se, como ponto de partida, uma tabela Excel com base na tabela consolidada da DAV para a classificação de 2016. Para isso, os avaliadores deveriam dar

³⁷⁴ CAPES. **Considerações sobre Qualis periódicos**: Administração Pública... *Op. cit.*, p. 3-4.

³⁷⁵ CAPES. **Relatório do processo de classificação/reclassificação de periódicos da área de Direito – Qualis 2017**. Brasília: CAPES, 2017, p. 3-6.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 6.

³⁷⁷ CAPES. **Memória da Reunião da Comissão Qualis**: Economia (6 e 7 de abril de 2017). Brasília: CAPES, 2017, p. 1-2.

pareceres seguindo uma ordem de colunas com uma dúzia de perguntas dos mais variados tipos, como “é periódico da área?” ou “utiliza ou não sistema *blind review*?”.³⁷⁸

Em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, a comissão trabalhou com a tabela retirada da Plataforma Sucupira, onde a DAV acrescentou informações adicionais, como bases de indexações e fatores de impacto de cada revista. Eliminou-se, inicialmente, as duplicidades de informações que são geradas por erro de digitação ou nomes diferentes para um mesmo periódico. Posteriormente, separou-se em dois grupos: periódicos já qualificados em anos anteriores e os periódicos que nunca tinham sido estratificados pela área, tendo a avaliação iniciado nesse último agrupamento. Após a avaliação pelos critérios estabelecidos, foi realizada a etapa qualitativa, que compreendeu em valorizar os periódicos com maior conexão temática com a área, majorando-os em um estrato. Os periódicos beneficiados foram indicados em consulta aos coordenadores dos PPG's da área. Para periódicos de áreas não afins, houve um procedimento diferente para estratificação.³⁷⁹

As áreas de Ciências Ambientais, Interdisciplinar e Educação não especificaram o procedimento de avaliação nos documentos disponíveis na página das Coordenadorias no sítio da CAPES. Dessa forma, após a análise dos procedimentos das áreas que estratificaram a Revista de Direito Econômico e Socioambiental, observou-se que, concordando-se com Guilherme Hamada, “algumas áreas optam por criar estratos com requisitos ideais, enquanto outras o utilizam como mero instrumento de ranqueamento”.³⁸⁰

É sabido que a função de comunicação científica que o periódico detém se une à necessidade de possuir grande rigor em sua elaboração para garantir a qualidade do produto. Com uma quantidade significativa de revistas científicas lançadas anualmente, os instrumentos de avaliação permitem a classificação das revistas e é, também, uma saída para um periódico sobressair entre os demais.³⁸¹

³⁷⁸ CAPES. **Relatório sobre o Qualis periódicos da área de Filosofia – anos 2015 e 2016**. Brasília: CAPES, 2017, p. 2-5.

³⁷⁹ CAPES. **Relatório Qualis 2017: área de Planejamento...** *Op. cit.*, p. 1-3.

³⁸⁰ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 154.

³⁸¹ SCHULTZE, Silvana. Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 6, 2005, Florianópolis. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Florianópolis: UFSC, p. 1-12, 2005, p. 5.

Em referência à função da Administração Pública na formulação de comportamentos, Pierre Bourdieu considera que o Estado é a instituição que tem o poder de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens e sem exercer coerção permanente. O aparelhamento estatal é, além disso, o principal produtor de instrumentos de construção da realidade social.³⁸²

Para tanto, o cidadão necessita deter o conhecimento pleno sobre o agir da Administração Pública e, para isso, deve-se estabelecer normativamente os passos dos agentes na execução do múnus público. Se cada área organiza o modo como a avaliação será realizada pela comissão e, ao mesmo tempo, não a especifica claramente, os periódicos científicos, principalmente àqueles que são classificados em numerosas áreas do conhecimento, não terão segurança para estabelecer uma estratégia de qualidade da revista de forma eficiente devido ao grande número de fatores omissos que deverão considerar.

Dessa maneira, é observada a problemática da disparidade dos procedimentos entre as áreas de concentração do Qualis periódicos. Entretanto, há outra divergência entre os procedimentos que incide em outro tipo de variação: a temporal, uma vez que os procedimentos e critérios se alternam a cada nova avaliação a juízo do que o Coordenador de área entender como mais conveniente.

Para Rita Barradas, quanto à divergência de critérios e procedimentos entre as 49 áreas, há uma preocupação “constante” do CTC-ES, no Conselho Superior e nas pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa das universidades com a comparabilidade dos resultados de avaliação.³⁸³

Entretanto, assim como Guilherme Hamada, introduz-se o questionamento: Se há uma preocupação da CAPES em garantir a comparabilidade dos resultados da avaliação dos programas de pós-graduação e das revistas científicas de todas as áreas de conhecimento, a atuação antinômica dos coordenadores é uma maneira de garantir o mesmo padrão de qualidade dos estratos?³⁸⁴

Nesse sentido, deve-se atentar com os extremos. Se por um lado, com a autonomia completa dada a uma entidade governamental os resultados seriam

³⁸² BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1889-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 228-230.

³⁸³ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016. p. 31-32.

³⁸⁴ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 154.

ineficientes, pois a burocracia escapa totalmente ao controle político e à definição dos procedimentos internos e metas, o excessivo número de regras acarreta pouco espaço para que a Administração tenha espaço para critério ou julgamento independente. Nos dois extremos, a qualidade seria afetada negativamente.³⁸⁵

Se se considera que o modelo avaliativo que a CAPES implementou é a execução direta de uma política para o alcance de padrões editoriais que a entidade entende como relevantes para o desenvolvimento científico, as regras e o processo necessitam de transparência e coerência para a comunidade que será afetada com a ação governamental.

Afinal, nas palavras de Dely Bezerra de Mara Freitas, “o periódico é o meio primário de disseminar os resultados de pesquisa e de contribuir para desenvolver o conhecimento”.³⁸⁶ É com a publicação periódica que, segundo a *Royal Society*, há a comunicação formal dos resultados da pesquisa para a comunidade científica e outros interessados, preserva o conhecimento registrado, estabelece a propriedade intelectual e ocorre a manutenção do padrão da qualidade da ciência.³⁸⁷

Dessa maneira, o Editor, responsável geral da administração e gerenciamento dos periódicos científicos, é o interessado direto no estudo das metodologias avaliativas adotadas pelas áreas de concentração da CAPES.

Considerando que dentre suas funções, o estabelecimento de diretrizes de divulgação da revista (o que inclui a inclusão em base de dados) e o acompanhamento de critérios de avaliação de títulos na esfera nacional e internacional são de alta relevância para a notoriedade e sobrevivência da revista no âmbito acadêmico,³⁸⁸ a política de qualidade deve ser pública.

³⁸⁵ FUKUYAMA, Francis. **A ordem e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018. p. 513.

³⁸⁶ MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996. p. 380.

³⁸⁷ MULLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**, v. 1, p. 73-95, 2000. p. 75-76.

³⁸⁸ TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 33-54, jan./abr. 2008. p. 39.

Assim, para o Editor, função prioritária em todas as fases de avaliação dos trabalhos e no gerenciamento das revistas científicas,³⁸⁹ ao ser responsável pelo papel de decisão sobre o que é pertinente para a área de conhecimento, deve estar a par sobre a avaliação da comunidade acadêmica e do Poder Público.

De todos os autores envolvidos na ideia de publicação, editoração e avaliação de artigos e periódicos científicos, a responsabilidade social do avaliador, tanto o avaliador cego dos periódicos quanto o avaliador Qualis, é a que se destaca nessa inter-relação, pois “estão em suas mãos os rumos de sua disciplina ou de campos afins, o que pressupõe que possui mais conhecimentos e/ou mais experiência do que os avaliados, além de ser capaz de exercitar, no cotidiano, os preceitos éticos intrínsecos à C&T”.³⁹⁰

Além disso, a essência da comunicação científica é definida pelo conteúdo das mensagens veiculadas, sendo que o controle da aferição de qualidade por parte do avaliador também traz a responsabilidade ética e social, independentemente se o veículo é impresso ou eletrônico.³⁹¹ Com o advento do Qualis periódicos, que veio popularizar a “avaliação formal, explícita e criteriosa de periódicos entre os pesquisadores”, as políticas editoriais e a avaliação se tornaram uma preocupação não mais restrita a editores, mas de todos os programas de pós-graduação.³⁹²

Num primeiro momento, deve-se analisar a disparidade dos procedimentos e critérios sob a óptica da temporalidade. Segundo a perspectiva do ordenamento jurídico brasileiro, a previsão legal no inciso XIII do artigo 2º da Lei de Processo administrativo federal (Lei n.º 9.784/1999) de vedação à aplicação retroativa de nova interpretação, ensejaria a aplicação de uma avaliação que não retroagiria para classificações anteriores.

Guilherme Hamada observa a preponderância de informalidade e flexibilidade no estabelecimento de regras. Dado esse fator motivante, para o autor não seria possível aplicar retroativamente as decisões quanto às avaliações científicas, cuja utilização já estaria consolidada pela CAPES.³⁹³

³⁸⁹ CASTRO, Regina Célia Figueiredo; NEGRÃO, May Brooking; ZAHER, Celia Ribeiro. Procedimentos editoriais na avaliação de artigos para publicação em periódicos de ciências da saúde da América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-6, 1996. p. 5.

³⁹⁰ TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética... *Op. cit.*, p. 47-48.

³⁹¹ *Idem*, p. 39.

³⁹² TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade... *Op. cit.*, p. 347.

³⁹³ HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 153-154.

Como sabido, o exercício do poder de avaliação da CAPES é amparado pela discricionariedade da Administração Pública. Como bem anota Irene Nohara, o poder discricionário, do ponto de vista prático, assume que o legislador não possui a capacidade de traçar precisamente todas as decisões possíveis a serem tomadas pelos agentes públicos em todas as situações. Igualmente, sob o ponto de vista da ordem jurídica, a discricionariedade é uma decorrência do próprio ordenamento, pois a cada interpretação deve-se respeitar os limites de uma norma de grau superior, dotada de generalidade e que enquadra a normatização inferior.³⁹⁴ Nesse sentido, uma reflexão pode ser levantada nesse ponto: a discricionariedade administrativa que a CAPES detém para a avaliação dos periódicos possui balizas de cunho normativo.

Mas critérios de ordem técnica poderiam também ser uma barreira na avaliação do Qualis Periódicos? O que se trata de uma discricionariedade pura ou uma “discricionariedade técnica”? Nesse sentido, há na ciência do Direito a discussão sobre a definição de “discricionariedade técnica”, como uma espécie da discricionariedade “pura”. O conceito de “discricionariedade técnica” poderia ser conceituado, resumidamente, como a atribuição ao Poder Público o poder de fixar juízos de ordem técnica, empregando noções e métodos específicos que as áreas do conhecimento científico adotam no seu paradigma.

Num posicionamento contrário, Sérgio Guerra conceitua que a discricionariedade técnica visaria apenas uma limitação jurisdicional do controle do exercício da atividade administrativa, evitando que as escolhas técnicas da Administração direta ou indireta não fossem substituídas pelas opções técnicas realizadas pelo juízo. O autor, portanto, não identifica a discricionariedade técnica no ordenamento jurídico pátrio, mas sim uma discricionariedade administrativa pura, pois, para a integração de uma norma e diante de técnicas disponíveis, caso o agente identificar vários meios igualmente racionais, ele deverá escolher, no seu juízo, a mais oportuna e conveniente.³⁹⁵

Outrossim, empregar o termo discricionariedade técnica faria supor que os juízos técnicos do Poder Público são “insindicáveis pelo Poder Judiciário por serem discricionários”, ou que existe uma espécie de discricionariedade que não se submeteria

³⁹⁴ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 119-121.

³⁹⁵ GUERRA, Sérgio. Discricionariedade técnica e agências reguladoras. **Marco Regulatório**, Porto Alegre, n. 8, p. 61-71, mar. 2015. p. 70-71

ao regime da discricionariedade administrativa ou que as atividades administrativas baseadas em fatores técnicos seriam vinculadas.³⁹⁶

O melhor entendimento parece aquele preconizado por Cássio Cavalli, que atribui à discricionariedade técnica o sentido de critério de auxílio da administração pública na valoração do juízo de oportunidade e conveniência, relegando alguma margem de liberdade discricionária pura. Essa hipótese ocorrerá quando a ciência ou a técnica não puder oferecer critérios claros de escolha da melhor opção, havendo uma deficiência cognitiva que dificultará a tomada de decisão de um ato administrativo amparado na técnica.³⁹⁷

Em melhor explicação, o termo mais correto seria “apreciação técnica” para o exercício do poder dicionário “puro”. Tal apreciação ocorre nos casos que houver o recurso da Administração Pública a sistemas especializados do conhecimento para que haja a formulação de juízos com base nos postulados técnicos e científicos próprios. Tomando como base o entendimento científico ou técnico, elas se tornam o instrumento ou pressuposto para a formulação de escolhas discricionárias.³⁹⁸

Entende-se, portanto, que a avaliação dos veículos de comunicação científica firma-se no que é chamado de “discricionariedade dotada de apreciação técnica”. Em outras palavras, apesar de as decisões de cunho avaliativo da CAPES serem discricionárias, elas devem ter por base pressupostos científicos, especialmente àqueles oriundos da área da bibliometria para a formulação dos conceitos e critérios dos estratos das revistas científicas.

Quanto a sua revogabilidade, seja para discricionariedade com análise técnica quando a discricionariedade “pura”, ela não se constitui como um poder autônomo. Porquanto, ela decorre de uma atuação com liberdade moldada pela lei e por outras espécies de regras e princípios do ordenamento jurídico, devendo assim respeitar os limites da lei em que se fundamenta.³⁹⁹ Ademais, como proclamado na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, a revogação de um ato administrativo deve respeitar os direitos adquiridos.

³⁹⁶ PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Discricionariedade e apreciações técnicas da administração. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 231, p. 217-267, jan./mar. 2003. p. 261.

³⁹⁷ CAVALLI, Cássio. O controle da discricionariedade administrativa e a discricionariedade técnica. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 251, p. 61-76, 2009. p. 75

³⁹⁸ PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Discricionariedade... *Op. cit.*, p. 262.

³⁹⁹ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 121.

Em resumo, a avaliação feita pelo modelo Qualis Periódicos é caracterizada pela discricionariedade fundamentada por critérios técnicos pelas Coordenadorias de cada área de concentração e por conhecimento em bibliometria. Desse modo, a CAPES possui certa liberdade em estabelecer os critérios e procedimento para a avaliação das revistas científicas, contanto que haja motivação e transparência. Isso porque, caso o agente público não permita o exame dos fundamentos de fato ou de direito que mobilizaram sua decisão, “haverá, no mínimo, a fundada suspeita de má utilização do poder discricionário e de desvio de finalidade”.⁴⁰⁰

Se em um momento posterior haja por qualquer razão a modificação do procedimento e critérios, a revogação não deve afetar o que se considera como “direito adquirido”. Haveria, assim, um novo processo e uma nova decisão, mantendo a validade das avaliações anteriores.

Nesse sentido, uma possível solução que pode pacificar tanto a irretroatividade decisória quanto um possível engessamento da política avaliativa da CAPES seria a adoção de uma avaliação que tivesse os efeitos temporais limitados. Melhor dizendo, supondo que um pesquisador publique um artigo num periódico científico que fosse avaliado no ano de 2015 no estrato B1 e, no ano seguinte, a revista tivesse sua classificação revisada para B3, o que contaria para todos os efeitos legais, avaliativos e institucionais seria o estrato do ano da publicação do artigo, ou seja B1.

Como consequência, parte da insegurança jurídica poderia ser sanada, pois o autor contaria com a certeza que a classificação do periódico científico, por deter o aspecto temporal, não acarretaria na mudança de pontuação da produtividade. Independentemente da nota posteriormente atribuída, ou ainda, se a revista deixasse de existir, a sua produção se manteria no estrato da época da publicação.

Ademais, não imperaria o desrespeito a direitos adquiridos, cumprindo firmemente o que foi preconizado na Lei de Processo Administrativo,⁴⁰¹ isso porque uma nova atribuição de nota partiria do pressuposto de um novo julgamento por parte da fundação pública.

⁴⁰⁰ CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 54.

⁴⁰¹ Tomando como pressuposto que “processo é o conjunto de atos coordenados para a obtenção de um provimento individualizado, seja ele sentença ou ato administrativo”. In: NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 239.

Outra problemática é quanto a variação de procedimentos entre as áreas de conhecimento. Tal dificuldade é encontrada na disparidade de procedimentos e critérios avaliativos e envolve o debate científico quanto o que seria de qualidade em cada área. Nas Ciências Humanas e Sociais havia, até pouco tempo, um reduzido número de revistas científicas indexadas em bases bibliométricas, o que, portanto, não havia nenhum critério ou medida de impacto disponível, sem considerar que por vezes as ciências utilizam outros meios de produção intelectual em detrimento do periódico científico.⁴⁰² Apesar de haver uma pressão de mercado e da própria CAPES pelo uso crescente de fatores de impacto, a padronização para adoção de fatores de impacto é incorreta.

Amparando-se em um exemplo, analisando a área de Educação, “se para outras áreas o fortalecer do fator de impacto dos periódicos é um critério de estratificação, para área de Educação, não só no Brasil, não representam um bom indicador de avaliação”.⁴⁰³

Como a ex-Diretora de Avaliação denotou, há reclamações por parte dos coordenadores de programas que alguma “área não é rigorosa na atribuição de suas notas porque os pontos de corte que utiliza para construir os estratos do Qualis são inferiores àqueles usados por áreas consideradas como referência”. Ou ainda, em Ciências Sociais e Humanas, “que é inaceitável ter classificados nos estratos superiores periódicos publicados exclusivamente em português, portanto, com circulação internacional limitada”.⁴⁰⁴

A solução trazida pela autora seria a adoção de percentis preestabelecidos para cada um dos estratos. “Por exemplo, se todas as áreas adotassem como ponto de corte para estrato A1 o percentil 95 da distribuição de um determinado indicador ou conjunto de indicadores de impacto, seria imediatamente comparável a produção qualificada nesse estrato para as diferentes áreas do conhecimento, visto que os periódicos ali classificados corresponderiam aos 5% superiores”.⁴⁰⁵

Dessa maneira, em qualquer área de concentração, um periódico avaliado no estrato B2 por exemplo, seria imediatamente comparável e assim, a produção dos

⁴⁰² BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 33.

⁴⁰³ SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o qualis periódicos. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009. p. 263.

⁴⁰⁴ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que... *Op. cit.*, p. 32.

⁴⁰⁵ *Idem*, p. 33-34.

programas de pós-graduação poderia ser avaliada com base na proporção de artigos em cada estrato, pois teriam “o mesmo sentido”.⁴⁰⁶

Discorda-se da autora. A utilização de critérios voltados à mensuração e comparação de fatores de impacto é um fato que, como já advertiu Maurício da Rocha e Silva especificadamente sobre o ISI, é algo não recomendado pelos próprios administradores dos indexadores. Em outras palavras, é defeso a comparação entre os diferentes “*subject categories*”.⁴⁰⁷

Outrossim, as críticas quanto ao uso de avaliação das bases de dados internacionais são extensas devido à pouca representatividade das revistas científicas brasileiras. Mesmo que se tenha aumentado o número de periódicos indexados e assim noticiando o número de artigos publicados, o que de fato aumentou foi o número de periódicos indexados, não havendo um aumento real.⁴⁰⁸ Sem considerar que a utilização dos indicadores denota algumas problemáticas implícitas, isso porque elas não informam sobre o impacto de cada artigo isoladamente. Além disso, revistas científicas menos especializadas ou aquelas que englobam áreas mais consolidadas possuem a tendência de ter maior índice de impacto porque se destinam a um público alvo mais amplo e não pela sua qualidade.⁴⁰⁹

Outro ponto, relativo às Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, é o fato de se ter uma priorização nacional e internacional dos livros. Essa importância se dá em função das características próprias dessas áreas, como o caráter mais argumentativo dos textos, implicando em artigos mais longos; circulação inicial mais lenta associada diretamente a uma maior permanência dos textos; impacto do conhecimento fora do campo acadêmico que possibilita um mercado editorial mais amplo; domínio das bases de dados pela literatura em inglês, o que reflete nas áreas por serem mais dependentes do contexto local; falta de contabilidade das citações de livros pelos índices de impacto.⁴¹⁰

Por fim, delegar para empresas privadas a aferição da qualidade dos periódicos, por estabelecerem o índice de impacto é delegar, de fato, a atividade

⁴⁰⁶ BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abr. 2016, p. 34.

⁴⁰⁷ SILVA, Mauricio da Rocha e. O Novo Qualis... *Op. cit.*, p. 723.

⁴⁰⁸ FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGamaZero**, v. 11, n. 3, p. 1-13, 2010. p. 10.

⁴⁰⁹ SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa... *Op. cit.*, p. 269.

⁴¹⁰ *Idem.*

administrativa avaliadora que a CAPES obrigatoriamente exerce. Além de impedir a comparabilidade das áreas, algo premente num contexto onde está se emergindo questionamentos sobre as barreiras disciplinares das ciências, as coordenadorias acabam por desconsiderar valores relacionados com a editoração da revista.

Como largamente discutido em capítulo anterior, a indexação de base de dados e fatores de impacto são conceitos distintos. Considera-se que a indexação em base de dados é algo voltado a práticas editorais, dentro da dimensão que Piotr Trzesniak como finalidade do produto.⁴¹¹ O fator de impacto, por outro lado, possui o aspecto de avaliação do pesquisador.

Uma possível solução geral poderia ser aqui proposta: o modelo estatal de avaliação de revistas científicas poderia ser um instrumento de potencialização da divulgação da pesquisa científica universitária e centralizador da pesquisa científica. O Qualis poderia ser um indutor da padronização da pesquisa científica, oportunizando o diálogo inter ou multidisciplinar entre as áreas de concentração e entre as diversas instituições educacionais e não educacionais.⁴¹²

Portanto, caberia ao CTC-ES estabelecer normativamente o procedimento avaliativo que deve ser seguido pelas comissões de áreas do CAPES e assentar critérios voltados apenas às boas políticas editorais para aferição da qualidade das áreas. Isso porque é perigoso deixar as áreas dependentes de empresas privadas, que administram os índices de impacto, a tarefa de classificar os periódicos e daí estabelecer o piso e teto de cada estrato. Critérios como exogenia, composição do conselho editorial e conselho de pareceristas, indexação em bases de dados, periodicidade, idioma e número de artigos por edição são valores que possibilitam a comparabilidade e a uniformização dos procedimentos e critérios da avaliação Qualis.

4.2. A indispensável mudança na divisão das áreas de conhecimento

O tópico procura sintetizar considerações sobre a atual estrutura que a CAPES estabeleceu para as divisões de áreas. O sistema de avaliação da pós-graduação brasileira

⁴¹¹ TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade... *Op. cit.*, p. 349-351.

⁴¹² Solução trazida por Guilherme Hamada, o qual se compartilha do entendimento. In: HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação...** *Op. cit.*, p. 143.

estrutura suas avaliações com base na disciplinaridade, apoiado em um modelo de construção de conhecimento das ciências exatas e naturais.⁴¹³

Por vezes, estabeleceu a reunião em uma única área setores do conhecimento que podem possuir muita, pouca ou nenhuma afinidade entre si, em outros momentos, a entidade divide em diferentes áreas ciências que teoricamente deveriam estar agregadas em uma única área.

Aparentemente, a primeira situação pode ser observada nas áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Ciência Política e Relações Internacionais; Antropologia/Arqueologia; Astronomia/Física; Ensino; Saúde Coletiva; Zootecnia/Recursos Pesqueiros. Já a segunda situação é visível nos seguintes casos: Ciências Biológicas I, II e III; Medicina I, II e III; e Engenharias I, II, III e IV.

Sobre Ensino, em especial, os pesquisadores são advindos de suas áreas de formação, mas se ocupam não com a educação em geral, especializando-se na expertise do estudo de ensino e não de temas gerais.⁴¹⁴ A área adveio de uma ruptura com a área de Educação, já que “esta toma *corpus* próprio, originado de discussões da comunidade de pesquisadores procedentes das áreas de didática e metodologia de ensino das Ciências Exatas e Naturais”.⁴¹⁵ Posteriormente, a área transformou-se na atual área de Ensino, onde agrega todas as áreas que tratam de didática de toda e qualquer ciência.⁴¹⁶

Em Biologia, dividida em três coordenações, a área de Ciências Biológicas I está composta por programas de pós-graduação que atuam na área de Genética, Biologia Geral, Biologia Molecular, Biologia Celular, Biologia do Desenvolvimento, Bioinformática e Biologia de Sistemas.⁴¹⁷ Já Ciências Biológicas II reúne os campos da

⁴¹³ OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de Pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 8, n. 15, p. 37-57, mar. 2011. p. 53.

⁴¹⁴ RAMOS, Clériston Ribeiro; SILVA, João Alberto da. A emergência da área de ensino de ciências e matemática da CAPES enquanto comunidade científica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 19, n. 2, p. 363-380, 2014. p. 366.

⁴¹⁵ RAMOS, Clériston Ribeiro; SILVA, João Alberto da. A emergência... *Op. cit.*, p. 366.

⁴¹⁶ *Ibidem*. p. 378.

⁴¹⁷ CAPES. **Documento de área 2016: Ciências Biológicas I**. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

Biofísica, Bioquímica, Farmacologia e Fisiologia.⁴¹⁸ Na terceira área, em Ciências Biológicas III, agrupa as áreas Microbiologia, Imunologia e Parasitologia.⁴¹⁹

A área de Medicina I é caracterizada por programas de pós-graduação interdisciplinares.⁴²⁰ A área de Medicina II abrange as seguintes especialidades médicas: Doenças Infecciosas e Parasitárias/Infecologia, Patologia, Pediatria/Saúde da Criança e do Adolescente, Neurologia/Neurociências, Psiquiatria/Saúde Mental, Radiologia e Diagnóstico por Imagens, Hematologia, Reumatologia e Alergologia.⁴²¹ A área de Medicina III compõe todas as áreas do conhecimento médico-cirúrgicas.⁴²²

Finalmente, em razão dos diversos setores do conhecimento que compõem a área de Engenharias, dividiu-se em quatro áreas autônomas: Engenharias I é formada pelos programas de pós-graduação em Engenharia Civil, Construção Civil, Estruturas, Geotécnica, Recursos Hídricos, Sanitária, Ambiental, Transportes e Urbana;⁴²³ Engenharias II é composta pelas subáreas da Engenharia Química, Nuclear, Materiais, Metalúrgica e de Minas;⁴²⁴ Engenharias III é constituída pelas Engenharias Aeroespacial, Naval e Oceânica, Produção e Mecânica;⁴²⁵ Por fim, a área de Engenharias IV engloba os cursos de Engenharia Elétrica, Eletrônica e Automação, Informação, Computação, Teleinformática, Eletrônica, Microeletrônica, Telecomunicações, Biomédica, Bioengenharia e Neuroengenharia.⁴²⁶

É admissível defender que as grandes ciências da Biologia, Medicina e Engenharia invariavelmente se amadureceram num ponto em que as matérias consideradas outrora como ligadas, atualmente possuem paradigmas e métodos próprios. No entanto, mesmo com a ramificação das ciências, a sua ligação disciplinar ainda é muito forte.

No entanto, o questionamento aqui se assenta na divisão numérica e agrupamento dos ramos científicos em diferentes áreas de concentração. O modelo em vigor é considerado ideal ante as especificidades de cada ciência? É natural que, quando

⁴¹⁸ CAPES. **Documento de área 2016:** Ciências Biológicas II. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

⁴¹⁹ CAPES. **Documento de área 2016:** Ciências Biológicas III. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

⁴²⁰ CAPES. **Documento de área 2016:** Medicina I. Brasília: CAPES, 2016. p. 7.

⁴²¹ CAPES. **Documento de área 2016:** Medicina II. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

⁴²² CAPES. **Documento de área 2016:** Medicina III. Brasília: CAPES, 2016. p. 21.

⁴²³ CAPES. **Documento de área 2016:** Engenharias I. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

⁴²⁴ CAPES. **Documento de área 2016:** Engenharias II. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

⁴²⁵ CAPES. **Documento de área 2016:** Engenharias III. Brasília: CAPES, 2016. p. 4.

⁴²⁶ CAPES. **Documento de área 2016:** Engenharias IV. Brasília: CAPES, 2016. p. 2.

se analisa dois agrupamentos diferentes, os resultados sejam virtualmente divergentes, mas qual seria o limite dessa divergência sem que isso afete os pesquisadores?

Como já amplamente exposto, a produção intelectual é um dos pilares para a avaliação institucional dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores em sua individualidade. A publicação, principalmente nos estratos mais altos do Qualis, é um fator para a pontuação e meio de classificação para obtenção de recursos financeiros e aprovação em processos seletivos.

Para isso, não basta apenas a produção intelectual eficiente por parte dos docentes e discentes, mas é necessário também veículos de comunicação científica em quantidade e qualidade suficientes para que possam abarcar a demanda por divulgação científica. Assim, quando se analisa as áreas de concentração, vê-se que cada uma delas apresentam uma quantidade de periódicos bastante divergente.

Abaixo, expõe-se três quadros referentes à classificação Qualis de cada área de concentração (Biologia, Medicina e Engenharia) e suas “ramificações”:

Tabela 4 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Biologia

ÁREA	CLASSIFICAÇÃO QUALIS
Ciências Biológicas I	Internacional: 3012 Nacional: 374 C- 715; B5- 280; B4- 250; B3- 432; B2- 433; B1- 628; A2- 346; A1- 302.
Ciências Biológicas II	Internacional: 2949 Nacional: 460 C- 719; B5- 336; B4- 184; B3- 312; B2- 508; B1- 678; A2- 332; A1- 340.
Ciências Biológicas III	Internacional: 1851 Nacional: 259 C- 465; B5- 133; B4- 195; B3- 255; B2- 258; B1- 410; A2- 206; A1- 188.

Elaboração Própria. Fonte: CAPES.

Vê-se que na área de ciências Biológicas I, II e III, a quantidade de periódicos científicos nos estratos A1, A2 e B1 variam consideravelmente: em Ciências Biológicas I, os três estratos resultam em 1276 periódicos; em Ciências Biológicas II, a soma é de 1,350 revistas e; em Ciências Biológicas III, há 804 periódicos nesses estratos.

Considerando que Ciências Biológicas I possui 63 programas de pós-graduação⁴²⁷, Ciências Biológicas II reúne 69 programas de mestrado e doutorado⁴²⁸ e 36 programas compõem a área de Ciências Biológicas III⁴²⁹

Tabela 5 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Medicina

ÁREA	CLASSIFICAÇÃO QUALIS
Medicina I	Internacional: 3861 Nacional: 588 C- 852; B5- 210; B4- 301; B3- 386; B2- 1000; B1- 817; A2- 445; A1- 438.
Medicina II	Internacional: 3709 Nacional: 672 C- 409; B5- 301; B4- 682; B3- 477; B2- 639; B1- 938; A2- 512; A1- 423.
Medicina III	Internacional: 1554 Nacional: 196 C- 122; B5- 51; B4- 157; B3- 240; B2- 375; B1- 398; A2- 215; A1- 192.

Elaboração Própria. Fonte: CAPES.

Nas áreas de Medicina, os periódicos dos mais altos estratos (B1, A2 e A1) obtêm a seguinte soma em cada área de concentração: em Medicina I, há 1700 periódicos científicos; em Medicina II, com 1873 revistas e; em Medicina III, a soma dos três estratos resultou em 805 periódicos.

Observando, neste momento, a quantidade de programas de pós-graduação nas três áreas de Medicina, tem-se 96 mestrados e doutorados em Medicina I⁴³⁰, 100 programas de pós-graduação em Medicina II⁴³¹ e, finalmente, 49 programas na área de Medicina III.⁴³²

⁴²⁷ CAPES. **Relatório de avaliação:** Ciências Biológicas I. *Op. cit.*, p. 3.

⁴²⁸ CAPES. **Relatório de avaliação:** Ciências Biológicas II. *Op. cit.*, p. 1.

⁴²⁹ CAPES. **Relatório de avaliação:** Ciências Biológicas III. *Op. cit.*, p. 1.

⁴³⁰ CAPES. **Relatório de avaliação:** Medicina I. *Op. cit.*, p. 3.

⁴³¹ CAPES. **Relatório de avaliação:** Medicina II. *Op. cit.*, p. 3.

⁴³² CAPES. **Relatório de avaliação:** Medicina II. *Op. cit.*, p. 6.

Tabela 6 – Estratificação do Qualis periódicos das áreas de Engenharia

ÁREA	CLASSIFICAÇÃO QUALIS
Engenharias I	Internacional: 1378 Nacional: 678 C- 208; B5- 472; B4- 175; B3- 208; B2- 243; B1- 337; A2- 207; A1- 206.
Engenharias II	Internacional: 1902 Nacional: 418 C- 51; B5- 492; B4- 270; B3- 55; B2- 397; B1- 504; A2- 278; A1- 273.
Engenharias III	Internacional: 2489 Nacional: 817 C- 443; B5- 578; B4- 362; B3- 333; B2- 165; B1- 711; A2- 358; A1- 356.
Engenharias IV	Internacional: 1913 Nacional: 358 C- 253; B5- 426; B4- 30; B3- 195; B2- 405; B1- 528; A2- 240; A1- 194.

Elaboração Própria. Fonte: CAPES.

Por último, em Engenharias, a soma dos estratos B1, A2 e A1 nas quatro áreas resultam em: Engenharias I, 750 periódicos; Engenharias II, 1055 revistas científicas; Engenharias III, 785 revistas e; Engenharias IV, 962 periódicos científicos.

Relativamente a quantidade de programas de pós-graduação nas áreas de concentração em Engenharias, a área de Engenharias I obteve a soma de 115 programas⁴³³, Engenharias II detém 93 mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais⁴³⁴, Engenharias III, oitava maior área da CAPES e a maior em Engenharias, possui 128 programas⁴³⁵ e, Engenharias IV, conta com 87 PPG's em sua composição.⁴³⁶

Dessa exposição de dados, algumas conclusões gerais podem ser tomadas: há muita oferta de veículos altamente qualificados para comunicação científica em áreas consolidadas e uma oferta deficiente em áreas menos desenvolvidas. Mesmo que as áreas de concentração obedeçam ao teto proporcional máximo de periódicos nos altos estratos, a oferta de periódicos em números consolidados possui valores variados.

Entende-se que o desenvolvimento de um periódico científico depende de fatores como o estágio de desenvolvimento da área de conhecimento; de uma comunidade científica comprometida com a atividade de pesquisa e um fluxo de artigos destinados à

⁴³³ CAPES. **Relatório de avaliação:** Engenharias I. *Op. cit.*, p. 5.

⁴³⁴ CAPES. **Relatório de avaliação:** Engenharias II. *Op. cit.*, p. 2.

⁴³⁵ CAPES. **Documento de área:** Engenharias III. *Op. cit.*, p. 2.

⁴³⁶ CAPES. **Documento de área:** Engenharias IV. *Op. cit.*, p. 2.

publicação; da existência de um mercado representado pela comunidade de usuários que o legitimem e de infraestrutura de distribuição, recuperação e acesso às informações.⁴³⁷

Além disso, é admitido que as ciências que constituem cada uma das divisões nas áreas de Ciências Biológicas, Medicina e Engenharias sejam setores amplamente consolidados pela comunidade científica. Assim como, nas palavras de Suzana Pinheiro Machado Mueller, é certo que a comunidade científica não é apenas uma organização social complexa, dotada de princípios e crenças, mas é também uma rede onde há vários interesses de segmentos da própria academia e de fora que estão em disputa.⁴³⁸ Em outras palavras, a divisão pode corresponder às melhores intenções da comunidade científica. No entanto, a divisão pode ter o efeito perverso de dificultar a produção científica do pesquisador.

Primeiro, o fracionamento temático diminui a quantidade de revistas que são consideradas no Qualis da área. Considerando as ciências de Medicina, Biologia e Engenharias como uma única área, a possibilidade de publicação em veículos para publicação se expandiria, o que auxiliaria os programas no quesito produção intelectual. Isso porque há a possibilidade de uma determinada revista constar na lista Qualis periódicos em Ciências Biológicas I e não estar presente em Ciência Biológicas II por exemplo.

Dessa maneira, se um periódico, mesmo com elevado fator de impacto, não constar no Qualis da área, a contribuição científica e intelectual para o programa o qual o pesquisador esteja vinculado será nenhum.⁴³⁹

Segundo, diferentes avaliações tendem a aparecer nos periódicos: é possível que haja uma revista classificada com Qualis A1 em Engenharias I e Qualis B5 em Engenharias IV. Por exemplo, a Revista Eletrônica de Engenharia Civil possui Qualis B5 nas Engenharias I e II e Qualis C em Engenharias III, sem estrato em Engenharias IV, ou, no caso do periódico *Engineering Computations*, que está estratificada em B1 em

⁴³⁷ MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996. p. 376.

⁴³⁸ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.35, n.2, p.27-38, maio/ago. 2006. p. 36.

⁴³⁹ LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo qualis da área Engenharias III. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 7, n. 12, p.14-33, jul. 2010. p. 24.

Engenharias I e III e B2 em Engenharias II.⁴⁴⁰ Esse problema também é relatado por Marcos Pereira Lins e Leonardo Pessôa, denotando que “isso pode acarretar dois tipos de problemas: a classificação em diferentes estratos feita por cada área e a predominância nos estratos mais elevados dos periódicos de áreas com fatores de impacto mais elevado”.⁴⁴¹

Terceiro, a interdisciplinaridade acaba por ser afetada, por influenciar a comunidade científica a publicar em periódicos já classificados no modelo avaliativo na área de concentração que seu programa de pós-graduação está vinculado. Ao estabelecer áreas de conhecimento distintas na avaliação da qualidade da pesquisa científica, a comparação, algo natural a idiosincrasia humana, causa a hierarquização das áreas de conhecimento, mesmo que traga benefícios para a promoção do desenvolvimento dos veículos de comunicação, orientação dos investimentos e indução do foco de pesquisa e das revistas.⁴⁴²

Quarto, quanto mais áreas são delegadas para estabelecerem critérios para o periódico científico, mais complexas serão as regras editoriais que deverão ser consideradas pelos Editores-chefes na administração da revista. Analisando a metodologia avaliativa das áreas correlatas, tem-se: em Ciências Biológicas, a primeira e segunda áreas consideram o cálculo da mediana do fator de impacto dos periódicos para traçar os estratos, a terceira área, ao contrário, estabelece um sistema de pontuação de acordo com o fator de impacto, indexação, corpo editorial e publicação em língua estrangeira.

Em Engenharias, as quatro áreas estabelecem no geral o fator de impacto da JCR para a estratificação, apesar dos valores do piso serem diferentes. Contudo, nos estratos mais baixos (B4, B5 e C), a divergência entre os critérios se aprofundam. Por exemplo, um periódico B3 em Engenharias IV deve ser destinado a periódicos de outras áreas sem fato de impacto JCR mas que possua SJR. Em Engenharias III, ao contrário, deve estarem indexados no Scopus apesar de não integrar a *Web of Science*.

Em Medicina, percebe-se que há uma certa padronização nos critérios de avaliação das três áreas. Com valores estritamente voltados a análise de impacto, as

⁴⁴⁰ Segundo a classificação Qualis do Quadriênio 2013-2016.

⁴⁴¹ LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações... *Op. cit.*, p. 24.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 16.

poucas divergências entre Medicina I, II e III ainda assim merecem considerações: a primeira divergência é a óbvia diferença na determinação do piso e do teto do valor do fator de impacto para a estratificação; o segundo ponto se assentam nos critérios dos estratos B4 e B5: para B4, Medicina I abriga as revistas com FI JCR menor que 0,5 ou indexação na ISI, Scimago e Scopus sem fator de impacto, Medicina II avaliou os periódicos que tivessem FI JCR menor que 0,299 e maior que zero ou indexação na Scopus, *Web of Science*, PubMed ou SciELO e Medicina III obriga apenas a indexação na PubMed. Para B5, Medicina I estabelece a indexação na Medline e SciELO, Medicina II determina a indexação em LILACS e LATINDEX e Medicina III obriga a indexação na SciELO e LILACS.

Nesse ponto, é válida a questão trazida por Oswaldo Yamamoto: é verdadeira a afirmativa que as revistas melhor qualificadas atingiram padrão de excelência?⁴⁴³

Uma solução viável para tais áreas é a sugerida por Marcos Pereira Lins e Leonardo Pessôa: estabelecer a classificação dos periódicos em uma única área considerada “madrinha” ou em grandes áreas. Essa metodologia proporcionaria a redução do universo de revistas científicas a serem classificadas por cada área o que facilitaria a avaliação e evitaria a atribuição de diferentes estratos para uma mesma revista por áreas distintas.⁴⁴⁴

Outra situação curiosa quanto à nomenclatura dada às áreas é em relação à área de Ciências Agrárias I. Analisando as 49 áreas, percebe-se que não existe qualquer outra categoria relacionada à área, como uma suposta área de “Ciências Agrárias II”, fato que faz se questionar o porquê de a área ter o numeral romano “I” em seu nome.

Por fim, a área Interdisciplinar merece uma análise a parte, visto que, como o próprio nome já explicita, é uma área que de estudo que a abarca a discussão de outras ciências. Surgiu com a emancipação de movimentos de programas e cursos interdisciplinares questionando as formas tradicionais de produção científica.⁴⁴⁵ É conhecido que alguns programas de pós-graduação são interdisciplinares, com docentes,

⁴⁴³ YAMAMOTO, Oswaldo H. Vale a pena avaliar periódicos científicos? **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 6, n. 2, p. 129-131, 2001. p. 129.

⁴⁴⁴ LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações... *Op. cit.*, p. 32.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de Pós-graduação interdisciplinares... *Op. cit.*, p. 47.

discentes e matérias de diferentes áreas, como ocorre no mestrado em Direitos Humanos da PUCPR e o mestrado e doutorado em Desenvolvimento Local da UCDB.

A ideia por trás da interdisciplinaridade é a proposta de diluição das especificidades de cada área de conhecimento, que podem impor modelos e regras, desmotivando, conseqüentemente, a interrelação entre as disciplinas na busca de estratégias de ação desconhecidas.⁴⁴⁶ A eclosão de programas de pós-graduação interdisciplinares é uma resposta à complexidade das questões que levam os pesquisadores a defenderem que não podem mais ser estudadas apenas na ideia disciplinar, devendo a inter-relação de áreas e de seus conhecimentos ser aplicadas para a obtenção de respostas mais efetivas e duradouras.⁴⁴⁷

Ademais, muitas das áreas de conhecimento autônomas da CAPES advieram do desmembramento da área Interdisciplinar, tais como Materiais, Biotecnologia, Ciências Ambientais, Nutrição e Ensino.⁴⁴⁸ No momento, a área possui quatro das denominadas “câmaras temáticas”, sendo elas: Desenvolvimento e Políticas Públicas; Saúde e Biológicas; Engenharia, Tecnologia e Gestão e; Social e Humanidades.⁴⁴⁹

A área Interdisciplinar pertence à grande área Multidisciplinar, composta também pelas áreas de Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino e Materiais.⁴⁵⁰ Para Reinaldo Guimarães, essa foi uma solução trazida para contornar o problema gerado pela demanda de programas heterodoxos, solução que o autor acusa ser insuficiente. A solução “resulta, em muitos casos, em tratar as propostas de grande futuro como se fossem ‘desviantes’ da taxonomia canônica”.⁴⁵¹

É necessário realizar uma pequena diferenciação entre a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade: num estudo multidisciplinar, há uma agregação coordenada de diferentes áreas de concentração em torno de alguns temas, em que cada área preserva sua independência e metodologia, sendo dispensável a cooperação disciplinar; já no estudo interdisciplinar há um maior envolvimento dos participantes, com a convergência

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 48.

⁴⁴⁷ PHILIPPI JR., Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo; FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 10, n. 21, p. 509-533, out. 2013. p. 521.

⁴⁴⁸ CAPES. **Documento de área 2016: Interdisciplinar**. Brasília: CAPES, 2016. p. 3.

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 5.

⁴⁵⁰ CAPES. **Sobre as áreas de avaliação**. Disponível em: <www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 06 ago. 2018.

⁴⁵¹ GUIMARÃES, Reinaldo. O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 4, n. 8, p. 282-292, dez. 2007. p. 289.

de numerosas áreas, com transferência de métodos, com o objetivo de contribuir no avanço das fronteiras da ciência.⁴⁵²

Como a coordenação da própria área afirma, na área Interdisciplinar há as instituições com alta densidade de grupos de pesquisa como instituições mais jovens. Ademais, ela serve de abrigo para propostas de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* mais jovens ou distantes dos grandes centros, com estruturas de mestrado e doutorado em fase de formação e consolidação. Dentre os programas, há os que enfocam em Agronegócio, Segurança Pública, Políticas Públicas, Educação e Ensino, Desenvolvimento Regional, Direitos Humanos, Envelhecimento Humano, Inovação e aplicações da Computação, Ciências Sociais e Saúde.⁴⁵³

O Qualis periódicos da área Interdisciplinar representa cerca de 1/3 das revistas hoje constadas na base de dados do Qualis Periódicos, com 10.051 periódicos relatados pelos programas de pós-graduação da área.⁴⁵⁴

Entretanto, a área Interdisciplinar, assim como todas as outras áreas de concentração da CAPES, estão submetidas ao Sistema Nacional de Avaliação, que possui como base uma avaliação em um modelo disciplinar. Mesmo que a ideia do Sistema é considerar como critérios as diferentes dimensões dos programas de pós-graduação, tais como a inserção social e a proposta do programa, há um movimento no sentido de privilegiar quantitativamente quanto à produção intelectual dos docentes e discentes e a quantidade de mestrandos e doutorandos titulados. Tais critérios estimulam a homogeneização e padronização.⁴⁵⁵

Como denota Marlize Rubin Oliveira e Jalcione Almeida, “o modelo centrado principalmente em parâmetros e indicadores quantitativos, em que avaliação e financiamento têm vinculação direta, são reveladores de um modo de fazer e pensar a ciência e o conhecimento que, na maioria das vezes, é contraditório às propostas que buscam ultrapassar fronteiras impostas pelas formas disciplinares”.⁴⁵⁶

⁴⁵² PHILIPPI JR., Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo; FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento sustentável... *Op. cit.*, p. 527.

⁴⁵³ CAPES. **Relatório de Avaliação 2017**: Interdisciplinar. Brasília: CAPES, 2017. p. 2-3.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 12.

⁴⁵⁵ OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de Pós-graduação interdisciplinares... *Op. cit.*, p. 52.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 53.

A estratificação do Qualis periódicos Interdisciplinar considera indicadores quantitativos (índice de impacto JCR na última classificação disponível e nos últimos cinco anos; índice de impacto SJR; número de programas que publicaram no periódico, devendo estar indexado na SciELO; comparação dos índices bibliométricos de periódicos dentro de uma mesma área de conhecimento) e qualitativos (indexação nas principais bases ferais e específicas; edição por sociedades científicas; escopo do periódico; composição editorial e avaliadores; territorialidade). Quando necessário para a avaliação, os estratos atribuídos por outras áreas de avaliação foram consultados.⁴⁵⁷

Insta observar que, na base Scopus, a divisão das áreas é mais complexa. Comparativamente com a divisão da CAPES, há 4 colégios “*sciences*” (Ciências da Vida; Ciências Sociais, Ciências da Saúde, Ciências Físicas), 27 grandes áreas “*major subject areas*” e mais de 300 áreas “*minor subject areas*”.⁴⁵⁸ A área de Medicina, por exemplo, possui mais de 40 áreas relacionadas à ciência.

Além da disciplinaridade evidente na avaliação dos programas de pós-graduação e periódicos científicos da área Interdisciplinar, a área dificulta ainda mais o pesquisador interdisciplinar. Isso porque a área não especificou a metodologia para estratificar os títulos. Não se sabe ao certo, ao menos analisando os documentos públicos na CAPES, quais são os valores dos indicadores para classificar. O que se tem conhecimento, ao menos, é quanto os estratos B5 e C, onde, no primeiro, são classificados nessa posição as revistas com características locais e, no segundo, os periódicos que não apresentam indicadores.⁴⁵⁹

Em resumo, dois fatores necessitam de alteração ante as especificidades da interdisciplinaridade: definir critérios que se afastem da conjuntura geral avaliativa das outras áreas, visto que a proposta de superação de barreiras disciplinares é inerente a necessidade de se introduzir novos métodos científicos e conseqüentemente novos métodos de mensuração de qualidade e; afastar-se da comparabilidade de estratificação das outras áreas e estabelecer critérios transparentes para a avaliação.

⁴⁵⁷ CAPES. **Relatório de Avaliação 2017:** Interdisciplinar. *Op. cit.*, p. 12.

⁴⁵⁸ ELSEVIER. **Scopus:** content coverage guide. New York: Elsevier, 2017. p. 21

⁴⁵⁹ CAPES. **Relatório de Avaliação 2017:** Interdisciplinar. *Op. cit.*, p. 12.

PARTE 3 ANÁLISE DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS AVALIADOS PELO QUALIS

Capítulo 5. Levantamento do Qualis periódicos: análise dos resultados obtidos

5.1. A metodologia adotada para coleta e seleção

A utilização de um processo metodológico claro com a escolha de critérios corretos é o meio ideal para que torne a pesquisa neutra, objetiva e eficiente no que diz respeito ao seu contributo para a comunidade acadêmica. É por meio de um caminho firmemente traçado que o mapeamento a seguir apresentado pretende dotar de maior confiabilidade os resultados obtidos, bem como um convite aos leitores para que possam estudar a origem dos resultados apresentados e refutá-los. Afinal, “a definição da metodologia requer dedicação e cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudo”.⁴⁶⁰

Dessa maneira, necessitou-se da busca de fontes primárias, referindo-se à pesquisa documental, que no entendimento de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos implica numa pesquisa em que a fonte de coleta é restrita a documentos, escritos ou não, que são conhecidos por fontes primárias.⁴⁶¹ De fato, a análise documental pode, por vez, ser a única fonte de dados, na circunstância de os sujeitos da situação não puderem ser encontrados. Ademais, a análise pode ser também combinada com outras técnicas de pesquisa, o que frequentemente ocorre, podendo ser usada como técnica exploratória, que indica os aspectos a serem focalizados por outras técnicas, bem como para checar ou complementar os dados obtidos por outros métodos.⁴⁶²

Portanto, a pesquisa documental se fez necessária e foi realizada por meio dos dados oferecidos especialmente pela base de dados da CAPES, no que se atribui aos

⁴⁶⁰ DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 31-60. p. 46.

⁴⁶¹ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 174.

⁴⁶² ALVEZ-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira: 2001. p. 169.

critérios de avaliação de cada uma das 49 áreas de avaliação de periódicos Qualis e outros documentos relacionados.

Foi necessário também uma abordagem quali-quantitativa, por meio do mapeamento das revistas científicas brasileiras, a fim de extrair dados estatísticos quanto à classificação, local e área relacionada dos periódicos dos programas de pós-graduação, tendo como fonte básica os dados existentes na Plataforma Sucupira. No entendimento de Fabiano Maury Raupp e Ilse Maria Beuren, uma abordagem qualitativa se concebe em análises mais profundas ao fenômeno que está sendo estudado, visando destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, devido a superficialidade deste último. No que se refere à pesquisa quantitativa, os autores entendem que ela se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados, não sendo tão profundo quanto a pesquisa qualitativa. Portanto, justifica-se a abordagem dupla.⁴⁶³

A execução do objetivo de coleta de dados iniciou-se em meados do mês de setembro de 2017 e foi finalizada em dezembro do mesmo ano. Por sua vez, a verificação e análise das informações coletadas foram feitas no mês de janeiro de 2018. A coleta de dados foi realizada seguindo-se os passos subsequentes: acesso ao sítio da Plataforma Sucupira, mais especificamente ao programa WebQualis; seleção da classificação de periódicos do Quadriênio 2013-2016; descarregamento, por área de avaliação, de todas as classificações.

Em todas as listas apresentadas, a sua leitura pelo computador era feita por um editor de texto simples, sendo necessário operá-los a partir de um editor de planilhas. Outra dificuldade encontrada, como já relatada em capítulo anterior, diz respeito aos dados extraídos nas listas baixadas. Os dados obtidos foram apenas três: Título do periódico, ISSN e classificação Qualis obtida.

Entretanto, constatou-se que as listas descarregadas obtinham informações incompletas, erros de digitação e valores conflitantes. Ademais, denotou-se que em todas as áreas do conhecimento havia a repetição de periódicos científicos. Por vezes, essa recorrência era em razão de uma mesma revista deter mais de um ISSN, ou, mesmo apresentando o mesmo identificador, o título não era o mesmo. Porém, em outros

⁴⁶³ RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 76-97. p. 92.

momentos, os periódicos detinham informações idênticas e, mesmo assim, constava a repetição da lista.

Da mesma maneira, havia erros grotescos de digitação, tais como: erros simples de português, nome de artigo constando como título de periódico, conjunto de números sendo considerado como designação da revista científica e títulos incompletos. Em certas ocasiões, com maior raridade, um mesmo título com o mesmo ISSN detinha estratificações diferentes numa mesma área de avaliação.

Por fim, um fator de altíssima relevância para a análise global dos periódicos que, contudo, não consta na base de dados, é a origem da revista científica. Devido a inexistência desse valor, o levantamento de dados exigiu o acréscimo, de maneira manual, da proveniência dos títulos avaliados. Utilizou-se, para tanto, apenas dois elementos para a distinção: periódicos nacionais e periódicos internacionais.

Após realizadas as correções basilares, a análise quantitativa dos periódicos em cada área de concentração objetivou recolher as seguintes informações: número total de periódicos antes e após as correções; quantidade de revistas científicas nacionais e internacionais e número de periódicos constados em cada um dos oito estratos do Qualis Periódicos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C).

Com as planilhas de dados corrigidas e complementadas, foi possível obter, além das informações básicas, valores como o grau de internacionalização de um estrato específico, ou ainda, analisar quantitativamente a classificação obtida no Qualis de acordo com os colégios e grandes áreas, bem como comparar entre os agrupamentos das áreas de conhecimento.

5.2. A análise global dos periódicos mapeados

A primeira tabela expõe os valores globais obtidos pelo mapeamento realizado. Insta salientar que todos os valores expostos neste capítulo consideraram cada classificação obtida pela revista nas diferentes áreas de concentração da CAPES. Ou seja, caso um periódico obtenha a estratificação do Qualis periódicos em 6 diferentes áreas, contar-se-á seis diferentes revistas científicas. A opção por considerar a contagem por estrato e não por título busca evitar alterações sobre a quantidade de revistas em cada estrato.

Tabela 7 - Avaliação global de periódicos. (Qualis em número total e proporcional)

	Periódicos
A1	9370 (8,21%)
A2	11272 (9,88%)
B1	19212 (16,84%)
B2	15463 (13,55%)
B3	11884 (10,41%)
B4	14122 (12,38%)
B5	16496 (14,46%)
C	16286 (14,27%)
Total	114105 (100%)

Fonte: CAPES

Como foi possível constatar, à medida que se passa para classificações inferiores, a quantidade de periódicos, em sentido contrário, vai aumentando. A única exceção a essa afirmativa é quanto ao estrato B1 que, além de constar em cerca 17% das avaliações e classificações feitas, é também a maior fatia do valor global.

Outrossim, como estabelecido na 129^a e 131^a Reuniões do CTC-ES, a quantidade de artigos no estrato A1 deveria ser menor que o estrato A2, bem como a soma dos estratos A não pode passar de 25% da quantidade total de revistas da área. Por fim, foi estabelecido e que a soma dos estratos A1, A2 e B1 não ultrapassaria 50% do total, excluídas as publicações estrato C. O que se denota é que, num sentido geral, a avaliação quadrienal obedeceu às orientações que o CTC-ES prescreveu, com o estrato A1 com um valor menor que o estrato A2 (8,21% e 9,88% respectivamente) e, na soma das duas classificações, a porcentagem alcançou a cifra de 18,09%, abaixo do teto permitido. Finalmente, a soma dos estratos A1, A2 e B1, excluindo o estrato C, representa aproximadamente 40,74% da quantidade absoluta das revistas mapeadas.

Tabela 8 - Avaliação global de periódicos. (Qualis em número total e proporcional divididos em colégios)

Colégios	Periódicos	Porcentagem
A1 - Ciências da Vida	4302	3,77%
A1 - Ciências Exatas	3602	3,16%
A1 - Humanidades	1466	1,28%
A2 - Ciências da Vida	4679	4,10%
A2 - Ciências Exatas	4129	3,62%
A2 - Humanidades	2464	2,16%
B1 - Ciências da Vida	8382	7,35%
B1 - Ciências Exatas	7369	6,46%
B1 - Humanidades	3461	3,03%
B2 - Ciências da Vida	6557	5,75%
B2 - Ciências Exatas	5635	4,94%
B2 - Humanidades	3271	2,87%
B3 - Ciências da Vida	4237	3,71%
B3 - Ciências Exatas	4005	3,51%
B3 - Humanidades	3642	3,19%
B4 - Ciências da Vida	4149	3,64%
B4 - Ciências Exatas	4727	4,14%
B4 - Humanidades	5246	4,60%
B5 - Ciências da Vida	4759	4,17%
B5 - Ciências Exatas	5716	5,01%
B5 - Humanidades	6021	5,28%
C - Ciências da Vida	6517	5,71%
C - Ciências Exatas	4405	3,86%
C - Humanidades	5364	4,70%

Fonte: CAPES.

A tabela acima demonstra em números cardinais e percentuais (de acordo com o número global de periódicos) o quanto a proporção de periódicos de um Colégio específico, classificados em determinado estrato, representa do valor total. No presente esquema, várias considerações podem ser feitas segundo os dados apresentados. A primeira é quanto à dominância de revistas científicas nos estratos A1, A2 e B1 pelas áreas pertencentes ao Colégio de Ciências da Vida. Nos três estratos, o colégio ficou sempre à frente dos Colégios de Humanidades e Ciências Exatas. Há de se considerar também que o Colégio de Ciências da Vida também ficou na primeira posição nos estratos B2, B3 e C.

No entanto, um fator preocupante chama atenção. O Colégio de Humanidades, o menor entre os três Colégios em quantidade de periódicos, alcançou a primeira colocação na classificação no estrato B4 e B5 e a segunda posição no estrato C. Ao mesmo tempo, o colégio ficou na última posição nos estratos A1, A2, B1, B2 e B3.

Levando em conta, como se verá mais à frente, que Humanidades totaliza 30.935 revistas científicas, Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar apresenta o valor de 39.588 e Ciências da Vida detém a totalidade de 43.582 revistas científicas, os resultados obtidos são preocupantes.

Em relação ao Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, esteve nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 na segunda posição em número de periódicos classificados. Apenas no estrato C o colégio obteve o terceiro lugar, com 4.405 revistas científicas, representando 3,86% do total.

Tabela 9 - Quantidade global de periódicos nacionais e internacionais. (Número total e proporcional)

	Periódicos
Nacional	41208 (36,11%)
Internacional	72897 (63,89%)
Total	114105 (100%)

Fonte: CAPES.

Nessa tabela, é perceptível o grau de internacionalização das produções intelectuais dos pesquisadores brasileiros ligados aos programas de pós-graduação nacionais. Com mais de 2/3 de periódicos científicos servindo como veículos para a comunicação científica do acadêmico brasileiro, um dos fatores para tal resultado é o incentivo da CAPES em publicar em revistas que apresentam alto impacto.

Como foi recomendado pelo CTC-ES a adoção gradativa dos fatores de impacto nas avaliações do Qualis Periódicos, a sua consideração pelo autor na hora de submissão passou a ser um fator relevante para a escolha do veículo. Ademais, é de vasto conhecimento que as revistas estrangeiras, especialmente àquelas advindas das regiões da Europa e América do Norte estão entre as que mais possuem índice de impacto, fato que justifica a alta internacionalização das revistas classificadas.

Tabela 10 - Avaliação geral de periódicos por colégios (Qualis em número total e proporcional)

	Ciências da Vida	Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Humanidades
A1	4302 (9,87%)	3602 (9,10%)	1466 (4,74%)
A2	4679 (10,74%)	4129 (10,43%)	2464 (7,97%)
B1	8382 (19,23%)	7369 (18,61%)	3461 (11,19%)
B2	6557 (15,05%)	5635 (14,23%)	3271 (10,57%)
B3	4237 (9,72%)	4005 (10,12%)	3642 (11,77%)
B4	4149 (9,52%)	4727 (11,94%)	5246 (16,96%)
B5	4759 (10,92%)	5716 (14,44%)	6021 (19,46%)
C	6517 (14,95%)	4405 (11,13%)	5364 (17,34%)
Total	43582 (100%)	39588 (100%)	30935 (100%)

Fonte: CAPES.

Por sua vez, a presente tabela apresenta como informação vital o número percentual que cada estrato possui dentro do valor total de periódicos. Observa-se, novamente, que nos estratos A (A1 e A2), a porcentagem representativa do Colégio de Humanidades (12,71%) é inferior dos resultados obtidos pelo Colégio de Ciências da Vida (20,61%) e pelo Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (19,53%).

Verificando os estratos do Qualis Periódicos mais baixos (B4, B5 e C), é possível verificar que o Colégio de Humanidades ocupa, por seu turno, a maior porcentagem, com mais da metade das revistas científicas posicionadas nesses três estratos (53,76%). Comparando-se com os outros Colégios, tem-se: Ciências da Vida com 35,39% e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar com 37,51%.

Finalmente, mais um dado chama atenção quando se analisa o levantamento realizado: Em Ciências da Vida e em Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, os periódicos classificados no estrato B1 possuem a maior fatia na quantidade total (19,23% e 18,61%) ao passo que em Humanidades, as revistas científicas com estrato B5 representa o maior percentual, com 19,46%.

Tabela 11 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Ciências da vida (Qualis em número total e proporcional)

	Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde
A1	859 (10,84%)	1031 (8,48%)	2412 (10,26%)
A2	906 (11,43%)	1154 (9,50%)	2619 (11,14%)
B1	1496 (18,87%)	2222 (18,28%)	4664 (19,85%)
B2	746 (9,41%)	1741 (14,33%)	4070 (17,32%)
B3	539 (6,80%)	1294 (10,65%)	2404 (10,23%)
B4	731 (9,22%)	744 (6,12%)	2674 (11,38%)
B5	1889 (23,83%)	872 (7,18%)	1998 (8,50%)
C	761 (9,60%)	3095 (25,47%)	2661 (11,32%)
Total	7927 (100%)	12153 (100%)	23502 (100%)

Fonte: CAPES.

O levantamento aqui exposto possui um olhar mais aprofundado nas três grandes áreas que compõem o Colégio de Ciências da Vida: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. Há de se verificar, em cada grande área, o estrato que acolhe mais periódicos. Em Ciências Agrárias, 23,83% do total de periódicos da grande área estão avaliados no estrato B5. Na grande área de Ciências Biológicas, o estrato C representa aproximadamente 25% do total de revistas classificadas, enquanto em Ciências da Saúde, o estrato B1, com 19,85%, possui a maior fatia dentre as revistas da grande área.

Insta observar que a grande área de Ciências da Saúde é a que possui a maior quantidade de revistas científicas, seguida pela grande área de Ciências Biológicas e, por último, a grande área de Ciências Agrárias. Ademais, percebe-se que Ciências da Saúde possui um montante considerável, ao passo que a soma das outras grandes áreas não alcança a cifra obtida.

Vê-se, ademais, que a grande área de Ciências Agrárias é a que possui o maior percentual de revistas classificadas nos estratos A do total de periódicos da grande área, com 22,27%. Outrossim, o resultado verificado pelas outras grandes áreas foram: 17,98% de revistas científicas em Ciências Biológicas e 21,4% de títulos nos estratos A em Ciências da Saúde.

Somando os percentuais acima com o estrato B1 obtido por cada grande área, tem-se a seguinte proporção dentro das revistas pertencentes a cada grande área: Ciências da Saúde com 9.695 títulos (41,25%), Ciências Biológicas com 4.407 revistas (36,26%) e Ciências Agrárias com 3.261 títulos (41,14%).

Por fim, insta observar que dentre as revistas que não obedecem aos requisitos mínimos da avaliação, avaliadas então como estrato C, o percentual de revistas em Ciências Biológicas representa 25,47%, com 3095 títulos. Em Ciências da Saúde, o estrato C possui 2661 periódicos (11,32%) e, por seu turno, Ciências Agrárias, com 761 revistas, representa 9,60%.

Tabela 12 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Qualis em número total e proporcional)

	Ciências Exatas e da Terra	Engenharias	Multidisciplinar
A1	658 (7,85%)	1029 (10,34%)	1915 (9,01%)
A2	813 (9,69%)	1083 (10,88%)	2233 (10,51%)
B1	1541 (18,37%)	2080 (20,90%)	3748 (17,64%)
B2	1263 (15,06%)	1210 (12,16%)	3162 (14,88%)
B3	880 (10,49%)	791 (7,95%)	2334 (10,98%)
B4	514 (6,13%)	837 (8,41%)	3376 (15,89%)
B5	977 (11,65%)	1968 (19,77%)	2771 (13,04%)
C	1741 (20,76%)	955 (9,60%)	1709 (8,04%)
Total	8387 (100%)	9953 (100%)	21248 (100%)

Fonte: CAPES.

Ao analisar as grandes áreas do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, o primeiro fator que chama atenção é a quantidade de revistas científicas classificadas na grande área Multidisciplinar. Com 21.248 periódicos, a grande área é tão numerosa que mesmo com a soma do montante das outras duas grandes áreas (18.340) não ultrapassaria a quantia de periódicos multidisciplinares. A principal justificativa para tal montante é devido a área Interdisciplinar estar ligada a essa grande área. Com mais de 10.000 periódicos interdisciplinares, a quantia dessa área é a maior dentre as 49 áreas do Qualis periódicos.

Analisando novamente os estratos A, vê-se que, percentualmente, a grande área Multidisciplinar detém 19,52% dos seus títulos nesses estratos, com 4.148 periódicos; a área das Engenharias possui a soma de 21,22%, com o montante de 2.112 e; a grande área de Ciências Exatas e da Terra, com 1.471 periódicos estratificados em A1 e A2, possui 17,54% revistas nesses estratos.

Agora, somando os valores expostos acima com o estrato B1, tem-se o seguinte resultado: a grande área Multidisciplinar, com 7.896 títulos, possui o percentual de 37,16%; A grande área das Engenharias, com 4.192 periódicos, atingiu dentro do seu

número total, a cifra de 42,12%; a grande área de Ciências Exatas e da Terra, finalmente, com 2.992 revistas científicas, deteve o percentual de 35,91%.

Outro ponto refere-se ao estrato com maior número de títulos de cada grande área. Em Ciências Exatas e da Terra, o estrato C, com 1.741, representa 20,76%; em Engenharias, o estrato B1 possui o percentual de 20,90% do total, com 2.080 periódicos. Por fim, na grande área Multidisciplinar, o estrato B1 também é o que obteve a maior fatia, detendo 3.748 periódicos ou 17,65% do montante total da grande área.

Finalmente, o último fator que se deve analisar neste Colégio se refere ao montante de periódicos estratificados na avaliação C. Fica claro que apesar da grande área Multidisciplinar deter a maior quantidade de títulos, a grande área de Ciências Exatas e da Terra deteve o maior número, tanto em critérios percentuais como cardinais. Com 1.741 revistas, 20,76% de seu total, o valor chama atenção negativamente. Os outros resultados foram: Engenharias, com 955 revistas (9,60%) e Multidisciplinar com 1.709 (8,40%).

Tabela 13 - Avaliação geral de periódicos das grandes áreas do Colégio de Humanidades (Qualis em número total e proporcional).

	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes
A1	650 (4,12%)	722 (6,20%)	94 (2,68%)
A2	1247 (7,89%)	1015 (8,72%)	202 (5,77%)
B1	1795 (11,36%)	1293 (11,11%)	373 (10,66%)
B2	1638 (10,37%)	1143 (9,82%)	490 (14,00%)
B3	1981 (12,54%)	1376 (11,82%)	285 (8,14%)
B4	2678 (16,95%)	2186 (18,78%)	382 (10,91%)
B5	3271 (20,71%)	2067 (17,76%)	683 (19,51%)
C	2535 (16,05%)	1838 (15,79%)	991 (28,31%)
Total	15795 (100%)	11640 (100%)	3500 (100%)

Fonte: CAPES.

O último Colégio a ser analisado, Humanidades, é a que detém os resultados da avaliação Qualis periódicos mais preocupantes. Como já enfatizado, este é o menor Colégio no que se refere à quantidade de títulos avaliados, mas, contrariamente, é a que apresenta as avaliações mais negativas em suas grandes áreas.

Por exemplo, ao estudar o estrato que deteve mais avaliações por grandes áreas, é observável que em Ciências Humanas é o estrato B5, com 3.271 periódicos (20,71%).

5.3. A análise por Colégios e grandes áreas dos periódicos mapeados

No presente tópico, a análise se voltará aos resultados do levantamento de acordo com as grandes áreas que compõem os colégios temáticos da CAPES, iniciando-se pelos dados de internacionalização:

Tabela 14 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por Colégios. (Número total e proporcional)

	Ciências da Vida	Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Humanidades
Nacional	8947 (20,53%)	11558 (29,20%)	20703 (66,92%)
Internacional	34635 (79,47%)	28030 (70,80%)	10232 (33,08%)
Total	43582 (100%)	39588 (100%)	30935 (100%)

Fonte: CAPES.

A tabela anterior apresentou a proporção de periódicos nacionais e internacionais e cada Colégio da CAPES, bem como o número global de periódicos avaliado por cada um deles. Duas observações diretas podem aqui ser feitas: a primeira quanto ao grau de internacionalização das produções intelectuais e a segunda quanto a dimensão dos Colégios.

Constata-se que o grau de internacionalização dos Colégios de Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar é tão relevante que é possível afirmar que mais de 2/3 das revistas científicas estratificadas por cada Colégio é considerada internacional. O Colégio de Humanidades, contrariamente, possui cerca de 1/3 de internacionalização.

Outrossim, insta reparar na quantidade total de títulos por Colégio. Em primeiro lugar, o Colégio de Ciências da Vida, que abarca 17 áreas, detém 43.582 revistas. Já o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar se posicionou na segunda posição, com 39.588 periódicos distribuídos em 14 áreas. Por último, o Colégio de Humanidades, com 18 áreas, avaliou 30.935 revistas científicas. Sendo Humanidades o maior Colégio, é preocupante o baixo número de internacionalização e de veículos avaliados pelo Qualis periódicos da mesma maneira que, como anteriormente exposta, uma avaliação mais negativa das revistas de Humanidades.

Após expostos o grau de internacionalização por Colégios, é necessário, agora, analisar as grandes áreas, a começar pelo Colégio de Ciências da Vida.

Tabela 15 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Ciências da Vida. (Número total e proporcional)

	Ciências Agrárias	Ciências Biológicas	Ciências da Saúde
Nacional	2055 (25,92%)	1858 (15,29%)	5034 (21,42%)
Internacional	5872 (74,08%)	10295 (84,7%)	18468 (78,58%)
Total	7927 (100%)	12153 (100%)	23502 (100%)

Fonte: CAPES.

Ao analisar de modo pormenorizado o Colégio, observa-se que as três grandes áreas detêm o impressionante percentual de mais de 70% de veículos internacionais utilizados para a publicação.

A grande área de Ciências Agrárias, a menor dentre as três, com quatro áreas, é que também possui menos periódicos científicos avaliados. Outrossim, numa análise percentual, é a que possui menor internacionalização (74,08%) mesmo que seja profundamente elevado.

Ciências Biológicas, por sua vez, ocupa a segunda posição dentre as grandes áreas no que concerne ao valor de revistas científicas avaliadas. Assim como Ciências Agrárias, as Ciências Biológicas incorporam quatro áreas. No entanto, é a que possui, quanto à porcentagem apresentada, a maior taxa de internacionalização dentre as três grandes áreas, com 84,7%.

Por último, a grande área de Ciências da Saúde, com nove áreas incluídas, é a maior grande área tanto no número de áreas de concentração quanto ao montante de periódicos estratificados. Das 23.502 revistas científicas apreciadas, a parcela de 78,58% (18.468 títulos) é proveniente de outros países.

A seguir, analisar-se-á o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e suas três grandes áreas.

Tabela 16 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. (Número total e proporcional)

	Ciências Exatas e da Terra	Engenharias	Multidisciplinar
Nacional	1381 (16,47%)	2271 (22,82%)	7906 (37,21%)
Internacional	7006 (83,53%)	7682 (77,18%)	13342 (62,79%)
Total	8387 (100%)	9953 (100%)	21248 (100%)

Fonte: CAPES.

O Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar apresentar nas suas grandes áreas uma proporção um pouco menor de veículos de comunicação científica internacionais.

A primeira grande área, Ciências Exatas e da Terra, com cinco áreas abarcadas, é considerada a menor dentre as três no que se refere ao montante de revistas científicas. A grande área alcançou a cifra de 8.387 periódicos onde deteve 7.006 títulos internacionais. Analisando todas as grandes áreas do Qualis periódicos, Ciências Exatas e da Terra possui o segundo maior percentual de revistas internacionais, estando atrás apenas da grande área de Ciências Biológicas, do Colégio de Ciências da Vida.

A segunda grande área é das Engenharias, onde detém 4 áreas sob seu domínio. Com 7.682 revistas científicas internacionais, a porcentagem alcançada foi de 77,18%.

Por fim, a grande área Multidisciplinar, com cinco áreas, é a segunda maior dentre as grandes áreas quanto ao número de revistas científicas avaliadas, depois de Ciências da Saúde. Novamente, ela também é a segunda maior em números quantitativos de títulos internacionais, estando atrás, também, apenas da grande área de Ciências da Saúde.

Finalmente, a próxima tabela analisará as grandes áreas abarcadas pelo Colégio de Humanidades.

Tabela 17 - Quantidade de periódicos nacionais e internacionais por grandes áreas do Colégio de Humanidades. (Número total e proporcional)

	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística, Letras e Artes
Nacional	10663 (67,51%)	7554 (64,90%)	2486 (71,03%)
Internacional	5132 (32,49%)	4086 (35,10%)	1014 (28,97%)
Total	15795 (100%)	11640 (100%)	3500 (100%)

Fonte: CAPES.

O Colégio de Humanidades é a menor dentre os três Colégios em número de títulos estratificados e também ocupa a última posição quanto a cifra de revistas científicas internacionais. Em sentido contrário, suas grandes áreas possuem os maiores percentuais de revistas nacionais avaliadas.

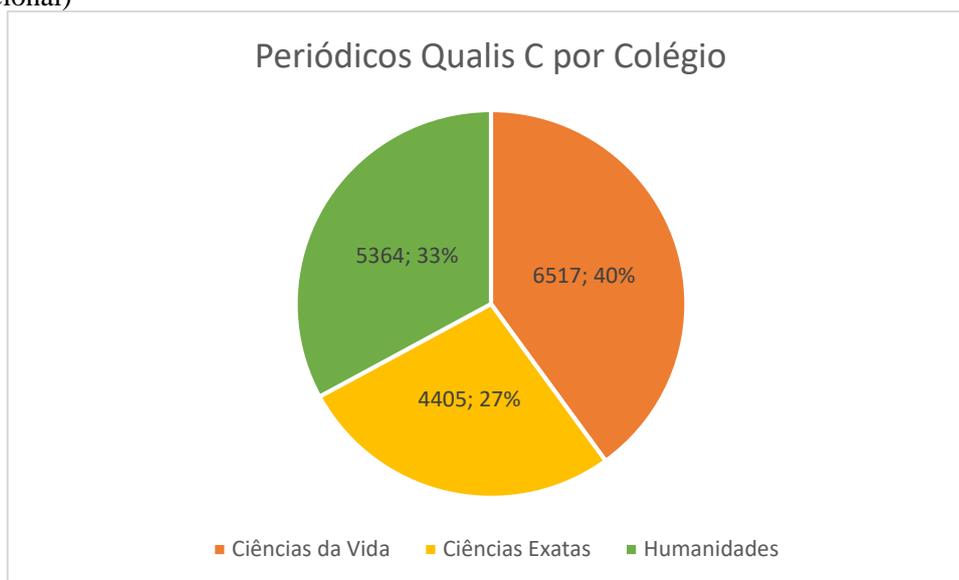
A primeira grande área é a de Ciências Humanas. Juntamente com a grande área de Ciências da Saúde, é a maior grande área dentre as existentes quanto ao montante de áreas abarcadas. Ela também possui o segundo maior percentual dentre todas as grandes áreas de títulos nacionais estratificados e ocupa a primeira posição em critérios quantitativos, com 10.663 revistas científicas. Finalmente, é a maior grande área, dentre as três, em número de periódicos avaliados.

Por sua vez, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, com sete áreas incluídas, ocupa a terceira posição dentre todas as grandes áreas quanto a quantidade de títulos nacionais, com 7.554 periódicos.

Por fim, a menor dentre as nove grandes áreas é a de Linguística, Letras e Artes. É a que abarca menos áreas, duas, e a que possui menor quantidade de periódicos classificados, com 3.500. Outrossim, é a que possui o maior percentual de revistas científicas brasileiras, ultrapassando cerca de 2/3 do total dos títulos estratificados.

Nessa toada, passa-se agora a analisar os três Colégios de acordo com os resultados obtidos por cada estrato, a se iniciar pelo estrato C, que se volta às revistas científicas que não obedecem aos requisitos mínimos da área de concentração e tampouco as normativas básicas da COPE.

Gráfico 4 - Quantidade de periódicos com qualis C de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Observa-se no gráfico acima a representação, por Colégio, da composição de revistas científicas classificadas no estrato C. Novamente se comprova que o Colégio de Humanidades, mesmo sendo o menor dentre os Colégios, é a que alcança a segunda maior representação nesse estrato. A maior incidência, entretanto, inclina-se para o Colégio de Ciências da Vida, com 40% das revistas de estrato C.

Tabela 18 - Quantidade de periódicos com Qualis C de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)

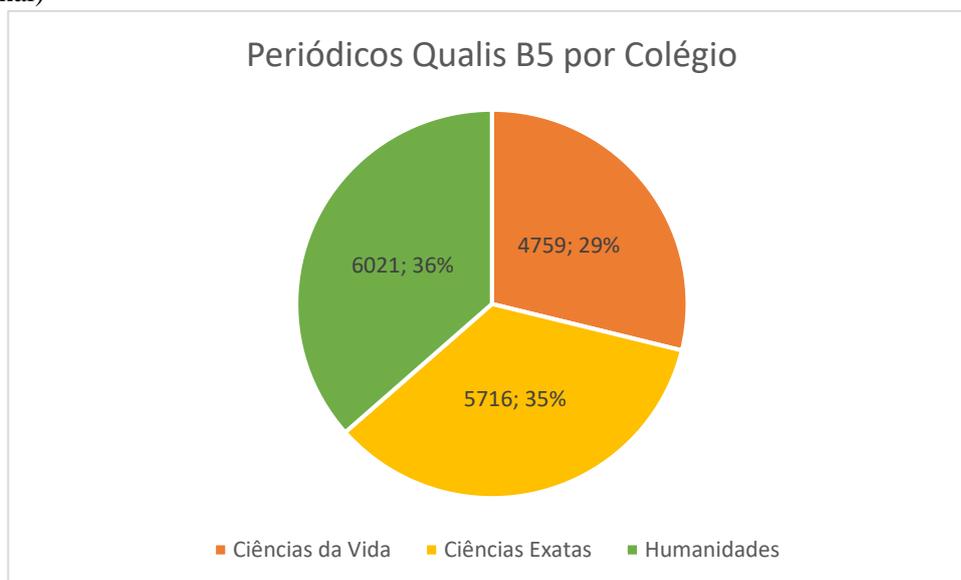
Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	761 (4,67%)
Ciências Biológicas	3095 (19,00%)
Ciências da Saúde	2661 (16,34%)
Ciências Exatas da Terra	1741 (10,69%)
Engenharias	955 (5,86%)
Multidisciplinar	1709 (10,49%)
Ciências Humanas	2535 (15,57%)
Ciências Sociais Aplicadas	1838 (11,29%)
Linguística, Letras e Artes	991 (6,08%)
Total Qualis C	16286 (100%)

Fonte: CAPES.

A tabela acima por sua vez demonstra a representação percentual que cada grande área possui para a composição global do estrato C. Insta observar que, apesar de o Colégio de Humanidades ser significativo para a composição desse estrato, as grandes áreas de Ciências Biológicas e Ciências da Saúde ocupam, seguidamente, a primeira e segunda posição, com 19% e 16,34%. Na terceira posição se encontra o Colégio de Ciências Humanas.

No entanto, ao observar, percentualmente, as grandes áreas que menos contribuíram para a constituição da cifra do estrato C, tem-se: Grande área de Ciências Agrárias, com 4,67%; Grande área de Engenharias, com 5,86% e; Grande área de Linguística, Letras e Artes, com 6,08%.

Gráfico 5 - Quantidade de periódicos com Qualis B5 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Nesse ponto, analisa-se os periódicos provenientes do estrato B5, classificação usualmente dada às revistas científicas que obedecem aos critérios mínimos da área de concentração e da COPE.

A partir desse estrato, o Colégio de Humanidades passa a superar o Colégio de Ciências da Vida e começa a ocupar a primeira posição dos estratos mais baixos. Com cerca de 1300 revistas científicas a mais classificadas no estrato B5, as Humanidades superam o maior Colégio. Outrossim, curiosamente, o Colégio de Ciências Exatas ocupa a segunda posição nessa classificação, ficando atrás de Humanidades por apenas 1%, ou 300 periódicos científicos.

Ademais, o Colégio de Ciências Exatas obteve um aumento significativo, tanto em fatores percentuais quanto em números quantitativos, saltando de 4.405 periódicos (27% das revistas no estrato C), para 5.716 revistas científicas (35% dos periódicos mapeados no estrato B5).

Por fim, o Colégio de Ciências da Vida, que anteriormente detinha a fatia de 40% das revistas científicas estratificadas no qualis C, representa, doravante, apenas 29% dos periódicos de estrato B5, com quase 2.000 revistas científicas a menos.

Tabela 19 - Quantidade de periódicos com Qualis B5 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional).

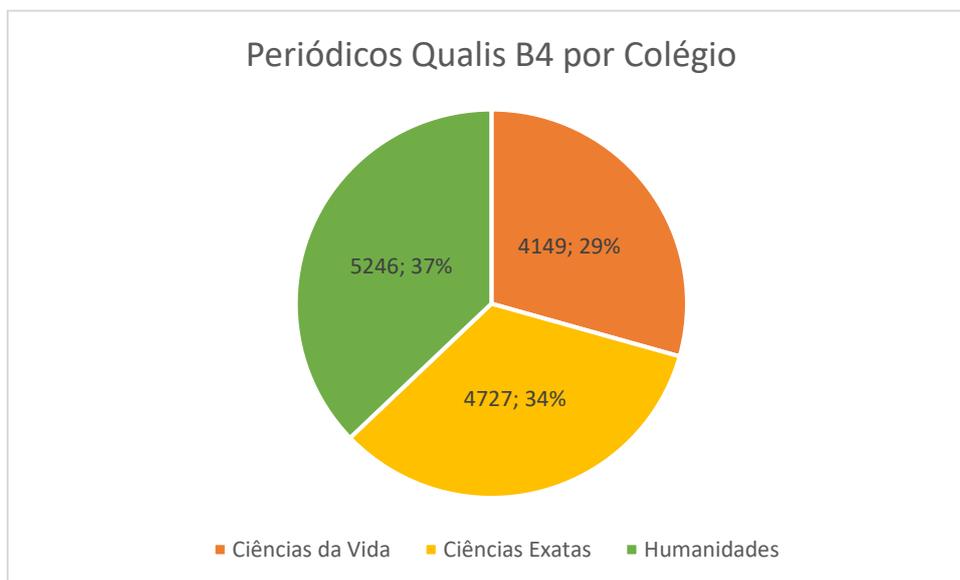
Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	1889 (11,45%)
Ciências Biológicas	872 (5,29%)
Ciências da Saúde	1998 (12,11%)
Ciências Exatas da Terra	977 (5,92%)
Engenharias	1968 (11,93%)
Multidisciplinar	2771 (16,80%)
Ciências Humanas	3271 (19,93%)
Ciências Sociais Aplicadas	2067 (12,53%)
Linguística, Letras e Artes	683 (4,14%)
Total Qualis B5	16496 (100%)

Fonte: CAPES.

Observando-se no momento o percentual representativo do estrato B5 por grandes áreas, vê-se que a primeira colocação é dada à grande área de Ciências Humanas, alcançando, apenas ela, quase 20% de todas as revistas científicas avaliadas. Na segunda colocação, com 16,80%, tem-se a grande área Multidisciplinar. Por fim, na terceira colocação se encontra a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, com 12,53%.

Examinando-se no momento as grandes áreas que tiveram menor participação na composição da avaliação do estrato B5, tem-se, em antepenúltimo lugar, a grande área de Ciências Exatas e da Terra, com 5,29%. Por sua vez, a grande área de Ciências Biológicas ocupa a penúltima posição, com 5,29% e, em último lugar, a grande área de Linguística, Letras e Artes, com a contribuição em 4,14%.

Gráfico 6 - Quantidade de periódicos com Qualis B4 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Relativamente à classificação Qualis periódicos B4, o gráfico demonstra que a distribuição de revistas científicas por Colégios ainda mantém a dominância do Colégio de Humanidades, seguido do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Em contrapartida, o Colégio de Ciências da Vida se manteve na última colocação, assim como no estrato B5, apresentando um resultado diferente daquele analisado no estrato C.

Vê-se também que, ao contrário do gráfico do estrato B5, o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, se afastou do Colégio de Humanidades, apresentando, no estrato B4, cerca de 1.000 periódicos a menos classificados. Outrossim, o Colégio perdeu 1% em comparação com o estrato anterior, mesmo que tenha 1.000 revistas científicas a menos que no estrato B5.

Analisando o Colégio de Ciências da Vida de maneira percentual, percebe-se que não houve alterações entre o estrato B5 e B4, apesar de ter havido uma diminuição quantitativa de cerca de 600 revistas do menor ao maior estrato.

Tabela 20 - Quantidade de periódicos com Qualis B4 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)

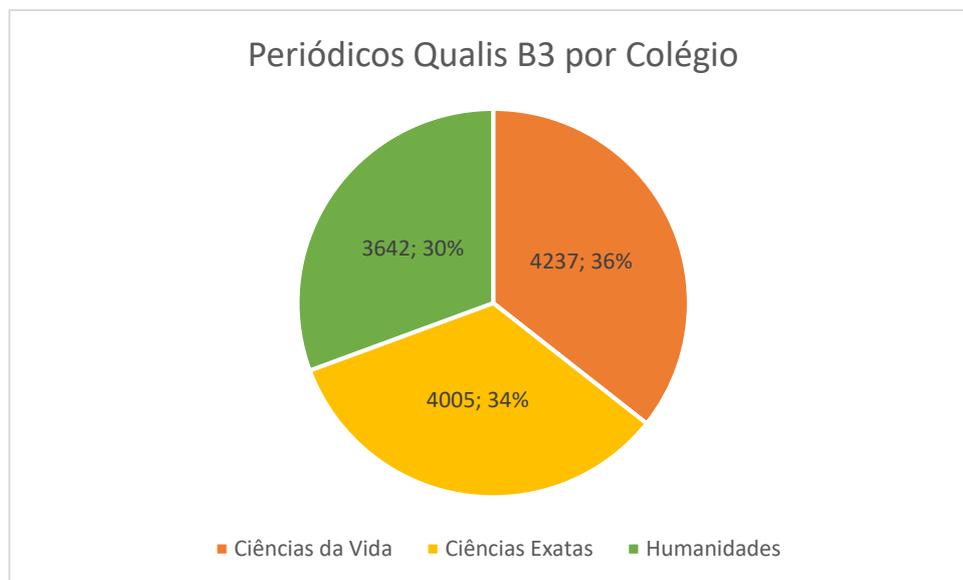
Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	731 (5,18%)
Ciências Biológicas	744 (5,27%)
Ciências da Saúde	2674 (18,93%)
Ciências Exatas da Terra	514 (3,64%)
Engenharias	837 (5,93%)
Multidisciplinar	3376 (23,91%)
Ciências Humanas	2678 (18,96%)
Ciências Sociais Aplicadas	2186 (15,48%)
Linguística, Letras e Artes	382 (2,70%)
Total Qualis C	14122 (100%)

Fonte: CAPES.

Nesse instante, examinando o percentual das grandes áreas obtido no estrato B4, vê-se, que a grande área Multidisciplinar alcançou a primeira colocação, com 23,91%. A grande área de Ciências Humanas se posicionou na segunda colocação, com 18,96%. Logo depois, com apenas quatro revistas científicas a menos classificadas no estrato, tem-se a grande área de Ciências da Saúde.

Agora, nas últimas colocações, vê-se novamente que a grande área de Linguística, Letras e Artes ocupa a posição sobranete, com apenas 382 títulos classificados (2,70%). No penúltimo lugar se encontra a grande área de Ciências Biológicas, compondo 5,27% dos títulos avaliados no estrato B4. Finalmente, a grande área das Engenharias, com 5,93%, ocupa a antepenúltima colocação.

Gráfico 7 - Quantidade de periódicos com Qualis B3 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional).



Fonte: CAPES.

A partir do estrato B3, com uma pequena variação nos resultados avaliativos do estrato A2, percebe-se que a dominância do Colégio de Ciências da Vida e o distanciamento do Colégio de Humanidades vai aumentando progressivamente. Outrossim, o Colégio de Humanidades irá se posicionar doravante apenas na última colocação dentre os Colégios.

O Colégio de Ciências Exatas, por sua vez, manteve o percentual obtido no estrato B4, qual seja, 34% tendo, no entanto, uma variação negativa no que se refere o valor quantitativo, com cerca de 700 títulos a menos.

Nota-se, ademais, que o Colégio de Ciências da Vida aumentou cerca de 100 periódicos no estrato B3 em comparação com o estrato B4, transformando, em valores percentuais, de 29% no estrato B4 para 36% no estrato B3.

Tabela 21 - Quantidade de periódicos com Qualis B3 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional).

Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	539 (4,54%)
Ciências Biológicas	1294 (10,89%)
Ciências da Saúde	2404 (20,23%)
Ciências Exatas da Terra	880 (7,40%)
Engenharias	791 (6,66%)
Multidisciplinar	2334 (19,64%)
Ciências Humanas	1981 (16,67%)
Ciências Sociais Aplicadas	1376 (11,58%)
Linguística, Letras e Artes	285 (2,40%)
Total Qualis C	11884 (100%)

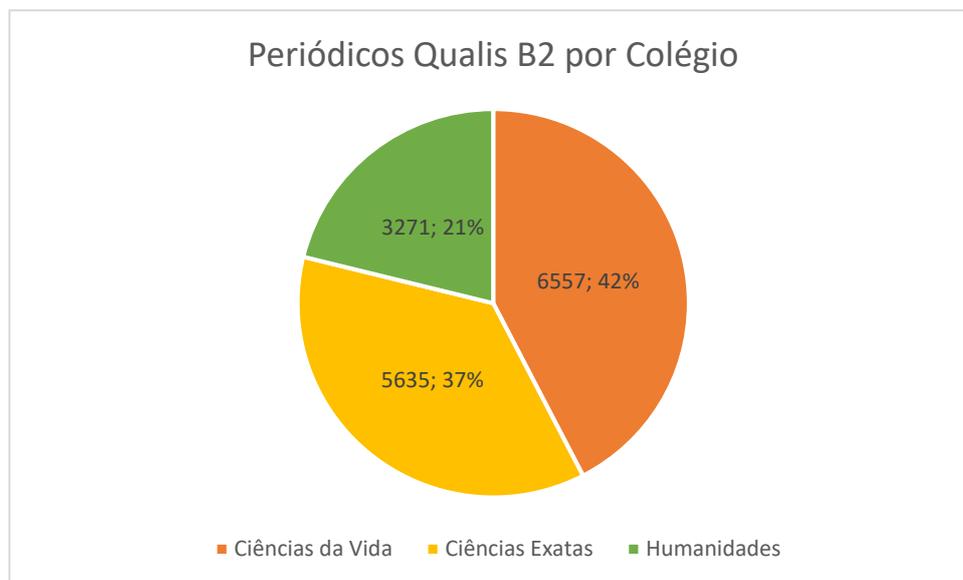
Fonte: CAPES.

Apesar o resultado negativo obtido pelo Colégio de Humanidades, há de se constatar que a grande área de Ciências Humanas ainda ocupa a terceira colocação dentre as grandes áreas na composição do estrato, obtendo a percentagem de 16,67%. Na segunda colocação tem-se a grande área Multidisciplinar, com 19,64% e, em primeiro lugar, tem-se a grande área de Ciências da Saúde, com 20,23%.

Analisando sob outra perspectiva os dados expostos, vê-se, também, que o campo que menos detém percentual no estrato é, novamente, a grande área de Linguística, Letras e Artes, com apenas 285 revistas científicas (2,40%). Na penúltima colocação se localiza a grande área de Ciências Agrárias, com 4,54% e, logo após a grande área das Engenharias, detendo o valor de 6,66%.

É preciso observar também que, dos estratos analisados, há, gradualmente uma quantidade menor de revistas científicas à medida que a o valor da estratificação aumenta.

Gráfico 8 - Quantidade de periódicos com Qualis B2 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Observando, no momento, o Qualis B2, vê-se que o percentual do Colégio de Humanidades diminuiu consideravelmente, representando pouco mais que 21% do total de revistas científicas estratificadas. Insta verificar também a sedimentação do domínio do Colégio de Ciências da Vida, correspondendo com 6.557 periódicos científicos ou 42% do valor global.

Ademais, o Colégio de Ciências da vida obteve um aumento significativo de periódicos científicos, logrando com cerca de 2.440 títulos a mais que o resultado obtido no estrato anterior, onde correspondia a apenas 36%.

Por outro lado, o Colégio de Ciências Exatas obteve um crescimento em comparação com o estrato anterior, passando de 34% dos títulos em B3 para 37% de periódicos no estrato B2. Obteve também 1.600 revistas científicas a mais que no estrato anterior.

Tabela 22 - Quantidade de periódicos com Qualis B2 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional).

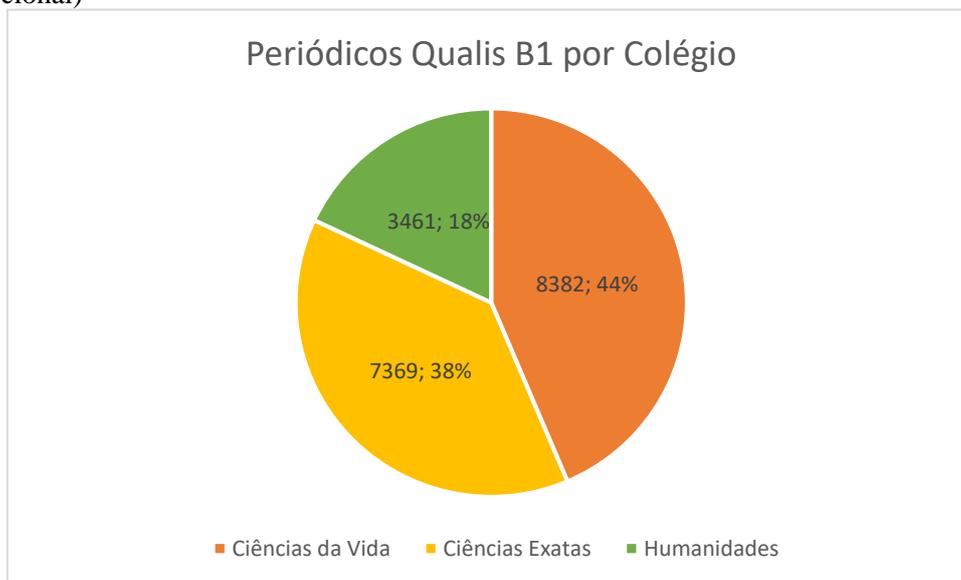
Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	746 (4,82%)
Ciências Biológicas	1741 (11,26%)
Ciências da Saúde	4070 (26,32%)
Ciências Exatas da Terra	1263 (8,17%)
Engenharias	1210 (7,83%)
Multidisciplinar	3162 (20,45%)
Ciências Humanas	1638 (10,59%)
Ciências Sociais Aplicadas	1143 (7,39%)
Linguística, Letras e Artes	490 (3,17%)
Total Qualis C	15463 (100%)

Fonte: CAPES.

Tendo agora em tela a representação estatística das grandes áreas, verifica-se que as três primeiras colocações são de ciências voltadas à saúde e à exatas. Em primeiro lugar se posiciona a grande área de Ciências da Saúde, com 26,32%. Já na segunda colocação se localiza a grande área Multidisciplinar, com cerca de 3.162 títulos. Na terceira posição fica mais uma grande área de Ciências da Vida: a grande área de Ciências Biológicas, com 11,26%.

Entretanto, os resultados apresentados pelo Colégio de Humanidades começam a ser majoritariamente negativos: duas das suas grandes áreas ocupam a última e a antepenúltima colocação. A grande área de Linguística, Letras e Artes, com apenas 490 títulos (3,17%) em último lugar, a grande área de Ciências Sociais Aplicadas em antepenúltimo lugar com 7,39% (1.143 revistas científicas) e, na penúltima posição, a grande área de Ciências Agrárias, com 746 títulos científicos (4,82%).

Gráfico 9 - Quantidade de periódicos com Qualis B1 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

O resultado apresentado nesse estrato é o mais relevante dentre os anteriormente apresentados. Como sabido, a partir do estrato B1 a classificação obtida é considerada de alto valor. Visto isso, percebe-se que o Colégio de Humanidades apresenta o segundo pior resultado, com apenas 18% dos periódicos avaliados no estrato B1.

Contudo, em valores quantitativos, houve um crescimento de 200 títulos considerando o estrato anterior, mas que nada se compara à cifra obtida pelos outros dois colégios. O Colégio de Ciências da Vida, também detendo nesse estrato o maior percentual, 44%, possui cerca de 8.382 revistas científicas classificadas, com um crescimento de 1.800 títulos do valor obtido no estrato B2.

Já o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar aumentou apenas 1% da porcentagem quando observado o estrato B2, mesmo que o valor cardinal tenha crescido em aproximadamente 1.800 revistas científicas.

Tabela 23 - Quantidade de periódicos com Qualis B1 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)

Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	1496 (7,79%)
Ciências Biológicas	2222 (11,47%)
Ciências da Saúde	4664 (24,28%)
Ciências Exatas da Terra	1541 (8,02%)
Engenharias	2080 (10,83%)
Multidisciplinar	3748 (19,51%)
Ciências Humanas	1795 (9,34%)
Ciências Sociais Aplicadas	1293 (6,73%)
Linguística, Letras e Artes	373 (1,94%)
Total Qualis C	19212 (100%)

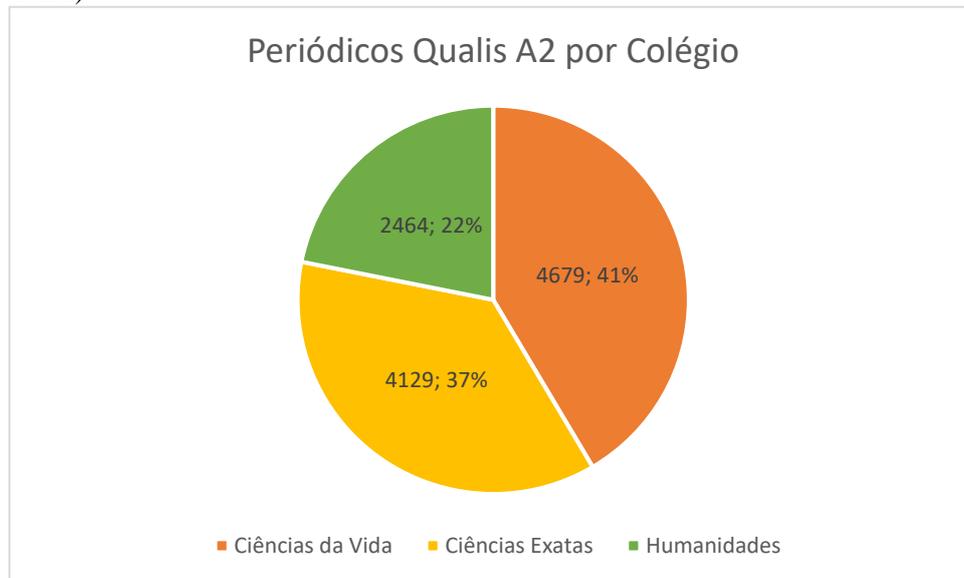
Fonte: CAPES.

Considerando as grandes áreas expostas, verifica-se que os resultados obtidos na classificação do estrato B1 sedimenta as grandes áreas do Colégio de Humanidades com percentuais abaixo de 10% de representatividade. Tal fato é observado quando se analisa as últimas colocações de contribuição para a composição do estrato, com Linguística Letras e Artes com apenas 1,94% e Ciências Sociais Aplicadas com apenas 6,73%. Acima dessa posição se encontra a grande área de Ciências Exatas e da Terra com 8,02%.

Analisando agora as grandes áreas que possuem maior incidência, vê-se, em primeiro lugar, Ciências da Saúde, representando apenas ela cerca de $\frac{1}{4}$ de todos as revistas científicas avaliadas (4.664 títulos ou 24,28%). Na segunda colocação tem-se a grande área Multidisciplinar, alcançando quase 20% dos títulos examinados e, na terceira posição, encontra-se a grande área de Ciências Biológicas, com cerca de 11%.

Insta também analisar que o estrato B1 é o que detém o maior número de títulos científicos avaliados, com 19.212 periódicos científicos. Tal fator é relevante visto que o CTC-ES determina algumas limitações ao estrato, não podendo possuir, somando com os títulos localizados nos estratos A, mais de 50% das revistas científicas estratificadas.

Gráfico 10 - Quantidade de periódicos com Qualis A2 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Nos resultados da bibliometria do estrato A2, verifica-se que houve um leve aumento percentual do Colégio de Humanidades, ao passo que houve a diminuição em 1% do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e 3% do Colégio de Ciências da Vida.

Também é imperioso observar que em critérios quantitativos os três Colégios tiveram uma diminuição considerável de títulos classificados. Faz-se aqui necessário rememorar a regra traçada pelo CTC-ES, onde as revistas científicas classificadas nos estratos A2 e A1 não podem representar mais que 25% do valor global de periódicos.

De todo modo, a posição Colégio de Ciências da Vida na primeira posição, o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar na segunda colocação e o Colégio de Humanidades em último lugar continua consolidada neste estrato em questão.

Tabela 24 - Quantidade de periódicos com Qualis A2 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)

Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	906 (8,04%)
Ciências Biológicas	1154 (10,24%)
Ciências da Saúde	2619 (23,23%)
Ciências Exatas da Terra	813 (7,21%)
Engenharias	1083 (9,61%)
Multidisciplinar	2233 (19,81%)
Ciências Humanas	1247 (11,06%)
Ciências Sociais Aplicadas	1015 (9,00%)
Linguística, Letras e Artes	202 (1,79%)
Total Qualis C	11272 (100%)

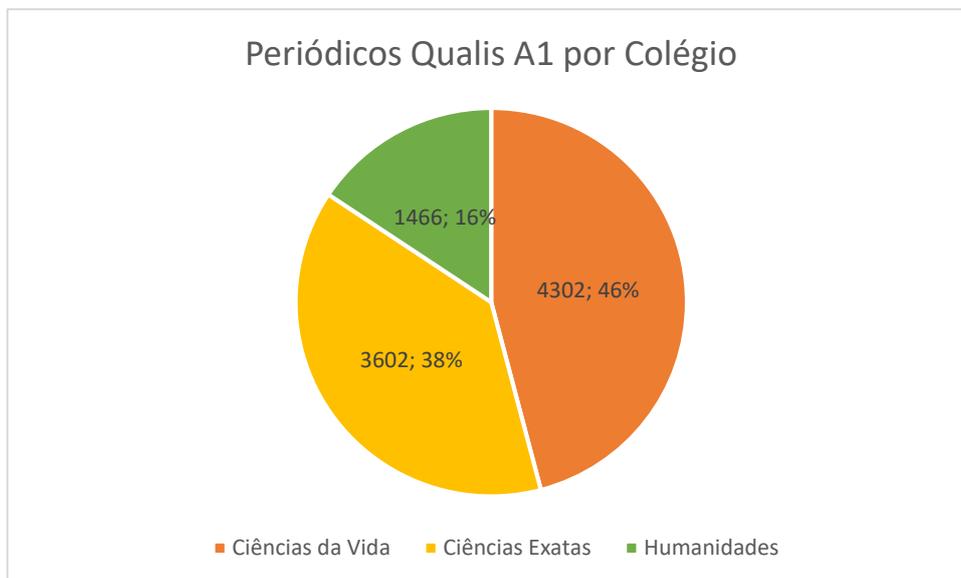
Fonte: CAPES.

Expostos agora os resultados do estrato de acordo com as grandes áreas do Qualis periódicos, é possível enxergar onde houve mais revistas científicas mapeadas.

Na primeira colocação, tem-se, mais uma vez, a grande área de Ciências da Saúde, correspondendo cerca de 23% de todos os periódicos científicos avaliados. Já na segunda colocação se assentou, mais uma vez, a grande área Multidisciplinar, alcançando quase 20% dos títulos. Em terceiro lugar a grande área de Ciências Humanas logrou a posição, com 11,06% na composição.

Nas últimas posições, vê-se, também, que a grande área de Linguística, Letras e Artes foi a que menos contribuiu, com apenas 1,79%. Na penúltima posição tem-se a grande área de Ciências Exatas e da Terra, com apenas 7,21% e, acima, a grande área de Ciências Agrárias se assentou na antepenúltima colocação, com 8,04%.

Gráfico 11 - Quantidade de periódicos com Qualis A1 de acordo com Colégio. (Número total e proporcional)



Fonte: CAPES.

Por fim, o maior estrato, A1, apresentou os percentuais mais contrastantes de todo levantamento realizado. Se por um lado, observou-se os melhores resultados percentuais dos Colégios de Ciências da Vida e de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, por outro lado o Colégio de Humanidades obteve o pior rendimento de todos os estratos, com meros 16% (1.466 títulos).

Em critérios quantitativos o cenário também não é animador. Como é óbvio, e assim como já foi demonstrado nos estratos anteriores, à medida que a classificação evolui, a quantidade de títulos cai. Não obstante, enquanto Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar tiveram uma redução quantitativa que não supera a cifra de 550 revistas científicas, o Colégio de Humanidades teve uma diminuição considerável, com um resultado com quase 1.000 títulos a menos.

Finalmente, vê-se que no estrato o posicionamento dos Colégios também se manteve, com a dominância de Ciências da Vida, Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar na segunda colocação e Colégio de Humanidades na última colocação.

Tabela 25 - Quantidade de periódicos com Qualis A1 de acordo com as grandes áreas. (Número total e proporcional)

Grande Área	Total Grande Área
Ciências Agrárias	859 (9,17%)
Ciências Biológicas	1031 (11,00%)
Ciências da Saúde	2412 (25,74%)
Ciências Exatas da Terra	658 (7,02%)
Engenharias	1029 (10,98%)
Multidisciplinar	1915 (20,44%)
Ciências Humanas	650 (6,94%)
Ciências Sociais Aplicadas	722 (7,71%)
Linguística, Letras e Artes	94 (1,00%)
Total Qualis C	9370 (100%)

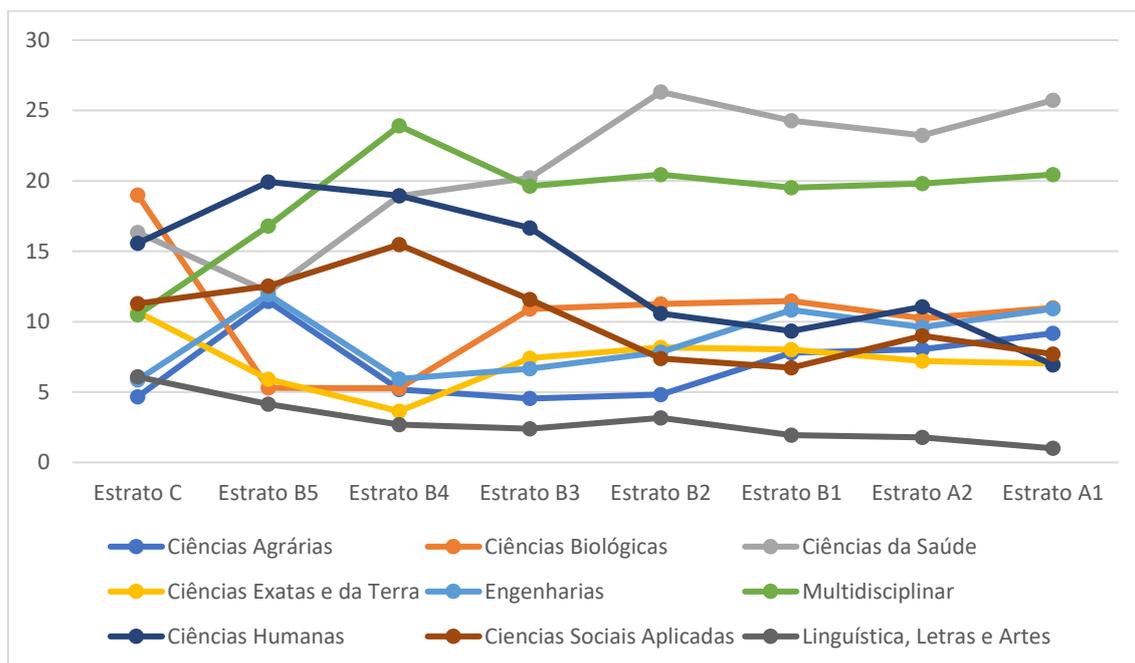
Fonte: CAPES.

Observando os resultados por grandes áreas, far-se-á, diferentemente da ordem como foi outrora apresentado, a exposição das grandes áreas que menos contribuíram para o feito. Verifica-se, mais uma vez, que a grande área de Linguística, Letras e Artes possui apenas 94 periódicos científicos classificados no estrato A1, representando meros 1% de todo o total. Nesta senda, vê-se, ademais, o parco resultado de Ciências Humanas, com 650 títulos (6,94%) e Ciências Exatas e da Terra, com apenas 7,02%.

Outrossim, a grande área de Ciências da Saúde, outra vez, foi a que obteve a cifra mais favorável, com mais de 25% de periódicos científicos nas áreas de seu domínio. Na segunda colocação, novamente, houve o domínio da grande área Multidisciplinar, com mais de 20% dos títulos avaliados. Por fim, em terceiro lugar se localizou a grande área de Ciências Biológicas.

Agora, abaixo, encontra-se o gráfico que resume os resultados por estrato dos percentuais obtidos pelas nove grandes áreas que compõem o Qualis periódicos:

Gráfico 12 – Percentual representativo das grandes áreas por estrato



Fonte: CAPES.

É possível concluir, portanto, que havia uma dominância no estrato C das grandes áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Humanas, respectivamente. Posteriormente, Ciências Biológicas caiu consideravelmente, alterando no estrato B5 para Ciências Humanas, Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas. Por sua vez, no Estrato B4, a grande área Multidisciplinar foi a mais presente, seguido de Ciências Humanas e Ciências da Saúde.

No Estrato B3, por seu turno, iniciou-se a prevalência das grandes áreas de Ciências da Saúde e Multidisciplinar como, respectivamente, a primeira e segunda posição na composição quantitativa dos estratos. Ademais, mais precisamente no estrato B3, a grande Área de Ciências Humanas alcançou a terceira colocação.

Entretanto, no estrato B2, as Ciências Humanas decaíram significativamente, dando lugar para Ciências Biológicas se fixar na terceira colocação, também se mantendo com esse resultado no estrato B1. Outra vez, Ciências da Saúde e Multidisciplinar se mantiveram nas primeiras posições tanto no estrato B2 quanto no estrato B1.

Já no estrato A2, com as primeiras colocações sedimentadas pelas mesmas grandes áreas, a terceira posição é agora ocupada pela grande área de Ciências Humanas,

ligeiramente um pouco acima de Ciências Biológicas. Por fim, no estrato A1, Ciências Biológicas volta a ocupar a terceira colocação.

É possível também verificar que a partir do estrato B2, as grandes áreas de Ciências da Saúde e Multidisciplinar estiveram sempre muito acima dos outros setores do conhecimento, estando sempre quase 10 pontos percentuais acima do terceiro colocado.

Observa-se que à exceção do estrato C, onde tal resultado foi alcançado pela grande área de Ciências Agrárias, a menor contribuição em todos os estratos adveio da grande área de Linguística, Letras e Artes, a menor grande área do Qualis periódicos em critérios quantitativos e áreas abarcadas.

O resultado obtido pela grande área de Linguística, Letras e Artes é possível de ser justificado. Em primeiro lugar, as áreas abarcadas possuem um enfoque maior em produções intelectuais de cunho artístico, fato que a CAPES desenvolveu um modelo avaliativo próprio, o Qualis artístico. Ademais, a produção de artigos é, de certa maneira, menos relevante para essas áreas de conhecimento do que meios de expressão cultural.

O levantamento de dados também demonstrou informações concernentes à dominância do Colégio de Ciências da Vida no que diz respeito à quantidade de periódicos classificados nos estratos superiores. Tal resultado torna preocupante a discrepância das áreas e a maior dificuldade que outros Colégios possuem, em especial o Colégio de Humanidades, para publicarem em revistas científicas de alto nível e com indexação. Percebe-se assim que as Ciências da Vida detêm mais facilidade para o cumprimento da política do Qualis periódicos e das avaliações institucionais da CAPES, visto que a proporção de veículos disponíveis é, de longe, muito maior que os Colégios restantes, o que possibilita cumprir com menos dificuldade a pontuação exigida em publicações.

Da mesma maneira, outro fator favorável a essas ciências e às ciências exatas é o fato de ser prática comum a publicação de artigos científicos nomeando todos os pesquisadores participantes, o que propicia trabalhos publicados com dezenas ou até

milhares de autores em apenas um único artigo.⁴⁶⁴ A prática não é usual em ciências das Humanidades, que geralmente não supera uma dezena de autores.

Nesse sentido, faz-se necessário analisar de modo pormenorizado o Colégio de Humanidades e os seus resultados preocupantes em comparação com os outros Colégios.

5.4. Colégio de Humanidades: uma atenção especial necessária

Como salientado nos tópicos anteriores, o Colégio de Humanidades apresentou os piores resultados do levantamento dos periódicos estratificados. Dos três Colégios, Humanidades foi o que deteve a menor quantidade de veículos avaliados pelo Qualis periódicos, com uma diferença aproximada de 9.000 revistas a menos que o Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, e cerca de 13.000 títulos a menos que o Colégio de Ciências da Vida.

Por outro lado, apesar de deter a menor parcela de periódicos levantados pela CAPES, o Colégio de Humanidades abarcou, em números absolutos, a maior cifra de revistas científicas brasileiras, com 20.703 títulos, superando os outros Colégios mesmo somados. Contrapondo esse resultado, como observado no item 5.3, o grau de internacionalização correspondeu um pouco mais que 30% dos títulos. Insta lembrar também que nos estratos elevados (B1, A2 e A1) o Colégio teve a menor representação, totalizando apenas 18,66% dos periódicos classificados nesses estratos.

Os resultados são inquietantes sob a perspectiva de uma política que valoriza a publicação em larga escala e em veículos internacionais e indexados. Como é importante ressaltar, há diferenças entre as áreas que se exteriorizam em variações nos tipos de veículos de publicação elegidos, extensão dos textos, frequência de publicação, orientação nacional ou internacional dos veículos de comunicação ou mesmo a preferência do idioma dos textos.⁴⁶⁵ Consequentemente, o alcance de ciências que sofrem

⁴⁶⁴ Como ocorreu, para exemplificar, num curioso artigo publicado na revista *Physical Review Letters*, assinado por 5.154 pesquisadores. Das 33 páginas do trabalho, apenas nove foram usadas para apresentação dos resultados. O restante foi destinado apenas para a listagem dos autores e instituições. Ver: FABESP. **Exército de autores**. Disponível em: < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/15/exercito-de-autores>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

⁴⁶⁵ SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Práticas de publicação e avaliação em ciências sociais e humanidades: contradições e desafios. **PSP & INOVAÇÃO**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 18-34, set. 2018. p. 21.

menos influências dessas características, como as Engenharias, Biologia, Ciências da Saúde, Multidisciplinar mantiveram, no geral, com desempenho crescente a medida que melhor classificação do estrato. De fato, os Colégios de Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar sempre representaram nos estratos mais elevados percentuais entre 37% e 46%.

Percebe-se que as Ciências Exatas e da Natureza detêm menos flexibilidade e são desenvolvidas sobre a base do paradigma dominante do campo, além de utilizar métodos mais rigorosos e quantitativos. Por sua vez, elas necessitam de uma infraestrutura de pesquisa mais custosa que, conseqüentemente, obtêm maior financiamento. Quanto aos pesquisadores, a necessidade de atualização dos últimos resultados de pesquisa é constante, dependendo menos dos manuais e obras clássicas.⁴⁶⁶

No que concerne às Humanidades, as pesquisas são realizadas com metodologias mais flexíveis e enfoque mais qualitativo, numa discussão onde há diferentes correntes teóricas. Os seus resultados não são considerados inequivocamente universais, não necessitando, ademais, de uma grande infraestrutura e tampouco de largos financiamentos. Por último o papel de obras clássicas é muito mais relevante.⁴⁶⁷ No mesmo sentido, no Colégio, por mais que sejam empregadas pesquisas quantitativas, existe ainda o caráter subjetivo e variável de um conhecimento que não pode ser reduzido a equações precisas. O resultado nessas ciências é dificilmente reduzido a um gráfico ou a linguagem positivista.⁴⁶⁸

Relativamente à limitação do idioma para a expansão das publicações, Antônio Carlos Lessa considera que essa causa explica parcialmente as dificuldades de repercussão internacional. Para o autor, ao lado do problema de comunicação em diferentes idiomas, persistem também problemas relacionados com as deficiências da profissionalização dos veículos de comunicação nacionais e um espírito pouco empreendedor na busca de indexação internacional.⁴⁶⁹ Ademais, juntamente com a

⁴⁶⁶ MEADOWS, Arthur Jack. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemus Livros, 1999. p. 80.

⁴⁶⁷ *Idem.*

⁴⁶⁸ GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; SANSEVERINO, Antônio M. V. O periódico científico na área de humanidades: critérios de avaliação. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ**, 2005, Rio de Janeiro. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ, 2005, p. 1-2. p. 6.

⁴⁶⁹ LESSA, Antônio Carlos. Os deságios da publicação em acesso aberto na área de humanidades o Brasil: as estratégias de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. **Boletim Meridiano** 47. v. 15, n. 146, p. 35-45, nov./dez. 2014. p. 38.

necessidade de um maior espírito empreendedor, outra importante explicação para a baixa circulação de revistas nacionais é a falta de políticas para a indexação internacional.⁴⁷⁰

Tal problemática de internacionalização, na visão de Antônio Carlos Lessa, se soma às condições de visibilidade internacional, isso porque as ciências sociais brasileiras estão há muito tempo consolidadas no nicho de estudos latino-americanos.⁴⁷¹ No mesmo sentido Teresa Cristina Rego assevera que do ponto de vista histórico as Humanidades, mais especificamente as Ciências Humanas, costumam ser mais voltados aos problemas nacionais.⁴⁷² No entanto, entende-se que essa realidade não restringe apenas ao contexto latino-americano, mas abarca regiões como a América do Norte e Europa por exemplo. Isso porque o estudo local é uma característica bastante particular das Ciências Sociais, dando menor enfoque a estudos globais.

Apesar da característica de estudos locais em Humanidades, concorda-se com o posicionamento da autora supracitada: “os periódicos brasileiros de humanas estão fazendo um grande esforço de internacionalização, seguindo o que aconteceu nos periódicos de outras áreas em anos passados. Portanto, não se trata de atraso das humanidades, mas sim um ciclo histórico específico dessa área de conhecimentos”.⁴⁷³

Outro fator limitante de alcance das produções intelectuais e das publicações das revistas científicas brasileiras diz respeito ao alcance que a língua inglesa possui na comunidade científica internacional, possibilitando que periódicos anglófonos obtenham normalmente um fator de impacto mais elevado. Numa proposta de avaliação dos títulos da área de Educação teorizada por Ângelo Ricardo de Souza *et al*, os autores defendem que a estratificação do Qualis periódicos deve considerar o idioma no qual a revista é publicada, considerando, assim, três listas no Qualis: uma para periódicos nacionais, uma para revistas científicas de língua inglesa e outra lista para os títulos publicados em outros idiomas estrangeiros.⁴⁷⁴

Quanto à eleição de veículos de comunicação e extensão das comunicações das ciências de humanidades, a opção pelos livros tem razão pela natureza das Ciências

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 38.

⁴⁷² REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, abr./jun. 2014. p. 331.

⁴⁷³ *Idem*, p. 331.

⁴⁷⁴ SOUZA, Ângelo Ricardo de; *et al*. Qualis: a construção de um indicador para periódicos na área de Educação. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2018. p. 228.

Sociais e Humanidades, que lidam com “fenômenos estocásticos e produzem um conhecimento mais complexo, exigindo um nível superior de elaboração e argumentação e, conseqüentemente, de mais tempo e espaço para sua exposição”. O artigo científico não possibilita oferecer esses instrumentos, isso porque sua característica de brevidade⁴⁷⁵ e publicação periódica, com rápida atualização, respondem melhor às ciências que estudam fenômenos determinísticos.⁴⁷⁶

De fato, “os estudos cienciométricos e bibliométricos, sem sombra de dúvida, são altamente sensíveis ao tipo de documento que se assume como unidade de análise e à interpretação desses resultados, o uso exclusivo dos artigos para analisar a produção científica, submetido a essa perspectiva, deixa de considerar as práticas de publicação específicas que se manifestam no interior das diferentes comunidades acadêmicas”.⁴⁷⁷ É necessário, assim, considerar que diferentes áreas do conhecimento dão preferência a canais diferentes para a comunicação de resultados.⁴⁷⁸

No caso, nas Humanidades, as pesquisas de modo geral possuem a tendência de produzir textos mais longos e não necessariamente publicados como artigos, sendo também relevantes os capítulos de livros e livros, frequentemente com apenas um autor. Em tais áreas, a convivência com várias abordagens teóricas e escolas de pensamento são consideradas usuais. Além disso, não há tampouco uniformidade nos métodos adotados, havendo espaço para a adoção tanto de métodos quantitativos, semelhantes às Ciências Exatas, como métodos qualitativos em suas diversas versões e combinações.⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ Artigos como *La transparencia como política pública contra la corrupción: aportes sobre la regulación de derecho de acceso a la información pública*, com 41 páginas, ou mesmo “La armonización europea de la contratación administrativa en el Estado Español: la Ley 9/2017, de 8 de noviembre, de contratos del sector público”, com 60 páginas, representam o paradigma enfrentado na ciência do Direito, visto que são raras as revistas científicas que aceitem artigos ultrapassando duas dezenas de páginas. Ver: BUTELER, Alfonso. *La transparencia como política pública contra la corrupción: aportes sobre la regulación de derecho de acceso a la información pública*. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 14, n. 58, p. 61-106, out./dez. 2014. Ver também: FUENTES I GASÓ, Josep Ramon; JUNCOSA I VIDAL, Carme. *La armonización europea de la contratación administrativa en el Estado Español: la Ley 9/2017, de 8 de noviembre, de contratos del sector público*. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 64-124, jan./abr. 2018.

⁴⁷⁶ SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. *Práticas de publicação e avaliação em ciências sociais e humanidades: contradições e desafios*. **PSP & INOVAÇÃO**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 18-34, set. 2018. p. 22.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁴⁷⁸ MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. *A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais*. **DataGamaZero: Revista de Ciência da Informação**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2005. p. 2.

⁴⁷⁹ *Idem*.

Como adverte Gladis Cagliari-Massini, o modelo Qualis periódicos pode direcionar quanto à escolha dos assuntos considerados de qualidade, bem como pode idealizar e dar maior valorização ao artigo publicado internacionalmente. Tal direcionamento pode levar à desvalorização de grandes trabalhos sobre assuntos locais, quando as melhores produções sobre o assunto são feitas no Brasil.⁴⁸⁰

Uma crítica a essa imposição de valorização da produção intelectual via artigos de maneira indiscriminada pode implicar numa mudança na construção do objeto científico das ciências relacionadas às humanidades. O que passará imperar é a deslegitimação das práticas não orientadas na geração de “Produtos” e tecnologias à imagem de outras ciências, favorecendo, outrossim, a desvinculação do trabalho intelectual da reflexão ética e política.⁴⁸¹

Nesse sentido, é possível afirmar que a quantificação da produção intelectual acadêmica pode descaracterizar o que seria a produção de conhecimento, especialmente nas ciências das humanidades. Nessas ciências, é necessário um tempo não laboratorialmente controlado para a observação de fenômenos, a delimitação de objetos e a maturação das reflexões obtidas.⁴⁸²

Posto isso, apesar da urgência da CAPES em buscar um padrão de qualidade, indexação e internacionalização dos artigos e periódicos produzidos no Brasil, há de se considerar na política de avaliação não apenas as especificidades de cada área do conhecimento, como também as diferenças no que diz respeito aos veículos adotados para a comunicação científica.

As áreas possuem extensas diferenças entre si em fatores como o grau de adoção de um veículo de comunicação, territorialidade de seus objetos de estudo ou mesmo idioma predominante. O estágio de maturação desses fatores não é levado em conta no processo avaliativo das ciências de Humanidades, o que revela que o propósito da avaliação de estabelecer um panorama geral da produção científica nacional acaba por restar incompleta.

⁴⁸⁰ CAGLIARI-MASSINI, Gladis. Identidade das ciências humanas e métricas de avaliação: qualis periódicos e classificação de livros. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 755-778, dez. 2012. p. 769.

⁴⁸¹ SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Práticas de publicação... *Op. cit.*, p. 29.

⁴⁸² SALGADO, Luciana Salazar; CLARES, Leticia Moreira. Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de inunções e apagamentos nas humanidades. **Revista do GEL**. v. 14, n. 3, p. 29-58, 2017. p. 41.

Os resultados do levantamento demonstram que a situação das ciências do Colégio de Humanidades são preocupantes sob a perspectiva de uma publicação altamente internacionalizada, fortemente indexada e predominantemente feita em revistas científicas. No entanto, a avaliação e o levantamento não refletem a realidade de ciências com altíssima subjetividade, correntes teóricas, local e objeto de estudo e complexidade na abordagem de conteúdos qualitativos, como são as Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e aquelas voltadas a Linguística e Artes.

Capítulo 6. Parecer crítico quanto às revistas científicas mapeadas

6.1. Críticas à fidedignidade nas informações fornecidas pela base de dados

Relativamente à educação superior no Brasil, o aparelho estatal de apoio à trajetória científica e tecnológica é relativamente robusto quando comparado àqueles existentes nos demais países da América Latina. Tem-se como resultado os esforços da comunidade científica ao longo do tempo, o que tem feito, historicamente, que a política científica seja regida por órgãos executores vinculados à União, tal como a CAPES, o CNPq, a FINEP e o Ministério de Ciência e Tecnologia.⁴⁸³

A influência do Qualis sobre a publicação é notória, principalmente pelo fato de que, segundo Antônio Ozaí da Silva, o modelo se tornou uma ferramenta burocrática de enorme poder que influencia decisivamente na carreira do docente⁴⁸⁴ no que diz respeito ao controle dos recursos necessários à pesquisa e à produção intelectual. Dessa forma, o Qualis tornou-se um poder superior e alienado, no qual a comunidade científica possui pouco controle, mas é obrigado a se submeter.⁴⁸⁵

Importante considerar também que a metodologia de avaliação não deixa de ser considerada uma política pública da União, que, ao avaliar os veículos de divulgação científica, incentiva os editores a procurarem expandir o acesso aos artigos, fomenta as boas práticas editoriais e amplia o número de autores de outros estados e países. Ademais, publicar em periódicos com melhores qualificações também fomenta o pesquisador a produzir artigos com excelência.

Com isso, a criação de um sistema avaliativo representou um salto qualitativo para a atuação da fundação CAPES. Com a documentação dos resultados obtidos, foi possível dispor de uma quantidade de dados sobre a situação da pós-graduação no Brasil de maneira ampla. Além de possibilitar a promoção de uma política de investimentos no desenvolvimento da pesquisa de acordo com os resultados da avaliação.

⁴⁸³ DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, a. 15, n. 28, p. 316-344, 2011. p. 212-213.

⁴⁸⁴ VELLOSO, Andrea. A pós-graduação no Brasil: legados e desafios. **Almanaque Multidisciplinar de pesquisa**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 4 – 15, 2014. p. 11.

⁴⁸⁵ SILVA, Antonio Ozaí da. A sua revista tem QUALIS? **Mediações**, v. 14, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2009. p. 120.

Por isso, o acesso à informação sobre a política pública avaliativa do Qualis é um direito expressamente assegurado ao cidadão. A ideia por trás do dever de informar não é apenas “um instrumento para o aumento da eficiência e da transparência na gestão pública, mas também um pré-requisito para a legitimação das políticas públicas frente aos administrados”.⁴⁸⁶

Nesse sentido, deve-se também considerar que um dos maiores objetivos das democracias na atualidade é oportunizar uma rede de comunicação direta entre a Administração Pública e os administrados, que resulte em um aprofundamento democrático e maior transparência e eficiência da atividade estatal.⁴⁸⁷ Há de se observar também que a distinção entre um governo democrático e um governo autocrático é que somente o primeiro, por meio da livre crítica, pode desenvolver em si mesmo as soluções e permitir formas de desocultamento. A democracia é como poder visível, que possibilita ao interessado o controle de quem detém poder.⁴⁸⁸

Nesta senda, com vistas a informar à comunidade científica acerca das avaliações das revistas científicas, é basilar a publicação por parte da CAPES dos resultados das estratificações, hoje acessíveis pelo sítio eletrônico da fundação pública. O acesso aos pareceres é uma exigência constitucional de dar publicidade aos atos do Poder Público.

Entretanto, é necessário deter cautela quanto aos termos utilizados, isso porque por vezes se utiliza erroneamente os termos publicidade, propaganda e transparência como sinônimos de divulgação de atos públicos. Cada expressão detém o seu próprio espectro de atuação, como se verá a seguir.

A Publicidade detém o significado de tonar público um ato. Visa, divulgando-se o ato administrativo, assegurar que foi praticado de acordo com os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e os demais normas que regem a Administração Pública. E essa publicidade se faz ainda nos moldes tradicionais dos diários oficiais, com pouca atratividade e com destinatários muito específicos.⁴⁸⁹

⁴⁸⁶ SANTOS, Luiz Alberto dos. Prestação de contas, acesso a informação e processo decisório governamental. **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, Chile, 18-21, out. 2005, p. 2.

⁴⁸⁷ LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. **Revista de Direito Administrativo**, v. 244, p. 248-263, 2007. p. 255.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 262.

⁴⁸⁹ *Idem*.

Por sua vez, a propaganda “engloba princípios e teorias visando a um fim ideológico, ou seja, objetiva a adesão a um dado sistema ideológico (político, social ou econômico) de maneira indireta ou a partir de uma neutralidade disfarçada”. Atualmente, ademais, a Constituição Federal obriga que a propaganda tenha caráter educativo, informativo e de orientação social.⁴⁹⁰

No que concerne a transparência, ela “depende, essencialmente, do grau e da forma como se dá o acesso dos agentes econômicos e da sociedade organizada, e do próprio cidadão, à informação que sustenta os processos decisórios e garante o exercício dos direitos dos administrados”.⁴⁹¹ Por ela se promove a governança de forma efetiva, ao tornar o processo decisório do Poder Público aberto ao escrutínio popular e ao garantir o exercício pelo cidadão do controle dos agentes públicos.⁴⁹²

Dessa maneira, a transparência, quando exigida, demanda a apresentação de informações de forma completa e compreensível.⁴⁹³ Para Têmis Limberger, a transparência aparenta ser uma integração do princípio constitucional da publicidade em conjunto com o direito à informação e o princípio democrático.⁴⁹⁴ Por sua vez, Márcio Ricardo Staffen e Maurizio Oliviero entendem que a transparência busca transcender o dever de publicidade, de modo a propiciar o imediato acompanhamento dos atos do Poder Público.⁴⁹⁵

A ideia por trás da transparência das avaliações do Qualis periódicos é essencial para o próprio desenvolvimento do modelo avaliativo. O acesso à informação, mesmo que não seja uma ferramenta suficiente para promover melhora da qualidade do gasto público, é uma política essencial para um Estado que pretenda gastar melhor e promover maiores ganhos sociais com seus investimentos.⁴⁹⁶

Cristiano Aguiar Lopes entende que a promoção da transparência leva à natural modernização da gestão pública, ao mesmo tempo que a modernização da gestão

⁴⁹⁰ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p. 90-91.

⁴⁹¹ SANTOS, Luiz Alberto dos. Prestação de contas... *Op. cit.*, p. 1.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 14

⁴⁹³ NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 91.

⁴⁹⁴ LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa... *Op. cit.*, p. 262.

⁴⁹⁵ STAFFEN, Márcio Ricardo; OLIVIERO, Maruizio. Transparência enquanto pretensão jurídica global. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 15, n. 61, p. 71-91, jul./set. 2015. P. 80.

⁴⁹⁶ LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**. Brasília, n. 8, p. 5-40, dez. 2007. p. 37.

pública conduz normalmente à gestão da transparência.⁴⁹⁷ Tal hipótese levantada pelo autor pode ser considerada verdadeira quando se ignora os possíveis efeitos negativos que a transparência pode trazer, como será exposto no próximo tópico.

Logicamente, os atos públicos operam-se à vista de todos, diante de uma audiência universal onde não é possível selecionar ou eleger alguém para compartilhar algo de maneira confidencial. Os atos privados, ao contrário, são invisíveis, exercidos nos bastidores.⁴⁹⁸ E assim se funda a publicidade da Administração Pública, que almeja uma governabilidade com pleno conhecimento de seus administrados.

Como é de conhecimento notório, o princípio da publicidade possui uma forte relação com a transparência.⁴⁹⁹ Ademais, em decorrência de forte mobilização da comunidade internacional, a transparência se tornou um dos pilares da democracia, superando o caráter de publicidade meramente formal.⁵⁰⁰

Nessa lógica, Luiz Alberto Blanchet aduz que visto que a atividade burocrática é constante, faz-se necessário a participação permanente da sociedade. Para tanto, é basilar que se tenha disponível meios catalisadores desse controle externo garantidos pela existência de uma fundamentação legal. Com a norma asseguradora, é possível que qualquer cidadão exija informações com prazos relativamente reduzidos, bem como consulte gastos públicos, investimentos e quais quer outras informações desde que não estejam sob sigilo.⁵⁰¹

Segundo Irene Patrícia Nohara, o termo transparência deriva do vocabulário “governança pública”, que utiliza a expressão *disclosure*, e se relaciona com a divulgação dos atos de gestão para evitar conflito de interesses. Na abordagem da transparência exige-se a divulgação de informações claras, objetivas e evidentes.⁵⁰²

Portanto, o princípio da publicidade aduz como um dos deveres estatais a transparência nos comportamentos das entidades públicas e de seus agentes. Não é

⁴⁹⁷ *Ibidem*, p. 37.

⁴⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 86.

⁴⁹⁹ VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v. 9, p. 46-62, 2010. p. 50.

⁵⁰⁰ BLANCHET, Luiz Alberto. A transparência na administração pública, o combate à corrupção e os impactos no desenvolvimento. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v.1, n.51, p.157-175, jan./abr. 2017. p. 169.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p.161.

⁵⁰² NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 91.

possível haver em um Estado Democrático de Direito, preconizado pela Constituição Federal de 1988, onde o poder reside no povo, o ocultamento aos cidadãos de assuntos públicos e tampouco a omissão de medidas que afetam os sujeitos individualmente.⁵⁰³

O fomento à transparência como meio para incentivar uma maior participação democrática e fiscalização da máquina da Administração Pública é essencial para o pleno desenvolvimento. De fato, é premente a importância uma norma que garanta a possibilidade de prestação de informações por parte do Poder Público, mas também é necessária uma postura ativa dos administradores em providenciar a acessibilidade constante das informações públicas sem que haja a necessidade de qualquer requerimento.

Outrossim, a partir do momento que a Administração Pública provê transparência na sua gestão pela disponibilização de seus dados, a sociedade obtém oportunidade de trabalhar as informações públicas sob uma óptica própria. Com a diversidade de visões, é possível lograr resultados largamente heterogêneos e infinitamente mais amplos do que os obtidos por um conjunto limitado de servidores e gestores públicos.⁵⁰⁴

Buscando a verdadeira concreção da publicidade da Administração Pública, a Constituição Federal previu o direito de acesso à informação,⁵⁰⁵ bem como garantiu a concretização da publicidade assegurando o direito de petição, obtenção de certidões e a possibilidade de propor ação administrativa. Como se observa, o Brasil detém uma oferta razoável de dados públicos em todas as esferas e poderes oferecidos de modo público e gratuito, mas há poucas iniciativas do Poder Público em estabelecer uma base integral estruturada e em uma linguagem computacional aberta.⁵⁰⁶

Quanto à CAPES, há um movimento de publicação de informações sobre suas avaliações e outras atividades por meio da internet, na tentativa de prover maior acesso às suas atividades. Como se observa, a divulgação tradicional por meio da publicação em

⁵⁰³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros: 2014. p. 117.

⁵⁰⁴ ARAÚJO, Danilo Barreto; AGUIAR, Everson Lopes de. Dados governamentais abertos como ferramenta de participação social e aproximação entre governo e sociedade. **Anais do VII Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, p. 2-23, 2014. p. 17.

⁵⁰⁵ Artigo 37, §3º, II da Constituição Federal.

⁵⁰⁶ ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência... *Op. cit.*, p. 4.

papel do Diário Oficial cedeu espaço para a divulgação por meios eletrônicos, que cada vez mais se popularizam como meio de obtenção de informações.⁵⁰⁷

Sem embargo, vislumbrou-se que na maioria dos dados referentes ao Qualis Periódicos, a CAPES possui uma postura de disponibilizar ativamente as informações necessárias, mesmo que, em áreas vitais para o acompanhamento do processo, vários documentos são mantidos sem acesso. Em outros casos, várias informações possuem graves erros.

De fato, “por um lado, recursos tecnológicos, como a internet, proporcionam maior rapidez e facilidade na busca por informação pública, por outro, não são esses recursos que garantem a transparência e facilidade de acesso”.⁵⁰⁸ Em outras palavras, há de se considerar uma realidade que supere apenas o cumprimento à legalidade e da facilitação do acesso.

A publicidade atualmente em prática no Qualis periódicos não possibilita que o cidadão comum tenha acesso com facilidade a todas as informações concernentes do processo de avaliação e das informações da base de dados. O que dificulta saber se as ações realizadas pelos gestores estão atendendo as necessidades sociais.⁵⁰⁹

Como exposto no capítulo anterior acerca dos resultados obtidos com o levantamento dos periódicos científicos avaliados pelo Qualis periódicos, houve a exposição das impressões que se tomaram acerca da análise das avaliações. Contudo, outro ponto exigiu a sua análise: as inexatidões das informações colhidas.

Portanto, neste tópico, insta analisar as principais imprecisões encontradas nas bases de dados do Qualis periódicos no que se refere às revistas científicas avaliadas na avaliação Quadrienal de 2017 (2013-2016). Há quatro erros recorrentes que podem ser apresentados: a) a repetição recorrente de periódicos nas planilhas disponíveis para transferência na Plataforma Sucupira; b) informações inconsistentes no que diz respeito ao título do periódico; c) inexatidões em relação ao estrato atribuído, facilmente

⁵⁰⁷ FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. Princípio da Publicidade da Administração Pública. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 24, n. 40, p. 9-23, 2008. p. 17.

⁵⁰⁸ BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transformação**. Campinas, v. 22, n. 3, p. 225-231, set./dez. 2010. p. 226.

⁵⁰⁹ FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na Administração Pública. **Temas da Administração Pública**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2013. p. 3.

constatado quando o periódico era repetidamente mencionado; d) ausência de dados, tais como o ISSN da revista.

Mesmo que as peculiaridades já tenham sido extensivamente apresentadas nos capítulos anteriores, a exposição neste tópico vislumbrará as inexatidões analisando os exemplos obtidos pelo levantamento de dados realizado no Qualis Periódicos pelo autor.

Na problemática de repetição de periódicos nas planilhas da CAPES, erro recorrente em todas as áreas de concentração do Qualis periódicos, analisar-se-á a amostra exemplificativa de apenas quatro áreas: Materiais, Psicologia, Biodiversidade e Ciências Biológicas III. Os resultados na totalidade de periódicos dessas três áreas divergem com o montante obtido ao final do tratamento dos dados em razão dos títulos repetidos.

Em Materiais, numa primeira análise havia 1.658 títulos avaliados pela área. Após o tratamento, verificou-se que o total alcançou a cifra de 1.499 periódicos. Em outras palavras, havia 159 revistas duplicadas. Por sua vez, a área de conhecimento de Psicologia, onde se encontrava 3.025 periódicos listados, o montante se reduziu para 2.622 títulos após a análise, com a retirada de 403 títulos repetidos. Em Biodiversidade, onde havia 3.849 revistas científicas na lista do Qualis periódicos, houve a incidência de 601 duplicações, reduzindo-se a cifra para 3.248 títulos. Por fim, a área de Ciências Biológicas III, onde haviam revistas que estavam replicadas dez vezes, o valor inicial era de 2.403 periódicos e reduziu para 2.110, incidindo 293 repetições.

A segunda problemática, relativamente às informações do título de periódico, demonstra graves erros no preenchimento de dados. Áreas como Linguística e Literatura, Engenharias IV, Ciência de Alimentos e Ciência da Computação detinham títulos com erros de digitação. Entretanto, insta analisar, em especial, as incidências observadas nas áreas de Medicina Veterinária, Educação, Enfermagem, Ciência Política, Ciências Biológicas I e Linguística e Literatura.

É possível dizer que a situação mais curiosa ocorreu na área de concentração de Medicina Veterinária, pois o Diário Oficial da União, veículo utilizado para tornar público todo e qualquer ato administrativo emitido pelos órgãos federais, constava na lista do Qualis Periódicos da área com o estrato B5 atribuído. Educação e Enfermagem não ficam tão abaixo nos absurdos constados na lista. A área de Educação detinha os seguintes

títulos considerados como periódicos: “????????-?????” e “S/N^o”, ao passo que havia Enfermagem um periódico com o título “978-846-148-1”.

Por sua vez, a área que concentra Ciência Política e Relações Internacionais detinha a indicação bibliográfica de um artigo científico constando como título de revista científica. E em mais um exemplo, havia em Ciências Biológicas I título de Congresso constando como periódico. Finalmente, em Linguística e Literatura, por vezes se encontrou o ISSN da revista acadêmica como se fosse o título do veículo de comunicação.

A terceira recorrência diz respeito a existência de divergências na estratificação do periódico, facilmente constatado quando havia repetições de títulos, apesar de constar que o ISSN e o título da revista eram condizentes. A incidência de títulos repetidos, mas com estratificação divergente foi encontrada nas seguintes áreas: Saúde Coletiva, Medicina I, Interdisciplinar, História, Ensino, Ciências Agrárias I e Engenharias I.

Por último, havia também a incidência de periódicos que estavam com as informações incompletas, principalmente sem o ISSN da revista científica estratificada. A ausência de ISSN teve maior incidência em duas áreas: Engenharias II e Linguística e Literatura. A existência de ISSN nas informações do periódico científico é um importante elemento identificador do veículo de comunicação que o distingue dos demais, principalmente quando há a incidência de homônimos.

Utilizando a divisão apresentada por Carmem Lúcia Batista, os problemas de transparência e acesso à informação pública, como os expostos acima em relação à CAPES e ao Qualis periódicos, podem ser categorizados em três dimensões. A primeira, a dimensão física, consiste na dificuldade em acessar materialmente o documento público. O excesso de informação ou, por outro lado, a sua escassez, são consequências diretas da dimensão física, isso porque o excesso de informação desorganizada, tanto digitalmente como no modo impresso, inviabiliza a eficácia de seu acesso. Por outro lado, a falta de informação disponível ou organizada também é empecilho para seu acesso fora o ambiente eletrônico.⁵¹⁰

Por sua vez, a dimensão intelectual analisa a dificuldade de acessar cognitivamente a informação pública, aduzindo que tal empecilho ocorre, em parte, por características que são implícitas à organização da estrutura da Administração Pública.

⁵¹⁰ BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões... *Op. cit.*, p. 226-227.

Como o Poder Público opera obedecendo à racionalidade, legalidade, impessoalidade e formalidade, a linguagem utilizada é de difícil compreensão.⁵¹¹

Seguindo essa lógica, na técnica legislativa, por exemplo, a norma é pensada em uma linguagem comum, depois traduzida para um vocabulário jurídico-administrativo para, após, ser interpretada para a linguagem comum. A última parte desse processo é onde impera o erro, pois ela nem sempre ocorre e, na maioria das vezes, a linguagem complexa das leis e das normas é somada a um formato de publicação de pouca acessibilidade.⁵¹²

Finalmente, a dimensão comunicacional “se configura em dificuldade de acesso e transparência da informação pública, que implica o controle dos fluxos que podem abalar a participação social, e como consequência, a democracia”.⁵¹³ Ademais, “quanto à abertura da informação pública, uma lei de acesso resolve a questão; em relação à comunicação e à prestação de cotas, a questão é mais complexa porque envolve a preparação do cidadão para realmente tomar conhecimento dos negócios públicos”, bem como um fluxo comunicacional eficiente.⁵¹⁴

Comparando as dimensões propostas pela autora com as problemáticas encontradas no levantamento das avaliações, observou-se que restou cumprida apenas a dimensão intelectual, pois a linguagem utilizada nas tabelas do Qualis periódicos é de fácil compreensão e necessitaria apenas de uma breve leitura para se instruir para compreender os dados.

Entretanto, a dimensão comunicacional e a dimensão física restaram insatisfatórias. Na dimensão comunicacional, cumpriu-se parcialmente com o requisito, pois deve-se considerar que a CAPES possui uma posição de transparência ativa na divulgação dos resultados via Plataforma Sucupira, mas utilizou-se, para tanto, uma plataforma eletrônica privada que é capaz de impedir a plena acessibilidade. Na dimensão física, por outro lado, o Qualis periódicos oferta informações altamente desorganizadas e imprecisas, como demonstrado nos exemplos alhures, o que acaba por se tornar um empecilho.

⁵¹¹ *Ibidem*, p. 228.

⁵¹² *Idem*.

⁵¹³ *Ibidem*, p. 229.

⁵¹⁴ *Idem*.

Batista assevera que no acesso à informação pública estão implicados conceitos que vão além do fator jurídico, de legalidade e de legitimidade, que a reivindicação pelo direito à informação pública pode, aparentemente, supor. Devem ser discutidas, junto ao pleito, as condições para que a transparência e o acesso, em todas as suas acepções, estejam imbricados às dimensões físicas, intelectuais e comunicacionais da informação pública. Somente ao considerar essas dimensões será possível a apropriação social da informação pública para a constituição de relações concretas entre o Estado e a sociedade.⁵¹⁵

Em pesquisa feita por Anneke Zuiderwijk e Marijn Janssen, há um movimento que entende que os dados com baixa qualidade não devem ser publicados. Eles compreendem que há riscos iminentes ao se abrir dados de baixa qualidade e sugerem evitar o tratamento e o levantamento de quaisquer conclusões sobre dados deficientes.⁵¹⁶

Por outro lado, há um movimento que propõe liberar e deixar abertas as informações com baixa qualidade de dados. Esse último movimento afirma que, se esses dados não forem divulgados, poderão permanecer em baixa qualidade e ninguém saberá que os dados são de baixa qualidade, enquanto a publicação de dados pode ajudar a apontar em quais dimensões a qualidade dos dados é ruim para que isso possa ser melhorado. Nessa lógica, os interessados poderão, então, comentar os dados, pressionar o aumento na qualidade os dados de baixa qualidade.⁵¹⁷

Nesta senda, o entendimento mais correto parece ser o último preconizado, onde se defende a publicação de dados mesmo com baixíssima qualidade. As razões apresentadas não podem ser outras: sem a divulgação das informações imprecisas, não se poderia emergir estudos buscando traçar críticas e propor melhorias no sistema, tal qual, de certa maneira, é o que este ensaio se propõe a realizar no âmbito do modelo avaliativo do Qualis periódicos.

Outrossim, deve-se superar a cultura de sigilo por parte do Estado porquanto, em vez de contribuir para a sua segurança, possui consequências contrárias e aumenta a exposição da máquina pública à corrupção à medida que informações de qualquer nível

⁵¹⁵ BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões... *Op. cit.*, p. 229.

⁵¹⁶ ZUIDERWIJK, Anneke; JANSSEN, Marijn. The negative effects of open government data – investigating the dark side of open data. **Proceedings of the 15th Annual International Conference on Digital Government Research**. Aguascalientes, p. 147-152, 2014. p. 149.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 149.

de sigilo podem ser obtidas por vias irregulares ou tornarem-se objeto de negócios escusos.⁵¹⁸ Por isso, entende-se que “a transparência é forma de evitar esse tipo de conduta. A divulgação das ações contribui para a análise crítica da gestão pública”.⁵¹⁹

Quando não há critérios adequados para a seleção do que deve ou não ser tratado como sigiloso, tudo pode ser considerado. Por isso, a banalização da restrição ao acesso à informação torna o Estado mais vulnerável, sem o caráter democratizante e de transparência.⁵²⁰

O grande problema, para José Antonio Gomes de Pinho não é a tecnologia, mas a cultura política em vigor no ambiente dos órgãos e entidades públicas. Contata-se que há muita tecnologia, ainda que ela possa e deva ser ampliada, mas há pouca democracia, pois a tecnologia ofertada não é mobilizada nesse sentido. O que se necessita é de mudanças fundamentais na cultura política brasileira, possuindo uma predisposição verdadeira para a implementação de procedimentos fiscalizatórios e participativos.⁵²¹

A cobrança por parte da sociedade civil por visibilidade das ações da Administração Pública está vinculada à indispensabilidade de abrir acesso ao conteúdo informacional dos atos e dos gastos efetivados pelo governo. O cumprimento pleno de prover o acesso não atende por si só as expectativas da população, que exige, em conjunto, qualidade informacional. Uma sociedade participativa e consciente da atuação dos seus representados desempenha de maneira mais abrangente o exercício da democracia quando se tem o direito de opinar e fiscalizar os gastos públicos.⁵²²

Como bem observa Limberger, a plena efetivação do princípio da publicidade se trata como um dever do Poder Público e se complementa com o direito à informação do cidadão. Conjugando-se tais normas, tem-se a satisfação dos demais princípios que regem a Administração Pública: verifica-se que a administração agiu ao amparo da

⁵¹⁸ SANTOS, Luiz Alberto dos. Prestação de contas, acesso a informação e processo decisório governamental. **X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, Chile, 18-21, out. 2005. p. 18.

⁵¹⁹ FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na Administração Pública. **Temas da Administração Pública**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2013. p. 6.

⁵²⁰ SANTOS, Luiz Alberto dos. Prestação de contas... *Op. cit.*, p. 18.

⁵²¹ PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-93, maio/jun. 2008. p. 492.

⁵²² FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social... *Op. cit.*, p. 1.

legalidade, alcançou-se a moralidade, e é satisfeita a efetividade, princípios que servem à realização do Estado Democrático de Direito.⁵²³

Ante a falta de transparência e a inconsistência das informações das avaliações apresentadas em sua plataforma online, o Qualis periódicos necessita prover uma modernização do seu canal de divulgação via internet. Não é suficiente a singela divulgação dos resultados das avaliações. Toda e qualquer política da Administração Pública deve considerar as melhores práticas de governança on-line para a maior confiabilidade de seu processo.

6.2. Críticas ao atraso no desenvolvimento digital do Qualis

Conforme assenta Klaus Schwab, “as plataformas digitais reduziram drasticamente os custos de transação e fricção incorridos sempre que os indivíduos ou organizações compartilham o uso de um ativo ou oferecem um serviço”.⁵²⁴ Sem considerar que o conhecimento compartilhado passa a ser (se já não era) especialmente decisivo para se moldar um futuro coletivo que reflita valores e objetivos comuns.⁵²⁵

A chamada sociedade em rede é uma era que vai além de simples transformações tecnológicas, uma vez que inclui fatores culturais, econômicos e políticos implícitos que podem compor a sociedade em rede. Nesse sentido, as influências como religião, educação cultural, organizações políticas e status social moldam a sociedade em rede. É preciso, assim, considerar como a rede de computadores e as novas tecnologias de informação influenciam a ciência da administração e a governança.⁵²⁶

Como se verificou, os princípios que norteavam a transparência pública sofreram uma intensa modificação, onde exsurge um patamar de exigência para a transparência que considera que tudo que não é sigiloso deve estar disponível na internet no formato de dados abertos. Essa posição é inovadora quando comparada com o paradigma anterior, onde se considerava que tudo que não fosse sigiloso deveria ser

⁵²³ LIMBERGER, Têmis. Transparência administrativa... *Op. cit.*, p. 263.

⁵²⁴ SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016. p. 29.

⁵²⁵ *Ibidem*, p. 12.

⁵²⁶ ANDRESANI, Gianluca; STAMILE, Natalina. Transparency in internet regulation and governance: arguments and counter-arguments with some methodological reflections. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 117, p. 443-476, jul./dez. 2018. p. 461.

público e colocado à disposição quando solicitado, ou mantido disponível como possível.⁵²⁷

No campo da comunicação científica, o meio eletrônico é visto principalmente com a popularização de periódicos digitais, em razão dos altos custos da publicação impressa. A transição ao ambiente digital possibilitou a divulgação de pesquisas científicas em tempo real, bem como viabilizou a gerência e o acompanhamento dos textos enviados ao corpo editorial e garantiu uma constante proliferação de artigos.⁵²⁸

Buscando adimplir com a ideia do princípio da publicidade em seu campo material, os entes da Administração Pública têm buscado o alicerce nos diversos meios sociais, por terem maior alcance e terem mais agilidade na circulação de informações.⁵²⁹ De fato, a informação pública provida no ambiente digital significa a formação da opinião cidadã, diminuição de atos fraudulentos e, principalmente, o estímulo às boas práticas, incrementando a função promocional do direito e não apenas o aspecto repressivo.⁵³⁰

Sob esse ponto, há dois movimentos principais da sociedade civil que estão buscando uma maior abertura de informações, documentos e conjuntos de dados mantidos pela Administração Pública. O primeiro é o movimento conhecido como *right to information*, ou Direito à informação. Nesse movimento, o que se busca é garantir o direito público de acesso à informação como um Direito Humano.⁵³¹

Por sua vez, o segundo movimento, *Open Government Data*, que detém um embasamento predominantemente social e econômico para fomentar a abertura de dados governamentais. Tal movimento defende que a disponibilização das informações públicas no domínio público pode beneficiar a sociedade, criando condições para uma prestação de serviços mais inclusiva e social e para uma democracia participativa. Argumenta-se

⁵²⁷ VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos... *Op. cit.*, p. 58.

⁵²⁸ BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto; CASTRO, João Ernesto E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital – o caso da Revista Produção Online. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2004.

⁵²⁹ BLANCHET, Luiz Alberto. A transparência na administração pública... *Op. cit.*, p. 169.

⁵³⁰ LIMBERGER, Têmis. Cibertransparência: informação pública em rede e a intimidade como um dos limites constitucionais – uma abordagem a partir do tema 483 da Repercussão Geral examinada pelo STF. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 16, n. 65, p. 199 – 217, jul./set. 2016. p. 214.

⁵³¹ UBALDI, Barbara. Open government data: towards empirical analysis of open government data initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**. Paris, n. 22, p. 1-61, 2013. p. 4.

também que a abertura de dados pode estimular a economia ao permitir que terceiros criem novos produtos e serviços usando dados públicos.⁵³²

Nesse sentido, o movimento *Open Government Data*, ou dados abertos governamentais, pode ser compreendido no sentido de utilizar a rede mundial de computadores para a publicação de informações das Administrações Públicas, possibilitando o seu mais amplo acesso. Em outras palavras, “são entendidos como o esforço para a publicação e disseminação das informações do setor público na Web, permitindo a reutilização e a integração destes dados”.⁵³³

O objetivo é que tais informações disponibilizadas sejam publicadas e difundidas pela internet de modo que sejam compreensíveis pelas máquinas e poderem seja reutilizados em programas de tratamento de dados desenvolvidos pela sociedade.⁵³⁴ Nesta senda, a utilização da rede de computadores é uma maneira eficiente de aumentar a confiança e a cooperação entre os usuários e o Poder Público.⁵³⁵ Portanto, a ideia de dados abertos serve para que os cidadãos e entidades possam reutilizá-los para verificar, esclarecer, fiscalizar e acompanhar questões de seus interesses.⁵³⁶

Ademais, há benefícios potenciais da adoção de meios eletrônicos de comunicação e transparência por parte do Poder Público, como a melhoria na eficiência em processar tarefas em operações da Administração Pública, redução de custos e melhoria na prestação de serviços.⁵³⁷

No entanto, apesar de uma clara aproximação entre o direito à Informação e o movimento de dados abertos governamentais, há algumas diferenças que os afastam. Uma das diferenças principais entre direito à informação e movimento de dados abertos é que enquanto aquela enfatiza o acesso a dados de forma qualitativa e quantitativa,

⁵³² *Idem.*

⁵³³ RIBEIRO, Claudio Jose Silva; ALMEIDA, Reinaldo Figueiredo de; Dados abertos governamentais (*open government data*): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais do XII ENANCIB**. Brasília, 2011. p. 2571.

⁵³⁴ FERNANDES, Jorge Luiz de; CORDEIRO, Douglas Farias. Avaliação de formatos de publicação de dados abertos governamentais através de indicadores de usabilidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v. 9, n. 1, p. 65-83, jan./ago. 2016. p. 66.

⁵³⁵ WANG, Fang; WANG, Ying. A grounded theory of government website promotion. In: CASTELNOVO, Walter; FERRARI, Elena (Orgs.). **Proceedings of the 13th European Conference on eGovernment**. p. 551-559. Como: Academic Conferences and Publish International Limited, 2013. p. 556.

⁵³⁶ DINIZ, Vagner; GUIMARÃES, Caroline Burle dos Santos. Os desafios para um país digitalmente aberto. **Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, p. 1-19, 2013. p. 4.

⁵³⁷ EBRAHIM, Zkareya; IRANI, Zahir. E-government adoption: architecture and barriers. **Business Process Management Journal**. v.11, n.5, p.589-611, 2005. p. 607.

usualmente armazenadas em forma de documentos, o movimento de dados abertos se concentra em informações armazenadas eletronicamente pelo Poder Público e estão preocupados com as questões técnicas e legais relacionadas ao acesso, uso e reuso desse montante de dados.⁵³⁸

Em outras palavras, o movimento pelo direito à informação enfatizou fomentar a obrigação dos órgãos públicos de responder às solicitações de informação, como ocorre aqui no Brasil com a institucionalização da Lei de Acesso à Informação. Por outro lado, o movimento de dados de governança aberta busca a liberação proativa de grandes volumes de informações em formatos e condições que permitam a sua reutilização.⁵³⁹

Adverte-se, entretanto, que embora as novas tecnologias de informação e comunicação tenham possibilitado a construção de novos instrumentos de transparência governamental, trata-se ainda de um processo político que se efetiva no contexto da democratização do país e da necessidade de legitimação política dos representantes.⁵⁴⁰

Sob um olhar normativo, é sabido que a existência de conhecimento dos atos do Poder Público é um direito constitucional, garantida pela obrigatoriedade de disponibilizar acesso à informação, segundo o artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal.⁵⁴¹ Por sua vez, a Lei de Acesso à Informação assenta em seu artigo 8º que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”. Nesta lei, a transparência é uma de suas diretrizes, onde, em seu artigo 3º, IV, deve-se fomentar o desenvolvimento de uma cultura de transparência na Administração Pública.⁵⁴²

Na visão de Vagner Diniz e Caroline Burle dos Santos, a Lei de Acesso à Informação facilita o controle social e possibilita que a sociedade agregue benefícios ao obter acesso e fazer uso dos dados abertos. Ademais, ela fortalece as instituições, a

⁵³⁸ UBALDI, Barbara. Open government data... *Op. cit.*, p. 5.

⁵³⁹ *Idem.*

⁵⁴⁰ LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; PRADO, Otávio. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organização & Sociedade**. Salvador, v.15, n.47, p. 107-119, out./dez. 2008. p. 108.

⁵⁴¹ Artigo 5º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

⁵⁴² NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. *Op. cit.*, p. 91.

cidadania e a corrupção. Assim como promove a transparência, melhor fiscalização e fomenta a formulação de novas ideias em políticas públicas pelos próprios cidadãos.⁵⁴³ No entanto, a implementação efetiva da Lei de Acesso à Informação, mesmo que tenha facilitado a comunicação entre o Poder Público e Sociedade, não resolveu questões técnicas e de gestão necessárias para efetivar a implementação da abertura de dados.⁵⁴⁴

Ressalva-se que a Lei de Acesso à Informação prevê duas formas de publicidade. A primeira, denominada transparência ativa, onde a Administração transmite as informações estatais de ofício, usualmente em sítios eletrônicos. A segunda, na transparência passiva, o interessado postula ao órgão para obter a informação desejada.⁵⁴⁵ Entretanto, como observado, a CAPES atua ativamente na promoção da transparência de modo parcial, como observado nos empecilhos trazidos no levantamento de dados para esse estudo.

A disponibilização de dados abertos faz esclarecer o funcionamento de setores governamentais que ainda estão desalinhados em relação aos objetivos de controle social e de prestação de serviços aos cidadãos. Dessa maneira, ensejando a participação ativa dos interessados, a Administração Pública tentará melhorar os seus processos e tornará mais transparente a sua Administração.⁵⁴⁶

No mesmo sentido, a defesa dos dados abertos como promotor de transparência procura tornar os dados governamentais acessíveis a todos ao eliminar as restrições referentes à tecnologia, legislação e acessibilidade, buscando dessa maneira garantir o irrestrito acesso e utilização dos dados públicos pelos cidadãos.⁵⁴⁷

Sem embargo, efetivar uma política de pleno acesso também se constitui uma tarefa delicada, isso porque o agente que detém as informações públicas tem sua zona de conforto afetada quando suas ações são colocadas sob um controle interno e também

⁵⁴³ DINIZ, Vagner; GUIMARÃES, Caroline Burle dos Santos. Os desafios para um país digitalmente aberto. **Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, p. 1-19, 2013. p. 5.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 14.

⁵⁴⁵ Artigos 6º e 10 da Lei de Acesso à informação. Conceitos expostos por: CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 28.

⁵⁴⁶ DINIZ, Vagner; GUIMARÃES, Caroline Burle dos Santos. Os desafios para um país... *Op. cit.*, p. 5.

⁵⁴⁷ VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v.9, p.46-62, 2010. p. 49.

aquele exercido pelo cidadão. Conseqüentemente, os agentes públicos criam uma visão incorreta onde as informações públicas são tomadas como propriedade individual.⁵⁴⁸

Segundo a organização não-governamental “*Open Government Working Group*”, há princípios basilares que são necessários considerar quando se estuda a noção de dados governamentais abertos. Eles necessitam ser 1) completos, totalmente disponíveis e sem limitações; 2) primários, coletados da fonte com o menor nível de modificações ou agregações; 3) atuais, onde devem ser publicizados da maneira mais rápida possível para preservar o valor da informação; 4) acessível, sendo possível a sua utilização pelo maior número de usuários e finalidades; 5) processáveis por máquina, devendo ser estruturados para que se possa haver processamento automatizado; 6) não-discriminatório, devendo ser acessíveis por qualquer pessoa, sem necessidade de registro; 7) não-proprietários, estando disponíveis em um formato onde ninguém detém controle exclusivo; 8) livre de licenças, livre de direitos autorais, livre de patentes, propriedade intelectual ou segredo industrial.⁵⁴⁹

Seguindo o movimento de governança aberta e dada a importância da digitalização dos processos burocráticos da Administração Pública, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão divulgou, em 2007, uma cartilha com indicadores para a avaliação dos serviços ofertados via internet, a saber: maturidade do serviço prestado, comunicabilidade, confiabilidade, multiplicidade de acesso, acessibilidade, disponibilidade, facilidade de uso e transparência.⁵⁵⁰

Por sua vez, a Lei de Acesso à informação também previu que os sítios eletrônicos dos órgãos e entidades públicas adotassem requisitos de governança aberta, obrigando, como se vê: conter uma ferramenta de pesquisa e conteúdo que sejam objetivos, claros, transparentes e de fácil linguagem; possibilitar a gravação em diversos formatos, inclusive abertos e não proprietários; possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina; divulgar os formatos utilizados; garantir a autenticidade e integridade dos dados; atualizar as

⁵⁴⁸ BLANCHET, Luiz Alberto. A transparência... *Op. cit.*, p. 158.

⁵⁴⁹ Open Government Working Group. **8 Eight Principles of Open Government Data**. Disponível em: < <https://opengovdata.org/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

⁵⁵⁰ BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Indicadores e métricas para avaliação de e-Serviços/ departamento de governo eletrônico**. Brasília: MP, 2007. p. 13-22.

informações disponíveis; indicar local e instruções para comunicação com a entidade ou órgão administradora do sítio; garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência.⁵⁵¹

Uma maior transparência e oferta de informações públicas em rede é favorável por variados motivos. Em um argumento econômico, a abertura é vista como uma condição para mercados ótimos, onde impera o comportamento racional porquanto que só pode ser exercido se os atores tiverem acesso à informação. Num argumento político, a abertura de dados pode servir como uma pré-condição para a participação política dos cidadãos e partes interessadas. Em um argumento jurídico, a abertura tende a ser, também, uma pré-condição para a uma maior obediência à legalidade administrativa e o Estado de Direito, porquanto que o conhecido público é essencial para um processo democrático e induz uma atuação mais responsável por parte dos agentes públicos.⁵⁵²

Num sentido diverso, a abertura de dados públicos também pode ter efeitos negativos. Num argumento econômico, a ampla transparência pode dificultar o comportamento racional, pois podem fazer com que as decisões consideradas mais arriscadas sejam tratadas de forma adversa. Num argumento político, a participação pública pode, contrariamente, atrapalhar a formulação de uma política pública visto que ela pode gerar efeitos perversos como a exploração dos dados por terceiros. Por sua vez, num argumento legal, uma transparência sem limites pode ameaçar a posição legal de indivíduos e empresas, dado que a proteção da privacidade é subjugada para o alcance da informação plena.⁵⁵³

Mas para poder afirmar que houve, no exemplo do sistema da CAPES, uma verdadeira adoção dos benefícios do mundo digital, deve-se considerar que um dos grandes fatores determinantes do progresso considera a extensão que tal inovação tecnológica é adotada pela sociedade. Obviamente que o Poder Público e as entidades privadas possuem sua participação e obrigações a cumprir, mas é essencial que os indivíduos enxerguem os benefícios da nova tecnologia a longo prazo.⁵⁵⁴

Melhor dizendo, de nada adianta a digitalização dos meios burocráticos estatais se o acesso a ele é quase nulo. A falta de diálogo, a falta de informação sobre as atualizações do sistema de dados e de outras ações no ambiente digital é um elemento que

⁵⁵¹ Artigo 8º, §3º da Lei de Acesso à Informação.

⁵⁵² MEIJER, Albert J.; CURTIN, Deirdre; HILLEBRANDT, Maarten. Open government: connecting vision and voice. **International Review of Administrative Sciences**. v. 78, n. 1, p. 10-29, 2012. p. 20-21.

⁵⁵³ *Ibidem*, p. 23.

⁵⁵⁴ SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. *Op. cit.*, p. 17.

pode ser solucionado por meio da criação de eventos e conferências dedicados à discussão das iniciativas no meio eletrônico e a elaboração de uma página específica para a tomada de ciência das atualizações.⁵⁵⁵

Segundo Vagner Diniz, há três agentes de cadeia essenciais para o estabelecimento de uma política de dados governamentais abertos. O primeiro agente, considerado o mais relevante dentre os três, é a entidade pública responsável pela coleta, organização e armazenamento das informações digitalmente. Duas funções possuem liame com esse autor: a responsabilidade por zelar pelos dados públicos e a sua incumbência como autoridade política para decidir quais, como e quando as informações serão liberadas ao público.⁵⁵⁶

O segundo agente é o provedor de tecnologia, pois “não existem dados governamentais abertos se não forem utilizadas tecnologias que garantam aderência dos dados às características que os tornam abertos”. Ademais, é esse agente que provê a capacidade de o dado ser reutilizado por outros que não o disponibilizador deles. Outrossim, é essencial que as tecnologias que o agente adote sejam universalmente aceitas e padronizadas.⁵⁵⁷

O terceiro agente é a sociedade interessada, pois “a disponibilização de dados governamentais abertos só tem valor se houver interesse da sociedade civil em reutilizá-los, dando a eles novos significados segundo o seu interesse e conveniência”. O agente reutilizador as informações disponibilizadas pode ser qualquer pessoa ou instituição que tenha interesse neles e habilidade no desenvolvimento de programas para seu uso.⁵⁵⁸

Feita a introdução, é necessário ver as possíveis adversidades da adoção de uma política de desenvolvimento digital. O primeiro fator é a problemática da divisão digital, conforme já advertido por Manuel Castells. Se por um lado há a centralidade da internet em muitas áreas da atividade social, econômica e política, por outro há a marginalidade para aqueles que possuem dificuldade de acesso a ela, bem como para os

⁵⁵⁵ MARTIN, Sébastien; *et al.* Open data: barriers, risks and opportunities. In: CASTELNOVO, Walter; FERRARI, Elena. (Orgs.). **Proceedings of the 13th European Conference on eGovernment**. p. 301-310. Como: Academic Conferences and Publish International Limited, 2013. p. 303-304.

⁵⁵⁶ DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais abertos. **Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública**. p. 1-19, 2010. p. 8.

⁵⁵⁷ *Ibidem*, p.8.

⁵⁵⁸ *Ibidem*, p.8.

que são incapazes de usá-la de maneira eficaz.⁵⁵⁹ Isso porque, quando se oferta acesso a dados e serviços públicos no ambiente digital, em alguns casos é preciso o conhecimento de, por exemplo, técnicas estatísticas, entendimento dos dados subjacentes e uma compreensão dos tipos de relações das informações ofertadas. Como é fato, é um conhecimento que não está disponível para todos e pode exigir tempo e esforço consideráveis para se assimilar e aplicar.⁵⁶⁰

Ademais, as capacidades e necessidades dos usuários precisam ser analisadas. A elaboração de um sistema precisa considerar a facilitação da cidadania ativa numa população altamente complexa e diversificada. Portanto, para alcançar o amplo e fácil acesso, ofertar dados e serviços públicos digitalmente deve resultar em um conjunto de dados completos e complexos que sejam dotadas, ao mesmo tempo, de interfaces de fácil uso.⁵⁶¹

Ainda referente ao usuário, é preciso sopesar que os utilizadores devem estar cientes da disponibilidade dos dados; eles podem ter incentivos para usar os dados e também podem ter o conhecimento e a capacidade de fazer isso. Uma pré-condição para isto é a acessibilidade digital do utilizador. Fernando Augusto M. Mattos defende que o grau de desenvolvimento econômico é uma condição que está intimamente inerente à dimensão da inclusão digital de uma sociedade, fato que também explica as diferenças robustas existentes entre países de diferentes níveis de desenvolvimento.⁵⁶² Afinal, como bem ressalta Antonio Miranda e Ana Valéria Machado Mendonça, “a exclusão digital é um fenômeno complexo e de várias dimensões. O incentivo somente ao desenvolvimento tecnológico não é suficiente para superá-la, sendo necessário também incentivar a democratização da informação”.⁵⁶³

Dessa maneira, as medidas de universalização do acesso e uso intensivo de tecnologia da informação não devem ser adotadas sem que haja, por outro lado, a adoção

⁵⁵⁹ CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 203.

⁵⁶⁰ JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information Systems Management**. v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012. p. 265.

⁵⁶¹ MEIJER, Albert J.; CURTIN, Deirdre; HILLEBRANDT, Maarten. Open government... *Op. cit.*, p. 25.

⁵⁶² MATTOS, Fernando Augusto M. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-28, 2006. p. 16

⁵⁶³ MIRANDA, Antonio; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Informação e desenvolvimento em uma sociedade digital. **Inclusão Social**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 53-57, abr./set. 2006, p. 53.

de políticas tecnológicas e de autonomia coletiva, com a negativa consequência de tornar as políticas de inclusão em apenas uma forma de expansão de mercados e consolidação de monopólios informacionais.⁵⁶⁴ O caminho para uma boa adesão por parte dos usuários impõe, portanto, a dominância dos padrões, das linguagens e dos protocolos de conexão, sendo exercidos da maneira menos onerosa possível.⁵⁶⁵

Nesse ponto, é possível também considerar a falta de comunicação entre a entidade da Administração Pública autora das políticas de desenvolvimento digital e os usuários interessados.

Outro fator essencial para uma verdadeira adesão ao ambiente digital diz respeito à infraestrutura necessária para auxiliar os usuários a tomarem conhecimento e compreenderem os dados. Não é apenas fundar um portal acessível em rede que fará, automaticamente, que os dados sejam acessíveis.⁵⁶⁶ Tal como para a oferta de dados públicos como a inclusão digital dos utilizadores interessados, a simples inclusão digital desses usuários deve considerar a inserção de conteúdos possíveis de serem compreendidos e avaliados.⁵⁶⁷

Como relembram José Carlos Vaz, Manuella Maia Ribeiro e Ricardo Matheus, um governo aberto compreende que a transparência não consiste apenas na disponibilização de informações públicas, mas também considera a forma que tais dados são acessados, garantindo que informações desatualizadas, por exemplo, simplesmente por estarem em rede, não sejam considerados exemplos de transparência. A real transparência, por sua vez, é a possibilidade de reutilização de dados públicos pelos cidadãos.⁵⁶⁸

A publicação de dados possibilita a sua disponibilidade de uso pelo público geral, buscando alcançar adimplir os objetivos das iniciativas tomadas de abertura de dados públicos; onde permita, em outras palavras, usar, reutilizar e distribuir os dados de publicação. Essa situação só é factível quando há o consumo dos dados ofertados pelas

⁵⁶⁴ SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. **Parcerias Estratégicas**, n. 20, p. 421-446, jun. 2005. p. 421.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 445.

⁵⁶⁶ JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data... *Op. cit.*, p. 267.

⁵⁶⁷ MIRANDA, Antonio; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Informação e desenvolvimento... *Op. cit.*, p. 57.

⁵⁶⁸ VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v. 9, p. 46-62, 2010. p. 53-54.

partes interessadas. Há vários meios para utilizar os dados. O exemplo mais usual é a obtenção de uma cópia dos dados publicados, geralmente com o objetivo de usá-los em um caso de uso específico, como ocorreu no capítulo anterior dessa exposição.⁵⁶⁹

Alguns portais governamentais também podem oferecer ferramentas para exploração, onde um interessado pode simplesmente examinar os dados de publicação. Há outros programas, como ferramentas de análise, que viabilizam que um indivíduo identifique padrões potenciais nos dados publicados. Usualmente, tais programas de análise também fornecem visualizações, o que ajuda os consumidores de dados a analisar os dados de maneira pictórica. Outro modo ainda mais prático de consumir os dados é criar mesclagens de diferentes conjuntos de dados com o objetivo de criar informações usando dados existentes.⁵⁷⁰

Finalmente, a divulgação das avaliações do Qualis Periódicos deve considerar que a padronização dos métodos de divulgação é outro pilar para a divulgação de informações. Isso porque um governo aberto não consiste tão somente de publicar dados do Poder Público.⁵⁷¹ Mas sim, é necessário que a compreensão das informações públicas seja possível para o maior número de cidadãos possível. Para isso, deve-se considerar não apenas o conhecimento médio da população, tal como a escolaridade média, idade⁵⁷² ou acesso à internet, mas também o conhecido que o indivíduo possui com o ambiente digital e com as ferramentas de tratamento de dados.

O formato do arquivo também é relevante na padronização dos métodos de divulgação. Assim, o Poder Público deve levar em conta um formato único, padrão, que

⁵⁶⁹ ATTARD, Judie; *et al.* A systematic review of open government data initiatives. **Government Information Quarterly**. Bonn, v. 32, n. 4, p. 399-418, 2015. p. 409.

⁵⁷⁰ Do original: “*The publishing of data enables it to be available for use by the public, in an attempt to achieve the main aim of open government data initiatives; namely to use, reuse and distribute the published data. This only achievable through the consumption of the data by stakeholders. Data consumption is possible through a number of means. The most direct example is to obtain a copy of the actual published data, generally with the aim of using it in a specific use-case. Certain portals might also provide exploration tools, where a data consumer can simply look through the published data. Other tools, such as analysis tools, enable a consumer to actually identify potential patterns in the published data. Usually analysis tools also provide for visualizations, which aid data consumers to view the data in a pictorial manner. An even more hands-on way of consuming the data is to create mashups, where different datasets are merged in order to create new knowledge using existing data.*” In: ATTARD, Judie; *et al.* A systematic... *Op. cit.*, p. 409.

⁵⁷¹ JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data... *Op. cit.*, p. 265.

⁵⁷² Fator que foi demonstrado em artigo publicado por David Gilbert, Pierre Balestrini e Darren Littleboy, que denotou em pesquisa empírica que a idade afeta o padrão de utilização dos meios eletrônicos de governo. In: GILBERT, David; BALESTRINI, Pierre; LITTLEBOY, Darren. Barriers and benefits in the adoption of e-government. **International Journal of Public Sector Management**. v. 17, n. 4, p. 286-301, 2004. p. 296.

seja possível a leitura em qualquer aparelho eletrônico, fato este, sem a qual, não será considerado governança aberta. Isso porque, sabe-se que a utilização da internet se dá não apenas no ambiente do computador pessoal, mas o uso de aparelhos telefônicos móveis também possui grande participação.

Tanto a qualidade da infraestrutura para a divulgação dos dados quanto a opção pela padronização deles são fatores que incidem na qualidade dos dados. Qualquer tentativa de ensinar um Poder Público mais transparente pela rede de computadores deve considerar bons padrões de qualidade de dados para seus cidadãos, com o risco de não poderem ser explorados em todo o seu potencial.⁵⁷³ Tais fatores, ligados à necessidade da usabilidade dos meios ofertados, estão relacionados ao fato de o produto ser de fácil aprendizado e agradável. Para isso, é necessário considerar: a efetividade, a eficiência, a segurança, a utilidade, a fácil aprendizagem e a fácil lembrança.⁵⁷⁴

No aspecto da infraestrutura requerida e padronização da divulgação se insere a premência de uma correta documentação das informações públicas. “Criar uma página web com uma descrição clara do conjunto de dados facilita a recuperação dos mesmos por mecanismos de buscas, para que as pessoas possam usá-los. A descrição deve explicar como encontrar as páginas e/ou arquivos, e expor o conteúdo dos mesmos”.⁵⁷⁵

Apesar de elogiáveis os esforços dispendidos por parte da CAPES em prover o maior e melhor acesso possível via internet de seus serviços e informações públicas, não se pode afirmar que se trata de uma plena adoção de políticas de *open data* (dados abertos). A fundação ainda se mantém num estágio de publicização de dados, como será demonstrado na diferenciação a seguir.

A ideia de *public data* apenas advém da ideia possibilitar o livre acesso ao público geral às informações governamentais. Entretanto, apesar de sua disponibilidade, o esforço produzido para identificar e localizar um documento específico, sem que esteja, tampouco, digitalizado, não o caracteriza como *open data*.⁵⁷⁶

O formato dos dados ofertados, em planilhas, pelo acrônimo .XLS já é um fato que descaracteriza a ideia de governo aberto, mesmo que signifique alguma

⁵⁷³ ATTARD, Judie; *et al.* A systematic... *Op. cit.*, p. 404.

⁵⁷⁴ PREECE, Jenny; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. **Interaction design: beyond human-computer interaction**. 4. ed. New York: John Wiley & Sons, 2015. p. 18-22.

⁵⁷⁵ DINIZ, Vagner. Como conseguir dados... *Op. cit.*, p. 10.

⁵⁷⁶ ATTARD, Judie; *et al.* A systematic review of open government data initiatives. **Government Information Quarterly**. Bonn, v. 32, n. 4, p. 399-418, 2015, p. 403.

possibilidade de acesso aos dados do governo.⁵⁷⁷ A adoção do formato .XLS fere o sétimo princípio do governo aberto, pois é um formato de propriedade exclusiva da Microsoft Corporation e de seus serviços de programas de escritório online, apesar de o *software* da Microsoft ser, de longe, o mais utilizado nos computadores pessoais.

A assinatura de seus serviços, que possuem custos consideráveis, e a sua limitação aos computadores, são termos que impedem e ferem também o quarto princípio da acessibilidade. Ademais, a utilização de um formato proprietário é considerada uma barreira de entrada para usuários que desejam ter acesso às informações públicas digitais, mas não possuem o poder aquisitivo para a compra da licença do programa requisitado.⁵⁷⁸

A adoção de um formato aberto padrão é, de acordo com sítio OpenDocument, “uma especificação disponível a qualquer desenvolvimento, com o objetivo de garantir a longevidade do conteúdo do documento, a interoperabilidade entre aplicativos e a independência de fornecedores”.⁵⁷⁹ Há, nesse sentido, um movimento de adoção e disseminação do formato .ODF, acrônimo para “*OpenDocument Format*”, que é um programa de livre instalação e propriedade. Na mesma lógica, há também o formato .CSV, mencionado por Sébastian Martin *et al.*⁵⁸⁰

Outro elemento essencial na construção de uma política de *open data government* é o provimento de informações completas. Como já repetidamente criticado neste ensaio, há a ocorrência de informações incompletas na base de dados do Qualis periódicos. A necessidade de metadados completos pode potencializar uma possível reutilização dos conjuntos de dados e aumentar o retorno do investimento dependendo do tipo de informação considerado.⁵⁸¹

Ademais, como assenta Vagner Diniz, a adoção de uma política de dados abertos deverá ser feita no ambiente da rede mundial de computadores, informando de forma transparente, em catálogo construído exclusivamente para tal, o caminho para encontrá-los bem como os seus respectivos metadados. Quanto mais os mesmos conjuntos

⁵⁷⁷ VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos... *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁷⁸ MARTIN, Sébastian; *et al.* Open data: barriers, risks and opportunities. In: CASTELNOVO, Walter; FERRARI, Elena (Orgs.). **Proceedings of the 13th European Conference on eGovernment**. p. 301-310. Como: Academic Conferences and Publish International Limited, 2013. p. 306.

⁵⁷⁹ Open Document. **Open document format**. Disponível em: <<http://www.opendocument.com.br/project-definition>>. Acesso em: 26 out. 2010.

⁵⁸⁰ MARTIN, Sébastian; *et al.* Open data... *Op. cit.*, p. 306.

⁵⁸¹ *Ibidem*, p. 309.

de dados estiveram publicados diferentes formatos, as alternativas para os usuários terem acesso aos dados se expandirão.⁵⁸²

Quais são, portanto, os elementos basilares que a CAPES necessita alterar no programa WebQualis para se considerar como uma verdadeira política de desenvolvimento digital e de dados abertos? Identifica-se, aqui, quatro pilares: a) utilização de um formato de arquivos padrão e não proprietário; b) padronização das informações públicas, devendo ser, bem como, completas e de rápida atualização; c) adotar uma política de comunicação de qualquer alteração feita, permitindo o acesso às informações e avaliações passadas; d) buscar a diminuição de erros expostos nas listas de avaliação.

A disponibilização de informações públicas da Administração detém o potencial de promover a inclusão digital ao fornecer os dados em formatos padronizados e abertos que dão margem à adoção de um formato que respeite os padrões de acessibilidade, possibilitando, inclusive, a sua utilização por pessoas com deficiência. Ademais, possui o potencial de prover mais transparência ao fornecer informações que podem ser reutilizadas por terceiros livremente, permitindo novas visões das ações do Poder Público. Em outro ponto, quando os dados públicos são confrontados com informações de outras fontes, é possível obter novos significados sobre o desempenho da Administração, o que irá demandar numa maior responsabilidade dos agentes públicos.⁵⁸³

Outrossim, em consonância com a adoção de uma política de dados abertos governamentais, o estabelecimento de um sistema de dados ligados também é basilar, pois proporciona um mecanismo de acesso único e padronizado, possibilitando que sejam ligados a outros conjunto de dados, facilitando novas descobertas e consumo de informações, aumentando a sua utilidade e possibilitando a criação de aplicações mais inteligentes⁵⁸⁴ Em outras palavras, a “possibilidade de cruzamento de informações obtendo-se resultados constantemente atualizados de diversas fontes, abre novos horizontes para a obtenção e inferência de informações a partir desses dados”.⁵⁸⁵

⁵⁸² DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais... *Op. cit.*, p. 7.

⁵⁸³ DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais... *Op. cit.*, p. 16.

⁵⁸⁴ ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2011, p. 12.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 17.

Em conclusão, a adoção de um sistema de dados abertos que valorize a transparência de instituições estatais reclama não apenas de uma simples provisão de informações públicas pela rede. A construção da confiança nas instituições democráticas depende de trazer a público a gestão dos interesses públicos. Não é possível abordar sobre Estado Democrático de Direito sem que haja uma cultura de publicidade.⁵⁸⁶

É necessário, portanto, em conjunto a divulgação dos dados publicizados, desenvolver a sua qualidade, a criação de uma cultura de governo aberto e a oferta de instrumentos eficazes para o tratamento dos dados. Caso o Poder Público considere a complexidade da transparência no ambiente digital e os seus fatores, poderá ir além de simples engajamento dos interessados, resultando em um diálogo contínuo entre a Administração Pública e a população.⁵⁸⁷

Dessa maneira, é imperioso o Qualis periódicos fundar no projeto já em andamento na plataforma WebQualis/Plataforma Sucupira uma política de desenvolvimento digital e integração dos dados públicos, possibilitando maiores estudos sobre a temática da produção científica brasileira e de seu processo avaliativo de revistas científicas. A avaliação não é por inteiro completa e ajustes em seu modelo serão sempre necessárias. Mas, para isso, é preciso incentivar a participação da sociedade civil no apontamento das incoerências e na construção rumo a um objetivo comum, seguindo os preceitos de dados abertos e a Política de Governança Digital do Governo Federal.⁵⁸⁸

⁵⁸⁶ FRIEDRICH, Denise Bittecourt; LEAL, Rogério Gesta. Aplicabilidade do dever de transparência e de informação da iniciativa privada frente o princípio da sustentabilidade ética nos contratos públicos. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**. Santa Fe, v. 2, n. 2, p. 67-84, jul./dez. 2015. p. 71.

⁵⁸⁷ JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data... *Op. cit.*, p. 267.

⁵⁸⁸ Decreto n.º 8.638, de 15 de janeiro de 2016.

CONCLUSÕES

A atividade regulatória do Estado é um meio que o Poder Público utiliza para desenvolver áreas que são consideradas prioritárias para a nação, garantir a igualdade socioeconômica e fomentar atividades constitucionalmente exigidas, como ocorre com a educação, ciência, tecnologia e inovação. No âmbito da educação superior, mais precisamente na educação a nível de pós-graduação *stricto sensu*, a Administração detém o dever de desenvolver a estrutura institucional, garantindo a alta formação de recursos humanos, fomentos e auxílios para desenvolvimento de pesquisa.

Como forma de cumprir tal mandamento constitucional, além da criação de órgãos como o Ministério da Educação e/ou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Poder Público Federal preocupou-se em fundar entidades da Administração Pública indireta que tivessem como escopo prioritário o desenvolvimento da educação de alto nível e o fomento à ciência. Das diversas entidades criadas, como o CNPq e a FINEP, a CAPES possui o relevante papel por estar incumbida na avaliação institucional dos programas de pós-graduação instalados pelas universidades brasileiras.

A avaliação realiza pela CAPES, que possui periodicidade quadrimestral, qualifica os PPG's analisando a sua infraestrutura, o corpo docente e discente e, em especial, a produção intelectual dos membros ligados ao programa. Portanto, como observado, o desenvolvimento da comunicação científica dos pesquisadores brasileiros é uma preocupação recorrente da Administração Pública. Utilizando do papel regulatório da CAPES, estabeleceu-se no fim da década de 1990 um modelo avaliativo público de periódicos científicos utilizados para a publicação de artigos por parte dos pesquisadores do Brasil.

Recebendo a denominação de Qualis Periódicos, o início da utilização do modelo em 1998 utilizou de critérios que faziam a distinção no que tange à territorialidade da revista científica, separando-as em revistas locais, nacionais e internacionais e, em cada uma dessas divisões, classificava-se o periódico em um dos estratos disponíveis: A, B ou C. Dessa forma, haviam nove estratos, que não detinham as mesmas escalas de valores. Em 2004, houve pela primeira vez a divulgação dos resultados na internet.

Observando que os estratos utilizados apresentavam falhas sistêmicas, com o acúmulo de periódicos em apenas uma classificação e a confusão tomada quando se

comparavam revistas de diferentes territorialidades, o CTC-ES, em sua 101ª Reunião, estabeleceu o modelo atual avaliativo do Qualis Periódicos.

Nesse novo modelo, adotado a partir do ano de 2008, a estratificação não iria mais considerar a territorialidade para se classificar. A avaliação, a partir desse momento, passou a ser feita de acordo com oito estratos pré-estabelecidos, independentemente da área de concentração, no qual o estrato C era considerada uma revista de nota 0, passando pelos estratos B5, B4, B3, B2, B1 e A2, e o estrato A1, designado para àqueles periódicos com avaliação máxima.

A avaliação das revistas fica a cargo de cada uma das 49 áreas de concentração da CAPES, divisão estabelecida de acordo com as ciências existentes. Cada área avalia as revistas científicas utilizadas pelos pesquisadores ligados aos programas de pós-graduação que possuem vínculo com sua linha de concentração. Das áreas existentes, elas são reunidas em uma das nove grandes áreas estabelecidas pela fundação pública; essas, por sua vez, são agrupadas em três grandes Colégios.

Mesmo que desde 2004 o Qualis periódicos utilizasse o ambiente eletrônico, ao menos em parte, para a prestação de informações e divulgação de resultados, os recursos utilizados eram, no geral, bastante limitados, o que forçou a CAPES a buscar meios mais modernos. Nessa lógica surgiu a Plataforma Sucupira, oficialmente lançada em 2014, vindo da necessidade de dispor de ferramentas atualizadas para a prestação de contas realizados pelos programas de pós-graduação.

Nessa Plataforma, acessível através do sítio da CAPES, integrou-se vários sistemas e o tornou o sistema único de acesso à informação sobre a pós-graduação *stricto sensu* para a comunidade. A consulta ao Qualis periódicos e o acesso às listas completas das avaliações realizadas por área passaram a ser disponibilizadas pela Plataforma Sucupira.

O acesso a uma plataforma de prestação de contas e à informação é essencial, visto que o Qualis Periódicos apenas avalia as revistas científicas que foram informadas pelos coordenadores no momento dos relatórios dos programas de pós-graduação. Qualquer periódico, mesmo que utilizado para publicação, que não obtenha avaliação no Qualis periódicos, é desconsiderado para todos os efeitos avaliativos da CAPES e, extraoficialmente, para concursos públicos, processos seletivos de mestrado e doutorado e auxílios financeiros.

Relativamente aos critérios adotados para a avaliação de revistas científicas, a CAPES estabeleceu limites percentuais gerais para a estratificação nas classificações B1, A2 e A1, considerados como “estratos elevados”. No entanto, cada coordenação de área estabelece os critérios específicos para a estratificação das revistas científicas.

Por vezes se utilizam critérios essencialmente editoriais, ou seja, aqueles voltados ao estabelecimento de uma quantidade mínima de números ao ano, quantidade de artigos por volume, quantidade de indexações e exogenia de autores por exemplo. Outras áreas utilizam para ponderação apenas os índices de impacto, que são medidas feitas em bases de dados que procuram visualizar o quanto tal periódico é importante para a comunidade acadêmica, mensurando o número de citações. Em outras áreas se empregam critérios híbridos, com a adoção mista dos dois critérios anteriores.

Por sua vez, a avaliação do Qualis periódicos se inicia com a prestação de contas feitas anualmente pelos programas de pós-graduação. Constatou-se que o processo de coleta de informações é realizado pelo programa Coleta CAPES, na Plataforma Sucupira, a qual a prestação de contas das atividades do PPG e principalmente da sua produção intelectual é feita, mesmo com o alicerce de instrumentos digitais, utilizando de grande dispêndio de força manual.

Em relação ao processo avaliativo, algo que chama atenção é, no entanto, a confusão na avaliação, a começar pela escolha dos consultores *ad hoc* que são incumbidos na tarefa de classificar as revistas científicas. Os critérios de escolha e o processo avaliativo são fatores que são pouco ou nada informados pelas coordenadorias das áreas. Cada área possui, dentro do sítio da CAPES, uma página específica para a divulgação de dados e documentos relativos ao Qualis periódicos, mas o grau de transparência das informações é variado. Em quase dois terços das áreas, não há o detalhamento do processo de avaliação e, em também dois terços das áreas de concentração, o processo de escolha da comissão também não era informado.

A falta de transparência fica evidente não apenas na escolha dos avaliadores e na descrição dos critérios e processos de estratificação das revistas científicas: a divulgação e atualização dos resultados para a comunidade científica ainda é ineficaz mesmo com o amparo da Plataforma Sucupira e outros programas encontrados na rede mundial de computadores.

Por exemplo, as listas de revistas científicas que foram avaliadas por cada área de concentração são publicadas por meio de um editor de texto simples, sendo apenas possível a leitura por meio de um programa de editor de planilhas. Outrossim, divulgam-se apenas informações relativas ao nome da revista, ISSN e a classificação Qualis, além de que os dados publicados são dotados de graves erros e omissões, o que dificulta qualquer análise por alguém de fora da CAPES.

Ademais, quanto aos documentos ofertados pelas coordenadorias de áreas, não há uma padronização quanto ao formato, tampouco em relação ao conteúdo publicado. Apesar de sutis os erros na publicação das informações e dos resultados, a dificuldade para análise desses dados acaba por se tornar altamente complexa, ante a ignorância de tais fatores.

Com a pesquisa sobre o modelo de avaliação de periódicos científicos Qualis periódicos, constatou-se assim, em suma, que a CAPES descumpra dois fatores basilares em sua regulação exercida sobre a comunicação científica em revistas científicas: a primeira quanto o verdadeiro papel regulador da CAPES e do Qualis periódicos e; a segunda, a desobediência notória dos princípios do Direito Administrativo, como a moralidade, publicidade, eficiência, legalidade, segurança jurídica e democracia.

Em relação ao papel regulador da CAPES que é ignorado pela própria entidade, percebe-se que ela fiscaliza uma atividade administrativa considerada como serviço público exercível pela Administração Pública e por particulares, que é a educação superior no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Ademais, por estabelecer políticas de fomento e fiscalização da atividade privada por meio da avaliação dos PPG's e da concessão de bolsas e auxílios financeiros, denotam-se que são características facilmente identificáveis no âmbito institucional das agências reguladoras, que atuam em áreas específicas do setor público e da economia.

Seguindo essa lógica, é notório que a fundação CAPES apresenta independência administrativa, autonomia administrativa, financeira, funcional, patrimonial e de gestão de recursos humanos; elementos estes existentes em qualquer agência reguladora. Entretanto, quanto à investidura e o exercício fixo do mandato dos dirigentes, fator formal diferenciador das agências reguladoras, é um critério que é facilmente contornável com a modificação da lei instituidora da CAPES.

Em relação à não obediência dos princípios do Direito Administrativo, a sua desconsideração implica em preocupantes situações.

Primeiro, a CAPES desconsidera os efeitos e a função que o Qualis periódicos detém para além da simples avaliação de revistas científicas utilizadas pelos programas de pós-graduação. O princípio da moralidade foi desobedecido, visto que a metodologia vem sendo utilizada para além das pretensões iniciais de como instrumento de avaliação institucional. A função avaliativa influenciou em comportamentos que são desconsiderados pela fundação CAPES. Como exemplo, a reações como a busca por publicações em estratos superiores é quase automática, da mesma forma que influencia os editores na seleção dos artigos científicos e na busca incessante por citações de suas revistas para o aumento do grau de impacto.

Apesar de a CAPES proibir e desaconselhar a utilização dos índices do Qualis periódicos fora da avaliação institucional dos programas de pós-graduação, a realidade se demonstrou diversa. A própria fundação utiliza como critério para a concessão de bolsas e auxílios financeiros, bem como se adota a estratificação como critério de ingresso nos processos seletivos de contratação de professores em universidades públicas e de ingresso, por parte dos discentes, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Segundo o princípio da publicidade é descumprido no modelo avaliativo. Como já exposto anteriormente, não existem informações suficientes acerca do Qualis periódicos, com etapas e critérios sendo ignorados pela comunidade científica por não serem informados, fazendo pressupor que haja subjetividade por parte da fundação CAPES. Da mesma maneira, inexistente acesso facilitado das atas das reuniões do CTC-ES, que profere importantes decisões sobre a avaliação da CAPES.

Nesta lógica, é premente a especificação nominal das comissões Qualis, bem como o processo seletivo de escolha. No mesmo sentido, a padronização e o estabelecimento de informações mínimas a serem prestadas pela CAPES e as coordenações de áreas é um aspecto bastante positivo e com ampla receptividade. Afinal, com extensas omissões por parte da fundação pública, necessitou-se requerer em vários momentos o acesso a documentos com base da lei de acesso à informação.

Terceiro, foi questionado se as medidas tomadas no processo avaliativo de revistas científicas foram eficientes no contexto do Direito Administrativo. De fato, o objetivo primário do Qualis periódicos – que é a avaliação de revistas científicas para

posterior utilização na avaliação institucional pela CAPES – é cumprida. Entretanto, há uma distorção evidente no modelo, que fomentou os pesquisadores a publicarem uma enorme quantidade de artigos em revistas, mesmo que de pouco impacto, para conseguir a pontuação necessária para o programa. A indução à produtividade não é uma maneira eficiente de desenvolver a pesquisa científica brasileira. Os resultados de pesquisas não podem ser previstos e nem sempre serão satisfatórios.

Quarto, o Qualis periódicos desobedece ao regime do processo administrativo, com várias ilegalidades em sua avaliação. Como demonstrado, é preciso reformular os critérios adotados para o estabelecimento de um processo avaliativo de maneira objetiva.

Outro fator preocupante consiste nas diferentes metodologias utilizadas para a estratificação das revistas científicas. Apesar das diferenças naturais de cada ciência e do seu estágio de desenvolvimento, os critérios utilizados por cada área de concentração possuem extensas variações, mesmo com a política do CTC-ES de motivar a utilização de indexadores por todas as áreas. Ademais, os critérios não apenas variam por área, mas também por temporalidade, com uma nova metodologia sendo aplicada a cada nova avaliação.

Quinto, a segurança jurídica é premente para garantir o seguro conhecimento dos critérios e do processo avaliativo, a previsão clara sobre a possibilidade de recurso da classificação obtida e o estabelecimento de limites formais de modificação de critérios da área. Contudo, em muitas orientações sobre a avaliação de revistas divulgadas sobre as áreas, não se especificam termos e conceitos necessários para classificação e, em algumas coordenadorias, não há inclusive especificação dos valores a serem considerados para cada estrato.

Finalmente, os aspectos democráticos do modelo avaliativo ainda desconsideram a ampla participação da comunidade científica na definição dos critérios avaliativos, participação dos órgãos ligados ao Qualis periódicos e na escolha dos consultores *ad hoc*.

Como exemplo, a representatividade no CTC-ES se limita a um pesquisador por grande área, alcançando a cifra de vinte membros em um universo em que há 49 áreas de conhecimento com distintas especificidades. Outro fator, como já relatado em momento anterior, é a ausência de formalidade na escolha dos consultores e a perda de

conhecimento acerca da avaliação com a alteração da coordenação da área, onde, a cada administração, uma nova equipe de consultores é escolhida, não se registrando as atividades realizadas pelo grupo de avaliadores anterior.

Notadas as disparidades no procedimento de avaliação entre as áreas de conhecimento e a não obediência aos princípios do Direito Administrativo, acredita-se ser necessária adoção de uma avaliação com efeitos temporais limitados. Em outras palavras, a estratificação obtida pela revista em cada ciclo avaliativo não sofreria alterações, dessa maneira, independentemente de como será a avaliação ulterior, o estrato obtido naquele lapso temporal não se alteraria mais.

Por fim, entende-se que são necessárias algumas modificações na divisão adotada nas áreas de conhecimento. Sustenta-se o posicionamento que as ciências de Biologia, Engenharias e Medicina, hoje dotadas de subdivisões temáticas, sejam coordenadas por apenas uma área cada uma, sem divisões como existentes no modelo em vigor.

A afirmativa se baseia em várias razões: ausência de veículos para publicação suficientes em algumas áreas enquanto outras apresentam uma ampla oferta de revistas científicas, fato que, com a unificação, todas teriam acesso igualitário aos estratos; outrossim, a unificação impediria que revistas científicas obtivessem classificações altamente divergentes, como um periódico que obtém B5 em Engenharias I e A2 em Engenharias III por exemplo; a interdisciplinaridade acaba por ser afetada, bem como causa hierarquização entre as diversas ciências que compõem o universo da Biologia, Medicina e Engenharias; finalmente, quanto mais áreas estabelecem critérios sobre essas ciências, mais complexas serão as regras editoriais e a avaliação.

Além disso, a área Interdisciplinar necessita definir critérios que não exijam a comparação com a estratificação com outras áreas e que adote uma metodologia que supere as barreiras disciplinares, o que impõem que se afaste da conjuntura geral avaliativa das outras áreas e estabeleça novos métodos de mensuração de qualidade.

No levantamento realizado sobre as revistas científicas avaliadas no quadriênio de 2013-2016, notou-se a premência em melhorar qualitativamente os periódicos dos Colégio de Humanidades, que obtiveram o pior resultado. Ademais, vislumbrou-se estratificações muito elevadas nas revistas do Colégio de Ciências da Vida, seguidas logo após pelo Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Por fim, notou-se que o Qualis utiliza uma ampla gama de programas disponíveis no sítio da CAPES e, como já analisado, as informações transmitidas *on-line* ainda são aquém das tecnologias disponíveis e ausentes de transparência em grande parte de seu processo. Isso posto, seria mais adequada a adoção de uma política de governança aberta, cuja metodologia de avaliação de revistas do Estado considera-se uma maior participação social por meio das novas tecnologias de comunicação, compreendendo o modo e formato que as informações são divulgadas, a adoção de uma política de dados abertos, a possibilidade de tratamento dos dados ofertados e a possibilidade de *feedback* por parte dos usuários.

Para que o Qualis periódicos seja legítimo para a comunidade científica, é necessária ampla reformulação para garantir a sua respeitabilidade e confiança como parte essencial da avaliação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira. O atendimento aos princípios do Direito Administrativo é o meio essencial para ser um importante alicerce desenvolvedor da comunicação científica brasileira.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Nicolas. **A coordenação de aperfeiçoamento de pessoal do ensino superior e sua realidade como agência reguladora da pesquisa científica brasileira**. 2017. 70 f. Monografia (Especialização em Direito Constitucional) – Academia Brasileira de Direito Constitucional, Curitiba, 05 set. 2018.

_____. A liberdade científica como requisito para um Estado democrático. In: BETTES, Janaína Maria; NASCIMENTO NETO, José Osório do; FURIATTI, Luiza de Araújo; SOUZA, Maria Augusta Oliveira de. (Orgs.). **Justiça e democracia**. p.243-254, Curitiba: Íthala, 2018.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**. Brasília, v.25, n.3, p.393-404, set./dez., 1996.

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do portal de periódicos da CAPES: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v.7, n.13, p.218-246, nov. 2010.

ALVEZ-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira: 2001.

ANDRADE, Jaílson B. de; GALEMBECK, Fernando. QUALIS: Quo vadis? **Química Nova**. São Paulo, v.32, n.1.

ANDRESANI, Gianluca; STAMILE, Natalina. Transparency in internet regulation and governance: arguments and counter-arguments with some methodological reflections. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 117, p. 443-476, jul./dez. 2018.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense: 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**. Porto Alegre, v.12, n.1, p.11-32, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Danilo Barreto; AGUIAR, Everson Lopes de. Dados governamentais abertos como ferramenta de participação social e aproximação entre governo e sociedade. **Anais do VII Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, p. 2-23, 2014.

ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v.10, n.1, p.1-15, 2011.

ARRAIS, Tadeu, Alencar. Editorial crítico ou o enigma do Qualis. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v.28, n.2, p.1-4, 2008.

ATTARD, Judie; *et al.* A systematic review of open government data initiatives. **Government Information Quarterly**. Bonn, v.32, n.4, p.399-418, 2015.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. A estabilidade do ato administrativo criador de direitos à luz dos princípios da moralidade, da segurança jurídica e da boa-fé. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte, ano 10, n.40, p.291-313, abr./jun. 2010.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.13, n.30, p.13-40, jan./abr. 2016.

BARBOSA, Caio Fernandes. Olhares sobre a CAPES: ciência e política na ditadura militar (1964-1985). **Revista de História**. Salvador, v.1, n.2, p.99-109, 2009.

BARRETO, Francisco César de Sá. O futuro da pós-graduação brasileira. Em: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p.157-176, 2006.

BARTNECK, Christoph; KOKKELMANS, Servaas. Detecting h-index manipulation through self-citation analysis. **Scientometrics**. Berlim, v.87, p.85-98, 2011.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transformação**. Campinas, v.22, n.3, p.225-231, set./dez. 2010.

BLANCHET, Luiz Alberto. A transparência na administração pública, o combate à corrupção e os impactos no desenvolvimento. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v.1, n.51, p.157-175, jan./abr. 2017.

BOMFÁ, Cláudia Regina Ziliotto; CASTRO, João Ernesto E. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital – o caso da Revista Produção Online. **Ci. Inf.** Brasília, v.33, .2, p.39-48, maio/ago. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1889-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020: Volume I**. Brasília: CAPES, 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Departamento de Governo Eletrônico. **Indicadores e métricas para avaliação de e-Serviços/ departamento de governo eletrônico**. Brasília: MP, 2007.

BUTELER, Alfonso. La transparencia como política pública contra la corrupción: aportes sobre la regulación de derecho de acceso a la información pública. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 14, n. 58, p. 61-106, out./dez. 2014.

CAGLIARI-MASSINI, Gladis. Identidade das ciências humanas e métricas de avaliação: quais periódicos e classificação de livros. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v.9, n.18, p.755-778, dez. 2012.

CAMPANARIO, Milton de Abreu; SANTOS, Tatiane do Céu Silveira. Escopo de projeto para indexação de revistas científicas. **EccoS Revista Científica**. São Paulo, n.25, p.251-272, jan./jun. 2011.

CAMPOS, José Nilson B. Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. **Revista brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v.7, n.14, p.477-503, dez. 2010.

CAPES. **CAPES - 60 ANOS**. Brasília: CAPES, 2011.

_____. **CAPES lança plataforma sucupira para gestão da pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

_____. **Classificação da produção intelectual**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. **Coleta de dados:** conceitos e informações – manual de preenchimento da Plataforma Sucupira. Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Competências.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

_____. **Conselho técnico-científico da educação superior.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Antropologia/Arqueologia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Antropologia/Arqueologia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Arquitetura, Urbanismo e Design.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Astronomia e Física.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Ciências Biológicas I.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Ciências Biológicas II.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Direito.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Economia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Medicina Veterinária.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos – Psicologia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre o Qualis periódicos: Educação.** Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Considerações sobre Qualis Periódicos - História.** Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Considerações sobre Qualis Periódicos - Nutrição.** Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Considerações sobre Qualis periódicos: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre Qualis periódicos: Farmácia.** Brasília: CAPES, 2017, p.5; *Idem.* **Critérios de classificação Qualis: Química.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Critérios de classificação Qualis periódicos: área Medicina III.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Critérios de classificação Qualis: área Medicina Veterinária.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre Qualis periódicos: Zootecnia e Recursos Pesqueiros.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Documento de área – Direito 2016.** Brasília: CAPES, 2016.

- _____. **Documento de área 2016: Ciências Biológicas I.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Ciências Biológicas II.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Ciências Biológicas III.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Engenharias I.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Engenharias II.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Engenharias III.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Engenharias IV.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Interdisciplinar.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Medicina I.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Medicina II.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **Documento de área 2016: Medicina III.** Brasília: CAPES, 2016.
- _____. **GEOCAPES – Sistema de informações georreferenciadas.** Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- _____. **Memória da Reunião da Comissão Qualis: Economia (6 e 7 de abril de 2017).** Brasília: CAPES, 2017.
- _____. **Minter e Dinter – Plataforma Sucupira.** Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf#>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- _____. **O que é a plataforma sucupira?** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- _____. **Plano Nacional de Pós-Graduação: Volume I.** Brasília: CAPES, 2010.
- _____. **Plataforma Sucupira.** Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf#>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- _____. **Qualis-periódicos.** Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf>>. Acesso em 30 jul. 2018.
- _____. **Qualis-Periódicos.** Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.
- _____. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Direito.** Brasília: CAPES, 2017.
- _____. **Relatório de Avaliação 2017: Interdisciplinar.** Brasília: CAPES, 2017.
- _____. **Relatório do processo de classificação/reclassificação de periódicos da área de Direito – Qualis 2017.** Brasília: CAPES, 2017.
- _____. **Relatório do Qualis Periódicos – 2016 – Ciência de Alimentos.** Brasília: CAPES, 2016.

_____. **Relatório Qualis 2017: área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Relatório Qualis periódicos 2013 – 2016: Nutrição.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Relatório Qualis periódicos 2017: Artes.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Relatório Qualis Periódicos: 2013-2016 – Nutrição.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Relatório sobre o Qualis periódicos da área de Filosofia – anos 2015 e 2016.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Sobre a avaliação.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

_____. **Sobre as áreas de avaliação.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. **Sobre as áreas de avaliação.** Disponível em: <www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>. Acesso em: 06 ago. 2018.

_____. **Considerações sobre Qualis periódicos: Ciência Política e Relações Internacionais.** Brasília: CAPES, 2017, p.2; *Idem.* **Considerações sobre Qualis periódicos: Ciências ambientais.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Considerações sobre Qualis periódicos: Farmácia.** Brasília: CAPES, 2017.

_____. **Critérios de classificação Qualis: Química.** Brasília: CAPES, 2017.

CARDOSO, Camille. **Modelo da produtividade na pesquisa está esgotado, diz ex-diretora da CAPES:** entrevista com Rita de Cássia Barradas Barata. Disponível em: <<http://www.diretodaciencia.com/2018/08/31/modelo-da-productividade-na-pesquisa-esta-esgotado-diz-ex-diretora-da-capes/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos.** João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG,** v. 14, n. 2, p. 221-241.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CARVALHO, Yara M.; MANOEL, Edison de Jesus. Para além dos indicadores de avaliação da produção. **Movimento.** Porto Alegre, v.12, n.03, p. 193-225, set./dez. 2006.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede.** 18. ed. São Paulo: Paz&Terra, 2017.

_____. **O poder da comunicação.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.

CASTRO, Regina Célia Figueiredo; NEGRÃO, May Brooking; ZAHER, Celia Ribeiro. Procedimentos editoriais na avaliação de artigos para publicação em periódicos de ciências da saúde da América Latina e Caribe. **Ciência da Informação.** Brasília, v.25, n.3, p.1-6, 1996.

CLARIVATE ANALYTICS. **Journal citation reports.** Disponível em: <<https://clarivate.com/products/journal-citation-reports>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. **Web of Science.** Disponível em: <<http://wokinfo.com/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

COPE. **Our core practices.** Disponível em: <https://publicationethics.org/files/editable-bean/COPE_Core_Practices_0.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CORREA, Cynthia Harumi Watanabe; CRESPO, Isabel Merlo; STUMPF, Ida Regina Chitto; CAREGNATO, Sonia Elisa. Portal de Periódicos da CAPES: um misto de solução financeira e inovação. **Revista Brasileira de Inovação.** Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p.127-145, jan./jun. 2008.

CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia. **A influência exercida pelo sistema de avaliação da CAPES na produção científica dos programas de pós-graduação em física.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais. 215 p. 2012.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Pesquisa e universidade. Em: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica.** São Paulo: Universidade de São Paulo, p.41-64, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 14, n. 5, p. 66-70, out. 1974.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DELGADO, José Augusto. O princípio da moralidade administrativa e a Constituição Federal de 1998. **Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados.** São Paulo, n.100, p.19-40, maio 1992.

DELGADO-LÓPEZ-CÓZAR, Emilio; CLAVIJO-CABEZAS, Álvaro. Ranking journals: could google scholar metrics be an alternative to journal citation reports and scimago journal rank? **Learned publishing.** Shoreham-By-Sea (Reino Unido), v. 26, n.2, p.101-114, mar. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. Em: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p.31-60.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação popular na Administração Pública. **Revista de Direito Administrativo.** Rio de Janeiro, v.191, p. 26-39, jan./mar. 1993.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate.** Florianópolis: Insular, p. 35-52, 2003.

_____. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais.** São Paulo: Xamã, p. 97-116, 2003.

DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias,** ano 15, n.28, p.316-344, 2011.

DINIZ, Vagner. Como conseguir dados governamentais abertos. **Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública**. p. 1-19, 2010.

DINIZ, Vagner; GUIMARÃES, Caroline Burle dos Santos. Os desafios para um país digitalmente aberto. **Anais do VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, p. 1-19, 2013.

DORSA, Arlinda Cantero. A produção científica: esforços docentes e discentes vividos e sentidos. **Interações**. Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 697-698, out./dez. 2018.

DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação no Brasil no contexto do desenvolvimento do serviço público de educação. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 14, n.56, p.229-245, abr./jun. 2014.

_____. A implantação de políticas públicas de avaliação da qualidade como meio de realização como bem público. In: MEZZARROBA, Orides; GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro. (Orgs.). **Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos**. XXI Congresso Nacional do CONPEDI – O Novo Constitucionalismo Latino Americano: desafios da sustentabilidade. Florianópolis. FUNJAB, 2012.

_____. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. **Revista de Investigações Constitucionais**. Curitiba, v. 3, n. 3, p. 53-69, set./dez. 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes. Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. (Orgs.). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, p. 17-30, 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A institucionalização da avaliação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 197-207, 1992.

EBRAHIM, Zkareya; IRANI, Zahir. E-government adoption: architecture and barriers. **Business Process Management Journal**. v. 11, n. 5, p. 589-611, 2005.

ELSEVIER. **Scopus: content coverage guide**. New York: Elsevier, 2017.

_____. **Sobre a Elsevier**. Disponível em: <<https://www.elsevier.com/pt-br/about>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

ERDMANN, Alacoque Lorenzini; *et al.* A avaliação de periódicos científicos Qualis e a produção brasileira de artigos da área de enfermagem. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, p. 1-9, maio/jun. 2009.

FABESP. **Exército de autores**. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/07/15/exercito-de-autores>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FERNANDES, Jorge Luiz de; CORDEIRO, Douglas Farias. Avaliação de formatos de publicação de dados abertos governamentais através de indicadores de usabilidade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v. 9, n. 1, p. 65-83, jan./ago. 2016.

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGamaZero**, v. 11, n. 3, p. 1-13, 2010.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. Princípio da Publicidade da Administração Pública. **Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 24, n. 40, p. 9-23, 2008.

FIGUEIREDO, Vanuza da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira dos. Transparência e controle social na Administração Pública. **Temas da Administração Pública**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2013.

FRIEDRICH, Denise Bittencourt; LEAL, Rogério Gesta. Aplicabilidade do dever de transparência e de inofrmação da iniciativa privada frente o princípio da sustentabilidade ética nos contratos públicos. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**. Santa Fe, v. 2, n. 2, p. 67-84, jul./dez. 2015.

FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko Synério A. Qualis periódicos: indicador da política científica no Brasil? **Estudos de Sociologia**. Araquara, n. 37, v. 19, p. 299-315, jul./dez. 2014.

FUENTES I GASÓ, Josep Ramon; JUNCOSA I VIDAL, Carme. La armonización europea de la contratación administrativa en el Estado Español: la Ley 9/2017, de 8 de noviembre, de contratos del sector público. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 64-124, jan./abr. 2018.

FUKUYAMA, Francis. **A ordem e decadência política: da revolução industrial à globalização da democracia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

GABARDO, Emerson. **Eficiência e legitimidade do Estado: uma análise das estruturas simbólicas do Direito Político**. Barueri: Manole, 2003.

_____. **Interesse público e subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

GABARDO, Emerson; DOTTA, Alexandre Godoy. A Qualidade da Educação Superior no Brasil: aspectos históricos e regulatórios da política pública de avaliação. In: **XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur - Rendimientos Académicos y Eficacia Social de la Universidad, Universidad Tecnológica Nacional - UTN, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária - INPEAU**, 2013, Buenos Aires. XIII Coloquio Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur - Rendimientos Académicos y Eficacia Social de la Universidad. Buenos Aires: Edutecne, 2013. v. 1. p. 1-18.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; HAMADA, Guilherme. Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 54, p. 144-185, jan./abr. 2018.

GATTI, Bernadete A. Avaliação institucional de universidade. Em: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 321-325, 2006.

GILBERT, David; BALESTRINI, Pierre; LITTLEBOY, Darren. Barriers and benefits in the adoption of e-government. **International Journal of Public Sector Management**. v. 17, n. 4, p. 286-301, 2004.

GOOGLE. **Google Scholar Metrics**. Disponível em: <<https://scholar.google.com/intl/en/scholar/metrics.html#metrics>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GREGO, Sônia Maria Duarte. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. Em: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas: Autores associados, p. 91-122, 1997.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; SANSEVERINO, Antônio M. V. O periódico científico na área de humanidades: critérios de avaliação. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** –

UERJ, 2005, Rio de Janeiro. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ, 2005.

GUERRA, Sérgio. Discricionariiedade técnica e agências reguladoras. **Marco Regulatório**, Porto Alegre, n. 8, p. 61-71, março 2015.

GUIMARÃES, Reinaldo. O futuro da pós-graduação: avaliando a avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 4, n. 8, p. 282-292, dez. 2007.

HACHEM, Daniel Wunder. **A avaliação de revistas estrangeiras pelo Qualis no Direito**. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/daniel-wunder-hachem/a-avaliacao-de-revistas-estrangeiras-pelo-qualis-no-direito>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

HAMADA, Guilherme Henrique. **O sistema regulatório de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil**. 2017. 284 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 24 mar. 2017.

HELENE, Otaviano. O que as avaliações permitem avaliar. Em: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. (Orgs.). **Ensino Superior: conceito e dinâmica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 309-320, 2006.

HENEBERG, Petr. From excessive journal self-cites to citation stacking: analysis of journal self-citation kinetics in search for journals, which boost their scientometric indicators. **PLoS One**. São Francisco, v. 11, n. 4, p. 1-20, abr. 2016.

IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBICT. **Diadorim**: sistema de classificação das revistas. Disponível em: <<http://diadorim.ibict.br/teste.jsp>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

JACON, Maria do Carmo Moreira. Base qualis e a indução do uso de periódicos da área de Psicologia. **TransInformação**. Campinas, v. 19, n. 2, p. 189 – 197, maio/ago. 2007.

JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information Systems Management**. v.29, n. 4, p. 258-268, 2012.

KERR-PONTES, Ligia Regina Sangigolo *et al.* Uma reflexão sobre o processo de avaliação das pós-graduações brasileiras com ênfase na área de saúde coletiva. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 83-94, 2005.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. Em: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 75-121, 1998.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 165 – 175, maio/ago. 1998.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**. São Paulo, v. 17, n 1, p. 43- 48, 2003.

LATINDEX. **¿Qué es latindex?** Disponível em: <<http://www.latindex.org/latindex/descripcion>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LESSA, Antônio Carlos. Os deságios da publicação em acesso aberto na área de humanidades o Brasil: as estratégias de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI. **Boletim Meridiano** 47. v. 15, n. 146, p. 35-45, nov./dez. 2014.

LIMBERGER, Têmis. Cibertransparência: informação pública em rede e a intimidade como um dos limites constitucionais – uma abordagem a partir do tema 483 da Repercussão Geral examinada pelo STF. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 16, n. 65, p. 199 – 217, jul./set. 2016.

_____. Transparência administrativa e novas tecnologias: o dever de publicidade, o direito a ser informado e o princípio democrático. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 244, p. 248-263, 2007.

LINS, Marcos Pereira Estellita; PESSÔA, Leonardo Antonio Monteiro. Desafios da avaliação de publicações em periódicos: discutindo o novo qualis da área Engenharias III. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 7, n. 12, p. 14-33, jul. 2010.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso á informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Cad. Fin. Públ.** Brasília, n.8, p.5-40, dez. 2007.

LOPES, Sílvia; *et al.* A bibliometria e a avaliação da produção científica: indicadores e ferramentas. **ACTAS**. Lisboa, n. 11, p.1-7.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; PRADO, Otávio. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organização & Sociedade**. Salvador, v. 15, n. 47, p. 107-119, out./dez. 2008.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Levantando o sarrafo ou dando tiro no pé: critérios de avaliação qualis das pós-graduações em educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Curitiba, v. 29, n. 1, p. 23-33, set. 2007.

LUIZ, Ronir Raggio. Avaliação de produtividade acadêmica: uma proposta de quantificação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 3, n. 6, p. 300-312, dez. 2006.

MACARRI, Emerson Antonio; LIMA, Manolita Correia; RICCIO, Edson Luiz. O uso do sistema de avaliação da CAPES por Programas de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, set./dez. 2009.

MACARRI, Emerson Antonio; *et al.* Sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 5, n. 9, p. 171-205, dez. 2008.

MACIEL, Maria Goretti de Lacerda; ROCHA NETO, Ivan. O Qualis periódicos na percepção de um grupo de coordenadores de programas de pós-graduação. **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 639-659, dez. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES NETO, Floriano Azevedo. A nova regulação dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 228, p.13-29, abr./jun. 2002.

MARRARA, Thiago. A atividade de planejamento da administração pública: o papel e o conteúdo das normas previstas no anteprojeto da nova lei de organização administrativa. **Revista Eletrônica de Direito do Estado**, n. 27, p. 1-30, jul./ago. 2011.

_____. O conteúdo do princípio da moralidade: probidade, razoabilidade e cooperação. **Revista digital de Direito Administrativo**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 104-120, 2016.

MARTIN, Sébastian; *et al.* Open data: barriers, risks and opportunities. In: CASTELNOVO, Walter; FERRARI, Elena (Orgs.). **Proceedings of the 13th European Conference on eGovernment**. p. 301-310. Como: Academic Conferences and Publish International Limited, 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. **CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/ FGV**. Rio de Janeiro: CAPES, 2003, p. 294-309.

MASCHLEWSKI, Camila; SILVA, Priscilla Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A influência do sistema de avaliação QUALIS na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 104-116, jan./mar. 2011.

MATTOS, Ana Maria; FRAGA, Tânia. O portal periódico capes e os cursos de Administração Pública da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 10, n. 19, p. 117-133, mar. 2013.

MATTOS, Fernando Augusto M. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. **DataGamaZero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-28, 2006.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemus Livros, 1999.

MEIJER, Albert J.; CURTIN, Deirdre; HILLEBRANDT, Maarten. Open government: connecting vision and voice. **International Review of Administrative Sciences**. Exeter, v. 78, n. 1, p. 10-29, 2012.

MELLO, Celso Antônio de. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MIRANDA, Antonio; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Informação e desenvolvimento em uma sociedade digital. **Inclusão Social**. Brasília, v. 1, n. 2, p. 53-57, abr./set. 2006.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

_____. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGamaZero**. João Pessoa, Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2012.

_____. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Data GamaZero**. João Pessoa, n. 1, p. 1-8, 1999.

_____. O crescimento da ciência, o comportamento científico e a comunicação científica: algumas reflexões. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 1995.

_____. O periódico científico. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**, v.1, p. 73-95, 2000.

MUGNAINI, Rogério. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional**. São Paulo, 2006. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NABATCHI, Tina. Addressing the citizenship and democratic deficits: the potential of deliberative democracy for public administration. **The American Review of Public Administration**. New York, v. 40, n. 4, p. 376-399, 2010.

NIGRO, Carolina Alenca; *et al.* Prestação de contas anual e quadrienal à Capes por um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Engenharia de Produção: utilização da ferramenta computacional scriptlattes-scriptsucupira. **Revista Prisma.com**. Porto, n. 29, p. 3-26, 2015.

NOHARA, Irene Patrícia. **Reforma administrativa e burocracia: impacto da eficiência na configuração do Direito Administrativo brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2012.

NOHARA, Irene Patrícia. **Direito Administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Eloísa da Conceição Príncipe de; ODDONE, Nanci. A classificação da produção científica brasileira através do Qualis. Em: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 14., 2006, Salvador. Anais do XIV SNBU. Salvador UFBA, 2006.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. Administração Pública democrática e efetivação dos direitos fundamentais. **Primas**. Brasília, v. 5, n. 1, p. 83-105, jan./jun. 2008.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**. São Paulo, n. 29, p. 68 – 86, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcione. Programas de Pós-graduação interdisciplinares: contexto, contradições e limites do processo de avaliação CAPES. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 8, n. 15, p. 37-57, mar. 2011.

Open Document. **Open document format**. Disponível em: <<http://www.opendocument.com.br/project-definition>>. Acesso em: 26 out. 2010.

Open Government Working Group. **8 Eight Principles of Open Government Data**. Disponível em: <<https://opengovdata.org/>>. Acesso em: 26 out. 2018.

PACHECO, Regina Silvia. Regulação no Brasil: desenho das agências e formas de controle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 523-543, jul./ago. 2006.

PACKER, Abel Laerte. Scielo: uma meotologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998.

PAUL, Jean-Jacques; RIBEIRO, Zoya; PILATTI, Orlando. As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 141-164, 1992.

PEÑA, Zuley Jhohaja Duran; MORAIS, Oziel; GAMBOA, Silvio Sánchez. Portal de Periódicos CAPES e webqualis: contribuição em pesquisas sobre Educação e Educação Física. **Filosofia e Educação**. Campinas, v. 8, n. 3, p. 123-141, out./jan. 2017.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Discricionariedade e apreciações técnicas da administração. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 231, p. 217-267, jan./mar. 2003.

PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 1, p. 226-229, maio/ago. 1998.

PETROIANU, Andy. Critérios para autoria e avaliação de uma publicação científica. **Revista Psiquiatria Clínica**. São Paulo, n. 37, v. 1, p. 1-5, 2010.

PHILIPPI JR., Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo; FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 10, n. 21, p. 509-533, out. 2013.

PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. **A Plataforma Sucupira sob a interpretação da Pós-Graduação em Educação**. Brasília, 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília.

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008.

PINTO, Angelo C.; ANDRADE, Jailson B. de. Fator de impacto de revistas científicas: qual o seu significado deste parâmetro? **Química Nova**. São Paulo, v. 22, n. 3, p. 448-453, 1999.

PLATT NETO, Orion Augusto. *Et al.* Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade vista & revista**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75 – 94, jan./mar. 2007.

PRAT, Anna Maria. Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 2, p. 206-209, maio/ago. 1998.

PREECE, Jenny; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. **Interaction design: beyond human-computer interaction**. 4. ed. New York: John Wiley & Sons, 2015.

PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva. **Fronteiras: Estudos midiáticos**. São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003.

Qualis. **Qualis periódicos**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf;jsessionid=RuTFCTvybJSPngN+kAwL8WI+.sucupira-204>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

QUEIROZ, Rosa Maria Diekn de. A plataforma sucupira e os programas de pós-graduação: desafios para centros universitários. **Projeção e Docência**. Brasília, v. 7, n. 2, p. 61-69, 2016.

RAMOS, Clériston Ribeiro; SILVA, João Alberto da. A emergência da área de ensino de ciências e matemática da CAPES enquanto comunidade científica. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 19, n. 2, p. 363-380, 2014.

RANGEL, Susana Salum. **Educação superior: o papel da união e a garantia e qualidade do ensino**. 2013. São Paulo, 2013. 414 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**: 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 76-97.

REDALYC. **Redalyc**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/home.oa>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, Claudio Jose Silva; ALMEIDA, Reinaldo Figueiredo de; Dados abertos governamentais (open government data): instrumento para exercício de cidadania pela sociedade. XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais do XII ENANCIB**. Brasília, 2011.

ROCHA-E-SILVA, Mauricio. O Novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil: carta aberta ao presidente da CAPES. **Clinics**, São Paulo, v. 64, n. 8, p. 721-724, 2009.

RODACKI, André Luiz Felix. Qualis: implicações para a avaliação de programas de pós-graduação das diferentes áreas do conhecimento – uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 13, n. 30, p. 65-76, jan./abr. 2016.

RUIZ, Milton Artur; GRECO, Oswaldo Tadeu; BRAILE, Domingo Marcolino. Fator de impacto: importância e influência no meio editorial, acadêmico e científico. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**. São José do Rio Preto, v. 24, n. 3, p. 273-278, jul./set. 2009.

SALGADO, Luciana Salazar; CLARES, Letícia Moreira. Mediação editorial em artigos científicos: um estudo de injunções e apagamentos nas humanidades. **Revista do GEL**. v. 14, n. 3, p. 29-58, 2017.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Prestação de contas, acesso a informação e processo decisório governamental. **X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Santiago, Chile, p. 18-21, out. 2005.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; CABALLERO-RIVERO, Alejandro; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Práticas de publicação e avaliação em ciências sociais e humanidades: contradições e desafios. **PSP & INOVAÇÃO**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 18-34, set. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Público**. Belo Horizonte, a. 3, n. 11, p. 111-156, out./dez. 2005.

SCHULTZE, Silvana. Características de periódicos científicos produzidos por editoras universitárias brasileiras. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 6., 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, p. 1-12, 2005.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWATZMAN, Simon. A pesquisa científica e o interesse público. **Revista Brasileira de Inovação**. v. 1, n. 2, p. 361-395, jul./dez. 2002.

_____. O contexto institucional e político da avaliação. Em: DURHAM, Eunice Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Avaliação do Ensino Superior**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 13-26, 1992.

SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK – SJR. **SCImago Journal & Country Rank**. 2018. Disponível em: <scimagojr.com>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SCIMAGO. **About us**. Disponível em:<www.scimagojr.com/aboutus.php>. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. **Journal indicators**. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/help.php>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Understading indicators, tables and charts**. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/help.php#understand_journals>. Acesso em: 14 ago. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. Em: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, p. 51-74, 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

_____. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan./jun. 2006.

_____. Pós-graduação (em Educação) no Brasil: conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. Em: MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, p. 137-164, 2008.

_____. Regulação estatal *versus* cultura de avaliação institucional? **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008.

SILVA, Antonio Ozaí da. A sua revista tem QUALIS? **Mediações**, v. 14, n. 1, p. 117-124, jan./jun. 2009.

SILVA, M. R. O novo Qualis, ou a tragédia anunciada. **Clinics**, São Paulo, v. 64, n. 1, p. 1-4, 2009.

SILVA, Priscilla da; SORIANO, Jeane. Qualis periódicos e a produção de capital científico nos programas de pós-graduação em educação física. **Movimento**. Porto Alegre, v.20, n.1, p.281-304, jan./marc. 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. **Parcerias Estratégicas**, n. 20, p. 421-446, jun. 2005.

SMITH, Michael P. Barriers to organizational democracy in public administration. **Administration & Society**. v. 8, n. 3, p. 275-317, 1976.

SOLA, Gabryel Lopes; BONACIM, Carlos Alberto Grespan. Avaliação bibliométrica de periódicos brasileiros: contrastando a metodologia qualis-capes com o modelo Krzyzanoski e Ferreira (1998). **Revista ADM UFSM**. Santa Maria, v. 6, n. 1, jan./mar. 2013.

- SOMA, Nei Yoshihiro; ALVES, Alexandre Donizeti; YANESSE, Horacio Hideki. O qualis periódicos e sua utilização nas avaliações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v.13, n. 30, p. 45-61, jan./abr. 2016.
- SOUSA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o qualis periódicos. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de; *et al.* Qualis: a construção de um indicador para periódicos na área de Educação. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2018.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- STAFFEN, Márcio Ricardo; OLIVIERO, Maruizio. Transparência enquanto pretensão jurídica global. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, a. 15, n. 61, p. 71-91, jul./set. 2015.
- STREHL, Letícia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n. 1, p. 19-27, jan./abr. 2005.
- STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-6, set./dez. 1996.
- SUNDFELD, Carlos Ari. Princípio da publicidade administrativa (direito de certidão, vista e intimação). **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 199, n. 97-110, jan./mar. 1995.
- TABORDA, Maren Guimarães. O princípio da transparência e o aprofundamento dos caracteres fundamentais do direito administrativo. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 230, p. 251 – 279, out./dez. 2002.
- TÁCITO, Caio. Moralidade administrativa. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 218, p. 1-10, out./dez. 1999.
- TARGINO, Maria das Graças; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 33-54, jan./abr. 2008.
- TEIXEIRA PRIMO, Alex Fernando; CASSOL, Márcio Borges Fortes. Explorando o conceito de interatividade: definições e taxonomias. **Informática na Educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 65-80, out. 1999.
- TIMES HIGHER EDUCATION. **World university rankings**. Disponível em: <timeshighereducation.com>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- TRZESNIAK, Piotr. As dimensões da qualidade dos periódicos científicos e sua presença em um instrumento da área de Educação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 32, p. 346-261, maio/ago. 2006.
- UBALDI, Barbara. Open government data: towards empirical analysis of open government data initiatives. **OECD Working Papers on Public Governance**. Paris, n. 22, p. 1-61, 2013.
- VALERIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**. Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago., 2008.

VALIM, Rafael Ramires Araujo. **O princípio da segurança jurídica no Direito Administrativo brasileiro**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 13, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VARELLA, Marcelo Dias; ROESLER, Claudia Rosane. Dificuldades de avaliação de publicações na área de Direito. **Revista brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 663-701, dez. 2012.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v. 9, p. 46-62, 2010.

VELLOSO, Andrea. A pós-graduação no Brasil: legados e desafios. **Almanaque Multidisciplinar de pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 4-15, 2014.

VERHINE, Robert E. Avaliação da CAPES: subsídios para a reformulação do modelo. Em: MANCEBO, Deise; SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Orgs.). **Reformas e Políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas: Alínea, p. 165-188, 2008.

VITOR-COSTA, Marcelo; SILVA, Priscila Maia da; SORIANO, Jeane Barcelos. A avaliação da produtividade em pesquisa na Educação Física: reflexões sobre algumas limitações dos indicadores bibliométricos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v. 26, n. 4, p. 581-597, out./dez. 2012.

WANG, Fang; WANG, Ying. A grounded theory of government website promotion. Em: CASTELNOVO, Walter; FERRARI, Elena (Orgs.). **Proceedings of the 13th European Conference on eGovernment**. p. 551-559. Como: Academic Conferences and Publish International Limited, 2013.

YAMAMOTO, Oswaldo H. Vale a pena avaliar periódicos científicos? **Estud. psicol.** Natal, v. 6, n. 2, p. 129-131, 2001.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 13-24, jan./mar. 2008.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel? **Revista Brasileira da Pós-Graduação**. Brasília, v. 9, n. 18, p. 727-750, dez. 2012.

ZUIDERWIJK, Anneke; JANSSEN, Marijn. The negative effects of open government data – investigating the dark side of open data. **Proceedings of the 15th Annual International Conference on Digital Government Research**. Aguascalientes, p. 147-152, 2014.

ANEXO I

Tabela do levantamento de dados dos resultados do Qualis-Periódicos na avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016)

ÁREA	Número total	Número líquido	Internacional	Nacional	C	B5	B4	B3	B2	B1	A2	A1	Observações
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	3562	3017	1359	1658	49	167	939	469	332	350	402	309	- Muitos periódicos que tratam de assuntos específicos a área
Antropologia e Arqueologia	1403	1252	456	797	78	253	274	231	167	149	62	39	- Revistas da área de sociologia, história, psicologia e Direito encontradas
Arquitetura, Urbanismo e Design	1203	1093	414	679	185	313	170	127	56	52	110	80	- Revistas de outras áreas como: materiais, linguística, comunicação, matemática, artes e música, planejamento urbano, geografia, medicina, enfermagem, engenharia, ciências ambientais, educação física, educação, história e Direito. Além disso, algumas revistas se repetiam na lista, mas apresentavam qualis diferente.
Artes e música	960	861	238	623	298	101	94	99	82	107	60	20	- Foram encontrados periódicos de Direito, geografia e Medicina, além de muitas revistas da área de educação. Houve pouca repetição de periódicos na lista, mas há periódicos

													encerrados em 1973 por exemplo.
Astronomia e Física	1876	1669	1492	177	438	151	88	166	272	300	173	81	- Há várias revistas que abordam matérias específicas, além de vários periódicos divididos em letras e com qualis diferentes. Foram encontradas revistas da área de farmácia, matemática, agronomia biotecnologia, medicina veterinária, zootecnia, ecologia, química, ciências da computação, biologia e educação.
Biodiversidade	3849	3248	2483	765	1196	123	115	295	542	506	270	201	- Existem revistas de Biologia, Medicina, Biotecnologia, Física, Química, Ciências Ambientais, Agronomia, Antropologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Saúde Coletiva, Enfermagem, Comunicação, Educação, Geociências, Ciência dos Alimentos e Farmácia
Biotecnologia	4376	3786	3001	785	746	405	280	382	515	705	378	375	- Há na lista periódicos das seguintes áreas: Biologia, Química, Física, Biodiversidade, Matemática, Medicina,

													Medicina Veterinária, Ciências Ambientais, Zootecnia, Direito, Farmácia, Administração, Geografia, Odontologia, Materiais, Saúde Coletiva, Educação Física e Engenharia.
Ciência Política e Relações Internacionais	1484	1323	455	868	170	346	218	174	122	103	108	82	- Há um artigo científico incluído na lista como revista. Existem periódicos de Direito, Agronegócio, Turismo, Ciências sociais, Geografia, Psicologia, Economia, antropologia, Administração e Sociologia.
Ciência da Computação	1850	1483	1383	290	345	348	84	205	133	274	148	136	- Há periódicos com erro de digitação na lista, além de ter muita revista com especialização em áreas específicas. Foram encontrados boletins de Matemática, Design, Medicina, Direito, Medicina Veterinária, Zootecnia, Química, Educação Física, Enfermagem e Administração.
Ciência de Alimentos	1519	1360	1077	283	411	152	198	236	61	101	124	77	- Há revistas científicas com erro de digitação. Além disso, foram

													encontrados periódicos de outras áreas, como biologia, Medicina, Medicina Veterinária, Zoologia, Recursos Pesqueiros, Odontologia, Nutrição e Biotecnologia.
Ciências Agrárias I	3974	3331	2366	965	51	1102	171	93	442	686	393	393	- Além de revistas que se encontravam em repetição na lista, elas possuíam qualis diferente. Existem na área periódicos de Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Biotecnologia, Materiais, Química, Engenharia, Matemática, Farmácia, Ciência dos Alimentos, Fisioterapia, Ciências Ambientais, Economia, Contabilidade, Administração, Saúde Coletiva, Enfermagem e Educação Física.
Ciências Ambientais	4715	4024	2318	1706	285	688	537	285	396	908	503	422	- Há erro de digitação na lista. Foram encontradas as seguintes áreas: Biologia, Agronomia, Medicina, Biotecnologia, Biodiversidade, Medicina Veterinária, Zootecnia, Educação, Planejamento Urbano, Geociências, Geografia, Direito,

													Enfermagem, Ciências da Religião, Farmácia e Química.
Ciências Biológicas I	3870	3386	3012	374	715	280	250	432	433	628	346	302	- Lista com muitos erros de digitação. Havia números aleatórios e congresso constando como revista. Ademais, foram constadas muitas revistas da área médica e outras, como Enfermagem, Odontologia, Biotecnologia, Biodiversidade, Medicina Veterinária, Zootecnia, Ciências dos Alimentos, Agronomia, Direito, Ciências da Computação e Educação Física.
Ciências Biológicas II	3889	3409	2949	460	719	336	184	312	508	678	332	340	- Foram encontradas as seguintes áreas temáticas: Medicina, com grande número, Medicina Veterinária, Biotecnologia, Biodiversidade, Agronomia, Enfermagem, Zootecnia, Educação, Psicologia, Odontologia, Geografia, Saúde Coletiva, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia, Química, Física, Geociências, Educação Física.

Ciências Biológicas III	2403	2110	1851	259	465	133	195	255	258	410	206	188	- Além de revistas com erro de digitação, alguns periódicos encontravam-se repetidos na lista até 10 vezes. Foram encontradas na lista as áreas de Medicina, em grande quantidade, Enfermagem, Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Química, Biotecnologia, Geociências, Odontologia, Fisioterapia, Farmácia, Ciências Ambientais e Saúde Coletiva.
Comunicação e Informação	1804	1596	425	1171	344	425	230	151	145	161	92	48	- A lista possui periódicos que abordam sobre Comunicação social, Artes, Sociologia, Jornalismo, História, Gênero, Filosofia, Cultura, Dança, Arquitetura, Arquivologia e Direito.
Direito	2345	2061	491	1570	843	270	176	152	188	260	85	87	- As revistas jurídicas em grande escala possuem uma abordagem de uma área específica. Além disso, há muitos periódicos pertencentes à Procuradorias, Autarquias, Tribunais, Ministério Público e OAB. A lista possui revistas de

													Medicina, Sociologia, Educação e Teologia.
Economia	1626	1432	733	699	167	341	201	142	179	156	140	106	- A lista possui periódicos de Biologia, Administração, Contabilidade, Medicina, Agronomia, Biotecnologia, Direito, Teologia, Ciências Sociais, Farmácia, Medicina e Zootecnia.
Educação Física	2218	1972	1367	605	19	330	329	196	323	330	230	215	- A lista possui periódicos que já foram encerrados. Áreas como Marketing, Direito, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Administração, Psicologia, Artes, Filosofia e Educação foram constatadas. Há um amplo número de revistas de Medicina.
Educação	4203	3519	957	2562	1183	660	275	298	315	419	287	82	- Várias revistas tinham erro de grafia. Além disso, endereços de sites constavam como periódico. Alguns títulos, como “???????-?????” e “S/N” eram considerados periódicos. Na lista foram encontradas as seguintes áreas: Sociologia, Ensino, Serviço Social, Filosofia, Comunicação, Medicina, Direito, Engenharia,

													Administração, Biologia, Química, Física, Matemática, Psicologia, História, Geografia, Zootecnia, Linguística, Ciências Agrárias, Educação Física, Relações Internacionais, Ciência Política, Teologia e Saúde Coletiva.
Enfermagem	1944	1660	977	683	59	221	284	113	230	365	216	172	- Periódicos com erro de digitação e uma revista com título "978-846-148-1". Grande parte dos periódicos é do setor Médico. Ademais, foram encontrados periódicos de Odontologia, Filosofia, História, Educação, Psicologia, Direito e Engenharia.
Engenharias I	2340	2056	1378	678	208	472	175	208	243	337	207	206	- Foram encontradas revistas com contagem repetida, mas apresentando diferentes conceitos Qualis. A lista possuía revistas de Materiais, Geografia, Agronomia, Geociências, Química, Matemática, Medicina Veterinária, Zootecnia, Odontologia, Ciências Ambientais, Ciência dos Alimentos,

													Biologia, Turismo, Saúde Coletiva, Comunicação, Biotecnologia, Fisioterapia, História, Arquitetura, Medicina, Direito e Educação.
Engenharias II	2676	2320	1902	418	51	492	270	55	397	504	278	273	- Haviam revistas sem indicação de ISSN. Foram encontradas as seguintes áreas: Odontologia, Agronomia, Medicina, Materiais, Biologia, Zootecnia, Química, Ciência dos Alimentos, Ciência da Computação, Geociências, Geografia, Biotecnologia, Farmácia, Linguística, Educação Física, Medicina Veterinária, Saúde Pública, Economia, Educação e Ciências Ambientais.
Engenharias III	3710	3306	2489	817	443	578	362	333	165	711	358	356	- Áreas encontradas na lista: Odontologia, Materiais, Química, Turismo, Medicina, Zootecnia, Administração, Biotecnologia, Biologia, Geociências, Matemática, Ciências ambientais, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Comunicação, Enfermagem, Agronomia,

													Educação, Educação Física, Física, Estatística, Ciências contábeis, Economia, Direito e Geografia.
Engenharias IV	2527	2268	1913	358	253	426	30	195	405	528	240	194	- A lista possuía revistas com erro de digitação. Além disso, apresentava muitos periódicos especializados em diferentes áreas da Engenharia. Outras áreas constavam na lista: Medicina, em grande quantidade, Física, Arquitetura, Materiais, Estatística, Química, Biologia, Ciência da Computação, Matemática, Odontologia, Astronomia, Educação Física, Farmácia, Educação, Psicologia, Comunicação, Biotecnologia, Medicina Veterinária e Zootecnia.
Ensino	2962	2526	1029	1497	144	383	470	445	561	274	140	109	- Havia repetição de revista na lista apresentada Qualis diferente. Ampla quantidade de periódicos de Educação. Outras áreas foram constatadas: Química, Física, Matemática, Letras, Direito, Medicina,

													Enfermagem, História, Geografia, Filosofia, Agronomia, Engenharia, Teologia, Astronomia, Materiais, Psicologia, Ciência da Computação, Fisioterapia, Geociências, Saúde Coletiva, Farmácia, Biologia, Nutrição, Educação Física, Biotecnologia, Planejamento Urbano e Administração.
Farmácia	3274	2787	2331	456	550	143	104	403	494	535	281	277	- A lista possuía revistas com erro de digitação. Há grande quantidade de periódicos de Biologia, Medicina, Odontologia e Biotecnologia. Além dessas, outras áreas foram encontradas: Enfermagem, Química, Medicina Veterinária, Ciências Ambientais, Zootecnia, Saúde Coletiva, Educação, Economia, Física, Ciência dos alimentos e Agronomia.
Filosofia	1223	1093	347	746	128	199	168	127	146	178	117	30	- Havia um artigo constando como periódico na lista. Foram encontradas em grande quantidade as seguintes áreas: Direito e

													História. Além dessas, havia Economia, Educação e Teologia.
Geociências	1553	1356	1020	336	153	194	75	126	223	299	157	129	- A lista possuía periódicos das áreas de Geografia, Química, Biologia, Medicina, Agronomia, Saúde Coletiva, Ciências da Computação, Matemática e Fisioterapia.
Geografia	1760	1555	514	1041	189	317	408	206	107	103	118	107	- Periódicos já encerrados encontrados na lista. As áreas de Agronomia, Biologia, Turismo, Educação Física, Arquitetura, Educação, Engenharia, Comunicação, Geociências, Sociologia foram encontradas.
História	2385	2098	548	1589	457	433	283	286	302	184	90	62	- Havia revistas repetidas que apresentavam Qualis diferente. As seguintes áreas foram encontradas: Sociologia, Geografia, Jornalismo, Filosofia, Artes e Música, Educação, Economia, Linguística, Psicologia, Ciência Política, Direito, Medicina e Teologia.
Interdisciplinar	11050	9413	5253	4160	520	1066	1918	1015	1478	1544	1035	837	- Periódicos de todas as quarenta e nove áreas foram encontradas. Além

													disso, algumas revistas que eram repetidas apresentavam Qualis diferente.
Linguística e Literatura	3140	2639	776	1863	693	582	288	186	408	266	142	74	- Havia bastantes periódicos com erro de digitação, bem como repetição de revistas apresentando diferentes Qualis. Ademais, alguns periódicos constavam o ISSN como nome da revista e outros não possuíam sequer o ISSN. As seguintes áreas foram constatadas: Educação, Ensino, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Administração, História, Direito e Teologia.
Matemática, Probabilidade e Estatística	1434	1330	1141	189	182	168	134	159	209	238	132	108	- Grande parte dos periódicos eram especializados em alguma matéria da área. Outras áreas foram encontradas: Enfermagem, Medicina, Pedagogia, Contabilidade, Ciência da Computação e Física.
Materiais	1658	1499	1273	226	14	229	171	207	212	317	177	172	- A lista possuía periódicos já encerrados. As áreas encontradas foram:

													Zootecnia, Medicina, Medicina Veterinária, Biologia, Geociências, Odontologia, Química, Física, Biotecnologia, Cerâmica, Ciências Ambientais, Direito, Educação, Educação Física e Arquitetura e Urbanismo.
Medicina I	5181	4449	3861	588	852	210	301	386	1000	817	445	438	- Constatada a existência de revistas repetidas com qualis diferente. Áreas encontradas: Biologia, Química, Biotecnologia, Medicina Veterinária, Enfermagem, Saúde Coletiva, Psicologia, Educação Física, Educação, Engenharia, Farmácia, Ciências Agrárias, Direito e Fisioterapia. Além disso, muitos periódicos eram focados em especializações médicas.
Medicina II	5110	4381	3709	672	409	301	682	477	639	938	512	423	- Áreas encontradas na lista: Biologia, Medicina Veterinária, Enfermagem, Biotecnologia, Zootecnia, Psicologia, Saúde coletiva, Odontologia, Farmácia, Educação Física, Direito, Fisioterapia, Educação e Engenharia. Ademais, as

													revistas possuíam um enfoque em especializações médicas.
Medicina III	1971	1750	1554	196	122	51	157	240	375	398	215	192	- Há muitas revistas de Hospitais e Universidades e grande enfoque em áreas especializadas da Medicina. As áreas encontradas foram: Medicina Veterinária, Biologia, Biotecnologia, Química, Enfermagem, Saúde Coletiva, Fisioterapia, Engenharia, Materiais, Comunicação e Psicologia.
Medicina Veterinária	2087	1849	1431	423	20	496	204	80	118	433	251	252	- O Diário Oficial da União constava na lista e estava com o Qualis B5. Houve um grande número de periódicos de Medicina e também, mas com menor número, de revistas de Ciências Agrárias, Biologia, Farmácia, Enfermagem, Odontologia, Biotecnologia, Nutrição e Educação.
Nutrição	1435	1236	933	303	98	185	59	87	239	286	143	139	- Há muitos periódicos de Medicina na lista. Revistas de outras áreas foram encontradas: Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Biologia, Medicina

													Veterinária, Ciência dos alimentos, Engenharia, Ciências Agrárias e Biotecnologia.
Odontologia	2363	1977	1531	446	52	186	359	266	302	332	244	236	- Áreas encontradas na lista: Medicina Veterinária, Biologia, Educação, Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Nutrição.
Planejamento Urbano e Regional e Demografia	1901	1717	514	1203	106	426	347	212	166	217	160	83	- As seguintes áreas foram encontradas na lista: Medicina, Geografia, Artes e Música, Direito, Zootecnia, Medicina Veterinária, Arquitetura, Administração, História e Turismo.
Psicologia	3025	2622	1261	1361	101	421	549	324	268	449	341	169	- Há muito periódico especializado em áreas da Psicologia. Além disso, as seguintes áreas foram encontradas: Medicina, em grande quantidade, Enfermagem, Ciências ambientais, Educação, Direito, Educação Física, Sociologia, Educação, Filosofia, História, Biologia, Fisioterapia, Administração, Economia, Saúde Pública e Linguística.

Química	2734	2359	1970	389	623	116	133	224	426	430	203	204	- Vários periódicos eram destinados ao estudo de áreas específicas da Química e constatou-se que na lista possui periódicos de Medicina, Biologia, Física, Engenharia, Enfermagem, Biotecnologia, Nutrição, Ciência dos Alimentos, Geociências, Odontologia e Matemática.
Saúde Coletiva	3639	3286	2205	1085	500	371	399	246	468	663	333	320	- Na lista, constatou-se que haviam revistas repetidas com Qualis diferente. Encontrou-se também periódicos já encerrados. As áreas encontradas foram: Medicina, em grande número, Enfermagem, Psicologia, Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Odontologia, Farmácia, Ciência dos Alimentos, Geografia, Física, Estatística, Educação Física, Filosofia, Fisioterapia, Biotecnologia, Ciência da Computação, Sociologia e Engenharia.
Serviço Social	796	725	150	574	144	125	123	123	77	97	26	9	- As seguintes áreas foram encontradas na lista:

													Sociologia, Geografia, Nutrição, Direito, Psicologia, Enfermagem, Educação, Geociências, Medicina, Ciência Política, Relações Internacionais e Biodiversidade.
Sociologia	2233	1940	509	1431	160	565	455	275	170	159	97	59	- Áreas encontradas na lista de periódicos: Artes e Música, Direito, Antropologia, Relações Internacionais, Ciência Política, Economia, Educação, Ecologia, Comunicação, Teologia, Administração, Psicologia, Filosofia e Educação Física.
Teologia e Ciências da Religião	462	339	85	308	69	77	48	60	41	51	27	20	- Grande número de revistas repetidas. Foi também constatado que havia um número considerável de revistas especializadas. Encontrou-se periódicos de História, Sociologia e Filosofia.
Zootecnia e Recursos Pesqueiros	1572	1382	998	384	279	139	158	130	125	276	138	137	- Áreas encontradas: Biologia, Medicina Veterinária, Ciências Agrárias, Economia, Enfermagem, Educação e Geografia.

ANEXO II

Tabela dos critérios utilizados para a definição do Qualis-Periódicos na avaliação quadrienal de 2017 (2013-2016)

Áreas	Critérios
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	<p>A1 – JCR > 1,4 (67%) ou H-Scopus > 24 (75%). (Periódicos com tais limites, mas não listados como da área pela base são classificadas no estrato abaixo).</p> <p>A2 – JCR ≤ 1,4 e > 0,7 (33%) ou H-Scopus ≤ 24 e > 9 (50%). (Periódicos com tais limites, mas não listados como da área pela base são classificadas no estrato abaixo).</p> <p>B1 – Constar na SciELO ou JCR ≤ 0,7 e > 0 ou H-Scopus > 0 e ≤ 9 ou índice Spell > 0,225. (Periódicos com tais limites, mas não listados como da área pela base são classificadas no estrato abaixo).</p> <p>B2 – Estar no Redalyc ou ser editado por Editoras indicadas pela área ou na SciELO, mas não listado como da área na base SciELO ou índice Spell ≥ 0,225 e > 0,114.</p> <p>B3 – ISSN, índice de atraso no máximo igual a 0,5, 2 anos de existência, ter no mínimo um dos indexadores definidos pela área ou índice Spell ≤ 0,114.</p> <p>B4 – ISSN, índice de atraso no máximo igual a 0,5, e no mínimo dois anos de existência.</p> <p>B5 – ISSN e no máximo um ano de atraso.</p> <p>C – Periódicos cujo conteúdo foi identificado como sendo técnico ou estritamente aplicado.</p>
Antropologia/Arqueologia	<p>A1 – 75% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 5 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação nacional e internacional, publicar artigo com autor de IES estrangeiro por volume, cumprir os requisitos anteriores há cinco anos e ser acessível online, ser indexada em ao menos três bases, um internacional e o outro SciELO de acordo com os elegidos pela área, destacado reconhecimento de qualidade em uma das áreas, com tradição em relação a todos os requisitos anteriores por mais de dez anos ou por atingir algum fator de impacto (Scopus ou JCR).</p> <p>A2 - 75% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 5 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação nacional e internacional, publicar artigo com autor de IES estrangeiro por volume, cumprir os requisitos anteriores há quatro anos e ser acessível online, ser indexada em ao menos duas bases, um internacional e o outro nacional de acordo com os elegidos pela área, tradição como periódico de qualidade por mais de dez anos ou demonstrar inovação como a publicação em idiomas considerados francos, com acesso online.</p> <p>B1 - 60% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 4 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação nacional e internacional, estar atualizado com todos os volumes e números dos últimos quatro anos e acessível online, circulação internacional, ser indexada em ao menos duas bases de acordo com os elegidos pela área.</p> <p>B2 - 45% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 3 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação internacional, circulação nacional, ser indexada em ao menos uma base de dados, periodicidade regular em sua edição impressa e online quando for o caso.</p> <p>B3 - 30% dos artigos, resenhas ou entrevistas em que os autores sejam vinculados a pelo menos 3 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação nacional, circulação nacional, ser indexada em ao menos uma base de dados, periodicidade regular em sua edição impressa e online quando for o caso.</p> <p>B4 - 20% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 3 IES diferentes da que edita o periódico por volume, conselho editorial com representação regional, circulação nacional, periodicidade regular em sua edição impressa e online quando for o caso.</p> <p>B5 – Periódicos que atendem aos critérios mínimos da definição de um periódico científico, devendo, além disso, estar disponível online, constar a afiliação institucional dos autores, resumo em inglês e garantia de acesso e preservação de todos os números.</p> <p>C – Periódicos que não atendem os critérios do estrato B5 ou considerados impróprios.</p>

Arquitetura, Urbanismo e Design	<p>A1 - 75% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 4 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 16 artigos por ano, 8 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de 5 diferentes IES com 3 internacionais, ser indexada em ao menos duas bases, um internacional e outro nacional, publicada em língua estrangeira e disponível online. Revistas de excelência e ampla penetração internacional.</p> <p>A2 - 60% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 4 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 16 artigos por ano, 5 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de 5 diferentes IES com 3 internacionais, ser indexada em ao menos uma base internacional, publicada em língua estrangeira ou contendo abstract e disponível online. Revistas de excelência e ampla penetração nacional e/ou internacional.</p> <p>B1 - 50% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 3 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 16 artigos por ano, 4 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de 3 diferentes IES com 1 internacional, ser indexada em ao menos uma base nacional, publicada em língua estrangeira ou contendo abstract e disponível online. Revistas de excelência nacional ou relevância internacional.</p> <p>B2 - 40% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 3 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 16 artigos por ano, 3 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de 3 diferentes IES, publicada com abstract. Revistas relevantes para a área.</p> <p>B3 - 25% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 2 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 12 artigos por ano, 3 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de diferentes IES. Revistas relevantes para a área.</p> <p>B4 - 80% dos artigos em que os autores sejam vinculados a pelo menos 2 IES diferentes da que edita o periódico por volume, 10 artigos por ano, 3 anos de publicação regular, dois volumes por ano, conselho editorial composto por pesquisadores de diferentes IES. Revistas relevantes para a área.</p> <p>B5 - Periódicos corpo editorial composto por pesquisadores de diferentes IES e que atendam os requisitos mínimos.</p> <p>C - Periódicos que não atendem os critérios do estrato B5 e que não atendem às boas práticas editoriais do COPE.</p>
Artes e Música	<p>A1 - 70% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 18 artigos por ano, dois números por ano, dois artigos de estrangeiros por volume, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais e estrangeiros de diferentes IES.</p> <p>A2 - 60% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 16 artigos por ano, dois números por ano, um artigo de estrangeiro por volume, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais e estrangeiros de diferentes IES.</p> <p>B1 - 50% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 14 artigos por ano, dois números por ano, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais e estrangeiros de diferentes IES.</p> <p>B2 - 45% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 12 artigos por ano, dois volumes por ano, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais de diferentes IES.</p> <p>B3 - 30% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 10 artigos por ano, dois volumes por ano, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais de diferentes IES.</p> <p>B4 - 20% dos artigos em que os autores sejam vinculados a IES diferente da que edita o periódico, publicação online, 10 artigos por ano, dois volumes por ano, conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais de diferentes IES.</p> <p>B5 - 10 artigos por ano, dois volumes por ano, regularidade na publicação, conselho editorial constituído por mais de uma instituição.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Astronomia e Física	<p>A1 - $FI\ JCR \geq 5$ para os periódicos da área e áreas afins.</p> <p>A2 - $3,5 \leq FI\ JCR < 5$ para os periódicos da área e áreas afins e $FI\ JCR \geq 4,5$ para outras áreas.</p> <p>B1 - $2,0 \leq FI\ JCR < 3,0$ para os periódicos da área e áreas afins e $3,2 \leq FI\ JCR < 4,5$ para outras áreas.</p> <p>B2 - $1,5 \leq FI\ JCR < 2,0$ para os periódicos da área e áreas afins e $2,0 \leq FI\ JCR < 3,2$ para outras áreas.</p> <p>B3 - $1,0 \leq FI\ JCR < 1,5$ para os periódicos da área e áreas afins e $1,5 \leq FI\ JCR < 2,0$ para outras áreas.</p> <p>B4 - $0,7 \leq FI\ JCR < 1,0$ para os periódicos da área e áreas afins e $1,2 \leq FI\ JCR < 1,5$ para outras áreas.</p> <p>B5 - $FI\ JCR < 0,7$ para os periódicos da área e áreas afins e $FI\ JCR < 1,2$ para outras áreas.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>

Biodiversidade	<p>A1 – Índice H \geq 115 ou Indicador de impacto da área \geq 2,30 A2 – Índice H \geq 85 e $<$ 115 ou Indicador de impacto da área \geq 1,4 e $<$ 2,3 B1 - Índice H \geq 40 e $<$ 85 ou Indicador de impacto da área \geq 1,0 e $<$ 1,4 B2 - Índice H \geq 16 e $<$ 40 ou Indicador de impacto da área \geq 0,6 e $<$ 1,0 B3 - Índice H \geq 10 e $<$ 16 ou Indicador de impacto da área \geq 0,25 e $<$ 0,6 B4 - Índice H \geq 5 e $<$ 10 ou Indicador de impacto da área \geq 0,1 e $<$ 0,25 B5 – Índice H $<$ 5 ou Indicador de impacto da área $<$ 0,10 ou estar indexado no SciELO. C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Biotecnologia	<p>A1 – FI JCR \geq 4,0 A2 – FI JCR \geq 2,9 e $<$ 4,0 B1 - FI JCR \geq 1,8 e $<$ 2,9 B2 - FI JCR \geq 1,1 e $<$ 1,8 B3 - FI JCR \geq 0,5 e $<$ 1,1 B4 - FI JCR \geq 0,0 e $<$ 0,5 e estar indexado no SciELO B5 – Indexados, porém sem FI JCR ou “<i>cites per doc</i>” C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p> <p>Observação: A Área de Biotecnologia classifica os periódicos segundo o fator de impacto do JCR, ou na falta desse, pelo “<i>cites per doc</i>”.</p>
Ciência da Computação	<p>Para normalização dos índices e das áreas, a área de Ciência da Computação utilizou um indicador normalizado de elaboração própria para os dois índices utilizados na classificação (FI JCR e índice H SCImago) e para o Google Acadêmico (usado na classificação de conferências). O índice padronizado intitula-se J* “jota estrela”.</p> <p>Assim, os coordenadores estabeleceram intervalos nos valores e chegaram no seguinte critério:</p> <p>A1 – J* $>$ 1,35 A2 - J* $>$ 1,06 e \leq 1,35 B1 - J* $>$ 0,50 e \leq 1,06 B2 - J* $>$ 0,20 e \leq 0,50 B3 - J* $>$ 0,10 e \leq 0,20 B4 - J* $>$ 0,05 e \leq 0,10 B5 - J* $<$ 0,05 C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciência dos Alimentos	<p>A1 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> $>$ 2,50 A2 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 1,00 e \leq 2,50 B1 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 0,50 e $<$ 1,00 B2 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 0,40 e $<$ 0,50 B3 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 0,20 e $<$ 0,40 B4 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 0,10 e $<$ 0,20 B5 – FI JCR ou <i>Cites per doc</i> \geq 0,01 e $<$ 0,10 C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciência Política e Relações Internacionais	<p>A1 - Periódicos indexados na base SCImago/Scopus; publicação exclusiva de artigos originais; 30% artigos com colaboração internacional ou autoria de pesquisadores com afiliação institucional prioritária no exterior; linha editorial e vocação temática, bem como frequência de publicações no periódico, relatadas na Plataforma Sucupira; conselho editorial formado por autores internacionais de referência; indicadores SJR que permitam mensurar citações; a posição do periódico no índice SJR, (a) no conjunto das publicações científicas, em (b) publicações internacionais de Ciência Política e Relações Internacionais e, em (c) publicações de CP& RI da América Latina; sistema duplo cego de revisão por pares; publicar pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados à instituição que edita o periódico. Nota de corte \geq p75 (definido pela área). A2 - Periódicos indexados na base SCImago/Scopus; publicação exclusiva de artigos originais; 15% artigos com colaboração internacional ou autoria de pesquisadores com afiliação institucional prioritária no exterior; indicador SJR que permita mensurar citações; publicado por instituição de pesquisa, pós-graduação stricto sensu, sociedade científica nacional ou internacional; sistema duplo cego de revisão por pares; periodicidade mínima semestral; publicar pelo menos 85% de artigos de autores não vinculados a instituição que edita o periódico. Nota de corte \geq p40 (definido pela área).</p>

	<p>B1 - Periódicos indexados na base SCImago/Scopus ou SciELO; publicado por instituição de pesquisa, sociedade científica nacional ou internacional; sistema duplo cego com revisão de pares; publicar pelo menos 70% de artigos de autores não vinculados a instituição que edita o periódico; periodicidade mínima semestral .</p> <p>B2 - Publicado por Programa de Pós-Graduação stricto sensu ou instituição de pesquisa, sociedade científica nacional ou internacional; sistema duplo cego com revisão de pares; publicar pelo menos 60% de artigos de artigos de autores não vinculados a instituição que edita o periódico; publicação de produção técnica altamente qualificada, conforme parâmetros estabelecidos no Documento de Área; presença em uma das seguintes bases de dados ou indexadores: CLASE, LATINDEX, LILACS, REDALYC, PSICODOC.</p> <p>B3 - Publicado por instituição de pesquisa, pós-graduação stricto sensu, sociedade científica nacional ou internacional; sistema duplo cego com revisão de pares; publicar pelo menos 50% de artigos de autores não vinculados a instituição que edita o periódico; presença em uma das seguintes bases de dados ou indexadores: CLASE, LATINDEX, LILACS, REDALYC, PSICODOC.</p> <p>B4 - Publicar pelo menos 40% de artigos de autores não vinculados a instituição que edita o periódico; disponibilidade em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.</p> <p>B5 - Publicado por instituição de pesquisa, pós-graduação stricto sensu, sociedade científica nacional ou internacional, com revisão por pares</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciências Agrárias I	<p>A1 – Publicação exclusivamente em inglês, forte aderência à área, FI JCR ou <i>cites per doc</i> de 5 anos > 1,00 e de dois anos > 0,850.</p> <p>A2 – Publicação exclusivamente em inglês, forte aderência à área, FI JCR ou <i>cites per doc</i> de 5 anos \geq 0,750 e < 1,00 e de dois anos > 0,600 e < 0,850.</p> <p>B1 – FI JCR ou <i>cites per doc</i> > 0,01 e < 0,600 e forte aderência à área.</p> <p>B2 - Indexado na base SciELO e forte aderência à área.</p> <p>B3 – Indexado em pelo menos duas bases de dados indicados pela área.</p> <p>B4 – Indexado em pelo menos uma base de dados indicados pela área.</p> <p>B5 – Sem indexação.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciências Ambientais	<p>A1 – FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i> \geq 2,80 ou a média nas outras áreas iguais a A1 com aderência à área.</p> <p>A2 – FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i> < 2,80 e \geq 1,5 ou a média nas outras áreas iguais a A2 com aderência à área. Indução selecionada de periódicos nacionais classificados no estrato B1.</p> <p>B1 – FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i> < 1,5. Ou média nas outras áreas iguais a B1 com aderência à área Também são considerados os periódicos constantes na base SciELO, <i>Web of Science</i> ou Scopus. Indução selecionada de periódicos nacionais classificados no estrato B2.</p> <p>B2 – Periódicos sem FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i>, utiliza-se a média das outras áreas no estrato B2. Periódicos sem FI ou <i>cites per doc</i> suficientes para classificação nos estratos superiores mas sem aderência à área foram classificados neste estrato. Periódicos relacionados com a área das bases <i>Web of Science</i>, Scopus e SciELO também foram estratificados aqui. Indução selecionada de periódicos nacionais classificados no estrato B3.</p> <p>B3 – Periódicos sem FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i>. Adota-se a média das outras áreas do estrato B3. Verifica-se também: existência de corpo editorial reconhecido com avaliação por pares, circulação e fácil acesso, histórico e periodicidade.</p> <p>B4 - Periódicos sem FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i>. Adota-se a média das outras áreas do estrato B4. Se a média das outras áreas for B4, classifica-se o periódico em B4. Verifica-se também: existência de corpo editorial reconhecido com avaliação por pares, circulação e fácil acesso, histórico e periodicidade.</p> <p>B5 - Periódicos sem FI JCR-5 anos ou <i>cites per doc</i>. Adota-se a média das outras áreas do estrato B5. Se a média das outras áreas for B5, classifica-se o periódico em B5. Verifica-se também: existência de corpo editorial reconhecido com avaliação por pares, circulação e fácil acesso, histórico e periodicidade.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciências Biológicas I	<p>A estratificação baseia-se no valor de 2,350 (FI JCR) para definir o limite inferior do estrato B1. Para os estratos A1, A2 e B1 utiliza-se as determinações do CTC-ES do valor máximo em cada estrato. Para os outros estratos, utiliza-se:</p> <p>B2 – O limite superior do estrato é definido como sendo 30% maior que o inferior (B1 inferior/1,3).</p> <p>B3 – O limite superior do estrato é definido como sendo 50% maior que o inferior (B2 inferior/1,5).</p> <p>B4 – O limite superior do estrato é definido como sendo 60% maior que o inferior (B3 inferior/1,6).</p> <p>B5 – Periódicos com FI JCR ou <i>cites per doc</i> < que o limite inferior de B4.</p>

	<p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p> <p>Os periódicos recém lançados e sem valores de FI JCR ou <i>cites per doc</i> são avaliados individualmente vendo os seguintes critérios: reputação editorial, indexação nas bases de ampla divulgação, circulação internacional, consistência na periodicidade de publicação, reputação de outros periódicos na mesma base editorial de publicação.</p>
Ciências Biológicas II	<p>A estratificação baseia-se na mediana do fator de impacto que é calculada a partir da lista de periódicos da base utilizados pela área e disponibilizada na Plataforma Sucupira. O valor mediano define o valor inferior do FI dos periódicos que compõem o estrato B1. Para os estratos A1, A2 e B1 utiliza-se as determinações do CTC-ES do valor máximo em cada estrato. Para os outros estratos, utiliza-se:</p> <p>B2 – Mediana < 1,481 e ≥ 1,65 B3 – Mediana < 1,65 e ≥ 1,096 B4 – Mediana < 1,096 e ≥ 0,728 B5 – Mediana < 0,728</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ciências Biológicas III	<p>A estratificação baseia-se numa tabela com pontuações dos critérios elegidos para avaliação. A pontuação para cada estrato é A1 – 40 pontos; A2 < 40 e ≥ 35; B1 < 35 e ≥ 30; B2 < 30 e ≥ 25; B3 < 25 e ≥ 20; B4 < 20 e ≥ 15; B5 < 15 e ≥ 10 e C, os periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos. Tem-se, assim:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos publicados em inglês (Obrigatório para A1) • Indexado JCR/ISI - 5 pontos • Indexado no Pubmed - 5 pontos • Indexado no SCImago - 5 pontos • Indexado no SciELO ou outra base de dados - 5 pontos • Fator de impacto/JCR ≥ 3,0 - 10 pontos • Fator de impacto/JCR < 3,0 ≥ 2,0 - 7,5 pontos • Fator de impacto/JCR < 2,0 ≥ 1,0 - 5 pontos • Fator de impacto/JCR < 1,0 ≥ 0,5 - 4 pontos • Fator de impacto/JCR < 0,5 ≥ 0,1 - 3 pontos • Fator de impacto/JCR < 0,1 ≥ 0,01 - 2 pontos • Relevância para a área (mais de cinco programas publicaram no periódico) – 5 pontos • Corpo editorial estabelecido – 5 pontos
Ciências da Religião e Teologia	<p>A1 – Indexação mínima em 3 base de dados nacionais e 3 internacionais, exogenia mínima de 80% e de no mínimo 7 IES diferentes, 20 artigos por volume, apenas doutores como autores, com periodicidade quadrimestral ou semestral, mínimo de 6 artigos de autores estrangeiros, possuir DOI, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto H ponderado de Ciências da Religião e Teologia (IHCRT) ≥ 11.</p> <p>A2 - Indexação mínima em 2 base de dados nacionais e 2 internacionais, exogenia mínima de 70% e de no mínimo 6 IES diferentes, 20 artigos por volume, apenas doutores como autores, com periodicidade semestral, mínimo de 4 artigos de autores estrangeiros, possuir DOI, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto IHCRT entre 7 e 10,9.</p> <p>B1 - Indexação mínima em 2 base de dados nacionais, exogenia mínima de 60% e de no mínimo 5 IES diferentes, 18 artigos por volume, com periodicidade semestral, possuir DOI, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto IHCRT entre 4 e 6,9.</p> <p>B2 - Indexação mínima em 2 base de dados nacionais, exogenia mínima de 50% e de no mínimo 4 IES diferentes, 14 artigos por volume, com periodicidade semestral, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto IHCRT entre 3 e 3,9.</p> <p>B3 - Indexação mínima em 1 base de dados nacional, exogenia mínima de 30% e de no mínimo 3 IES diferentes, 12 artigos por volume, com periodicidade semestral, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto IHCRT entre 2 e 2,9.</p> <p>B4 - Indexação mínima em 1 base de dados nacional, exogenia mínima de 20% e de no mínimo 2 IES diferentes, 10 artigos por volume, com periodicidade semestral, deter <i>blind review</i> aferido por nominata e índice de impacto IHCRT entre 1 e 1,9.</p> <p>B5 – Exigências mínimas, que são: periodicidade semestral, editor responsável, conselho editorial, veículo de publicação acadêmica, ISSN, apresentar normas de publicação, periodicidade e regularidade.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>

	<p>O IHCRT é obtido pela multiplicação do número total de artigos da área publicados no periódico pelo IH, dividindo-se esse resultado pelo número total de programas da área que publicam na revista.</p>
<p>Comunicação e Informação</p>	<p>A1 – Obedecer aos requisitos do estrato A2, pertinentes com as áreas e estar indexado nas bases <i>Web of Science</i> ou Scopus, possuir fator de impacto, tradição e extrema relevância para a área.</p> <p>A2 – Obedecer aos requisitos do estrato B1, ter somente doutores como autores (admitido mestres como co-autores), indexados nas bases Scopus ou SciELO, admitidas exceções provisórias para até 5 periódicos de elevada reputação na área e essenciais para a difusão do conhecimento no Brasil.</p> <p>B1 – Obedecer aos requisitos dos estratos inferiores, indexado em pelo menos duas bases indicadas pela área, possuir um conselho editorial internacional, mínimo de 80% de autores doutores oriundos de IES distintas.</p> <p>B2 – Obedecer aos requisitos dos estratos inferiores, expressiva presença de doutores entre os autores, indexado em pelo menos uma base das indicadas pela área, conselho editorial com diversidade regional.</p> <p>B3 – Obedecer aos requisitos do estrato B4, Conselho editorial nacional, quantidade equilibrada de artigos entre os números e volumes, no mínimo três artigos de doutores vinculados a instituições distintas da que edita o periódico.</p> <p>B4 – Atender aos requisitos mínimos que definem um periódico científico, possuir vínculo com um PPG, instituição de pesquisa ou associação científica e profissional da área, periodicidade regular, acessibilidade, ocorrência de artigos de doutores de IES distintas da que edita o periódico, conselho editorial interinstitucional de caráter regional.</p> <p>B5 - Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
<p>Direito</p>	<p>Requisitos mínimos para periódicos nacionais: Editor responsável, conselho editorial, linha editorial, ISSN, normas de submissão, periodicidade, pelo menos um número do ano anterior publicado, <i>double blind review</i> em pelo menos 75% dos artigos, 14 artigos por volume, afiliação institucional dos autores e dos membros do Conselho Editorial e do Corpo de Pareceristas ad-hoc, títulos, resumos e palavras-chaves/descriptores em português e inglês, data de recebimento e aceitação de cada artigo, presença em pelo menos duas entre as bases de dados indicadas pela área.</p> <p>Requisitos mínimos para periódicos estrangeiros: Linha editorial, ISSN, 3 números publicados, página web, periodicidade aferida do mesmo modo que os periódicos nacionais, normas de submissão, afiliação institucional dos autores dos artigos, presença em pelo menos duas bases de indexação indicadas pela área. Para os estratos superiores, as revistas devem estar vinculadas a instituições classificadas dentre as 500 melhores segundo os rankings internacionais, no estrato A1 exige-se FI JCR ou SJR e para o estrato A2 índice H do Google Acadêmico ou indexação no SciELO ou Scopus.</p> <p>A1 – Exogenia de 75% de 5 IES diferentes, exogenia do conselho editorial e do corpo de pareceristas de 50% e 5 IES de estados diferentes, mínimo 18 artigos por volume, pelo menos 15% dos artigos por volume de autores e coautores filiados em IES estrangeiras, indexação no <i>Web of Science</i>, Scopus e Google Acadêmico, 60% dos artigos originais de pesquisa devem ter 1 doutor como autor, composta majoritariamente por artigos originais.</p> <p>A2 - Exogenia de 75% de 5 IES diferentes, exogenia do conselho editorial e do corpo de pareceristas de 50% e 5 IES de estados diferentes, mínimo 18 artigos por volume, pelo menos 15% dos artigos por volume de autores e coautores filiados em IES estrangeiras, indexação no SciELO, 60% dos artigos originais de pesquisa devem ter 1 doutor como autor, composta majoritariamente por artigos originais.</p> <p>B1 - Exogenia de 50% de 5 IES diferentes, mínimo 18 artigos por volume, pelo menos 15% dos artigos por volume de autores e coautores filiados em IES estrangeiras.</p> <p>B2 - Exogenia de 50% de 5 IES diferentes.</p> <p>B3 – Exogenia de 50%.</p> <p>B4 – Exogenia de 40%.</p> <p>B5 – Exogenia de 25%.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>

Economia	Os critérios não foram especificados nos documentos da área.
Educação	<p>A1 – Publicação de 3 volumes e 18 artigos por ano, 75% de exogenia oriundo de 5 IES diferentes, pelo menos 6 artigos de autores estrangeiros por ano, indexado em pelo menos 6 bases de dados, sendo 4 entre as indicadas pela área, inscrito no DOI e divulgação <i>ahead of print</i> e alguns artigos em idioma estrangeiro. Para os periódicos internacionais, obrigatório a indexação na Scopus e na Social Sciences Citation Index.</p> <p>A2 - Publicação de 2 volumes e 18 artigos por ano, 75% de exogenia oriundo de 5 IES diferentes, pelo menos 4 artigos de autores estrangeiros por ano, indexado em pelo menos 5 bases de dados, sendo 3 entre as indicadas pela área, inscrito no DOI e divulgação <i>ahead of print</i> e alguns artigos em idioma estrangeiro. Para os periódicos internacionais, obrigatório a indexação na Scopus e na Social Sciences Citation Index.</p> <p>B1 - Publicação de 2 volumes e 14 artigos por ano, 60% de exogenia oriundo de 4 IES diferentes, pelo menos 2 artigos de autores estrangeiros por ano, indexado em pelo menos 4 bases de dados, sendo 2 entre as indicadas pela área, divulgação <i>ahead of print</i>.</p> <p>B2 - Publicação de 2 volumes e 12 artigos por ano, 50% de exogenia oriundo de 3 IES diferentes, indexado em pelo menos 3 bases de dados, sendo uma entre as indicadas pela área.</p> <p>B3 - Publicação de 2 volumes e 12 artigos por ano, 50% de exogenia oriundo de 3 IES diferentes, indexado em pelo menos 3 bases de dados.</p> <p>B4 - Publicação de 2 volumes e 12 artigos por ano, 50% de exogenia, indexado em pelo menos 2 bases de dados.</p> <p>B5 - Publicação de 2 volumes e 12 artigos por ano, 50% de exogenia, indexado em pelo menos 1 base de dados.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Educação Física	<p>Educação Física dividiu os periódicos em quatro grupos de aderência de acordo com o grau de vinculação com a área. ADE 1 é para os periódicos com zero aderência, passando por ADE 2 e ADE 3 e ADE 4, com alta aderência.</p> <p>A1 – ADE 4 (SCIE JCR $\geq 1,6$ e SSCI JCR $\geq 1,0$), ADE3 (SCIE JCR $\geq 3,75$ e SSCI $\geq 2,5$), ADE2 (SCIE JCR $\geq 5,75$) e ADE1 (não se qualifica no estrato).</p> <p>A2 – ADE 4 (SCIE JCR $< 1,59$ e SSCI JCR $< 1,0$), ADE3 (SCIE JCR $< 3,75$ e $\geq 2,5$ e SSCI $< 2,5$ e $\geq 2,0$), ADE2 (SCIE JCR $< 5,75$ e $\geq 3,75$) e ADE1 (não se qualifica no estrato).</p> <p>B1 – ADE 4 (SJR SciELO PUBMED), ADE3 (SCIE JCR $< 2,0$ e SSCI $< 2,0$), ADE2 (SCIE JCR $< 3,75$ e $\geq 2,25$) e ADE1 (não se qualifica no estrato).</p> <p>B2 – ADE 4 (LILACS), ADE3 (SJR SciELO PUBMED), ADE2 (JCR $< 2,25$) e ADE1 (não se qualifica no estrato).</p> <p>B3 – ADE 4 (CINAHL), ADE3 (LILACS), ADE2 (SciELO SJR PUBMED) e ADE1 (JCR $\geq 3,0$).</p> <p>B4 – ADE 4 (Redalich e Latindex), ADE3 (Cinahl, Redalich e Latindex), ADE2 (Cinahl, LILACS, Redalich e Latindex) e ADE1 (JCR $< 3,0$, SJR, PUBMED, SciELO).</p> <p>B5 – ADE 4 (sem indexação), ADE3 (sem indexação), ADE2 (sem indexação) e ADE1 (LILACS, Cinahl, redalich, Latindex, sem indexação).</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Enfermagem	<p>A1 – Fator de impacto JCR $\geq 1,04$ ou SCImago índice H ≥ 20. Para as demais áreas, FI JCR $\geq 3,5$.</p> <p>A2 – Fator de impacto JCR de 0,5 a 1,039 ou SCImago índice H de 10 a 19. Para as demais áreas, FI JCR de 2,4 a 3,499 ou índice H ≥ 58.</p> <p>B1 – Fator de impacto $\leq 0,499$ ou SCImago índice H ≤ 9 ou na base CUIDEN com índice RIC $\geq 1,24$. Para as demais áreas, FI JCR $\leq 2,399$ ou índice H de 11 a 57.</p> <p>B2 – Índice RIC de 0,279 a 1,239 ou listada na Medline, SciELO, Cinahl ou REVENG coleção SciELO Enfermagem/Bireme. Para as demais áreas, índice H ≤ 10 ou indexados em uma das bases: Medline, SciELO e CINAHL.</p> <p>B3 – Índice RIC $< 0,279$ ou LILACS</p> <p>B4 – Indexação na BEDENF ou Latindex.</p> <p>B5 – Sem indexação nas bases recomendadas pela área ou pertencentes a associações/sociedades científicas ou IES.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Engenharias I	<p>A1 – Estar indexado em bases de dados recomendadas. FI JCR $\geq 1,4$.</p> <p>A2 – Estar indexado em bases de dados recomendadas. FI JCR $\geq 0,7$ e $< 1,4$.</p> <p>B1 – Estar indexado em bases de dados recomendadas. FI JCR $< 0,7$.</p>

	<p>B2 – Periódicos da principal sociedade científica de cada subárea, que não sejam indexados ou não tenham fator de impacto</p> <p>B3 – Periódicos de demais sociedades científicas de cada subárea que não sejam indexados ou não tenham fator de impacto.</p> <p>B4 – Corpo de revisores em número restrito de IES, sem indexação ou fator de impacto.</p> <p>B5 – Periódicos com abrangência local.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Engenharias II	<p>A1 – FI JCR $\geq 1,4$ para os periódicos pertencentes à área e FI JCR $\geq 8,0$ para os não pertencentes.</p> <p>A2 - FI JCR $< 1,4$ e FI JCR $\geq 0,6$ para os periódicos pertencentes à área e FI JCR $< 8,0$ e $\geq 3,4$ para os não pertencentes.</p> <p>B1 - FI JCR $< 0,6$ e FI JCR $\geq 0,3$ para os periódicos pertencentes à área e FI JCR $< 3,4$ e $\geq 1,4$ para os não pertencentes.</p> <p>B2 - FI JCR $< 0,3$ e estar no SciELO para os periódicos pertencentes à área e FI JCR $< 1,4$ e estar no SciELO para os não pertencentes.</p> <p>B3 – Periódicos de Associações sem Fator de impacto.</p> <p>B4 – Periódicos sem fator de impacto.</p> <p>B5 – Periódicos sem fator de impacto e de âmbito local.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Engenharias III	<p>A1 – Limites gerais do CTC-ES e indicador próprio de acordo com o FI JCR.</p> <p>A2 - Limites gerais do CTC-ES e indicador próprio de acordo com o FI JCR.</p> <p>B1 - Limites gerais do CTC-ES e indicador próprio de acordo com o FI JCR.</p> <p>B2 - Limites gerais do CTC-ES e indicador próprio de acordo com o FI JCR.</p> <p>B3 – Indexados no Scopus e não integram a <i>Web of Science</i>. São classificados em ordem decrescente do indicador SJR.</p> <p>B4 – Periódicos de abrangência nacional, não integram a <i>Web of Science</i> ou Scopus.</p> <p>B5 – Periódicos de abrangência regional e não integram a <i>Web of Science</i> ou Scopus.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Engenharias IV	<p>A1 – FI JCR $\geq 1,6$.</p> <p>A2 – FI JCR $\geq 0,8$ e $< 1,6$ para os periódicos da área e FI JCR $\geq 4,0$ para os periódicos fora da área.</p> <p>B1 - FI JCR $\geq 0,45$ e $< 0,8$ para os periódicos da área e FI JCR $\geq 1,5$ e $< 4,0$ para os periódicos fora da área. Além disso, os principais periódicos editados por Sociedades Científicas Nacionais sem fator de impacto JCR, mas indexados no SciELO classificam-se nesse estrato.</p> <p>B2 - FI JCR $< 0,45$ ou SJR maior que 0 para os periódicos da área e FI JCR $< 1,5$ para os periódicos fora da área.</p> <p>B3 – Para os periódicos de outras áreas sem fator de impacto no JCR e que possui SJR.</p> <p>B4 – Os periódicos de outras áreas sem fator de impacto, mas que são registrados no SciELO, classificam-se nesse estrato. Não é sabido os critérios para a estratificação dos periódicos de Engenharias IV.</p> <p>B5 – Periódicos que não atendem nenhum dos critérios dos outros estratos.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Ensino	<p>A1 – Especializados em Ensino/Educação indexados na Scopus, SciELO ou <i>Web of Science</i>.</p> <p>A2 – Especializados em Ensino/Educação encontrados no Google Scholar e com índice H5 ou Multidisciplinares indexados nas bases <i>Web of Science</i> ou Scopus.</p> <p>B1 - Especializados em Ensino/Educação indexados em ao menos uma outra base entre EIC, DOAJ e Latindex ou Multidisciplinares indexados no SciELO ou Disciplinares indexados no <i>Web of Science</i> ou Scopus.</p> <p>B2 - Especializados em Ensino/Educação acessíveis no Google ou por outro mecanismo gratuito ou multidisciplinares indexados em ao menos uma outra base entre ERIC, DOAJ e Latindex ou disciplinares afins com Ensino indexados no SciELO ou disciplinares indexados no <i>Web of Science</i> ou Scopus com JCR FI $\geq 1,5$.</p> <p>B3 – Especializados em Ensino/Educação com circulação em escolas; ou multidisciplinares no Google Scholar com índice H5 ou Disciplinares afins com Ensino indexados em ao menos uma outra base entre ERIC, DOAJ ou Latindex ou disciplinares indexados no <i>Web of Science</i> ou Scopus com JCR FI $> 1,0$ e $< 1,5$ ou no SciELO.</p> <p>B4 – Multidisciplinares indexados em qualquer outra base ou disciplinares afins com Ensino indexados em qualquer base ou disciplinares indexados em qualquer base.</p>

	<p>B5 – Multidisciplinares indexados em qualquer outra base ou disciplinares afins com Ensino encontrados no Google Scholar e com índice h5 ou disciplinares indexados no <i>Web of Science</i> ou Scopus JCR FI $\geq 0,5$ e $< 1,0$.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Farmácia	<p>A1 – FI JCR $\geq 4,05$.</p> <p>A2 – FI JCR $< 1,05$ e $\geq 3,02$.</p> <p>B1 – FI JCR $< 3,02$ e $\geq 1,95$ ou SJR $\geq 1,2$.</p> <p>B2 – FI JCR $< 1,95$ e $\geq 1,0$ ou SJR $< 1,2$ e $\geq 0,8$.</p> <p>B3 – FI JCR $< 1,0$ e $\geq 0,0$ ou SJR $< 0,8$ e $\geq 0,2$.</p> <p>B4 – SJR $< 0,2$.</p> <p>B5 – Indexados no SciELO, PubMed/Medline, Scopus e LILACS e não indexados no ISI e Scopus.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Filosofia	Os critérios não foram especificados nos documentos da área.
Geociências	<p>A1 – SJR $> 2,0$.</p> <p>A2 - SJR entre 2,0 e 1,31.</p> <p>B1 – SJR entre 1,3 e 0,6.</p> <p>B2 - SJR entre 0,6 e 0,3.</p> <p>B3 – SJR $< 0,3$.</p> <p>B4 – Periódicos nacionais/regionais editados por instituições de ensino ou pesquisa, com corpo editorial definida, periodicidade ou que estejam indexadas pelo DOAJ.</p> <p>B5 – Periódicos de circulação regional/local que não atendam os critérios dos outros estratos ou que não apresentem periodicidade de ao menos um número por ano.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos, aqueles que não possuem política editorial clara, ou as bases de indexação não atendam a critérios mínimos de qualidade ou cujas as editoras não estejam associadas ao DOAJ.</p>
Geografia	<p>A área utiliza de uma ficha de avaliação para os periódicos brasileiros contendo pontuação em sete itens: gestão editorial, normalização, periodicidade, publicação, indexações, DOI e financiamento. A pontuação máxima da tabela é de 200. Além da ficha, utiliza-se o índice H. Por utilizar dois parâmetros, ao final estabeleceu-se a média das duas pontuações para estabelecer as frequências de cada estrato. Para os periódicos estrangeiros, considerou-se exclusivamente o índice H dos últimos 5 anos.</p> <p>A1 – Índice H > 10 e 100 pontos. Periódicos internacionais: IH > 8.</p> <p>A2 - Índice H 10 - 7 e 85 pontos. Periódicos internacionais: IH 6 - 7.</p> <p>B1 - Índice H 6 e 70 pontos. Periódicos internacionais: IH 4 -5.</p> <p>B2 - Índice H 5 e 55 pontos. Periódicos internacionais: IH 3.</p> <p>B3 - Índice H 4 e 45 pontos. Periódicos internacionais: IH 2.</p> <p>B4 - Índice H 3 e 25 pontos. Periódicos internacionais: IH 1.</p> <p>B5 - Índice H 2 - 0 e 10 pontos. Periódicos internacionais: IH 0.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p> <p>Para os periódicos nacionais as frequências foram: A1, 89 – 100; A2, 80,25 – 88,9; B1, 79 – 64,75; B2, 63,25 – 47; B3, 46,5 – 35; B4, 34 – 28,5; B5, 26,5 – 9.</p>
História	<p>A1 – 80% dos artigos de autores que estejam vinculados a pelo menos 5 IES da que edita o periódico por volume, conselhos cujos integrantes provenham de diversas regiões e instituições (máximo de 20% por IES) dos quais pelo menos 20% de pesquisadores estrangeiros qualificados, ao menos 3 bases de dados, esteja integralmente na internet. Avaliação “excepcionalmente destacada” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>A2 - 75% dos artigos de autores que estejam vinculados a pelo menos 5 IES da que edita o periódico por volume, conselhos cujos integrantes provenham de diversas regiões e instituições (máximo de 20% por IES) dos quais pelo menos 20% de pesquisadores estrangeiros qualificados, ao menos 3 bases de dados, esteja integralmente na internet. Avaliação “altamente destacada” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>B1 - 60% dos artigos de autores que estejam vinculados a pelo menos 4 IES da que edita o periódico por volume, conselhos cujos integrantes com significativa distribuição regional (máximo de 20% por IES), ao menos 2 bases de dados, esteja integralmente na internet. Avaliação “destacada” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>B2 - 40% dos artigos de autores que estejam vinculados a pelo menos 4 IES da que edita o periódico por volume, periodicidade semestral, conselhos cujos integrantes com significativa distribuição regional</p>

	<p>(máximo de 20% por IES), ao menos 2 bases de dados. Avaliação “alta” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>B3 - 30% dos artigos de autores que estejam vinculados a pelo menos 3 IES da que edita o periódico por volume, periodicidade semestral, ao menos 2 bases de dados. Avaliação “média” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área. Os periódicos discentes devem cumprir exigências obrigatórias que definem um periódico científico e que tenham especial destaque tendo em vista os critérios qualitativos.</p> <p>B4 – Os periódicos discentes que cumpram as exigências obrigatórias que definem um periódico científico e se destaquem tendo em vista os critérios qualitativos. Os outros periódicos devem publicar 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 2 instituições diferentes daquela que edita o periódico por volume. Avaliação “baixa” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>B5 - Os periódicos discentes que cumpram as exigências obrigatórias que definem um periódico científico e se destaquem tendo em vista os critérios qualitativos. Os outros periódicos considerados incipientes ou que tenham avaliação “frágil” dos critérios qualitativos estabelecidos pela área.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>			
Interdisciplinar	Os critérios não foram especificados nos documentos da área.			
Letras e Linguística	<p>A1 – Periódicos da área devem estar indexadas no SciELO ou ter FI JCR ou <i>cites per doc</i> acima da mediana (0,5) ou acima de 1,0 para áreas aderentes ou que tenham índice H do Google Acadêmico nos estratos superiores a ponto de corte que será equivalente ao quarto quartil superior.</p> <p>A2 – Periódicos da área devem estar indexadas no SciELO ou ter FI JCR ou <i>cites per doc</i> acima entre 0,1 ou 0,5 ou que tenham índice H do Google Acadêmico ≥ 14 e ≤ 18. Para periódicos com aderência à área, devem estar indexadas no SciELO ou devem ter FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 0,5 e 0,9. Para periódicos sem aderência, o FI JCR ou <i>cites per doc</i> $> 3,0$.</p> <p>B1 – Revistas da área devem estar indexadas em 4 bases de dados ou ter índice H do Google Acadêmico ≥ 8 e ≤ 13. Periódicos sem aderência, o FI JCR ou <i>cites per doc</i> deve ser entre 2,0 e 2,9.</p> <p>B2 - Revistas da área devem estar indexadas em 3 bases de dados ou ter índice H do Google Acadêmico ≥ 2 e ≤ 7. Periódicos sem aderência, o FI JCR ou <i>cites per doc</i> deve ser entre 1,5 e 1,9.</p> <p>B3 - Revistas da área devem estar indexadas em 2 bases de dados. Periódicos sem aderência, o FI JCR ou <i>cites per doc</i> deve ser entre 1,0 e 1,4.</p> <p>B4 - Revistas da área devem estar indexadas em 1 base de dados. Periódicos sem aderência, o FI JCR ou <i>cites per doc</i> deve ser entre 0,5 e 0,9.</p> <p>B5 – Sem indexação mas com índice H igual a 1.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>			
Matemática, Probabilidade e Estatística	Matemática	Probabilidade/Estatística	Matemática aplicada	Outras áreas
	<p>A1 - AI $> 1,2$ ou MCQ $> 0,8$ ou HL > 10 ou FI JCR $> 0,7$.</p> <p>A2 - AI $> 0,7$ ou MCQ $> 0,6$ ou HL > 10 ou FI JCR $> 0,5$.</p> <p>B1 - AI $> 0,45$ ou MCQ $> 0,4$ ou HL > 9 ou FI JCR $> 0,34$.</p> <p>B2 – AI $> 0,6$.</p> <p>B3 – MCQ $> 0,3$.</p> <p>B4 – MCQ $> 0,2$.</p> <p>B5 – Não atenderam os requisitos anteriores.</p>	<p>A1 – AI $> 1,6$ ou HL > 6.</p> <p>A2 – AI $> 0,9$ ou HL > 8.</p> <p>B1 – HL $> 0,9$.</p> <p>B2 – AI $> 0,3$.</p> <p>Os periódicos que não atenderam os requisitos foram classificados nos estratos B3, B4 e B5 considerando: política editorial, corpo editorial, critérios e revisão por pares, visibilidade e prestígio internacional.</p>	<p>A1 - AI $> 1,2$ ou HL > 10 ou FI JCR > 1.</p> <p>A2 - AI $> 0,7$ ou HL > 10 ou FI JCR $> 0,8$.</p> <p>B1 - AI $> 0,5$ ou HL > 10 ou FI JCR $> 0,6$.</p> <p>B2 – AI $> 0,3$ ou HL > 10 ou FI JCR $> 0,4$.</p> <p>B3 – HL > 10.</p> <p>B4 – HL > 6.</p> <p>B5 – Não atenderam os requisitos anteriores.</p>	Não especificado.
	C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.			
Materiais	<p>A1 – Índice C2y.</p> <p>A2 - Índice C2y.</p> <p>B1 - Índice C2y.</p> <p>B2 - Índice C2y. Indexados na base SCImago.</p> <p>B3 - Índice C2y. Indexados na base SciELO.</p> <p>B4 - Índice C2y. Sem indexação na SCImago ou SciELO.</p> <p>B5 - ???</p>			

	C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.
Medicina I	<p>A1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 4,5$.</p> <p>A2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 3,22$ e $\leq 4,49$.</p> <p>B1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 2,20$ e $\leq 3,21$.</p> <p>B2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 1,10$ e $\leq 2,20$.</p> <p>B3 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 0,5$ e $\leq 1,09$.</p> <p>B4 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $< 0,5$ ou (ISI + Scimago + Scopus sem FI).</p> <p>B5 - MedLine + Scielo.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos ou não constantes no JCR ou Scopus.</p>
Medicina II	<p>A1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 4,3$.</p> <p>A2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 2,950 e 4,299.</p> <p>B1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 1,800 e 2,949.</p> <p>B2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 1,100 e 1,799.</p> <p>B3 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 0,300 e 1,099.</p> <p>B4 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 0,001 e 0,299 ou indexação em Scopus, <i>Web of Science</i>, PubMed ou SciELO.</p> <p>B5 - Indexação em LILACS e Latindex.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Medicina III	<p>A1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 4,15$.</p> <p>A2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 3,02$.</p> <p>B1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 1,96$.</p> <p>B2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 1,04$.</p> <p>B3 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 0,01$.</p> <p>B4 - Indexação na Pubmed.</p> <p>B5 - Indexação na SciELO e LILACS.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Medicina Veterinária	<p>A1 - FI JCR $\geq 3,029$.</p> <p>A2 - FI JCR $< 3,029$ e $\geq 2,041$.</p> <p>B1 - FI JCR $< 2,039$ e $\geq 0,729$.</p> <p>B2 - FI JCR $< 0,724$ e $\geq 0,206$.</p> <p>B3 - FI JCR $< 0,197$ ou apresentar 4 indexadores.</p> <p>B4 - Apresentar de 1 a 3 indexadores.</p> <p>B5 - Sem indexadores.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Nutrição	<p>A1 - FI JCR $\geq 4,067$ ou <i>cites per doc</i> $\geq 3,736$.</p> <p>A2 - FI JCR entre 2,952 e 4,066 ou <i>cites per doc</i> entre 2,720 e 3,735.</p> <p>B1 - FI JCR entre 1,841 e 2,951 ou <i>cites per doc</i> entre 1,490 e 2,719.</p> <p>B2 - FI JCR entre 0,827 e 1,840 ou <i>cites per doc</i> entre 0,373 e 1,489.</p> <p>B3 - FI JCR entre 0,001 e 0,826 ou <i>cites per doc</i> entre 0,001 e 0,372.</p> <p>B4 - Indexação na SciELO ou Pubmed.</p> <p>B5 - Indexação em outras bases de dados.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Odontologia	<p>A1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> $\geq 3,52$.</p> <p>A2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 2,50 e 3,51.</p> <p>B1 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 1,45 e 2,49.</p> <p>B2 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre 0,56 e 1,44.</p> <p>B3 - FI JCR ou <i>cites per doc</i> entre $\leq 0,55$ ou periódicos indexados em Pubmed ou SciELO.</p> <p>B4 - Indexados em LILACS, Latindex ou EBSCO.</p> <p>B5 - Indexados na Base Bibliográfica Brasileira - BBO ou editadas por sociedades científicas nacionais representativas da área.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Planejamento Urbano e Regional e Demografia	<p>A1 - Deter FI JCR e SJR.</p> <p>A2 - Deter FI JCR ou SJR.</p> <p>B1 - Indexado na SciELO e em outra base indicada pela área.</p> <p>B2 - Pertencer a pelo menos três bases indicadas pela área.</p> <p>B3 - Pertencer a pelo menos duas bases indicadas pela área.</p> <p>B4 - Pertencer a pelo menos uma base indicada pela área.</p>

	<p>B5 – Atender os requisitos estabelecidos para ser definido como periódico.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Psicologia	<p>A1 – Presença no ISI ou Scopus e PsycInfo, publicação por associação científica com reconhecimento internacional, condição de referência internacional para a área ou suas subáreas. Índice H do Google Acadêmico ≥ 85 (tipo 1), ≥ 75 (tipo 2), ≥ 95 (tipo 3), ≥ 95 (tipo 4).</p> <p>A2 – Presença no ISI, PsycInfo ou Scopus ou presença em quatro indexadores indicados pela área. Além disso, índice H do Google Acadêmico ≥ 75 (tipo 1), ≥ 60 (tipo 2), ≥ 95 (tipo 3), ≥ 75 (tipo 4).</p> <p>B1 – Presença em pelo menos quatro indexadores indicados pela área e índice H do Google Acadêmico ≥ 25 (tipo 1), ≥ 30 (tipo 2), ≥ 80 (tipo 3), ≥ 60 (tipo 4).</p> <p>B2 - Presença em pelo menos três indexadores indicados pela área e índice H do Google Acadêmico ≥ 15 (tipo 1), ≥ 15 (tipo 2), ≥ 55 (tipo 3), ≥ 40 (tipo 4).</p> <p>B3 - Presença em pelo menos dois indexadores indicados pela área e índice H do Google Acadêmico ≥ 15 (tipo 1), ≥ 15 (tipo 2), ≥ 55 (tipo 3), ≥ 40 (tipo 4).</p> <p>B4 - Presença em pelo menos um indexador dos indicados pela área e índice H do Google Acadêmico < 15 e > 1 (tipo 1), < 15 e > 1 (tipo 2), < 55 e > 1 (tipo 3), < 40 (tipo 4).</p> <p>B5 - Atender os requisitos estabelecidos para ser definido como periódico.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Química	<p>A1 – JCR FI ou <i>cites per doc</i> $\geq 4,2$.</p> <p>A2 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $\geq 3,1$ e $< 4,2$.</p> <p>B1 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $\geq 2,1$ e $< 3,1$.</p> <p>B2 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $\geq 1,2$ e $< 2,1$.</p> <p>B3 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $\geq 0,7$ e $< 1,2$.</p> <p>B4 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $> 0,3$ e $< 0,7$.</p> <p>B5 - JCR FI ou <i>cites per doc</i> $< 0,3$ ou sem FI, mas indexados na SciELO.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Saúde Coletiva	<p>A1 a B3 – FI JCR, FI SJR, índice H (Scopus), com notas de corte baseados nas regras gerais do CTC-ES.</p> <p>B4 – Presentes em duas bases de dados indicadas pela área.</p> <p>B5 – Presentes em apenas uma base de dados das indicadas pela área.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Serviço Social	<p>A1 – Indexada em pelo menos uma base de dados (SciELO, ISI e Scopus). Índice H maior que os de A2, fator de impacto SciELO, linha editorial vinculada a área ou áreas afins.</p> <p>A2 – Indexada em pelo menos uma base de dados (ISI, SciELO, Scopus, Redalyc ou LATINDEX). Índice H maior que os de B1, fator de impacto SciELO, linha editorial vinculada a área ou áreas afins.</p> <p>B1 – Indexada em duas bases de dados das recomendadas para o estrato. Índice H entre 2 e 6 (<i>Publish or Perish</i>).</p> <p>B2 - Indexada em duas bases de dados das recomendadas para o estrato.</p> <p>B3 - Indexada em uma das bases de dados das recomendadas para o estrato.</p> <p>B4 - Indexada em uma das bases de dados das recomendadas para o estrato.</p> <p>B5 – Sem indexação.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
Sociologia	<p>A1 – Atender os requisitos do estrato inferior, presença em 3 indexadores internacionais sendo um deles obrigatoriamente: SciELO, Redalyc, Scopus ou SSCI. Deter JCR ou índice H do Google Acadêmico.</p> <p>A2 – Publicada por PPG, sociedade científica, instituição profissional ou de pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES/CNPq ou outro financiamento estatal ou estar disponível em uma base de dados ou indexador internacional diferente dos especificados à frente. Atualização com todos os números do ano anterior, disponibilidade em pelo menos dois indexadores, 18 artigos por ano, 75% de exogenia de 5 IES diferentes, um artigo por volume de autor estrangeiro, índice H do Google Acadêmico.</p> <p>B1 – Publicada por PPG, sociedade científica, instituição profissional ou de pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES/CNPq ou outro financiamento estatal ou estar disponível em uma base de dados ou indexador internacional diferente dos especificados à frente. Atualização com todos os números do ano anterior, disponibilidade em pelo menos dois indexadores, 18 artigos por ano, 60% de exogenia de 4 IES diferentes, um artigo por volume de autor estrangeiro, índice H do Google Acadêmico. 75% de artigos originais. Composição do conselho editorial pública, periodicidade, revisão por pares, informações em inglês, filiação institucional diversificada, ter no mínimo 4 números publicados.</p> <p>B2 - Publicada por PPG, sociedade científica, instituição profissional ou de pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES/CNPq ou outro financiamento estatal ou estar disponível em uma base de dados</p>

	<p>ou indexador internacional diferente das expostas à frente. Exogenia de 45% de 3 IES diferentes por volume. Presença em uma das bases de dados recomendadas pela área. Índice H do Google Acadêmico.</p> <p>B3 - Publicada por PPG, sociedade científica, instituição profissional ou de pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES/CNPq ou outro financiamento estatal ou estar disponível em uma base de dados ou indexador internacional. Exogenia de 30% de 3 IES diferentes por volume.</p> <p>B4 – Exogenia de 20% oriundos de 3 IES diferentes por volume.</p> <p>B5 – Critérios mínimos que qualificam um periódico. Periódicos de discentes.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>
<p>Zootecnia/Recursos Pesqueiros</p>	<p>A1 – FI JCR “ajustado” $\geq 1,703$.</p> <p>A2 – FI JCR “ajustado” entre 1,215 e 1,702.</p> <p>B1 – FI JCR “ajustado” entre 0,461 e 1,214.</p> <p>B2 – FI JCR “ajustado” $< 0,461$</p> <p>B3 – Periódicos com FI- SJR “ajustado”.</p> <p>B4 – Periódicos indexados em duas bases de dados.</p> <p>B5 – Periódicos indexados em uma base de dados.</p> <p>C - Periódicos que não atendem aos critérios do COPE e/ou dos outros estratos.</p>